



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: 38E7D-DF644-A6407



Ofício 05234/2024-2

Processo: 03679/2024-2

Classificação: Prestação de Contas Anual de Prefeito

Descrição complementar: Câmara Municipal de Vitória

Exercício: 2023

Criação: 21/11/2024 14:14

Origem: SGS - Secretaria-Geral das Sessões

A Sua Excelência o Senhor

LEANDRO PIQUET

Presidente da Câmara Municipal de Vitória

Assunto: Processo TC 3679/2024 – Parecer Prévio 115/2024-8 - Plenário

Senhor Presidente,

Encaminhamos, nos termos do art. 129 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, cópia do Parecer Prévio 115/2024-8 - Plenário, do Parecer do Ministério Público de Contas 3390/2024-5, da Instrução Técnica Conclusiva 3025/2024-4, do Relatório Técnico 119/2024-6 e do Relatório Técnico 77/2024-6, prolatados no processo TC nº 3679/2024, que trata de Prestação de Contas Anual – exercício de 2023, da Prefeitura Municipal de Vitória.

Após o julgamento das contas pelo Legislativo Municipal, solicitamos o encaminhamento a esta Corte, nos termos do art. 79 da Lei Complementar nº 621/2012, c/c art. 131 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, de cópia do ato de julgamento e da ata da sessão correspondente, com a relação nominal dos Vereadores presentes e o resultado numérico da votação.

Atenciosamente,

ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR

Secretário Geral das Sessões

(Por delegação – Portaria N nº 021/2011)

LEANDRO PIQUET

Câmara Municipal de Vitória

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, Bento Ferreira

CEP 29.050-940 Vitória-ES

presidencia@vitoria.es.leg.br



MINISTÉRIO
PÚBLICO
DE CONTAS
ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: 26606-527E0-3A433



3ª Procuradoria de Contas

Parecer do Ministério Público de Contas 03390/2024-5

Processo: 03679/2024-2

Classificação: Prestação de Contas Anual de Prefeito

Setor: GAPC - Heron de Oliveira - Gabinete do Procurador Heron Carlos de Oliveira

Exercício: 2023

Criação: 01/08/2024 13:04

UG: PMV - Prefeitura Municipal de Vitória

Relator: Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Responsável: LORENZO SILVA DE PAZOLINI

SENHOR CONSELHEIRO RELATOR,

O **Ministério Público de Contas**, por meio da 3.ª Procuradoria de Contas, no exercício de suas atribuições institucionais, **anui** à proposta de **APROVAÇÃO** da prestação de contas anual de prefeito, sob responsabilidade do senhor **Lorenzo Silva de Pazolini**, Prefeito Municipal de **Vitória**, referente ao exercício de **2023**, conforme o **item 10** da proposta de encaminhamento contida na [Instrução Técnica Conclusiva 03025/2024-4](#) (evento 69), bem como à expedição de **CIÊNCIA**, conforme **item 10.2**, abaixo transcrito(s):

10. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

10.1 Parecer prévio pela aprovação das contas anuais

Diante do exposto, na forma do art. 80, inciso I, da Lei Complementar 621/2012 c/c art. 132, inciso I, do RITCEES, propõe-se ao Tribunal de Contas emitir **PARECER PRÉVIO** pela **APROVAÇÃO** das contas anuais, referentes ao exercício de 2023, prestadas pelo prefeito municipal de Vitória, Sr. LORENZO SILVA DE PAZOLINI, nos seguintes moldes:

Parecer Prévio sobre as contas do prefeito municipal de Vitória

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo é de parecer que as contas anuais, referentes ao exercício financeiro de 2023, prestadas pelo prefeito municipal de Vitória, Sr. LORENZO SILVA DE PAZOLINI, estão em condições de serem aprovadas pela Câmara Municipal de Vitória.

Opinião sobre a execução orçamentária e financeira

Com base nos procedimentos aplicados e no escopo selecionado para a análise sobre a execução dos orçamentos do Município, conclui-se que foram observados, em todos os aspectos relevantes, os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública municipal, bem como as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Município e nas demais operações realizadas com recursos públicos municipais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Com base nas análises de conformidade e conciliações entre os demonstrativos contábeis e os demais relatórios apresentados, não foram observados indicativos de que as demonstrações contábeis consolidadas do município deixaram de apresentar adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2023.

Fundamentação do Parecer Prévio

Fundamentos para a opinião sobre a execução orçamentária e financeira

A descrição completa dos fundamentos para a emissão de opinião não modificada (opinião sem ressalva) sob a ótica da execução dos orçamentos do Município consta na seção 3, especialmente na subseção 3.8 do Relatório Técnico, na qual se conclui que os achados evidenciados ao longo da análise estão de acordo, em todos os aspectos relevantes, com as normas legais aplicáveis.

Por outro lado, há registro de propostas de ciências na forma de alerta, descritas na subseção 10.2 do Relatório Técnico.

Fundamentos para a opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A descrição completa dos fundamentos para a emissão de opinião não modificada (opinião sem ressalva) sob a ótica das demonstrações contábeis consolidadas consta na seção 4, especialmente na subseção 4.3 do Relatório Técnico, em que se conclui que não foram observados indicativos de que as demonstrações contábeis consolidadas do município deixaram de apresentar adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro de 2023.

10.2 Ciência

Com fundamento no art. 9º da Resolução TC 361/2012, propõe-se ao Tribunal de Contas expedir **CIÊNCIA** dirigida ao município de Vitória, na pessoa de seu prefeito, Sr. **LORENZO SILVA DE PAZOLINI**, ou eventual sucessor no cargo, como forma de ALERTA sobre:

Descrição da proposta

A necessidade de dar cumprimento ao art. 165, § 2º da Constituição da República, tendo em vista as evidências de ausência de definição das prioridades da administração na LDO

(subseção 3.2.1.1);

A necessidade de aperfeiçoar o planejamento das peças orçamentárias, visando atender aos princípios da gestão fiscal responsável, observando a necessária manutenção do equilíbrio fiscal e garantindo a transparência (subseção 3.5.5);

A necessidade de promover o reconhecimento integral dos precatórios municipais, evitando assim, subavaliações no passivo, como a identificada no final do exercício de 2023, no montante de R\$ 7.642.574,92, em desacordo com a NBC TSP EC, item 3.10 (subseção 4.1.6).

Acerca da sugestão de redação de parecer prévio contida no **item 10.1 Minuta de Parecer Prévio**, verifica-se que está coerente com a fundamentação empreendida na [Instrução Técnica Conclusiva 03025/2024-4](#) (evento 69), portanto, não há qualquer consideração ou ressalva a ser pontuada.

Por derradeiro, com fulcro no inciso III do art. 41 da Lei 8.625/93^[1], bem como no parágrafo único do art. 53 da Lei Complementar nº 621/12^[2], este órgão ministerial reserva-se o direito de manifestar-se oralmente por ocasião da sessão de julgamento/apreciação em defesa da ordem jurídica.

HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA
Procurador Especial de Contas

^[1] **Art. 41.** Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Público, no exercício de sua função, além de outras previstas na Lei Orgânica:

III - ter vista dos autos após distribuição às Turmas ou Câmaras e **intervir nas sessões de julgamento, para sustentação oral ou prestar esclarecimento de matéria de fato;**

^[2] **Art. 53.** São partes no processo o responsável e o interessado, que poderão praticar os atos processuais diretamente ou por intermédio de procurador regularmente constituído.

Parágrafo único. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas terá os mesmos poderes e ônus processuais do responsável e do interessado, **observadas, em todos os casos, as prerrogativas asseguradas em lei.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: 47F5F-34881-FD47F



Assinado por	Assinado por	Assinado por	Assinado por	Assinado por	Assinado por	Assinado por	Assinado por
DAVI DINIZ DE CARVALHO	SEBASTIAO CARLOS RANNA	LUIZ CARLOS CICILLIOTTI	ODILSON SOUZA BARBOSA	LUIS HENRIQUE ANASTACIO	RODRIGO FLAVIO FREIRE	RODRIGO COELHO DO CARMO	DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER SERGIO ABOUDIB FERREIRA
12/09/2024 14:22	12/09/2024 14:33	12/09/2024 14:54	12/09/2024 15:27	12/09/2024 16:16	12/09/2024 17:52	12/09/2024 18:53	13/09/2024 10:06
					FARIAS CHAMOUN	PINTO	PINTO
							13/09/2024 16:52

Parecer Prévio 00115/2024-8 - Plenário

Processo: 03679/2024-2
Classificação: Prestação de Contas Anual de Prefeito
Exercício: 2023
UG: PMV - Prefeitura Municipal de Vitória
Relator: Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun
Responsável: LORENZO SILVA DE PAZOLINI

RELATÓRIO
E PARECER
PRÉVIO

CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

EXERCÍCIO

2023

MUNICÍPIO

VITÓRIA



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Composição

Conselheiros

Domingos Augusto Taufner - Presidente
Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha - Vice-presidente
Sebastião Carlos Ranna de Macedo - Ouvidor
Sérgio Aboudib Ferreira Pinto - Corregedor
Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun - Diretor da Escola de Contas Públicas
Rodrigo Coelho do Carmo – Conselheiro
Davi Diniz de Carvalho - Conselheiro

Conselheiros Substitutos

Márcia Jaccoud Freitas
Marco Antônio da Silva
Donato Volkers Moutinho

Ministério Público junto ao Tribunal

Luciano Vieira - Procurador Geral
Luis Henrique Anastácio da Silva
Heron Carlos Gomes de Oliveira

Conteúdo do Parecer Prévio

Conselheiro Relator

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Procurador de Contas

Heron Carlos Gomes de Oliveira

Auditores de Controle Externo

Adecio de Jesus Santos
Cesar Augusto Tononi De Matos
Felipe Dos Anjos Vieira Ferreira
Jaderval Freire Junior
Julia Sasso Alighieri
Mayte Cardoso Aguiar
Miguel Burnier Ulhoa
Raymar Araujo Belfort
Robert Luther Salviato Detoni
Roberval Misquita Muoio
Rodrigo Reis Lobo De Rezende
Walternei Vieira De Andrade
Weliton Rodrigues Almeida

SUMÁRIO

I	<u>RELATÓRIO</u>	4
II	<u>FUNDAMENTOS</u>	5
II.1	<u>INTRODUÇÃO</u>	5
II.2	<u>CONJUNTURA ECONÔMICA E FISCAL</u>	8
II.3	<u>CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</u>	10
II.4	<u>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO</u>	17
II.5	<u>RESULTADO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL</u>	18
II.6	<u>FISCALIZAÇÃO EM DESTAQUE</u>	19
II.7	<u>CONTROLE INTERNO</u>	20
II.8	<u>MONITORAMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO COLEGIADO</u>	20
III	<u>PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO</u>	20

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE PREFEITO –
MUNICÍPIO DE VITÓRIA – 2023 – PARECER PRÉVIO –
APROVAÇÃO – CIÊNCIA – ARQUIVAMENTO.**

1. Com base nos procedimentos aplicados e no escopo selecionado para a análise sobre a execução dos orçamentos do município, conclui-se que foram observados, em todos os aspectos relevantes, os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública municipal, bem como as normas constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis na execução e nas demais operações realizadas com recursos públicos municipais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual;
2. Aplicados procedimentos patrimoniais específicos sobre as demonstrações contábeis consolidadas, não se tem conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que o Balanço Patrimonial Consolidado não represente adequadamente, em seus aspectos relevantes, as posições financeira, orçamentária e patrimonial do município em 31 de dezembro de 2023;
3. Em consequência, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo é de parecer que as contas anuais, referentes ao exercício financeiro de 2023, prestadas pelo prefeito do município de Vitória, senhor Lorenzo Silva de Pazolini, estão em condições de serem aprovadas pela Câmara Municipal.

O RELATOR CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN:

RELATÓRIO

Trata-se de prestação de contas anual de chefe de Poder Executivo, referente ao exercício de 2023, de responsabilidade do senhor Lorenzo Silva de Pazolini, prefeito

do município de Vitória, encaminhada para a apreciação deste Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) com vistas à emissão de parecer prévio.

A prestação de contas foi analisada pela unidade técnica, conforme **Relatório Técnico 00119/2024-6** (evento 68) e **Instrução Técnica Conclusiva 03025/2024-4** (evento 69), que opinou pela **aprovação** das contas do senhor Lorenzo Silva de Pazolini, no exercício de 2023, na forma do art. 80, inciso I da Lei Complementar Estadual 621/2012.

O **Ministério Público de Contas**, por meio do **Parecer 03390/2024-5** (evento 71), de lavra do Procurador Heron Carlos Gomes de Oliveira, anuiu à proposta contida na ITC 03025/2024-4, manifestou-se pela **aprovação** da Prestação de Contas Anual.

Após o parecer ministerial, vieram os autos conclusos a este gabinete para prolação de voto.

FUNDAMENTOS

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), em cumprimento ao art. 31, § 2º, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) c/c art. 71, inciso II, da Constituição do Estado, apreciou a prestação de contas do chefe do Poder Executivo municipal de Vitória, Senhor Lorenzo Silva de Pazolini, relativa ao exercício de 2023, objetivando a emissão de relatório técnico e de parecer prévio, cujas conclusões servirão de base para o julgamento das contas a ser realizado pela respectiva Câmara Municipal, em obediência ao disposto no art. 29 da Constituição Estadual.

As contas, que abrangem a totalidade do exercício financeiro do município e compreendem as atividades dos Poderes Executivo e Legislativo, consistem no Balanço Geral do Município e nos demais documentos e informações exigidos pela Instrução Normativa TC 68/2020. Ao mesmo tempo, as contas devem estar obrigatoriamente acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo da unidade responsável pelo controle interno.

A prestação de contas foi entregue em 26/04/2024, via sistema CidadES. Assim, verifica-se que a unidade gestora observou o prazo limite de 02/05/2024, definido em instrumento normativo aplicável.

O relatório técnico, elaborado com a participação de diversas unidades técnicas deste Tribunal e sob a coordenação da Secretaria de Controle Externo de Contabilidade, Economia e Gestão Fiscal (SecexContas), analisou a atuação do chefe do Poder Executivo municipal, no exercício das funções políticas de planejamento, de organização, de direção e de controle das políticas públicas, em respeito aos programas, aos projetos e às atividades estabelecidos pelos instrumentos de planejamento e aprovados pelo Poder Legislativo municipal. Analisou, ainda, a observância às diretrizes e às metas fiscais estabelecidas, além do devido cumprimento das disposições constitucionais e legais aplicáveis.

No que tange à metodologia adotada, as unidades técnicas do TCEES examinaram os demonstrativos, os documentos e as informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, exigíveis tanto pela Instrução Normativa TC 68, de 8 de dezembro de 2020 como por suas alterações posteriores, de forma a possibilitar a avaliação da gestão política do chefe do Poder Executivo municipal. Essa avaliação, precedida pela análise de consistência dos dados e das informações, encaminhados eletronicamente a este Tribunal, baseou-se no escopo de análise, definido em anexo específico, da Resolução TC 297, de 30 de agosto de 2016 e, ainda, nos critérios de relevância, risco e materialidade, dispostos na legislação aplicável, contemplando adoção de procedimentos e técnicas de auditoria, que culminaram na instrução do presente relatório técnico. Cabe registrar, ainda, que o TCEES buscou identificar, no curso da instrução processual ou em processos de fiscalizações correlacionados, os achados com impacto ou potencial repercussão nas contas prestadas, os quais seguem detalhados no presente documento.

Aproveito a oportunidade para expressar minha homenagem às auditoras e aos auditores de controle externo pelo trabalho relevante que realizam, visto que contribuem profundamente para o aperfeiçoamento da gestão pública visando à qualidade de vida das pessoas.

A excelência dedicada ao cumprimento do nosso propósito e de nossa missão fornece as bases para alcançarmos os objetivos estratégicos que geram valores públicos para a sociedade:

- Garantir a credibilidade das contas públicas e a sustentabilidade fiscal;
- Fomentar a integridade, a eficiência e a sustentabilidade nos negócios governamentais;
- Contribuir para a efetividade das políticas públicas; e
- Induzir a governança, a transparência e a responsabilidade na gestão pública.

Feitos os devidos reconhecimentos, esclareço que este voto contém o seguinte escopo:

- **EMENTA** e enunciados
- **I RELATÓRIO**
- **II FUNDAMENTOS** (introdução, conjuntura econômica e fiscal, conformidade da execução orçamentária e financeira, demonstrações contábeis consolidadas do município, resultado da ação governamental, fiscalização em destaque e monitoramento das deliberações do colegiado)
- **III PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO** (parecer prévio, alertas e ciência)

Feito os devidos reconhecimentos, atesto que acolho a proposta de encaminhamento do Corpo Técnico desta Corte de Contas, que por meio da Instrução Técnica Conclusiva 03025/2024-4 (evento 69), opinou pela Aprovação da Prestação de Contas Anual do senhor Lorenzo Silva de Pazolini, prefeito do município de Vitória no exercício de 2023.

Na sequência, passo a destacar as questões centrais tratadas na Instrução Técnica Conclusiva 03025/2024-4, que subsidiam a emissão do parecer prévio. Faço constar, portanto, a peça conclusiva como parte integrante da fundamentação de meu voto, independentemente de sua transcrição, nos moldes do §3º, art. 2º, do Decreto Nº 9.830, de 10 de junho de 2019, que regulamentou o disposto nos art. 20 ao 30 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

II.2 CONJUNTURA ECONÔMICA E FISCAL

(Título 2 da ITC 03025/2024-4)

Finanças Públicas

A **política fiscal** do município de Vitória, nos últimos anos, caracterizou-se, por um montante arrecadado superior às despesas compromissadas, alcançando em 2023 R\$ 3,2 bilhões (1º no *ranking* estadual) e R\$ 2,8 bilhões (1º no *ranking* estadual), respectivamente. A cada ano, o ente aumentou nominalmente o valor arrecadado. Em termos reais, houve queda da arrecadação, em 2021 (-3,25%) em relação ao ano anterior, e significativo aumento em 2023 (+16,75%), na mesma base de comparação.

A composição da **receita** arrecadada, em 2023, mostra que as principais fonte de arrecadação foram as Receitas Próprias (52%) com R\$ 1,7 bilhão, seguida das Transferências do Estado (20%) com R\$ 630,7 milhões e das Transferências da União (14%) com R\$ 441,2 milhões. As principais receitas nessas origens são respectivamente: o ISS (R\$ 751,88 milhões), o ICMS (R\$ 537,05 milhões) e o FPM (R\$ 265,59 milhões).

As **despesas** do Município cresceram nominalmente nos últimos anos (exceto 2021). A variação real da despesa paga, em relação ao ano anterior, mostra um considerável aumento em 2023 (21,22%), apresentando expressiva queda em 2021 (-16,55%) na mesma base de comparação.

Considerando a natureza econômica, do total de despesa liquidada em 2023 (R\$ 2,6 bilhões), 87,6% foram destinados para despesas correntes (R\$ 2,3 bilhão) e 12,4% para despesas de capital (R\$ 317,9 milhões). O maior gasto com despesa corrente foi “pessoal e encargos sociais” (58,4%), enquanto os gastos com investimentos correspondem a 83,9% da despesa de capital, com destaque para “obras e instalações” (R\$ 206,7 milhões).

Considerando a despesa por função, o Município direcionou 27% para Educação, 20% para Outras Despesas, 16% para Saúde, 16% para Urbanismo, 15% para Previdência Social e 7% para Administração.

O resultado orçamentário do Município em 2023 foi superavitário em R\$ 426,5 milhões (1º no *ranking* estadual), menor que o resultado de 2022 (R\$ 441,6 milhões).

No campo fiscal, o **Resultado Primário** possibilita uma avaliação do impacto da política fiscal em execução por um município. Em 2023, o ente apresentou superávit primário de R\$ 182,03 milhões, acima da meta estabelecida (R\$ 255,12 milhões, negativa).

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) analisa a capacidade de pagamento para apurar a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União. O intuito da **Capacidade de Pagamento - Capag** é apresentar se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional, a Capag subsidia a decisão da União quanto a conceder ou não aval para a realização de operações de crédito.

Apenas os estados e os municípios, com nota A ou B, estão aptos a obter o aval da União. A nota é atribuída com base em três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. Logo, avaliando o grau de solvência, a relação entre receitas e despesa correntes, além da situação de caixa, faz-se diagnóstico da saúde fiscal do ente federativo. A última nota disponível ao município de Vitória foi A.

Em relação à **dívida pública**, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) elegeu o controle do endividamento público como um dos principais focos de uma gestão fiscalmente responsável. A Dívida Bruta (ou Consolidada) do município de Vitória foi R\$ 366,4 milhões em 2023. Deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, no total de R\$ 1,8 bilhões, tem-se a Dívida Consolidada Líquida (DCL) no montante de R\$ 1,4 bilhão, negativa.

No que se refere à **previdência**, o município de Vitória possui segregação de massa. Tem-se a separação dos integrantes do regimento próprio em dois grupos. Um grupo faz parte do Fundo Financeiro e outro do Fundo Previdenciário. O instituto de Previdência do município administra o regime.

O Fundo Financeiro, naturalmente deficitário, apresentou, em 2023, um passivo atuarial de R\$5,55 bilhões que, frente a R\$605,81 milhões de ativos do plano, resultou

num déficit atuarial de R\$4,95 bilhões. O Fundo Financeiro possuía, em 2023, 5.284 servidores ativos, 4.904 aposentados e 1.142 pensionistas. O Índice de Situação Previdenciária (ISP) de 2023 manteve a classificação de 2022 (B), mas com uma piora na “gestão e transparência” (de A para B).

O Fundo Previdenciário, naturalmente superavitário, apresentou, em 2023, um passivo atuarial de R\$120,67 milhões que, frente a R\$401,98 milhões de ativos do plano, resultou num superávit de R\$281,31 milhões. O Fundo Previdenciário possuía, em 2023, 2.738 servidores ativos, 35 aposentadores e 28 pensionistas. A relação entre servidores ativos e inativos mantém-se alta, revelando uma situação confortável em 2023 (43,46). O Índice de Situação Previdenciária (ISP) de 2023 manteve a classificação de 2022 (B), mas com uma piora na “gestão e transparência” (de A para B).

II.3 CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

(Título 3 da ITC 03025/2024-4)

Instrumentos de planejamento

Os instrumentos de planejamento encontram-se previstos no art. 165 da Constituição da República e são três os utilizados pelo poder público: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Nesse sentido, na forma do § 1º do art. 165 da Constituição da República, verificou-se que o **PPA** do Município vigente, para o exercício em análise, é o estabelecido pela Lei Municipal 9801/2021. No PPA foram inseridos 37 programas e 159 ações a serem executados entre 2022 e 2025. Em análise à LDO, verificou-se que não foi observada relação de projetos e de ações de governo, previstos no PPA, prioritários em 2023.

Assim, considerando que não há indicativo de desequilíbrio nas contas, que dos 37 programas, 32 tiveram execução abaixo de 85% do previsto e, tendo em vista as evidências de ausência de definição das prioridades da administração na LDO, acompanho o corpo técnico em **dar ciência** ao atual chefe do Poder Executivo por descumprimento do art. 165, §§2º e 10º da Constituição da República.

A **Lei de Diretrizes Orçamentárias** (LDO), Lei 9865/2022, elaborada nos termos do § 2º, do art. 165 da CF/88, compreendendo as metas e as prioridades do Município, dispôs sobre a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), definindo os programas prioritários de governo e estabelecendo, dentre outras diretrizes, os riscos e as metas fiscais a serem observados na execução orçamentária.

Por sua vez, a **LOA** do Município, Lei 9901/2022, estimou a receita em R\$ 2.788.392,266,00 e fixou a despesa em R\$ 2.788.392,266,00, para o exercício em análise, admitindo a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de R\$ 836.517.679,80, conforme artigos 7º e 8º da Lei Orçamentária Anual. Verificou-se que não há evidências de incompatibilidade entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), no que se refere aos programas de duração continuada.

Constatou-se que, no decorrer da execução orçamentária, ocorreu **abertura de créditos adicionais** no montante de R\$ 448.462.869,01. Ao realizar uma análise individualizada por fonte de recursos, verificou-se que há insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional, proveniente de excesso de arrecadação, na fonte de recursos não vinculado 5000000. Entretanto, o superávit do exercício anterior, é suficiente para cobrir os créditos adicionais abertos.

Outrossim, verifica-se que há insuficiência de recursos para abertura de crédito adicional proveniente do superávit financeiro do exercício anterior, nas fontes de recursos 571 e 759, no entanto, a fonte de recursos não vinculado 5000000 registrou superávit financeiro do exercício anterior em montante suficiente para cobrir créditos adicionais abertos.

No que tange às **receitas orçamentárias**, verifica-se que houve uma arrecadação de 115,61% em relação à receita prevista. Já a **execução orçamentária** consolidada representa 86,42% da dotação atualizada, evidenciando um **resultado superavitário** no valor de R\$ 426.508.437,14.

No que se refere ao recebimento de recursos, a título de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural (**recursos de royalties**), o município possui fontes específicas para controle do recebimento e para aplicação. Nesse sentido,

verificou-se que não há evidências de despesas vedadas, em observância ao art. 8º da Lei Federal 7.990/1989.

Relativamente aos **precatórios**, observou-se que houve inclusão na LOA, de dotação para o pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88, no valor de R\$ 45.524.510,00 alterada durante o exercício para R\$32.597.953,13.

Com relação à **ordem cronológica de pagamentos**, o município encaminhou o Decreto 17.183/2017, regulamentando a matéria, em conformidade aos critérios da Lei 8.666/1993.

Quanto às **Contribuições previdenciárias devidas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS)**, no que tange às contribuições previdenciárias patronais e de servidores, verifica-se que os valores empenhados, liquidados, pagos, retidos e recolhidos, no âmbito do Poder Executivo Municipal, no decorrer do exercício em análise, podem ser considerados como aceitáveis, para fins de análise das contas.

Foi encaminhado o Decreto nº 21.733/2023, dispondo a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício financeiro de 2023.

A execução financeira, evidenciada no Balanço Financeiro, compreende a execução das receitas e das despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentários, que, somados ao saldo do exercício anterior, resultará no valor para o exercício seguinte. O **Balanço Financeiro** (consolidado) evidenciou um total em espécie, para o exercício seguinte, de R\$ 2.857.475.233,87.

Da análise do resultado financeiro, evidenciado no Anexo ao Balanço Patrimonial, não há evidências de desequilíbrio financeiro por fontes de recursos ou na totalidade. O superávit financeiro, representado pela diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, poderá ser utilizado, no exercício seguinte, para abertura de créditos adicionais, desde que observadas as correspondentes fontes de recursos, na

forma do art. 43, da Lei 4.320/1964. Convém anotar que do superávit de R\$ 2.553.092.298,57, R\$ 1.023.330.738,27 é pertinente ao Instituto de Previdência.

A Constituição da República de 1988 disciplinou sobre os municípios, no Capítulo IV, do Título III, que trata da organização do Estado. Em seu art. 29-A, ao dispor sobre as despesas do Poder Legislativo, estabeleceu, dentre outras condições, o limite máximo para despesas totais do Poder Legislativo e o limite máximo de gastos com a folha de pagamentos, incluindo o subsídio dos vereadores. Verifica-se que o Poder Executivo transferiu a título de duodécimo, recursos ao Poder Legislativo, porém, não acima do limite permitido.

Gestão fiscal e limites constitucionais

O acompanhamento da evolução do cumprimento ou não das metas estabelecidas na LDO, para os **resultados primário e nominal**, é feito por meio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), na forma estabelecida pela LRF. A meta estabelecida na LDO, para resultados primário e nominal do Município, foi de R\$ - 255.118.474,00 e de R\$ -170.306,962,00, respectivamente. O resultado obtido da execução do orçamento foi de R\$ 182.029,089,20 e de R\$ 332.574.690,61, demonstrando o cumprimento da Meta Fiscal do Resultado Primário e o cumprimento da Meta Fiscal do Resultado Nominal, previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO.

Sobre o cumprimento da aplicação mínima de 25% dos recursos provenientes das receitas resultantes de impostos, compreendidas as receitas de transferências constitucionais, na **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)**, nos termos do art. 212, *caput*, da Constituição Federal, constatou-se, com base na documentação que integra a prestação de contas anual, que o Município, no exercício em análise, aplicou 28,52% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

Acerca da **remuneração dos profissionais da educação básica**, em efetivo exercício, levam-se em consideração os critérios estabelecidos no art. 212-A, XI, da Constituição da República (alterado pela Emenda Constitucional 108/2020), o qual determina que proporção não inferior a 70% das receitas recebidas no Fundo de

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) deve ser destinada ao pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício. Com base na documentação que integra a prestação de contas anual, constatou-se que o Município destinou 100,00% das receitas provenientes do Fundeb.

No que concerne ao cumprimento da aplicação mínima de 15% (quinze por cento) dos recursos provenientes da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, em **Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)**, nos termos do art. 198, § 3º, I, da Constituição Federal e do art. 7º, caput, da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, verificou-se, com base na documentação que integra a prestação de contas anual, que o Município, no exercício em análise, aplicou 17,46%.

No que diz respeito às **despesas com pessoal**, a LRF normatizou, por meio dos arts. 18 a 23, nos termos da Constituição Federal, a definição e os limites para despesas com pessoal, buscando garantir uma gestão fiscal responsável das contas públicas.

Na verificação do cumprimento do limite da despesa com pessoal, utiliza-se como parâmetro a **Receita Corrente Líquida Ajustada**, sobre a qual incidem os percentuais previstos na LRF. A RCL Ajustada do Município, para efeito de cálculo do limite da despesa com pessoal, no exercício de 2023, totalizou R\$ 2.743.183.068,04.

Constatou-se, com base na documentação que integra a prestação de contas, que as despesas com pessoal, executadas pelo Poder Executivo, atingiram 40,28% da receita corrente líquida ajustada. No que se refere às despesas totais com pessoal, consolidando o Poder Executivo e o Poder Legislativo, confirmou-se que essas despesas atingiram 41,15%.

Com base nos demonstrativos contábeis integrantes da prestação de contas anual do Município, ao final do exercício em análise, a **dívida consolidada líquida** representou o percentual negativo de 51,29% da receita corrente líquida ajustada para cálculo dos limites de endividamento. De acordo com o apurado, verifica-se que a dívida

consolidada líquida não extrapolou os limites máximo e de alerta previstos, estando em acordo com a legislação.

Os limites relacionados às **operações de crédito**, a **antecipação de receita orçamentária**, às **garantias e às contragarantias** não extrapolaram o máximo e alerta previstos na legislação.

Conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais, o limite de inscrição em **restos a pagar**, citado no art. 25, § 1º, IV, “c”, da LRF, está relacionado ao disposto no art. 1º, § 1º, da mesma lei, que estabelece, como pressupostos da responsabilidade na gestão fiscal, a ação planejada e transparente, o cumprimento de metas e a obediência a limites e ao disposto no art. 9º da LRF, que estabelece a necessidade de limitação de empenho e de movimentação financeira, caso seja verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais. Portanto, a verificação da existência de disponibilidade de caixa para a inscrição de restos a pagar deve acontecer em todos os exercícios.

Assim, do ponto de vista estritamente fiscal, constatou-se que, em 31 de dezembro de 2023, o Poder Executivo analisado possuía liquidez para arcar com seus compromissos financeiros, cumprindo o dispositivo legal, previsto no art. 1º, § 1º, da LRF.

Segundo o art. 167, III, da Constituição Federal, é vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas, mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovadas pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. Tal princípio, denominado “**Regra de Ouro**” das finanças públicas, busca coibir o endividamento para custear despesas correntes.

No exercício em análise, em consulta ao “Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital”, integrante da prestação de contas anual, apurou-se o cumprimento do dispositivo legal.

Com respeito à transparência e à conformidade dos instrumentos utilizados para instituição das **renúncias de receitas**, em atenção aos critérios constitucionais, em

especial, ao disposto no art. 150, § 6º, e art. 165 § 6º, ambos da Constituição Federal, bem como o cumprimento dos requisitos exigidos pelos art. 113 do ADCT e 14 da LRF, por ocasião da concessão ou renovação de incentivos fiscais, considerando as avaliações evidenciadas, conclui-se que: a existência de falhas nas ações de responsabilidade fiscal para concessão de renúncia de receitas: equilíbrio fiscal.

Diante da inconformidade, acompanho o corpo técnico em **dar ciência** ao atual chefe do Poder Executivo, da ocorrência registrada sobre renúncia de receitas, como forma de alerta, para a necessidade de o município aperfeiçoar o planejamento das peças orçamentárias, visando atender aos princípios da gestão fiscal responsável, observando a necessária manutenção do equilíbrio fiscal e garantindo a transparência.

A **condução da política previdenciária** reflete a atuação do chefe do Poder Executivo no exercício das funções de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, incluindo sua responsabilidade sobre a condução da política previdenciária no ente instituidor do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), nos termos estabelecidos pelo art. 40 da Constituição Federal, assim como pelo art. 69 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerando o resultado das análises, inserido no Relatório Técnico 00077/2024-6 (evento 66), no que tange à condução da política previdenciária no município de Vitória, referente ao exercício de 2023, demonstra-se ausência de indicativos de irregularidades e/ou impropriedades capazes de modificar a opinião sobre a regularidade das contas de governo.

Quanto aos **riscos fiscais**, apesar de manter em 2023 a mesma classificação previdenciária do ano anterior (B), houve piora no indicador de “gestão e transparência” (de A para B).

Por fim, acompanho o corpo técnico na emissão de opinião de regularidade sobre a execução dos orçamentos, visto que foram observados, em todos os aspectos relevantes, os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública municipal, bem como as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução

dos orçamentos do Município e nas demais operações realizadas com recursos públicos municipais, em especial quanto ao que estabelece a LOA.

II.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO

(Título 4 da ITC 03025/2024-4)

O artigo 124 do Regimento Interno do TCEES, aprovado pela Resolução TC 261, de 4 de junho de 2013 (RITCEES), estabelece que o parecer prévio deve demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro.

Vale ressaltar, no entanto, que, para cumprir esse objetivo, foi procedida a análise da relevância e da representação fidedigna das informações contábeis consolidadas que compõem a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo Municipal. No entanto, dada a limitação de recursos humanos, a verificação desses atributos da informação contábil não foi efetuada por meio de auditoria financeira ou revisão limitada de demonstrações contábeis. O trabalho ficou restrito a análises de conformidade e conciliações entre os demonstrativos contábeis e os demais relatórios que compõem a Prestação de Contas Anual do exercício.

Dessa forma, a análise foi efetuada e constatou-se que há incorreções contábeis (subseção 4.1.7) que isoladamente estão acima do limite de acumulação de distorções definido para este trabalho, no entanto, o valor identificado não se mostra relevante em relação às demonstrações contábeis como um todo. Esse montante encontra-se abaixo do nível mínimo agregado de distorção (materialidade global) aceitável para esta análise, sendo, portanto, insuficiente para ensejar uma conclusão modificada adversa e, conseqüentemente, sugestão de emissão de parecer prévio pela rejeição das contas.

Essa conclusão se sustenta, por analogia, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica aplicadas à Auditoria do Setor Público, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria emitidas pela International Federation of Accountants (IFAC) e recepcionadas pela Organização Internacional de

Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), em especial na NBC TA 705, segundo a qual o auditor deve modificar a opinião no seu relatório, quando conclui, com base na evidência de auditoria obtida, que as demonstrações contábeis, como um todo apresentem distorções relevantes.

Assim, com base na análise efetuada, conclui-se que não há conhecimento, de fato, que indique que as demonstrações contábeis consolidadas não representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a situação financeira, orçamentária e patrimonial do Município no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

II.5 RESULTADO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

(Título 5 da ITC 03025/2024-4)

Estruturada em seções, a ITC 03025/2024-4 (evento 69), baseada no Relatório Técnico 00119/2024-6 (evento 68), apresentou análise circunstanciada sobre resultado da atuação governamental nas políticas públicas de educação, de saúde e de assistência social.

No que diz respeito às **políticas públicas de educação**, destaca-se que, dos 8 indicadores que foram possíveis de serem medidos até 2023 (indicadores 1A, 1B, 2A, 4B, 6A, 6B, 16A e 17), 5 têm alta probabilidade de serem cumpridos e 3 apresentam baixa probabilidade de serem cumpridos até o término do Plano Municipal de Educação.

Em relação às **políticas públicas de saúde**, o município não atingiu nenhuma das metas do Previnir Brasil em 2023 para os sete indicadores. Os resultados mais críticos foram observados nos indicadores relacionados à hipertensão e diabetes, com taxas de cumprimento de 22% e 23%, respectivamente.

Acerca das **políticas públicas de assistência social**, o município gastou R\$ 92.203.565,60 na função Assistência Social, ficando na 28ª per capita entre os municípios capixabas, foram inscritas 78.335 pessoas no CadÚnico, representando 24,26% da população do município. Além disso, 5,87% de crianças, entre 0 e 5 anos, foram acompanhadas pelos serviços de saúde e de assistência social, em condição

de magreza ou de magreza acentuada, sendo que o estado está com o percentual de 4,58%.

II.6 FISCALIZAÇÃO EM DESTAQUE

(Título 6 da ITC 03025/2024-4)

O TCEES participou do Levantamento Operação Educação, Fiscalização Ordenada Nacional, realizada por 32 Tribunais de Contas Brasileiros, coordenada pelo Instituto Rui Barbosa – IRB, por meio do seu Comitê Técnico de Educação – CTE, tendo como objetivo avaliar as condições de oferta educacional das redes públicas de ensino do Espírito Santo, naquilo que concerne à infraestrutura das unidades escolares.

Como resultado desse trabalho, foi feita a avaliação e riscos, e as propostas de possíveis ações de controle, além do envio dos relatórios individualizados das unidades escolares aos gestores municipais.

Além disso, foi realizada uma auditoria operacional com objetivo de acompanhar e de monitorar o cumprimento das metas estratégicas parciais e finais dos planos de saúde dos municípios selecionados, com foco nas ações de promoção, de prevenção e de cuidados com a diabetes e seus principais fatores de risco.

O monitoramento identificou algumas recomendações plenamente implementadas e outras que ainda havia a necessidade de atenção e de melhorias.

Outrossim, em 2023, o TCEES conduziu uma auditoria operacional para avaliar a governança das políticas para a Primeira Infância nas 78 Prefeituras Municipais capixabas e no Governo do Estado.

A fiscalização revelou que, passados sete anos da promulgação da Lei 13.257/2016, conhecida como o Marco Legal da Primeira Infância, a gestão municipal ainda não havia instituído o Plano Municipal para a Primeira Infância (PMPI), embora este já estivesse em fase de elaboração. Assim, recomendou-se a elaboração, em cumprimento ao art. 3º da Lei Federal nº 13.25/2016, o PMPI, no prazo de até um ano.

II.7 CONTROLE INTERNO

(título 7 da ITC 03025/2024-4)

O sistema de **controle interno** foi instituído pela Lei Municipal 8.530/2013 e regulamentado pelo Decreto Municipal 15.881/2014. A Câmara Municipal não se subordina à unidade de controle interno do Executivo, e a documentação foi encaminhada conforme a Instrução Normativa TC 68/2020, emitindo-se, ao final, parecer pela regularidade acerca da prestação de contas apresentada.

II.8 MONITORAMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO COLEGIADO

(Título 8 da ITC 03025/2024-4)

Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES, não foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise.

Por fim, **acompanho** o posicionamento do órgão de instrução desta Corte e o entendimento do Ministério Público Especial de Contas para **tomar como razão de decidir a fundamentação** exarada neste voto.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Por todo o exposto e com base na competência outorgada pelo inciso V, do artigo 29, da Resolução TC 261, de 4 de junho de 2013 (Regimento Interno do Tribunal de Contas), acompanho o entendimento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas e VOTO no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte proposta de deliberação:

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Conselheiro Relator

1. PARECER PRÉVIO TC-115/2024:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator:

1.1 Emitir **PARECER PRÉVIO**, com fulcro no artigo 80, I da Lei Complementar Estadual nº 621/2012, recomendando ao Legislativo Municipal a **APROVAÇÃO** das contas da Prefeitura Municipal de **Vitória**, sob a responsabilidade do Senhor **Lorenzo da Silva Pazolini**, relativas ao exercício de **2023**, na forma do art. 132, 127 do Regimento Interno deste Tribunal.

1.2 **DAR CIÊNCIA** ao atual chefe do Poder Executivo, com fundamento no art. 9º, *caput*, da Resolução TC 361/2022, das seguintes ocorrências:

- registrada na subseção 3.2.1.1 da ITC, a necessidade de dar cumprimento ao art. 165, § 2º da Constituição da República, tendo em vista as evidências de ausência de definição das prioridades da administração na LDO.
- registrada na subseção 3.5.5 da ITC, a necessidade de aperfeiçoar o planejamento das peças orçamentárias, visando atender aos princípios da gestão fiscal responsável, observando a necessária manutenção do equilíbrio fiscal e garantindo a transparência.
- registrada na subseção 4.1.6 da ITC, a necessidade de o município promover o reconhecimento integral dos precatórios municipais, evitando assim, subavaliações no passivo, como a identificada no final do exercício de 2023, no montante de R\$7.642.574,92, em desacordo com a NBC TSP EC, item 3.10.

1.3 **ENCAMINHAR**, juntamente com o Voto e Parecer Prévio, a ITC 03025/2024-4.

1.4 **ARQUIVAR** os autos, após os trâmites regimentais.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 5/9/2024 - 46ª Sessão Ordinária do Plenário.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Domingos Augusto Taufner (presidente), Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun (relator), Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, Rodrigo Coelho do Carmo, Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha e Davi Diniz de Carvalho.

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

Presidente

CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

Relator

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

CONSELHEIRO DAVI DINIZ DE CARVALHO

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS LUIS HENRIQUE ANASTÁCIO DA SILVA

Em substituição ao procurador-geral

ODILSON SOUZA BARBOSA JÚNIOR

Secretário-geral das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: 6535B-23C20-A747F



Relatório Técnico 00077/2024-6

Protocolo: 10152/2024-1

Assunto: Procedimento preliminar de análise de contas

Criação: 28/06/2024 09:59

Origem: NPPREV - Núcleo de Controle Externo de Fiscalização de Pessoal e Previdência

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (PREFEITO)

Município	Vitória
Exercício	2023
Vencimento	26/04/2025
Prefeito ¹	Lorenzo Silva de Pazolini
Prefeito ²	Lorenzo Silva de Pazolini

1. Responsável pelo governo
2. Responsável pelo envio da prestação de contas

RELATOR:

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamon

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO:

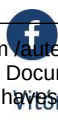
Miguel Burnier Ulhoa - matrícula.: 203.637



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto

Autenticar documento em www.tcees.tc.br com o identificador 3200380038003100370035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-12/2001, de 4 de janeiro de 2003, institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Rua José de Almeida Bez, 197 - Enseada do São - Vitória - ES | CEP: 29030-919



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA.....	4
2.1	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.....	5
2.2	UNIDADE GESTORA ÚNICA	6
3	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS.....	7
4	FUNDO EM REPARTIÇÃO	11
4.1	EQUILÍBRIO FINANCEIRO	11
4.1.1	Resultado Orçamentário do Fundo em Repartição.....	11
4.1.2	Resultado Financeiro do Fundo em Repartição	12
4.1.3	Aportes para Insuficiência Financeira do Fundo em Repartição	12
4.1.4	Adimplência de Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos	13
4.2	EQUILÍBRIO ATUARIAL.....	15
4.2.1	Avaliação Atuarial do Exercício	15
4.2.2	Evolução das Avaliações Atuariais	16
5	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO.....	17
5.1	EQUILÍBRIO FINANCEIRO	17
5.1.1	Resultado Orçamentário do Fundo em Capitalização	18
5.1.2	Resultado Financeiro do Fundo em Capitalização	18
5.1.3	Acumulação de Reservas para Capitalização do Regime de Previdência ...	19
5.1.4	Adimplência de Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos	20
5.2	EQUILÍBRIO ATUARIAL.....	21
5.2.1	Avaliação Atuarial do Exercício	22
5.2.2	Evolução das Avaliações Atuariais	23
5.2.3	Implementação e Efetividade do Plano de Amortização.....	23
6	REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA.....	24
7	MONITORAMENTO DE DELIBERAÇÕES	25
8	CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	25



1 INTRODUÇÃO

As contas anuais, objeto de apreciação nos presentes autos, refletem a conduta do Sr. **Lorenzo Silva de Pazolini**, no exercício de suas atribuições como prefeito municipal de Vitória, no exercício de 2023.

Compete ao Núcleo de Controle Externo de Previdência e Pessoal – NPPREV a elaboração de relatório técnico específico, manifestando-se acerca de circunstâncias que possam repercutir na apreciação de contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo, no que tange à condução da política previdenciária, nos termos previstos pelo art. 9º, §§ 1º e 2º, da Resolução TC 297/2016¹.

Com vistas ao julgamento das contas de governo do Sr. **Lorenzo Silva de Pazolini**, as contas, autuadas neste Tribunal sob o Processo TC 03679/2024-2, foram objeto de análise pelo auditor de controle externo que subscreve o presente Relatório Técnico (RT), cujas constatações se apresentam nele descritas.

A análise das contas em questão teve seu escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, sendo realizada com base na apreciação das peças e demonstrativos encaminhados pelo gestor responsável e pelo respectivo Regime Próprio de Previdência Social e em informações disponibilizada pelo Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público do Ministério da Previdência; abrangendo a gestão da política previdenciária do ente federativo.

Considerando o resultado da análise do processo sob apreciação, tem-se a evidenciar o que segue:

¹ Art. 9º A instrução dos processos de tomada ou prestação de contas apresentadas pelos ordenadores de despesas e administradores dos regimes próprios de previdência municipal e estadual, observará o seguinte escopo: [...]

§ 1º Serão consideradas nas contas de governo as irregularidades ou impropriedades identificadas na instrução dos processos de que trata o caput deste artigo que possam repercutir na apreciação das contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo; (Parágrafo incluído pela Resolução 320/2018, DOELTCEES 26.9.2018)

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, a unidade técnica responsável pela instrução dos processos de prestação de contas dos regimes próprios de previdência elaborará o relatório técnico específico que subsidiará a análise das contas de governo. (Parágrafo incluído pela Resolução 320/2018, DOELTCEES 26.9.2018)



2 POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA

O modelo brasileiro de seguridade social é composto por três pilares (saúde, assistência social e previdência social) que visam conceder garantias mínimas aos cidadãos, assim como atender aos objetivos fundamentais da República, em especial a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e a promoção do bem de todos.

Ademais, o sistema brasileiro de previdência é dividido em três modelos básicos (Regime Geral de Previdência Social, Regime Próprio de Previdência e Regime de Previdência Complementar), cujas características se encontram a seguir:

Quadro 1) Pilares do Sistema Previdenciário Brasileiro

Características	Regime Geral de Previdência Social – RGPS	Regime Próprio de Previdência Social – RPPS	Regime de Previdência Complementar – RPC
Segurados	Trabalhadores do setor privado e servidores não vinculados ao RPPS	Servidores públicos	Todos os trabalhadores
Filiação	Compulsório	Compulsório	Facultativo
Natureza	Sistema público	Sistema público	Sistema privado
Gestão	INSS / Receita Federal do Brasil	Entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios)	Entidades privadas de previdência complementar (fechadas ou abertas)
Proteção	Benefícios limitados ao teto	Benefícios podem ou não ser limitados ao teto	Benefícios complementares
Fundamento constitucional	Artigo 201 da CF	Art. 40 da CF	Art. 202 da CF
Fundamento legal	Leis 8.212 e 8.213/1991	Lei 9.717/1998 e leis de cada ente	LC 108 e 109/2001

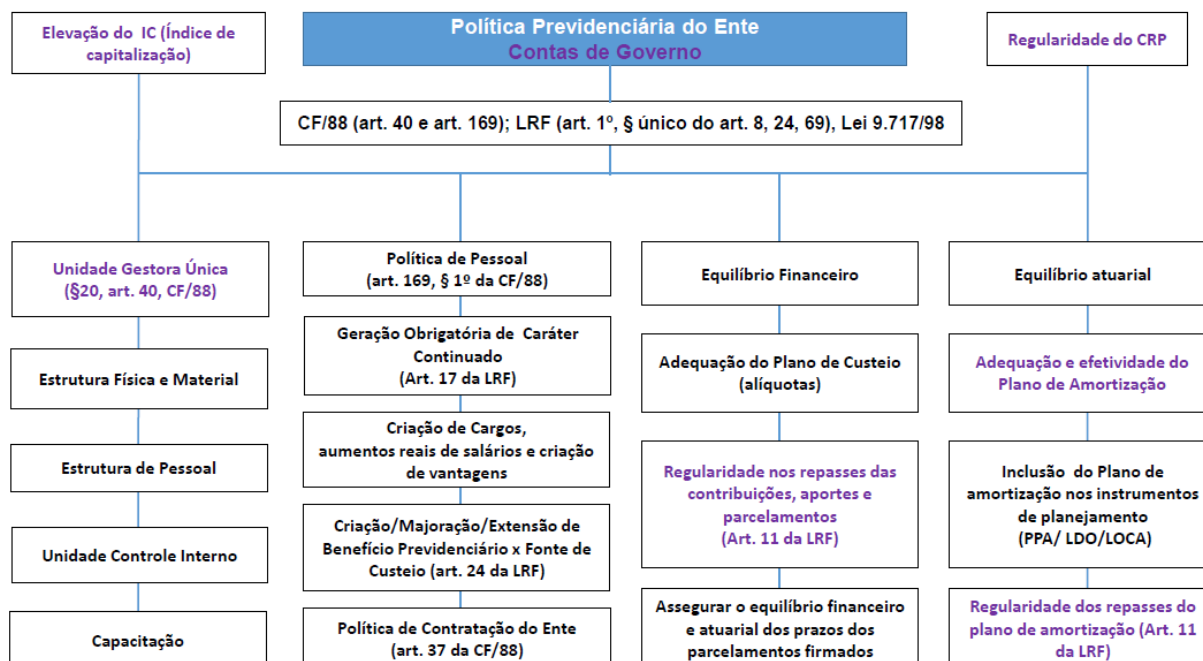
Fonte: MOTTA, Leonardo da Silva. Normas Gerais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. Secretaria de Previdência/Ministério da Fazenda.

Verifica-se a adoção de Regime Próprio de Previdência Social no município de Vitória, instituído por meio da Lei Municipal 4.399/1997, alterada por meio da Lei Municipal 6.172/2004.

A política previdenciária, executada por parte do ente que institui o Regime Próprio de Previdência, deve se pautar nas seguintes diretrizes: estruturação da unidade gestora única; manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial; acompanhamento da política de pessoal; regularidade do CRP; e, acompanhamento do indicador de capitalização.



Segue modelo ilustrativo que auxilia a compreensão das principais diretrizes que devem pautar a condução da política previdenciária por parte do gestor responsável pelo ente federativo:



2.1 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O planejamento da política previdenciária requer a existência de programação orçamentária específica que contemple os recursos destinados à execução do plano de amortização do déficit atuarial, quando instituído em lei pelo ente federativo, uma vez que compreende um programa de duração continuada, nos termos previstos pelo art. 165, § 1º, da Constituição Federal.

A Resolução TC 334, de 11 de dezembro de 2019, que amplia o escopo de análise das contas do chefe do Poder Executivo, contido na Resolução TC 297/2016, prevê a necessidade da existência de programação nos instrumentos de planejamento contemplando o plano de amortização estabelecido em lei pelo ente federativo.

Constata-se que para o equacionamento do déficit atuarial do IPAMV, por intermédio da Lei Municipal 8.134/2011, foi adotada a segregação de massas, envolvendo o repasse para a cobertura da insuficiência financeira do Fundo em Repartição, assim como a acumulação de reservas por meio de Fundo em Capitalização, que atualmente apresenta situação atuarial superavitária.



Dessa forma, não existe necessidade de adoção de plano de amortização para equacionamento de déficit atuarial, em conformidade com o resultado apurado pelo estudo de avaliação atuarial (DEMAAT).

2.2 UNIDADE GESTORA ÚNICA

A existência de mais de um Regime Próprio de Previdência Social para os servidores titulares de cargos efetivos ou mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal ofende o art. 40, § 20, da Constituição Federal de 1988.

Art. 40. [...]

§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

As aposentadorias concedidas anteriormente à criação do RPPS, assim como as pensões delas decorrentes, constituem benefícios de natureza estatutária e, portanto, não devem estar abrangidas no conceito de unidade gestora única.

Conforme consta da declaração de pagamento de benefícios previdenciários diretamente pelo chefe do Poder Executivo (DECINAT), documento encaminhado na presente remessa de contas de governo, consta declaração de que a prefeitura não possui responsabilidade direta pelo pagamento de aposentadorias e pensões.

Com base na execução orçamentária dos órgãos e entidades públicas do ente federativo, disponível no módulo “PCM” do sistema CidadES, identifica-se pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios assistenciais por parte das seguintes unidades gestoras:

Tabela 1) Pagamento de Benefícios Previdenciários e Assistenciais **Em R\$ 1,00**

Unidades Gestoras	Aposentadorias 3.1.90.01	Pensões 3.1.90.03	Outros Benefícios Assistenciais 3.3.90.08	Total
077E0800001 – IPAMV	0,00	0,00	0,00	0,00
077E0900001 – Fundo Financeiro	314.197.539,83	46.170.315,50	0,00	360.367.855,33
077E0900002 – Fundo Previdenciário	894.260,24	432.371,88	0,00	1.326.862,12
Demais UGs municipais	0,00	0,00	17.521,13	17.521,13
Total	315.0941.800,07	46.602.687,38	17.521,13	361.712.008,58

Fonte: Demonstrativo Balancete da Despesa – PCM/2023



Conforme disposto pelo art. 9º, § 2º, da EC 103/2019, o pagamento de outros benefícios assistenciais deve ser realizado diretamente pelo ente federativo, cabendo ao regime previdenciário apenas o pagamento de aposentadorias e pensões.

Diante do exposto, depreende-se que o pagamento de benefícios previdenciários está atendendo à determinação constitucional, em observância ao preceito da unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social.

3 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

O Regime Próprio dos Servidores do município foi instituído por meio da Lei Municipal 4.399/1997, alterada pela Lei Municipal 6.172/2004. O rol de benefícios concedidos aos seus segurados está previsto no art. 16 da Lei Municipal 4.399/1997 (alterada pela Lei Municipal 6.172/2004), e se constitui em:

Art. 16. O IPAMV pagará aos seus segurados exclusivamente os seguintes benefícios:

I - Quanto aos segurados em atividade:

- a)** aposentadoria voluntária;
- b)** aposentadoria compulsória;
- c)** aposentadoria por invalidez.

II – Quanto ao dependente:

- a)** pensão por morte.

Para custear tais despesas, por meio dos arts. 3º e 4º da Lei Municipal 8.134/2011, foram atribuídas as seguintes receitas em seu plano de custeio:

Artigo 3º O Plano Financeiro destinar-se-á ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público do Município de Vitória e seus dependentes, até a publicação desta Lei.

§ 1º O Plano Financeiro será custeado mediante os seguintes recursos:

- I** - as contribuições previdenciárias dos ativos, inativos e pensionistas;
- II** - a contribuição previdenciária compulsória dos Poderes Executivo e Legislativo e sua Autarquia;
- III** - as receitas oriundas da compensação previdenciária obtidas pela transferência de outros regimes de previdência;
- IV** - os juros, a atualização monetária e as multas por mora no pagamento de quantias devida à previdência municipal;



V - os valores repassados mensalmente pelo Tesouro Municipal ao IPAMV, para suprir a insuficiência financeira mensal para pagamento da folha previdenciária prevista no Plano de Benefícios;

VI - o Fundo de Reserva composto pelo patrimônio do IPAMV na data desta Lei, deduzida a taxa de administração prevista no Art. 9º desta Lei;

VII - outros ativos financeiros de qualquer natureza. [...]

Artigo 4º O Plano Previdenciário será formado para atender as despesas previdenciárias e administrativas dos segurados ativos que venham a ingressar no serviço público municipal, a partir da publicação desta lei, suas aposentadorias e/ou pensões.

Parágrafo único - O Plano Previdenciário será custeado mediante os seguintes recursos:

I - as contribuições previdenciárias dos ativos, inativos e pensionistas;

II - a contribuição previdenciária compulsória dos Poderes Executivo e Legislativo e Autarquia;

III - as receitas oriundas da compensação previdenciária obtidas pela transferência de outros regimes de previdência;

IV - pelos aportes para financiamento ou amortização do déficit técnico apurado em avaliações atuariais futuras;

V - outros ativos financeiros de qualquer natureza.

A revisão dos planos de custeio e de benefícios, oferecidos pelo RPPS, foi realizada em conformidade com as Leis Municipais 9.720/2021, 9755/2021 e 6.172/2004, tendo em vista à necessidade de atendimento ao disposto pelo art. 9º, §§ 2º e 4º, da Emenda Constitucional 103/2019.

As contribuições previdenciárias do servidor e a patronal deverão ser repassadas ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês de competência, nos termos do art. 38, § 3º, da Lei Municipal 4.399/1997, com redação dada pela Lei Municipal 8.069/2010.

Por intermédio da Lei Municipal 8.134/2011, foi adotada a segregação de massas para o equacionamento do déficit técnico atuarial do RPPS, prevendo-se enquadramento no Fundo Previdenciário aos segurados que ingressaram no serviço público a partir de 07 de julho de 2011, e enquadramento no Fundo Financeiro aos segurados que ingressaram no serviço público até a referida data.



As alíquotas patronais, de responsabilidade dos órgãos e entidades municipais, destinadas à cobertura do custeio normal dos benefícios previdenciários, apresentam a seguinte evolução, conforme demonstrado:

Tabela 2) Alíquotas Patronais Destinadas ao Custeio Normal do RPPS

Histórico	Dispositivo Normativo	Alíquota – FF	Alíquota – FP
1	Art. 36 da Lei Municipal 4.399, de 07 de fevereiro de 1997	10,00%	10,00%
2	Art. 1º da Lei Municipal 6.172, de 27 de julho de 2004	10,00%	10,00%
3	Art. 1º da Lei Municipal 6.277, de 24 de fevereiro de 2005	11,00%	11,00%
4	Art. 1º da Lei Municipal 6.494, de 12 de dezembro de 2005	22,00%	22,00%
5	Art. 1º da Lei Municipal 9.720, de 05 de janeiro de 2021	22,00%	14,00%
6	Art. 1º das Leis Municipais 9.720, de 05 de janeiro de 2021 e 9.755, de 13 de abril de 2021 ²	14%; 16,50% e 19% + 2,88%	19,12% + 2,88%
7	Art. 1º da Lei Municipal 9.965, de 05 de setembro de 2023 ³	28,00% + 2,88%	19,12% + 2,88%

Fonte: Legislação municipal

Verifica-se correspondência entre as alíquotas patronais normais estabelecidas em lei pelo ente federativo e o plano de custeio normal apurado pela avaliação atuarial (DEMAAT), com data base posicionada em 31/12/2023.

² Art. 36, incisos I e II, da Lei Municipal 4.399/1997 (alterada pelas Leis Municipais 9.720/2021, 9.755/2021 e 9.965/2023):

I - contribuição mensal compulsória dos segurados ativos e inativos e dos pensionistas, deduzida em folha, nos seguintes percentuais: (Redação dada pela Lei nº 9.720/2021)

a) 14% (quatorze por cento), calculada sobre a remuneração dos segurados ativos; (Redação dada pela Lei nº 9.720/2021)

b) 14% (quatorze por cento), calculada sobre o valor da parcela que supere 05 (cinco) salários-mínimos dos proventos de aposentadorias e pensões para os aposentados e pensionistas; (Redação dada pela Lei nº 9.965/2023)

c) Adicional de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor da parcela da remuneração, dos proventos de aposentadorias e das pensões que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. (vide Constituição da República, art. 195, II) (Redação dada pela Lei nº 9.720/2021)

d) Adicional de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela da remuneração, dos proventos de aposentadorias e das pensões que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. (vide Constituição da República, art. 195, II) (Dispositivo incluído pela Lei nº 9.720/2021)

II – contribuição compulsória mensal do Município, da Câmara Municipal, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais nos seguintes percentuais:

a) 28% (vinte e oito por cento), referente aos servidores vinculados ao **Fundo Financeiro** do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Vitória; (Redação dada pela Lei nº 9.965/2023)

b) 19,12% (dezenove inteiros e doze centésimos por cento), destinados a cobertura do custo normal dos benefícios de aposentadorias e pensões por morte referente aos servidores vinculados ao **Fundo Previdenciário** do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Vitória; e

c) **alíquota adicional de até 2,88%** (dois inteiros e oitenta e oito centésimos por cento) incidente sobre a remuneração utilizada como base de cálculo de contribuição previdenciária dos servidores ativos, referente a **taxa de administração** para custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento do RPPS, observados os parâmetros, diretrizes, limitações e critérios estabelecidos pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia ou outro órgão que lhe vier a suceder. (Redação dada pela Lei nº 9.755/2021) (g. n.)

³ O art. 4º da Lei 9.965/2023 retroagiu a vigência da alíquota de 28,00% para 01/09/2023.



Com relação ao regime de previdência complementar, exigência estabelecida pelo art. 40, §§ 14 a 16, da Constituição Federal, verifica-se sua regular instituição, em observância ao prazo de 2 (dois) anos disposto pelo § 6º do art. 9º da Emenda Constitucional 103/2019, conforme previsão da Lei Complementar Municipal 07/2021.

Por meio do Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA, disponível no sistema Cadprev⁴, elaborou-se a evolução do quantitativo de beneficiários vinculados ao RPPS, conforme demonstrado:

Tabela 3) Quantitativo de Beneficiários Vinculados ao RPPS

DRAA	2020	2021	2022	2023	2024
Data-base da avaliação	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Servidores Ativos	6445	6174	5878	5511	5271
Aposentados	4489	4573	4655	4708	4906
Pensionistas	1018	1005	1005	1116	1148
Total – FF	11952	11752	11538	11335	11325
Servidores Ativos	1915	1986	2341	2669	2676
Aposentados	17	20	23	24	35
Pensionistas	11	11	11	18	27
Total – FP	1943	2017	2375	2711	2738
Total Geral	13895	13769	13913	14046	14063

Fonte: Demonstrativo DRAA – Sistema Cadprev

De acordo com o demonstrativo da avaliação atuarial (DEMAAT), com data base posicionada em 31/12/2023, constata-se que a proporção de ativos/inativos está em **1,30**, significando um quadro **crítico**⁵ para o Regime Próprio de Previdência de Vitória, segundo classificação de Nogueira (fls. 220/221)⁶.

⁴ Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/>. Acesso em: 04/06/2024.

⁵ Os RPPS de cada grupo foram qualificados no que se refere **à relação existente entre o número total de servidores ativos e o número total de aposentados e pensionistas**, conforme as seguintes faixas de “Situação”:

a) Crítico (até 3,0): Para cada aposentado ou pensionista existem no máximo 3 servidores ativos. Um RPPS nessa situação possivelmente já apresenta um déficit financeiro, que está sendo suprido pela utilização de recursos do Ativo Líquido acumulado no passado ou por meio de aportes mensais repassados pelo Estado ou Município.

b) Preocupante (mais de 3,0 até 5,0): Para cada aposentado ou pensionista existem entre 3 e 5 servidores ativos. Talvez esse RPPS ainda não apresente déficit financeiro, mas a relação indica que brevemente a arrecadação das contribuições sobre a folha de pagamento dos servidores ativos se tornará insuficiente para o pagamento das aposentadorias e pensões.

c) Razoável (mais de 5,0 até 10,0): Para cada aposentado ou pensionista existem entre 5 e 10 servidores ativos. Situação intermediária, na qual o RPPS ainda manterá o seu superávit financeiro por algum tempo.

⁶ NOGUEIRA, Naron Gutierre. O equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS: de princípio constitucional a política pública de estado. Brasília: MPS, 2012. 336 pág.



Considerando a opção pela segregação de massas, este Relatório Técnico foi dividido em capítulos, abrangendo os Fundos em Repartição e em Capitalização, com o objetivo de avaliar individualmente o equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes.

4 FUNDO EM REPARTIÇÃO

4.1 EQUILÍBRIO FINANCEIRO

O equilíbrio financeiro decorre de disposições expressas do art. 40, *caput*, da Constituição Federal, do art. 69 da LRF, assim como do art. 1º da Lei 9.717/1998, representando a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações assumidas pelo RPPS em cada exercício financeiro.

O ente federativo deve garantir a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário, sendo responsável pela cobertura de insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de obrigações, nos termos previstos no art. 2º da Lei 9.717/1998.

4.1.1 Resultado Orçamentário do Fundo em Repartição

O RPPS/Fundo Financeiro do Município apresenta o seguinte resultado orçamentário no exercício financeiro, conforme demonstrado:

Tabela 4) Balanço Orçamentário do Fundo Financeiro do RPPS

Em R\$ 1,00

Receitas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Despesas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Contribuições	145.478.706,62	128.162.562,86	Pessoal e Encargos	367.031.914,37	328.760.657,26
Patrimonial	88.241.861,11	2.734.484,32	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Serviços	958.918,85	0,00	Outras Desp. Correntes	1.062.865,62	4.247.341,44
Outras Rec. Correntes	19.724.346,84	24.925.420,48	Investimentos	0,00	0,00
Déficit	113.690.946,57	177.185.531,04	Superávit	0,00	0,00
Total	368.094.779,99	333.007.998,70	Total	368.094.779,99	333.007.998,70

Fonte: Demonstrativo BALORC/FF/RPPS – PCA/2022/2023

Em consulta aos demonstrativos do Fundo Financeiro, observa-se o comportamento do resultado orçamentário nos últimos exercícios, conforme segue demonstrado:



Tabela 5) Evolução do Resultado Orçamentário do Fundo Financeiro Em R\$ 1,00

Exercício	Resultado
2019	(88.848.308,27)
2020	(147.876.368,22)
2021	(146.663.682,33)
2022	(177.185.531,04)
2023	(113.690.946,57)

Fonte: Demonstrativo BALORC/FF/RPPS – PCA/2019/2020/2021/2022/2023

Verifica-se que o Balanço Orçamentário, do exercício de 2023, apresenta redução do resultado orçamentário negativo, interferindo na necessidade de cobertura de insuficiência financeira, por parte do Tesouro municipal, para pagamento de benefícios previdenciários pelo Fundo em Repartição.

4.1.2 Resultado Financeiro do Fundo em Repartição

Com base na utilização de receitas arrecadadas e transferências recebidas pelo Fundo Financeiro, a cobertura de despesas previdenciárias e transferências concedidas resultou na seguinte situação financeira, conforme demonstrado:

Tabela 6) Equilíbrio Financeiro do Fundo Financeiro Em R\$ 1,00

Análise Financeira	
(+) Receita Arrecadada	254.403.833,42
(+) Transferências Financeiras Recebidas	207.516.250,00
(=) Total de Receitas Previdenciárias e Aportes Financeiros	461.920.083,42
(-) Despesas Empenhadas	(368.094.779,99)
(-) Transferência Financeiras Concedidas	(9.481.797,41)
Resultado Financeiro	84.343.506,02

Fonte: Demonstrativos BALORC/FF/RPPS e BALFIN/FF/RPPS – PCA/2023

Depreende-se que o Fundo Financeiro foi capaz de manter o equilíbrio financeiro em suas operações, possibilitando a elevação de reserva financeira para oscilação de riscos existente na unidade gestora do Fundo Financeiro do IPAMV.

4.1.3 Aportes para Insuficiência Financeira do Fundo em Repartição

O aporte recebido pelo Fundo Financeiro para cobertura de insuficiência financeira resultou no registro de R\$ 207.516.250,00, conforme transferências financeiras demonstradas a seguir:



Tabela 7) Transferências Financeiras

Em R\$ 1,00

UNIDADES GESTORAS	FF
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	207.516.250,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	207.516.250,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	9.481.797,41
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	9.481.797,41

Fonte: Demonstrativos BALFIN/RPPS – PCA/2023

Em consulta ao Painel de Controle, observa-se o comportamento dos aportes recebidos para a cobertura de insuficiência financeira do Fundo Financeiro nos últimos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 8) Aportes para Cobertura de Insuficiência Financeira

Em R\$ 1,00

Exercício	Aporte Financeiro	RCL	Proporção
2019	157.549.325,40	1.750.246.461,55	9,00%
2020	173.349.000,00	1.867.630.415,71	9,28%
2021	178.193.995,89	2.135.336.701,90	8,36%
2022	195.531.210,48	2.424.651.876,47	8,07%
2023	207.516.250,00	2.743.183.068,04	7,56%

Fonte: Demonstrativo BALFIN/FF/RPPS e Painel de Controle – Sistema CidadES

Identifica-se o crescimento do aporte financeiro em 6,13% no exercício de 2023, em comparação com 2022, revelando crescimento da necessidade de cobertura de insuficiência financeira por parte do Tesouro municipal.

Além disso, importante destacar que a Acréscimo da Receita Corrente Líquida foi de 13,14%; superior, portanto, ao crescimento do aporte financeiro; ensejando menor esforço fiscal do município para a cobertura das insuficiências do Fundo Financeiro do RPPS.

4.1.4 Adimplência de Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos

4.1.4.1 Adimplência Mensal de Contribuições Previdenciárias

Com base nas peças que integram a PCA do FF/RPPS, foram analisados os recolhimentos de valores devidos em contribuições previdenciárias, a título de obrigações patronais devidas pelos órgãos e entidades municipais, bem como as obrigações retidas dos servidores e recolhidas ao Fundo Financeiro.



Tabela 9) Contribuições devidas ao Fundo Financeiro (Competência) Em R\$ 1,00

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Total
UG / CNPJ	Descrição				
077E0700001	PREFEITURA DE VITÓRIA	46.300.727,60	0,00	72.557.693,99	118.858.421,59
077L0200001	CAMARA DE VITÓRIA	313.409,02	0,00	467.476,20	780.885,22
077E0800001	IPAMV	116.906,30	0,00	172.011,15	288.917,45
077E0300001	CDTIV	3.127,30	0,00	6.203,82	9.331,12
077E0900001	FUNDO FINANCEIRO	27.166,90	22.465.025,31	3.048.435,48	25.540.627,69
Total		43.884.628,50	46.761.337,12	22.465.025,31	76.251.820,64

Fonte: Demonstrativo DEMREC/FF/RPPS – PCA/2023

Tabela 10) Receita de Contribuições Recolhidas ao Fundo Financeiro Em R\$ 1,00

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Total
UG / CNPJ	Descrição				
077E0700001	PREFEITURA DE VITÓRIA	46.300.727,60	0,00	72.557.693,99	118.858.421,59
077L0200001	CAMARA DE VITÓRIA	313.409,02	0,00	467.476,20	780.885,22
077E0800001	IPAMV	116.906,30	0,00	172.011,15	288.917,45
077E0300001	CDTIV	3.127,30	0,00	6.203,82	9.331,12
077E0900001	FUNDO FINANCEIRO	27.166,90	22.465.025,31	3.048.435,48	25.540.627,69
Total		43.884.628,50	46.761.337,12	22.465.025,31	76.251.820,64

Fonte: Demonstrativo DEMREC/FF/RPPS – PCA/2023

Considerando as contribuições recolhidas por cada órgão e entidade com vínculo ao regime previdenciário, promove-se o confronto entre os valores devidos e os efetivamente arrecadados, possibilitando a identificação de débitos não repassados.

Tabela 11) Receita de Contribuições não Recolhidas ao Fundo Financeiro Em R\$ 1,00

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Total
UG / CNPJ	Descrição				
077E0700001	PREFEITURA DE VITÓRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
077L0200001	CAMARA DE VITÓRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
077E0800001	IPAMV	0,00	0,00	0,00	0,00
077E0300001	CDTIV	0,00	0,00	0,00	0,00
077E0900001	FUNDO FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00	0,00

Obs.: Evidencia a diferença entre as contribuições devidas e arrecadadas.

Fonte: Demonstrativo DEMREC/FF/RPPS – PCA/2023

Portanto, com base no DEMREC/FF/RPPS, conclui-se pela ocorrência de recolhimento integral das contribuições previdenciárias devidas ao Fundo Financeiro do IPAMV; circunstância condizente com informações contidas na declaração de quitação (DELQUIT/RPPS) e na declaração do repasse integral de valores ao RPPS (DELREPI).



4.1.4.2 Adimplência de Parcelamentos

Foram analisadas as informações disponibilizadas pelo sistema Cadprev⁷, que demonstraram a inexistência de parcelamentos de débitos previdenciários vigentes, junto ao RPPS.

Da análise do relatório detalhado dos parcelamentos firmados com o RPPS (RELPAR/FP/RPPS), assim como da declaração de quitação (DELQUIT/FF/RPPS), verifica-se que não há parcelamentos vigentes junto ao Fundo Financeiro do IPAMV, no exercício de 2023.

Diante do exposto, conclui-se pela ausência de parcelamentos firmados pelo Fundo Financeiro, no exercício financeiro em análise.

4.2 EQUILÍBRIO ATUARIAL

Segundo o art. 40 da Constituição Federal, o **equilíbrio financeiro e atuarial** constitui o principal pilar de sustentabilidade da gestão fiscal responsável do Regime Próprio de Previdência Social, tendo em vista que eventual desequilíbrio poderá comprometer de maneira significativa o resultado das finanças públicas.

A mensuração do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS se faz por meio de estudo técnico denominado **avaliação atuarial**, desenvolvido pela atuária e baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano.

4.2.1 Avaliação Atuarial do Exercício

Segundo as normas da Previdência Social, as reavaliações atuariais anuais devem apurar a situação financeira e atuarial do RPPS, avaliando a adequação da base de dados e das hipóteses utilizadas, com objetivo de apontar as medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

⁷ Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/>. Acesso em: 20 jun. 2024.



Analisando-se a legislação municipal, observa-se que o Município de Vitória instituiu a segregação da massa no RPPS, conforme se verifica das informações encaminhadas por meio do estudo de avaliação atuarial (DEMAAT), elaborado pelo técnico atuário, Sr. Richard M. Dutzmann, registrado no MIBA sob nº 935.

Nos termos do DEMAAT, o RPPS apresentou saldo em ativos do Plano Financeiro em montante inferior às provisões matemáticas previdenciárias:

Tabela 12) Apuração do Resultado Atuarial do Fundo Financeiro **Em R\$ 1,00**

Resultado Atuarial do Plano Financeiro	
(-) Provisões Mat. de Benefícios Concedidos (PMBC)	(3.678.141.277,39)
(-) Provisões Mat. de Benefícios a Conceder (PMBaC)	(1.874.862.864,93)
(+) Total de ativos do Plano Financeiro	605.807.974,44
(+) Cobertura de Insuficiência Financeira	4.947.196.167,88
Resultado Atuarial = Equilíbrio	0,00

Fonte: Demonstrativo DEMAAT, data da avaliação: 13/02/2024 e data focal: 31/12/2023 – PCA/2023

Importante destacar que o Plano Financeiro é constituído como fundo em repartição⁸, operado em regime financeiro de repartição simples⁹, envolvendo a transferência de aporte para a cobertura de insuficiência financeira por meio de recursos do Tesouro.

4.2.2 Evolução das Avaliações Atuariais

Com base no Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA, buscou-se evidenciar a evolução das provisões matemáticas previdenciárias com o objetivo de acompanhar o resultado atuarial do FF/RPPS, desconsiderando-se a cobertura de insuficiência financeira.

Tabela 13) Evolução das Avaliações Atuariais do Fundo Financeiro **Em R\$ 1,00**

DRAA	2020	2021	2022	2023	2024
Data base	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Prov. Mat. - PF	(4.419.441.040,99)	(5.133.898.589,51)	(4.726.864.751,79)	(5.498.243.816,92)	(5.553.004.142,32)
Ativos - PF	462.632.880,08	485.883.364,00	511.690.593,71	521.248.808,42	605.807.974,44
Necessidade	(3.956.808.160,91)	(4.648.015.225,51)	(4.215.174.158,08)	(4.976.995.008,50)	(4.947.196.167,88)
Evol. Necess.	-51%	17%	-9%	18%	-0,6%

⁸ Anexo da Portaria MF 464/2018. Item 33. Fundo em repartição: fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em caso de segregação da massa, em que as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo para oscilação de riscos.

⁹ Anexo da Portaria MF 464/2018. Item 53. Regime financeiro de repartição simples: regime em que o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de benefícios futuros cujo pagamento venha a ocorrer nesse mesmo exercício.



Método de Fin.	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples
Atuário	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann

Fonte: Demonstrativo DRAA – Sistema Cadprev

Observa-se que as provisões matemáticas previdenciárias apresentam uma evolução inferior ao acúmulo dos ativos, mantendo estável o resultado atuarial negativo, assim como a necessidade de cobertura de insuficiência financeira do Fundo Financeiro.

Tabela 14) Necessidade de Recursos do Fundo Financeiro e a RCL **Em R\$ 1,00**

Data base	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Necessidade	(4.648.015.225,51)	(4.215.174.158,08)	(4.976.995.008,50)	(4.947.196.167,88)
RCL	1.867.630.415,71	2.135.336.701,90	2.424.651.876,47	2.743.183.068,04
Proporção	249%	197%	205%	180%

Fonte: Painel de Controle – Sistema CidadES; e, Demonstrativo DRAA – Sistema Cadprev

Com base na necessidade adicional de recursos ao Fundo Financeiro, decorrente da diferença entre os ativos disponíveis e as provisões matemáticas previdenciárias, apurou-se a sua proporção em relação à Receita Corrente Líquida, informada por meio do Painel de Controle disponível no sistema CidadES.

Dessa forma, contata-se diminuição, no exercício de 2023, da relação existente entre a necessidade adicional de recursos ao Fundo Financeiro e a Receita Corrente Líquida ajustada, ensejando menor esforço municipal para a cobertura dos compromissos financeiros exigidos pelo Fundo Financeiro do RPPS, especialmente em decorrência do aumento obtido na RCL.

5 FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO

5.1 EQUILÍBRIO FINANCEIRO

O equilíbrio financeiro decorre de disposições expressas do art. 40, caput, da Constituição Federal, do art. 69 da LRF, assim como do art. 1º da Lei 9.717/1998, representando a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações assumidas pelo RPPS em cada exercício financeiro.

O ente federativo deve garantir a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário, sendo responsável pela cobertura de insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de obrigações, nos termos previstos no art. 2º da Lei 9.717/1998.



5.1.1 Resultado Orçamentário do Fundo em Capitalização

O RPPS/Fundo Previdenciário apresenta o seguinte resultado orçamentário no exercício financeiro, conforme demonstrado:

Tabela 15) Balanço Orçamentário do Fundo Previdenciário **Em R\$ 1,00**

Receitas	Exercício	Exercício Anterior	Despesas	Exercício	Exercício Anterior
Contribuições	45.019.864,03	39.023.325,21	Pessoal e Encargos	1.326.632,12	997.606,19
Patrimonial	56.979.693,70	2.370.074,21	Outras Desp. Correntes	0,00	0,00
Outras Rec. Correntes	0,00	61.970,36	Investimentos	0,00	0,00
Déficit	0,00	0,00	Superávit	100.672.925,61	40.457.763,59
Total	101.999.557,73	41.455.369,78	Total	101.999.557,73	41.455.369,78

Fonte: Demonstrativo BALORC/FP/RPPS – PCA/2022/2023

Em consulta aos Balanços Orçamentários do Fundo Previdenciário, observa-se o comportamento do resultado orçamentário dos últimos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 16) Evolução do Resultado Orçamentário do FP/RPPS **Em R\$ 1,00**

Exercício	Resultado Orçamentário
2019	50.628.202,40
2020	40.738.147,93
2021	27.991.488,39
2022	40.457.763,59
2023	100.672.925,61

Fonte: Demonstrativo BALORC/FP/RPPS – PCA/2019/2020/2021/2022/2023

Verifica-se que o resultado orçamentário do exercício de 2023 apresenta um acréscimo de 148,83%, em comparação ao resultado do exercício de 2022.

5.1.2 Resultado Financeiro do Fundo em Capitalização

No exercício em análise, com base na utilização de receitas arrecadadas e transferências recebidas pelo RPPS, a cobertura de despesas previdenciárias e administrativas revela a seguinte situação financeira, conforme demonstrado:



Tabela 17) Equilíbrio Financeiro do Fundo Previdenciário **Em R\$ 1,00**

Análise financeira do RPPS	
(+) Receitas Orçamentárias Arrecadadas	101.999.557,73
(+) Transferências Financeiras Recebidas	121.250,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	(56.979.693,70)
(-) Despesas Empenhadas	(1.326.632,12)
(-) Transferências Financeiras Concedidas	(3.615.346,54)
(=) Suficiência Financeira	40.199.135,37

Fonte: Demonstrativos BALEXOR, BALFIN, DEMREC e DEMVAP do FP/RPPS – PCA/2023

Depreende-se que o Fundo Previdenciário foi capaz de manter o equilíbrio financeiro em suas operações; resguardando o rendimento de aplicações financeiras, bem como parte das contribuições normais destinadas à formação de reservas.

5.1.3 Acumulação de Reservas para Capitalização do Regime de Previdência

Da análise dos dados a seguir, constata-se que a unidade gestora possui capacidade de formação de reserva, constituindo o valor adicional de R\$ 40.199.135,37.

Tabela 18) Capacidade de Formação de Reservas **Em R\$ 1,00**

Formação de Reservas	
(=) Superávit financeiro do exercício anterior no Balanço Patrimonial	304.797.970,50
(+) Rendimentos das Aplicações Financeiras	53.568.947,77
(+) Rendimentos sobre Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	3.410.745,93
(+) Ajuste referente aos Créditos Tributários Recebidos	239,20
(=) Saldo Aplicado que <u>deveria existir</u> para amortização do déficit atuarial	361.777.903,40
(-) Superávit financeiro de disponibilidades <u>existentes</u> no Balanço Patrimonial	401.977.038,77
(=) Variação das Reservas do RPPS	40.199.135,37

Fonte: Demonstrativos BALFIN, BALEXO e DEMVAP do FP/RPPS – PCA/2023

Verifica-se que situação financeira do Fundo Previdenciário do RPPS, no exercício de 2023, se apresenta equilibrada, com recursos suficientes para arcar com o pagamento de benefícios previdenciários, possibilitando a formação de reservas.

O superávit financeiro do Fundo Previdenciário apresentou os seguintes resultados, nos últimos exercícios, conforme demonstrado:

Tabela 19) Evolução do superávit financeiro do Fundo Previdenciário **Em R\$ 1,00**

Exercício	Resultado
2019	204.452.126,56
2020	245.190.274,49
2021	266.494.518,58
2022	303.943.124,69
2023	401.977.038,77

Fonte: Demonstrativos BALFIN, BALVER e DEMVAP do FP/RPPS – PCA/2023



Dessa forma, conforme as análises técnicas efetuadas nas prestações de contas anuais apresentadas pelo RPPS, identifica-se crescimento das reservas por parte do Fundo Previdenciário, do IPAMV.

5.1.4 Adimplência de Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos

5.1.4.1 Adimplência Mensal de Contribuições Previdenciárias

Com base nas peças que integram a PCA do FP/RPPS, foram analisados os recolhimentos de valores devidos em contribuições previdenciárias, a título de obrigações patronais devidas pelos órgãos e entidades municipais, bem como obrigações retidas dos servidores e recolhidas ao Fundo Previdenciário.

Tabela 20) Contribuições Devidas ao Fundo Previdenciário (Competência) Em R\$ 1,00

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Total
UG / CNPJ	Descrição				
077E0700001	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA	17.327.333,76	0,00	26.864.440,18	44.191.773,94
077L0200001	CAMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA	218.889,08	0,00	390.467,06	609.356,14
077E0800001	IPAMV	65.177,52	0,00	88.166,94	153.344,46
077E0300001	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA	10.924,20	0,00	12.468,00	23.392,20
077E0900002	FUNDO PREVIDENCIARIO	0,00	33.513,49	2.921,07	36.434,56
Total		17.622.324,56	33.513,49	27.358.463,25	45.014.301,30

Fonte: Demonstrativo DEMREC/FP/RPPS – PCA/2023

Tabela 21) Receitas de Contribuições Recolhidas ao Fundo Previdenciário Em R\$ 1,00

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Total
UG / CNPJ	Descrição				
077E0700001	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA	17.327.333,76	0,00	26.864.440,18	44.191.773,94
077L0200001	CAMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA	218.889,08	0,00	390.467,06	609.356,14
077E0800001	IPAMV	65.177,52	0,00	88.166,94	153.344,46
077E0300001	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA	10.924,20	0,00	12.468,00	23.392,20
077E0900002	FUNDO PREVIDENCIARIO	0,00	33.513,49	2.921,07	36.434,56
Total		17.622.324,56	33.513,49	27.358.463,25	45.014.301,30

Fonte: Demonstrativo DEMREC/FP/RPPS – PCA/2023

Considerando as contribuições recolhidas por cada órgão e entidade com vínculo ao Fundo Previdenciário do IPAMV, promove-se o confronto entre os valores devidos e os efetivamente arrecadados, possibilitando a identificação de débitos eventualmente não repassados ao RPPS.



Tabela 22) Receita de Contribuições não Recolhidas ao FP

Em R\$ 1,00

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Total
UG / CNPJ	Descrição				
077E0700001	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
077L0200001	CAMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
077E0800001	IPAMV	0,00	0,00	0,00	0,00
077E0300001	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
077E0900002	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00	0,00

Obs.: Evidencia a diferença entre as contribuições devidas e arrecadadas.

Fonte: Demonstrativo DEMREC/FP/RPPS – PCA/2023

Portanto, com base no DEMREC/FP/RPPS, conclui-se pela ocorrência de recolhimento integral das contribuições previdenciárias devidas ao Fundo Previdenciário do IPAMV; circunstância condizente com informações contidas na declaração de quitação (DELQUIT/RPPS) e na declaração do repasse integral de valores ao RPPS (DELREPI).

5.1.4.2 Adimplência de Parcelamentos

Foram analisadas as informações disponibilizadas pelo sistema Cadprev¹⁰, que demonstraram a inexistência de parcelamentos de débitos previdenciários vigentes, junto ao RPPS.

Da análise do relatório detalhado dos parcelamentos firmados com o RPPS (RELPAR/FP/RPPS), assim como da declaração de quitação (DELQUIT/FP/RPPS), verifica-se que não há parcelamentos vigentes no exercício de 2022.

Diante do exposto, conclui-se pela ausência de parcelamentos firmados pelo Fundo Previdenciário, no exercício financeiro em análise.

5.2 EQUILÍBRIO ATUARIAL

Segundo o art. 40 da Constituição Federal, o **equilíbrio financeiro e atuarial** constitui o principal pilar de sustentabilidade da gestão fiscal responsável do Regime Próprio de Previdência Social, tendo em vista que eventual desequilíbrio poderá comprometer de maneira significativa o resultado das finanças públicas.

¹⁰ Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/>. Acesso em: 20 jun. 2024.



A mensuração do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS se faz por meio de estudo técnico denominado **avaliação atuarial**, desenvolvido pela atuária e baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano.

5.2.1 Avaliação Atuarial do Exercício

Segundo a Previdência Social, as reavaliações atuariais anuais devem apurar o resultado atuarial e as projeções atuariais de receitas e despesas.

Analisando-se a legislação municipal, observa-se que o Município de Vitória instituiu a segregação da massa no RPPS, conforme se verifica das informações encaminhadas por meio do estudo de avaliação atuarial (DEMAAT), elaborado pelo técnico atuário, Sr. Richard M. Dutzmann, registrado no MIBA sob nº 935.

Nos termos do DEMAAAT, o RPPS apresentou saldo em ativos do Plano Previdenciário Capitalizado em montante superior às provisões matemáticas previdenciárias, resultando em superávit atuarial de R\$ 281.307.718,55:

Tabela 23) Apuração do Resultado Atuarial do Plano Previdenciário **Em R\$ 1,00**

Resultado Atuarial do Plano Previdenciário Capitalizado	
(-) Provisões Mat. De Benefícios Concedidos (PMBC)	16.890.725,28
(-) Provisões Mat. De Benefícios a conceder (PMBac)	103.778.594,94
(+) Total de ativos do Plano Previdenciário	401.977.038,77
Resultado Atuarial = Superávit	281.307.718,55

Fonte: Demonstrativo DEMAAAT, data da avaliação: 13/02/2024 e data focal: 31/12/2023 – PCA/2023

Em análise aos resultados do Fundo Previdenciário Capitalizado, observa-se que seus ativos cobrem todo o seu passivo atuarial, nos seguintes montantes:

Tabela 24) Formação de Reserva – Equilíbrio Atuarial do FP **Em R\$ 1,00**

Detalhamento	Fundo Capitalizado
a) Reserva Mat. de Benefícios a Conceder (RMBac)	103.778.594,94
b) Reserva Mat. de Benefícios Concedidos (RMBC)	16.890.725,28
c) Reserva Matemática (RMBac + RMBC)	120.669.320,22
d) Ativos Garantidores	401.977.038,77
e) Índice de Cobertura = d / c	3,33
f) Índice de Cobertura dos Benefícios Concedidos = d / b	7,14
g) Reserva de Benefícios Concedidos formada = b – d	385.086.313,49

Fonte: Demonstrativo DEMAAAT – PCA/2023



Conclui-se que o Fundo Previdenciário Capitalizado possui reserva suficiente para a cobertura de benefícios concedidos e a conceder, ou seja, possui ativos garantidores para arcar com a totalidade das provisões matemáticas previdenciárias.

5.2.2 Evolução das Avaliações Atuariais

Com base no Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA, disponível no sistema Cadprev¹¹, evidencia-se a evolução das provisões matemáticas com o objetivo de acompanhar o resultado atuarial do regime previdenciário:

Tabela 25) Evolução das Avaliações Atuariais do Plano Previdenciário Em R\$ 1,00

DRAA	2020	2021	2022	2023	2024
Data base	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Prov. Mat. - PP	(76.714.276,05)	(167.110.223,07)	(65.697.669,21)	(90.197.156,27)	120.669.320,22
Ativos - PP	204.452.127,92	245.190.275,20	267.349.364,39	304.797.970,50	401.977.038,77
Resultado	127.737.851,87	78.080.052,13	201.651.695,18	214.600.814,23	281.307.718,55
Evol. Result.	-	-39%	158%	6%	31%
Cobertura	2,67	1,47	4,07	3,38	3,33
Método de Fin.	PUC	PUC	PUC	PUC	PUC
Atuário	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann

Fonte: RT 175/2022-3 (Proc. TC 5788/2022-1) e demonstrativo DRAA – Sistema Cadprev.

Observa-se que as provisões matemáticas previdenciárias apresentam uma evolução superior ao crescimento dos ativos, reduzindo o resultado atuarial positivo, bem como o índice de cobertura, no exercício de 2023.

Importante registrar que o Fundo Previdenciário apresenta queda constante no índice de cobertura, nos últimos três exercícios, indicando um discreto processo de descapitalização, visto que 2021 possuía cobertura de 4,07% de seus passivos previdenciários, mas em 2023 sua cobertura reduziu-se para 3,33%.

5.2.3 Implementação e Efetividade do Plano de Amortização

De acordo com a MTP 1.467/2022, caso a avaliação atuarial de encerramento de exercício apure **déficit atuarial**, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento, abrangendo instituição de plano de amortização, segregação da massa e outras medidas complementares.

¹¹ Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/>. Acesso em: 13 jun. 2023.



O ente federativo deverá optar por uma das espécies de planos de amortização definidas na Portaria MTP 1.467/2022, que somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei pelo ente federativo.

Art. 56. Para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, o plano de amortização estabelecido em lei do ente federativo deverá, adicionalmente aos parâmetros previstos nesta Portaria relativos ao plano de custeio do regime, observar os seguintes:

I - garantir a solvência e liquidez do plano de benefícios, mantendo nível de arrecadação de contribuições e acumulação de reservas compatível com o regime financeiro adequado, bem como com as obrigações futuras, a serem demonstrados por meio dos fluxos atuariais;

II - que o montante de contribuição anual, na forma de alíquotas suplementares ou aportes mensais, seja superior ao montante anual de juros do saldo do déficit atuarial do exercício, conforme definido no Anexo VI;

III - não poderá prever diferimento para início da exigibilidade das contribuições; e

IV - contemplar as alíquotas e valores dos aportes para todo o período do plano, na forma prevista no art. 10.

Como forma de equacionamento do déficit atuarial do RPPS, o ente federativo adotou a segregação de massa, por meio da Lei Municipal 8.134/2011, envolvendo o repasse de aporte para a cobertura da insuficiência financeira do Plano Financeiro, assim como a capitalização dos recursos por meio do Plano Previdenciário; que, atualmente, apresenta situação de superávit atuarial. Assim, não existe necessidade da adoção de plano de amortização junto ao Fundo Previdenciário do IPAMV.

6 REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) é o documento, fornecido pela Secretaria de Previdência, que atesta, por parte do regime próprio de previdência, o cumprimento de exigências previstas na Lei 9.717/1998.

Conforme previsão do art. 7º da Lei 9.717/1998, a regularidade na emissão do CRP constitui requisito para: realização de transferências voluntárias de recursos pela União; celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes; concessão de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.



Em consulta ao portal eletrônico do sistema Cadprev, constata-se a existência de CRP ao longo do exercício de 2023; atestando a regularidade junto às obrigações previstas pela Lei 9.717/1998; encontrando-se, atualmente, com validade até 09/11/2024¹².

7 MONITORAMENTO DE DELIBERAÇÕES

Monitoramento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal de Contas para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.

Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES não foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise.

8 CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

As contas anuais, ora analisadas, refletem a conduta do Sr. **Lorenzo Silva de Pazolini**, no exercício de suas atribuições como prefeito municipal de Vitória, referente à condução da política previdenciária no exercício de 2023.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo gestor responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 68/2020; nas prestações de contas dos demais órgãos do município de Vitória, do exercício de 2023, assim como de exercícios anteriores; e, nos demonstrativos consultados no endereço eletrônico do Ministério da Previdência.

Sob o aspecto técnico-contábil, no que tange à condução da política previdenciária pelo chefe do Poder Executivo municipal, opina-se pela emissão de parecer prévio com opinião pela **APROVAÇÃO** da prestação de contas de 2023; nos termos do art. 80, inc. I, da Lei Complementar Estadual 621/2012 (Lei Orgânica do TCEES).

Vitória/ES, 28 de junho de 2024.

(documento assinado digitalmente)

Miguel Burnier Ulhôa

Auditor de Controle Externo

Matrícula: 203.637

¹² Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/>. Acesso em: 20 jun. 2024.



Assinado por
FELIPE DOS ANJOS VIEIRA
FERREIRA
23/07/2024 14:14

Relatório Técnico 00119/2024-6
Produzido em fase anterior ao julgamento

Processo: 03679/2024-2
Classificação: Prestação de Contas Anual de Prefeito
Descrição complementar: RT - proposta aprovação das contas
Exercício: 2023
Criação: 22/07/2024 18:37
Origem: NCCONTAS - Núcleo de CE Consolidação de Contas de Governo

Assinado por
WELITON RODRIGUES
ALMEIDA
23/07/2024 13:48

Assinado por
MIGUEL BURNIER ULHOA
23/07/2024 12:45

Assinado por
JADERVAL FREIRE JUNIOR
23/07/2024 12:42

Assinado por
CESAR AUGUSTO TONONI DE
MATOS
23/07/2024 12:22

Assinado por
RODRIGO REIS LOBO DE
REZENDE
23/07/2024 12:02

Assinado por
ROBERT LUTHER SALVIATO
DETONI
23/07/2024 11:51

Assinado por
ROBERVAL MISQUITA MUOIO
23/07/2024 11:46

Assinado por
ADECIO DE JESUS SANTOS
22/07/2024 19:51



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO TÉCNICO DAS CONTAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROCESSO:	03679/2024-2
CONSELHEIRO RELATOR:	Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun
MUNICÍPIO:	Vitória
OBJETIVO:	Apreciação e emissão de parecer prévio que subsidiará a Câmara Municipal no julgamento das contas do chefe do Poder Executivo
EXERCÍCIO:	2023
RESPONSÁVEL PELAS CONTAS	LORENZO SILVA DE PAZOLINI
RESPONSÁVEL PELO ENVIO DAS CONTAS	LORENZO SILVA DE PAZOLINI
USUÁRIOS PREVISTOS:	Conselheiros, substitutos de conselheiros e procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal, sociedade e Câmara Municipal





SUMÁRIO EXECUTIVO

O que o TCEES apreciou?

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), em cumprimento ao art. 71, inciso II, da Constituição do Estado, apreciou a prestação de contas do(a) chefe do Poder Executivo municipal de Vitória, Senhor(a) LORENZO SILVA DE PAZOLINI, relativa ao exercício de 2023, objetivando a emissão de relatório técnico e de parecer prévio, cujas conclusões servirão de base para o julgamento das contas a ser realizado pela respectiva Câmara Municipal, em obediência ao disposto no art. 29 da constituição estadual.

O relatório técnico, elaborado com a participação de diversas unidades técnicas deste Tribunal e sob a coordenação da Secretaria de Controle Externo de Contabilidade, Economia e Gestão Fiscal (SecexContas), analisou a atuação do(a) chefe do Poder Executivo municipal, no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, em respeito aos programas, projetos e atividades estabelecidos pelos instrumentos de planejamento aprovados pelo Poder Legislativo municipal; bem como a observância às diretrizes e metas fiscais estabelecidas e o devido cumprimento das disposições constitucionais e legais aplicáveis na execução dos orçamentos, inclusive em relação aos atos de gestão praticados.

No que tange à metodologia adotada, as unidades técnicas do TCEES examinaram os demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, exigíveis pela Instrução Normativa TC 68, de 8 de dezembro de 2020 e suas alterações posteriores, de forma a possibilitar a avaliação da gestão política do(a) chefe do Poder Executivo municipal. Esta avaliação, precedida pela análise de consistência dos dados e informações encaminhados eletronicamente a este Tribunal, se baseou no escopo de análise definido em anexo específico da Resolução TC 297, de 30 de agosto de 2016 e, ainda, nos critérios de relevância, risco e materialidade dispostos na legislação aplicável, contemplando adoção de procedimentos e técnicas de auditoria que culminaram na instrução do presente relatório técnico. Cabe registrar, ainda, que o TCEES buscou identificar, no



curso da instrução processual ou em processos de fiscalizações correlacionados, os achados com impacto ou potencial repercussão nas contas prestadas, os quais seguem detalhados no presente documento.

O que o TCEES encontrou?

Ao examinar a prestação de contas anual, o Tribunal identificou que o município obteve um resultado superavitário no valor de R\$ 426.508.437,14, em sua execução orçamentária no exercício de 2023 (subseção 3.2.1.5).

Como saldo em espécie para o exercício seguinte, o Balanço Financeiro apresentou recursos da ordem de R\$ 2.857.475.233,87. Os restos a pagar ao final do exercício ficaram em R\$ 288.485.383,78, de acordo com o demonstrativo dos restos a pagar (subseção 3.3.1).

Ficou constatado que o Município cumpriu o limite de aplicação com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (mínimo de 25% estabelecido no art. 212, *caput*, da Constituição da República), considerando que aplicou **28,52%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências (subseção 3.4.2.1).

Nessa temática constitucional da Educação, o município cumpriu o limite de aplicação de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica, exigido pelo art. 212-A, XI, da Constituição da República, haja vista que destinou **100,00%** das receitas provenientes do Fundeb para o pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (subseção 3.4.2.2).

No que tange aos gastos com saúde, mínimo constitucional de 15%, foram aplicados **17,46%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em ações e serviços públicos de saúde. Portanto, verifica-se que o município cumpriu o limite mínimo constitucional previsto para aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde (subseção 3.4.3.1).

Em relação à despesa com pessoal do Município, observa-se o cumprimento do limite máximo de despesa com pessoal do Poder Executivo em análise (subseção 3.4.4.1). Por sua vez, verificou-se o cumprimento do limite máximo de despesa com pessoal consolidado em análise (subseção 3.4.4.2).



No que tange a despesa total com pessoal, com base na declaração emitida, considerou-se que o chefe do Poder Executivo, no exercício analisado, não expediu ato que resultasse em aumento da despesa com pessoal, cumprindo o art. 21, I, da LRF (subseção 3.4.5).

Do ponto de vista estritamente fiscal, ficou constatado que, em 31 de dezembro de 2023, o Poder Executivo possuía liquidez para arcar com seus compromissos financeiros, cumprindo o dispositivo legal previsto no art. 1º, § 1º, da LRF (subseção 3.4.9).

Por fim, embora não abordados neste tópico, encontram-se destacados no corpo do relatório informações importantes sobre a conjuntura econômica e fiscal (seção 2); renúncia de receitas (subseção 3.5); condução da política previdenciária (subseção 3.6); riscos à sustentabilidade fiscal (subseção 3.7); dados e informações sobre as demonstrações contábeis consolidadas do município (seção 4); resultados alcançados nas políticas públicas (seção 5); fiscalização em destaque (seção 6); controle interno (seção 7) e monitoramento das deliberações do colegiado (seção 8).

Qual é a proposta de encaminhamento?

Propõe-se a emissão de parecer prévio dirigido à Câmara Municipal de Vitória recomendando a **aprovação** da prestação de contas anual do Sr. LORENZO SILVA DE PAZOLINI, prefeito do município de Vitória, no exercício de 2023, na forma do art. 80, I, da Lei Complementar 621/2012 c/c art. 132, I, do RITCEES.

Ressalta-se a existência de proposições no sentido de **dar ciência** ao atual chefe do Poder Executivo, quanto às ocorrências registradas na **subseção 10.2** desta instrução.

Quais os próximos passos?

Após apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas prestadas pelo(a) chefe do Poder Executivo, o TCEES encaminhará o referido parecer ao Poder Legislativo municipal que tem a competência constitucional para o seu julgamento. Na sequência, com base nas conclusões geradas no âmbito da referida apreciação, o Tribunal



passará a monitorar o cumprimento das deliberações do colegiado, bem como os resultados delas advindos.



APRESENTAÇÃO

O TCEES, órgão de controle externo do Estado e dos Municípios, nos termos da Constituição Federal e Estadual e na forma estabelecida em sua Lei Orgânica, desempenha nestes autos, uma das principais competências que lhe são atribuídas: “apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas prestadas pelos prefeitos, no prazo de até vinte e quatro meses, a contar do seu recebimento”.

A análise realizada pelo Tribunal subsidia o Poder Legislativo com elementos técnicos para emitir seu julgamento e, assim, atender a sociedade, no seu justo anseio por transparência e correção na gestão dos recursos públicos municipais.

As contas, as quais abrangem a totalidade do exercício financeiro do Município e compreendem as atividades do Poder Executivo e Legislativo, consistem no Balanço Geral do Município e nos demais documentos e informações exigidos pela Instrução Normativa TC 68/2020. Ao mesmo tempo, as contas devem estar obrigatoriamente acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo da unidade responsável pelo controle interno.

Encaminhadas pelo(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Prefeito(a) Municipal, LORENZO SILVA DE PAZOLINI, no dia 26/04/2024, as contas ora analisadas referem-se ao período de atuação do(a) responsável pelas contas, Senhor(a) LORENZO SILVA DE PAZOLINI.

Considerando que a prestação de contas foi entregue em 26/04/2024, via sistema CidadES, verifica-se que a unidade gestora observou o prazo limite de 02/05/2024, definido em instrumento normativo aplicável.



SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
1.1	Razões da apreciação das contas do prefeito municipal	9
1.2	Visão Geral	11
1.3	Objetivo da apreciação	14
1.4	Metodologia utilizada e limitações	14
1.5	Volume de recursos fiscalizados ou envolvidos.....	15
1.6	Benefícios estimados da apreciação	15
1.7	Processos relacionados.....	15
2.	CONJUNTURA ECONÔMICA E FISCAL	16
2.1	Conjuntura econômica mundial, nacional e estadual.....	16
2.2	Economia municipal.....	19
2.3	Finanças públicas	24
2.4	Previdência	29
3.	CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	30
3.1	Instrumentos de planejamento.....	30
3.2	Gestão orçamentária	32
3.3	Gestão financeira.....	53
3.4	Gestão fiscal e limites constitucionais.....	56
3.5	Renúncia de receitas	67
3.6	Condução da Política Previdenciária	72
3.7	Riscos à sustentabilidade fiscal	73
3.8	Opinião sobre a execução dos orçamentos.....	78
4.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO	79
4.1	Consistência das demonstrações contábeis.....	79
4.2	Auditoria Financeira	94
4.3	Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas	94
5.	RESULTADO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL.....	96
5.1	Política pública de educação	96
5.2	Política pública de saúde	109
5.3	Política pública de assistência social	113
6.	FISCALIZAÇÃO EM DESTAQUE	118



6.1	Levantamento Operação Educação - infraestrutura das unidades escolares	118
6.2	Ciclo de monitoramento da Auditoria Operacional – Diabetes.....	119
6.3	Auditoria Operacional pela Primeira Infância	120
7.	CONTROLE INTERNO.....	122
8.	MONITORAMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO COLEGIADO	124
9.	CONCLUSÃO	124
10.	PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO.....	126
10.1	Ciência.....	127
	APÊNDICE A – Formação administrativa do Município	129
	APÊNDICE B – Despesas de exercícios anteriores.....	131
	APÊNDICE C – Transferência de recursos ao Poder Legislativo.....	132
	APÊNDICE D – Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE	133
	APÊNDICE E – Demonstrativo das receitas de impostos e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde	136
	APÊNDICE F – Demonstrativo da receita corrente líquida	139
	APÊNDICE G – Demonstrativo da despesa com pessoal do Poder Executivo	140
	APÊNDICE H – Demonstrativo da despesa com pessoal consolidada	141
	APÊNDICE I – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar	142
	APÊNDICE J – Despesas correntes pagas com recursos de alienação de ativos	143
	APÊNDICE K – Programas prioritários – LDO e LOA.....	144
	APÊNDICE L – Nota Técnica	145



1. INTRODUÇÃO

1.1 Razões da apreciação das contas do prefeito municipal

O chefe do Poder Executivo municipal, por exigência do artigo 71 da Constituição Estadual¹ e do artigo 76, §2º Lei Complementar 621, de 8 de março de 2012 (Lei Orgânica do Tribunal)², é o responsável por prestar as contas anualmente ao TCEES.

A Prestação de Contas Anual (PCA), objeto de apreciação neste proc. TC 03679/2024-2, reflete a atuação do(a) chefe do Poder Executivo municipal, no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, em respeito aos programas, projetos e atividades estabelecidos pelos instrumentos de planejamento aprovados pelo Legislativo municipal, quais sejam: o Plano Plurianual de Investimento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual; bem como, em respeito às diretrizes e metas fiscais estabelecidas e às disposições constitucionais e legais aplicáveis na execução dos orçamentos, inclusive em relação aos atos de gestão praticados.

A Prestação de Contas Anual é composta pelas demonstrações contábeis e demais peças e documentos que integram a referida PCA, consolidando as contas das unidades gestoras.

As contas consolidadas foram objeto de análise pelo(s) auditor(es) de controle externo que subscreve(m) o presente Relatório Técnico (RT), com vistas à apreciação e à emissão do parecer prévio que subsidiará o julgamento da prestação de contas anual do prefeito, pelo Poder Legislativo municipal.

¹Art. 71. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete: I – (...);

II - emitir parecer prévio sobre as contas dos Prefeitos, em até vinte e quatro meses, a contar do seu recebimento, e julgar as contas do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e das Mesas da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais, em até dezoito meses, a contar dos seus recebimentos; (...)

² Art. 76. (...)

§ 1º As contas serão encaminhadas pelo Prefeito ao Tribunal de Contas até noventa dias após o encerramento do exercício, salvo outro prazo fixado na lei orgânica municipal.

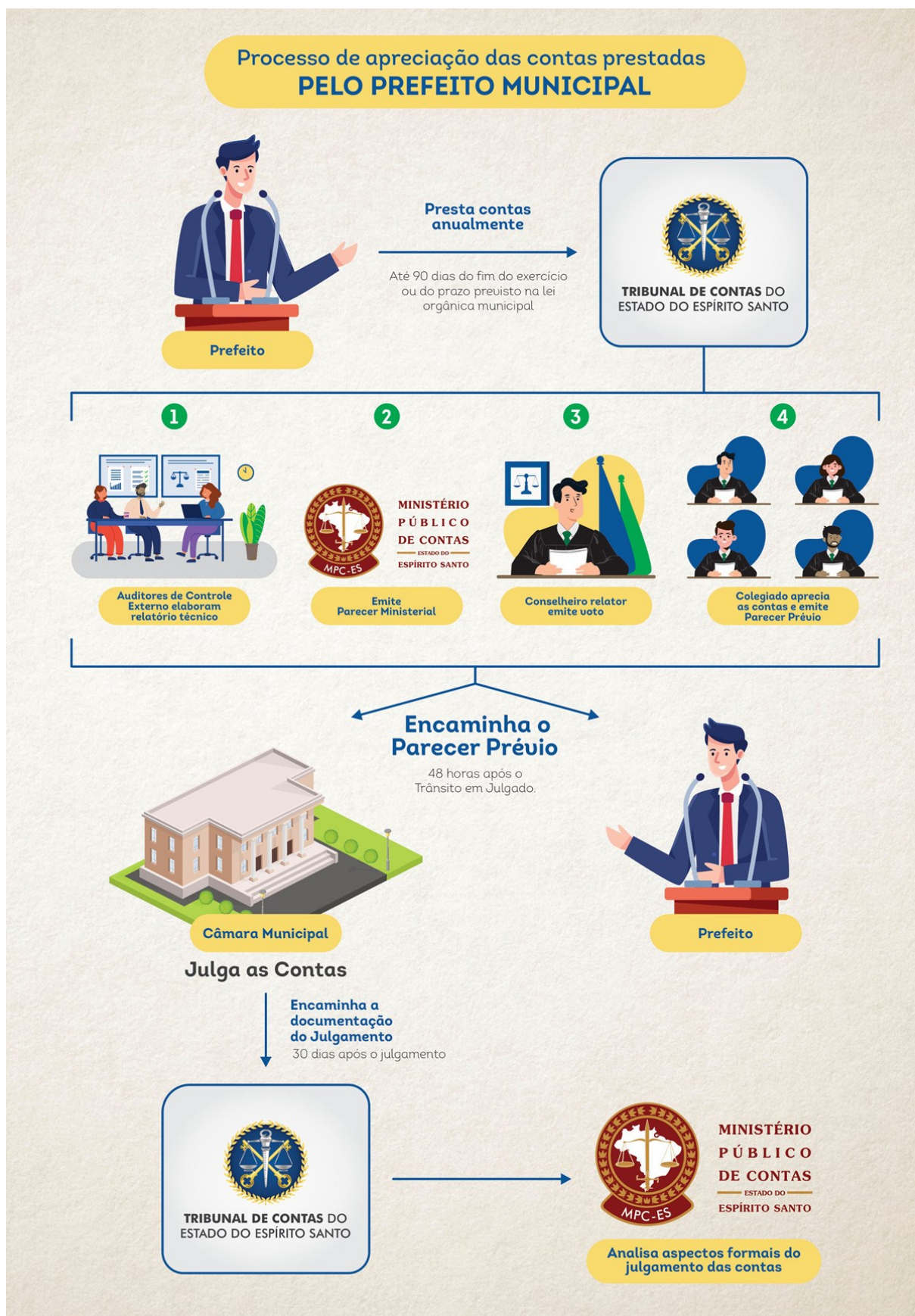


Figura 1: Processo de apreciação das contas prestadas pelo prefeito municipal



Considerando o resultado da análise do processo sob apreciação, tem-se a evidenciar o que segue:

1.2 Visão Geral

1.2.1 História do Município

A fundação do Espírito Santo e de Vitória começa poucos anos depois de o Brasil ter sido descoberto em 1500. O rei de Portugal, D. João III, dividiu as terras brasileiras em capitanias hereditárias, cabendo a capitania do Espírito Santo ao fidalgo Vasco Fernandes Coutinho. Ele tomou posse em 1535, instalando-se no sopé do morro da Penha, em Vila Velha. Em 1551, os portugueses venceram acirrada batalha contra os índios goitacazes e passaram a chamar o local de Ilha de Vitória³.

A emancipação política do município ocorreu em 1823. A partir de meados do século XX, a cidade se transformou em função das mudanças econômicas ocorridas no Estado. A ocupação urbana se estendeu por grande parte da ilha e avançou em direção à porção continental do município⁴.

³ Fonte: [IBGE](#).

⁴ A formação administrativa do município se encontra no Apêndice A.



1.2.2 Perfil socioeconômico do Município

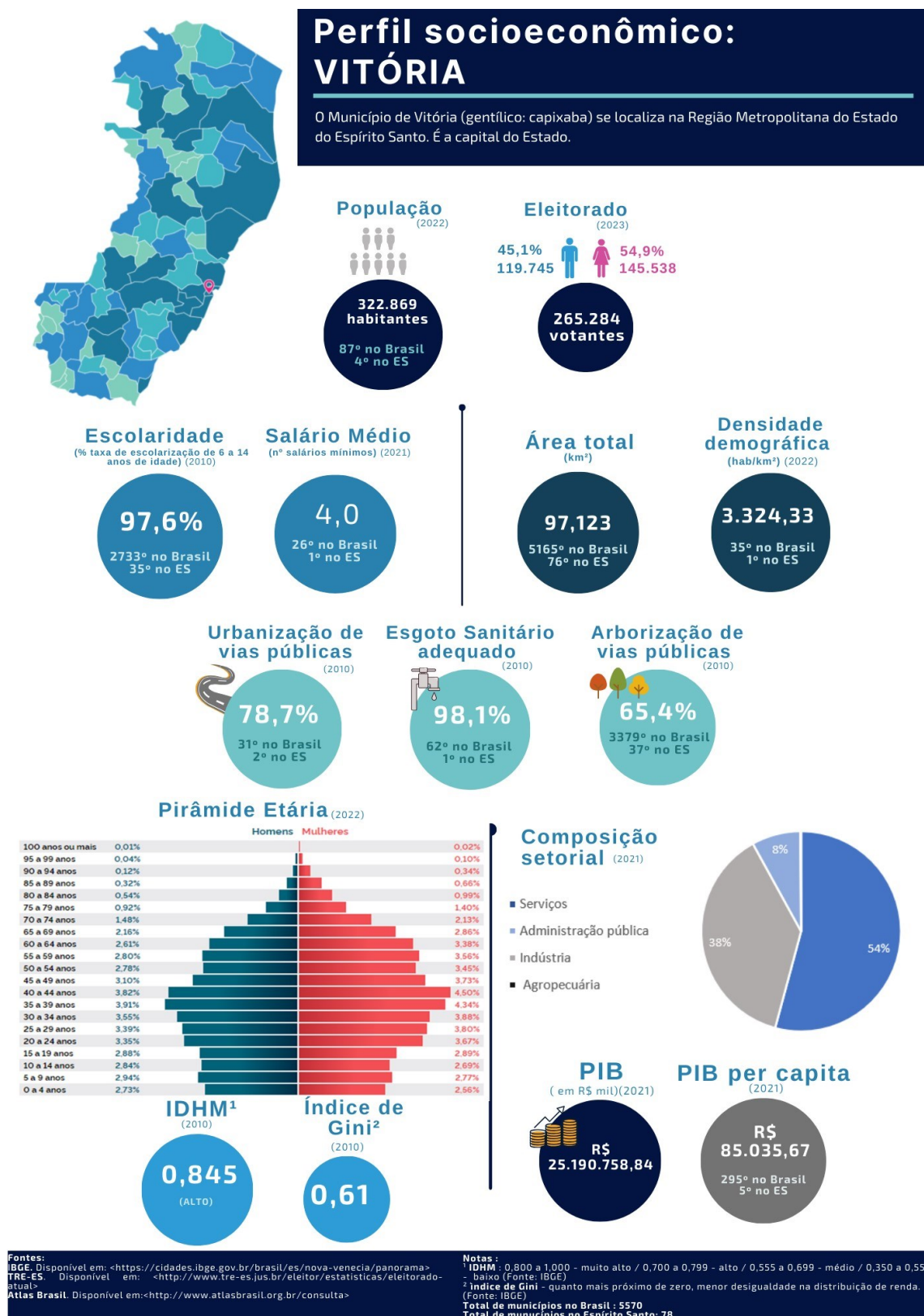


Figura 2: Perfil socioeconômico do Município



1.2.3 Administração municipal

De acordo com a legislação vigente, temos que o município de Vitória apresenta uma estrutura administrativa desconcentrada. Assim, a Prestação de Contas Anual é composta pelas demonstrações contábeis e demais peças e documentos que integram a referida PCA, consolidando as contas das seguintes Unidades Gestoras (UG's): Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória, Prefeitura Municipal de Vitória, Câmara Municipal de Vitória, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória, Fundo Municipal de Saúde de Vitória, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Vitória, Secretaria Municipal de Obras de Vitória, Secretaria Municipal de Governo de Vitória, Secretaria Municipal de Cultura de Vitória, Secretaria Municipal de Educação de Vitória, Secretaria de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana de Vitória, Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de Vitória, Procuradoria Geral do Município de Vitória, Fundo Municipal do Procon de Vitória, Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória, Secretaria Municipal de Segurança Urbana de Vitória, Fundo Municipal de Habitação de Vitória, Fundo Municipal de Assistência Social de Vitória, Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos de Vitória, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória, Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Habitação de Vitória, Fundo Municipal de Cultura de Vitória, Fundo Ambiental do Município de Vitória, Fundo de Desenvolvimento do Turismo de Vitória, Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de Vitória, Fundo de Desenvolvimento do Município de Vitória, Controladoria Geral do Município de Vitória, Secretaria Municipal de Fazenda de Vitória, Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Financeiro, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Previdenciário, Fundo Municipal de Segurança Urbana de Vitória, CENTRAL DE SERVIÇOS, Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação de Vitória, Fundo Municipal de Combate à Corrupção de Vitória, Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Vitória, Fundo Municipal do Trabalho de Vitória, Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil de Vitória, Fundo Municipal de Educação Infantil e do Ensino Fundamental de Vitória.



1.2.4 Resultados das contas dos prefeitos nos últimos anos

Quadro 1 - Situação das contas dos chefes do Poder Executivo municipal

Exercício	Responsáveis	Processo TC	Parecer Prévio		
			Número	Data	Resultado
2022	Lorenzo Silva de Pazolini	03524/2023-1	00141/2023-2	07/12/2023	Aprovação
2021	Lorenzo Silva de Pazolini	06548/2022-3	00051/2023-3	18/05/2023	Aprovação
2020	Luciano Santos Rezende	02451/2021-7	00095/2022-8	13/10/2022	Aprovação
2019	Luciano Santos Rezende	02989/2020-1	00085/2021-6	30/09/2021	Aprovação
2019	Sergio de Sa Freitas	02989/2020-1	00085/2021-6	30/09/2021	Aprovação
2018	Sergio de Sa Freitas	08718/2019-1	00037/2021-7	20/05/2021	Aprovação
2018	Luciano Santos Rezende	08718/2019-1	00037/2021-7	20/05/2021	Aprovação
2017	Luciano Santos Rezende	03714/2018-6	00038/2020-3	23/07/2020	Aprovação com ressalva
2016	Luciano Santos Rezende	05199/2017-7	00122/2018-3	30/10/2018	Aprovação
2015	Luciano Santos Rezende	03832/2016-1	00126/2018-1	13/11/2018	Aprovação com ressalva
2014	Luciano Santos Rezende	03988/2015-1	00083/2016-1	25/10/2016	Aprovação
2013	Luciano Santos Rezende	02806/2014-1	00005/2017-9	21/02/2017	Aprovação com ressalva

Fonte: Sistema e-TCEES. Dados disponíveis em 27/06/2024.

1.3 Objetivo da apreciação

O objetivo principal da apreciação é avaliar a atuação do prefeito municipal no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas do Município, para ao final opinar pela emissão de parecer prévio dirigido à Câmara Municipal no sentido de aprovar, aprovar com ressalva ou rejeitar as contas prestadas.

1.4 Metodologia utilizada e limitações

A análise das contas do(a) chefe do Poder Executivo municipal observou as disposições contidas nos Capítulos II e III, do Título IV, do Regimento Interno do TCEES, aprovado pela Resolução TC 261 de 4 de junho de 2013 (RITCEES), bem como atendeu as diretrizes de que trata o art. 5º da Resolução TC 297/2016 e os pontos de controle definidos no Anexo 2 da referida Resolução, exceto quanto: avaliação da programação financeira e orçamentária e o cronograma de desembolso na forma estabelecida na LRF; impactos dos aportes para cobertura de déficit financeiro do Regime Próprio de Previdência Social na previsão e/ou afetação das metas de resultados fiscais; limitação de empenho e movimentação financeira nos casos em que a realização da receita possa não comportar o cumprimento das metas



fiscais de resultado primário ou nominal estabelecidas; aplicação dos recursos do Fundeb no exercício; comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos aos valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar; avaliação da transparência na gestão; e verificação da compatibilidade da gestão de recursos humanos com a política previdenciária.

Registra-se, por fim, dada a limitação de recursos humanos, o trabalho desenvolvido para fins de conclusão sobre as demonstrações contábeis consolidadas do município não foi de auditoria financeira ou revisão limitada de demonstrações, tratando-se somente de análise da conformidade das informações contábeis consolidadas, realizada por meio de conciliações entre os demonstrativos e relatórios que compõem a Prestação de Contas Anual do exercício.

1.5 Volume de recursos fiscalizados ou envolvidos

O volume de recursos envolvidos na ação de controle externo, observado nestes autos, corresponde a R\$ 6.920.537.173,06.

1.6 Benefícios estimados da apreciação

Os benefícios estimados da apreciação correspondem ao aumento da confiança nas demonstrações contábeis e fiscais das unidades jurisdicionadas; melhorando a fidedignidade, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade das informações apresentadas para fins de prestação de contas e, ainda, o asseguramento de que os resultados divulgados sejam efetivos e possam ser comprovados, ou seja, garantir que estejam suficientemente evidenciados, possibilitando o fomento do controle social.

1.7 Processos relacionados

Proc. TC 4.002/2023 (Auditoria operacional para avaliar a governança das políticas para a Primeira Infância); proc. TC 1.447/2023-5 (Levantamento Operação Educação - infraestrutura das unidades escolares); procs. TC 5.720/2023 e TC 5.721/2023 (Fiscalizações realizadas em decorrência do Levantamento da Operação Educação); e, proc. TC 4.932/2021 (Ciclo de monitoramento da Auditoria Operacional – Diabetes).



2. CONJUNTURA ECONÔMICA E FISCAL

Esta seção apresenta a conjuntura econômica que prevaleceu no ano 2023, em nível mundial, nacional e estadual. Expõe dados da economia do município, os aspectos socioeconômicos e o ambiente de negócios local. Mostra a visão geral da política fiscal (receita e despesa) municipal e do endividamento. Por fim, relata a situação geral da previdência. Vale registrar que os dados utilizados nesta seção foram obtidos em sites, publicações, consulta ao Painel de Controle do TCEES e ao sistema CidadES durante os meses de abril a junho de 2024, podendo sofrer ajustes após regular fiscalização desta Corte de Contas.

2.1 Conjuntura econômica mundial, nacional e estadual

A conjuntura econômica no ano de 2023, no país, no mundo e no Espírito Santo, bem como o comportamento das principais variáveis das finanças públicas do estado que impactaram a gestão financeira e orçamentária foram resumidamente o que segue:⁵

Expectativas 2023:

As expectativas iniciais para 2023, foram melhorando ao longo do ano. Para o PIB, projetava-se variação em torno de +0,80% e o resultado foi de +2,9%. A taxa de câmbio, com expectativa inicial de 5,27, fechou o ano em 4,84. A inflação, com expectativa de 5,31%, fechou o ano em 4,62%.

Economia Mundial:

Em nível mundial, o mundo apresentou uma desaceleração em 2023 em relação a 2022, principalmente a Zona do Euro e o Reino Unido. No Brasil, a balança comercial fechou 2023 com superávit recorde de US\$ 98,8 bilhões, com a liderança da agropecuária e da indústria extrativa. O valor exportado foi de US\$ 339,7 bilhões, um aumento de +1,7%, e as importações registraram US\$ 240,8 bilhões, com recuo de -11,7%, na comparação entre 2022 e 2023. A corrente de comércio (soma das exportações e importações) em 2023 (US\$ 580,5 bilhões) apresentou uma queda de -4,33% em relação a 2022 (US\$ 606,8 bilhões). O preço do barril do petróleo,

⁵ Extraído do capítulo 2 do relatório técnico das contas do governador de 2023 (proc. TC 3.441/2024).



importante *commodity* para o Espírito Santo, teve queda de -10,3% no preço *brent* e de -10,7% no preço *WTI*.

Economia nacional:

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 2,9% no acumulado de 2023, totalizando R\$ 10,9 trilhões, frente ao crescimento de 3% em 2022. A inflação do país medida pelo IPCA fechou 2023 em 4,62%, dentro do intervalo da meta da inflação determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3,25%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. A taxa Selic terminou o ano em 11,75% a.a., após começar o ano em 13,75% a.a. O Brasil terminou 2023 com taxa de desemprego de 7,4%.

Economia capixaba:

O PIB do Espírito Santo cresceu +5,7% em 2023 (Brasil: +2,9%), resultado maior que o observado em 2022 (+1,9% no ES e 3% no Brasil). A alta de preços também atingiu o estado e o IPCA na Região Metropolitana da Grande Vitória atingiu +5,10% no acumulado de 2023. A taxa de desocupação no Espírito Santo foi estimada em 5,2%, registrando decréscimo de -2,0 p.p. em relação ao 4º trimestre de 2022.

As exportações capixabas apresentaram variação de +4,44%, entre 2022 e 2023, enquanto as importações cresceram +3,34%. No Brasil, as exportações cresceram +1,66% e as importações caíram -11,67%. A participação do Espírito Santo nas exportações do país aumentou de 2,73% em 2022 para 2,81% em 2022, enquanto as importações cresceram de 3,48% para 4,07%, entre os mesmos períodos.

O minério continua como o principal produto de exportação do Espírito Santo, responsável por 31% do valor das exportações em 2023. O principal destino das exportações em 2023 continua sendo os Estados Unidos, com 30,0% das exportações capixabas. A principal origem das importações continua a China, com 29%.

A produção de petróleo e gás decresceu até 2022 no Espírito Santo após atingir um pico em 2016. Em 2023, a produção total reverteu as quedas observadas nos seis anos anteriores, mas, manteve-se num patamar diminuto, situando-se abaixo da produção do ano de 2010.



Finanças públicas do Estado do Espírito Santo:

A política fiscal (receitas e despesas) do Estado do Espírito Santo continuou equilibrada em 2023: a receita total alcançou R\$ 25,9 bilhões em 2023, um aumento nominal de +7,80% em relação a 2022 (e real de +3,04%), e a despesa total chegou a R\$ 25,1 bilhões em 2023 (+10,15% nominal e +5,29% real frente a 2022), resultando em um superávit orçamentário de R\$ 797,62 milhões para 2023 (-35,48% nominal e -38,33% real frente a 2022).

Ao se analisar a arrecadação mensal de 2023 com o mesmo mês de 2022, observa-se que o primeiro semestre de 2023 teve um desempenho bem pior do que o primeiro semestre de 2022 em comparação aos meses correspondentes no ano de 2022, situação que mudou radicalmente no segundo semestre de 2023, quando iniciaram as compensações pelas perdas da redução das alíquotas do ICMS promovida pela Lei Complementar nº 194/2022⁶.

As receitas próprias do Estado responderam por 69% do total e as receitas de transferências da União equivaleram a 21% em 2023. O ICMS é o principal componente da receita própria estadual, com R\$ 10,7 bilhões arrecadados em 2023. Entre as receitas de transferências da União, os FPE+IPI+CIDE se destacaram com R\$ 2,39 bilhões. Entre as despesas, destaca-se a despesa com investimentos com um surpreendente salto em 2022 e em 2023, ultrapassando a casa dos R\$ 3 bilhões, em contraste com o valor de 2019, abaixo de R\$ 1 bilhão, representando um aumento de 300% no período.

A gestão fiscal do governo do ES apresentou resultado primário negativo em 2023 após oito anos seguidos (2015-2022) de superávit. Mais uma vez, o Estado do Espírito Santo alcançou nota A na Capag⁷. Em 2023, a Dívida Consolidada (bruta) estadual reduziu para 33,72% da Receita Corrente Líquida ajustada em relação a 2022 (era 34,22%), enquanto a Dívida Consolidada Líquida, que é o parâmetro utilizado pela LRF para o limite (200%), atingiu -6,64% da RCL ajustada (negativa pelo terceiro ano

⁶ A LC nº 194/2022 estabeleceu a essencialidade dos combustíveis, do gás natural, da energia elétrica, das comunicações e do transporte coletivo, regulando a taxa excessiva do ICMS.

⁷ A nota é atribuída com base em três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez.



seguido)⁸. A disponibilidade líquida de caixa do Governo capixaba em 2023 alcançou 31% da RCL (quinta melhor posição no Brasil).

2.2 Economia municipal

A composição setorial da economia do município de Vitória no ano de 2021⁹ reflete a proporção de cada atividade econômica no PIB (Produto Interno Bruto) do município, apresentando quais setores tiveram participações significativas. O setor serviços teve maior peso disparado (54%), seguido pela indústria (38%) e administração pública (8%). A agropecuária (0%) praticamente não teve participação. Entre 2010 e 2021, o setor de serviços sempre apresentou o maior valor agregado para a economia local.

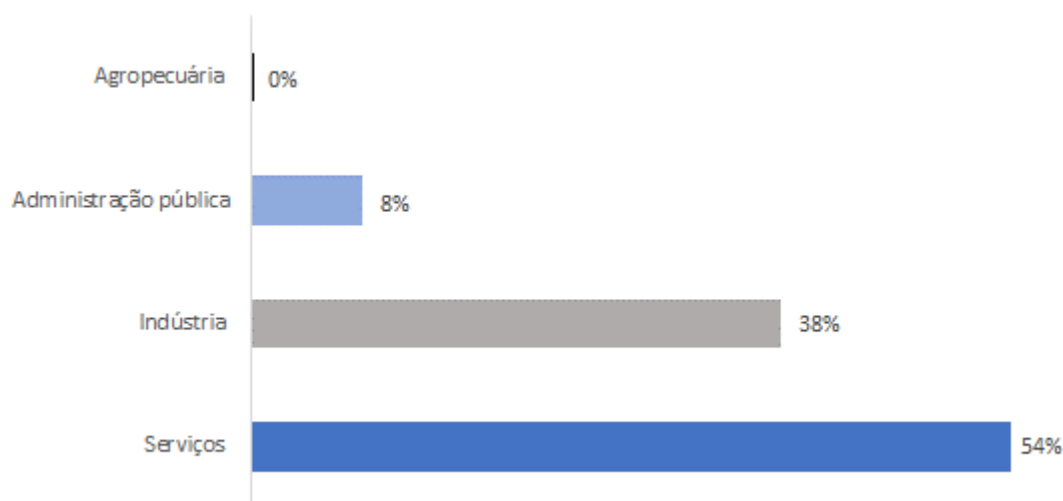


Gráfico 1: Composição setorial do PIB - Vitória (2021)

Fonte: IBGE Cidades

⁸ O percentual negativo da DCL sobre a RCL ajustada significa que o Estado possui caixa e haveres financeiros suficientes para arcar com sua dívida bruta.

⁹ Último ano divulgado pelo IBGE.

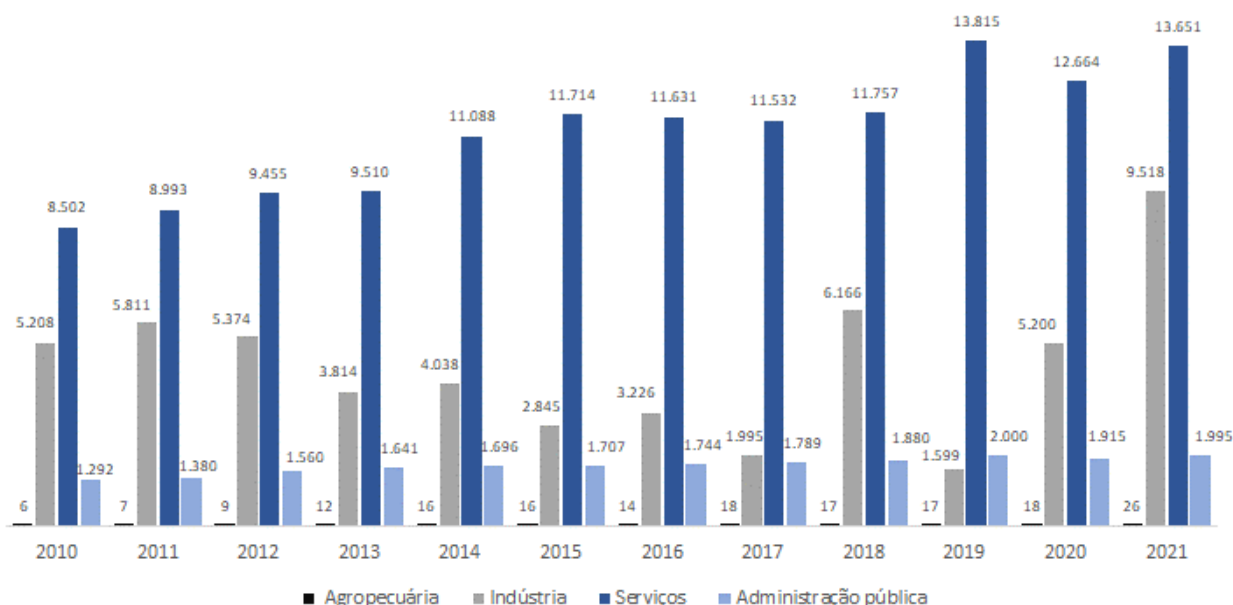


Gráfico 2: Evolução da participação da atividade econômica – Vitória (em R\$ milhões - a preços correntes)

Fonte: IBGE Cidades

O Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Município mostra a admissão de 75.249 empregados e 68.027 desligamentos, resultando num saldo positivo de 7.222 empregos formais em 2023¹⁰.

O ambiente de negócios é fator fundamental para a atratividade de empreendedores e o desenvolvimento da economia. Quanto mais favorável o ambiente, maior a probabilidade de geração de riqueza, ocasionando mais renda, empregos, confiança dos empresários e mais tributos arrecadados. As ações governamentais têm grande impacto no ambiente de negócios de um município.

¹⁰ Fonte: Micro dados do Caged – Ministério do Trabalho e do Emprego. Elaboração: [Observatório da Indústria..](#)



O Índice de Ambiente de Negócios (IAN)¹¹ do município de Vitória atingiu 7,7 em 2023, ocupando a 1ª posição no seu *cluster*¹² (maior IAN do *cluster*: 7,71; menor IAN: 5,92). Esse resultado está correlacionado com o desempenho dos quatro eixos de avaliação:

- No eixo de “infraestrutura”, a pontuação foi de 8,1, ocupando a 1ª posição no *cluster*;
- No eixo de “potencial de mercado”, a pontuação foi de 8,2, ocupando a 1ª posição no *cluster*;
- No eixo de “capital humano”, a pontuação foi de 7,4, ocupando a 1ª posição no *cluster*;
- No eixo de “gestão pública”, a pontuação foi de 7,1, ocupando a 1ª posição no *cluster*.

A nota do IAN de 2023 apresentou estagnação frente ao ano de 2022. Isso coloca Vitória na 1ª posição em relação aos 7 municípios que compõem a Região Metropolitana (Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória) e na 1ª posição no estado.

A Figura a seguir mostra a evolução do IAN do município e seus eixos.

¹¹ IAN é o Indicador de ambiente de negócios elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies) da Findes (Federação das Indústrias do Espírito Santo). Foi construído com base em 39 indicadores e organizado em 4 eixos: infraestrutura (base para que as variadas atividades econômicas possam funcionar), potencial de mercado (dinamismo da economia em uma localidade), capital humano (habilidades que favorecem o desenvolvimento de atividades inovadoras) e gestão pública (capacidade do município de cumprir suas obrigações de forma sustentável, sem ultrapassar limites indicados por lei e fornecer os melhores serviços públicos para a população local). O IAN permite um panorama geral do ambiente de negócios do município e auxilia o gestor público a elaborar estratégias de melhoria da qualidade das políticas públicas que afetam o seu território. Fonte: [Observatório da Indústria](#).

¹² *Cluster* é o conjunto de municípios com características semelhantes em termos de população, microrregião, Índice de Gini e IDHM. O *cluster* de Vitória é composto por: Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória.

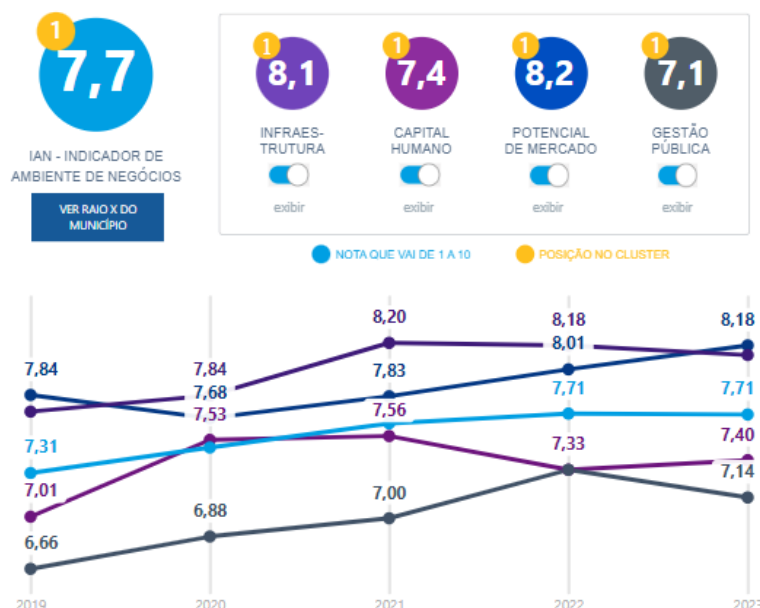


Figura 3: Evolução do IAN e seus eixos – Vitória – 2019/2023

Fonte: [Observatório da Indústria](#)

Dando ênfase ao aspecto socioeconômico, vale a pena destacar o IDHM¹³ (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de Vitória. Do censo de 1991, passando por 2000 e chegando no de 2010, o município saiu de um índice de 0,644, passou por 0,759 e chegou em 0,845, obtendo, respectivamente, a classificação “médio”, “alto” e “muito alto” desenvolvimento humano.

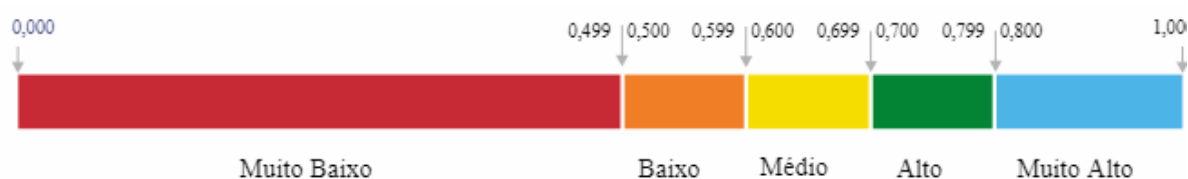


Figura 4: Classificações do IDHM

Fonte: Atlas Brasil

Esses resultados indicam que, ainda que o município possua diversos pontos a serem aperfeiçoados, seu desenvolvimento humano, ou seja, combinações de renda,

¹³ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.



educação e longevidade¹⁴, teve evolução considerável, refletindo em melhoras nas condições de vida no município em 20 anos.

Outro indicador importante é o Índice de Gini, que afere o grau de concentração de renda num grupo¹⁵. Observando-se os resultados entre os censos de 1991, 2000 e 2010¹⁶, Vitória obteve 0,58, 0,60 e 0,60, respectivamente, ou seja, não houve melhora na distribuição de renda da população, agravando-se em 20 anos. O índice de Gini de 2010 de Vitória é o maior (juntamente com São Gabriel da Palha) entre os 78 municípios capixabas.

O salário médio mensal dos trabalhadores formais¹⁷ no município foi de 4,0 salários mínimos em 2021. Isso coloca o município como líder no estado¹⁸, conforme a Tabela a seguir.

¹⁴ Fonte: [PNUD](#).

¹⁵ O Índice de Gini aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Em suma: quanto mais próximo de zero, menor a concentração de renda e quanto mais próximo de um, maior a concentração de renda.

¹⁶ Fonte: Atlas Brasil.

¹⁷ Trabalhadores formais são: empregados contratados por empregadores, pessoa física ou jurídica, sob o regime da CLT, por prazo indeterminado ou determinado, inclusive a título de experiência; servidores públicos das três esferas; trabalhadores avulsos; empregados de cartórios extrajudiciais; trabalhadores temporários.

¹⁸ A média entre os 78 municípios capixabas é de 1,9 salário mínimo. Vitória é líder distante com 4,0 salários mínimos mensais em média, seguida de Aracruz com 2,9. Ponto Belo está sozinho na última colocação com 1,5.

**Tabela 1 - Média mensal de salários mínimos - trabalhadores formais - 2021**

Município	Salário	Município	Salário	Município	Salário
Vitória	4,0	Divino de São Lourenço	1,9	Mimoso do Sul	1,8
Aracruz	2,9	Domingos Martins	1,9	Muqui	1,8
Anchieta	2,7	Fundão	1,9	Pedro Canário	1,8
Iconha	2,7	Ibitirama	1,9	São Gabriel da Palha	1,8
São Domingos do Norte	2,5	Jaguare	1,9	Sooretama	1,8
Serra	2,5	Mantenópolis	1,9	Vargem Alta	1,8
Itapemirim	2,4	Marataízes	1,9	Afonso Cláudio	1,7
Linhares	2,2	Montanha	1,9	Atilio Vivacqua	1,7
Pinheiros	2,2	Nova Venécia	1,9	Baixo Guandu	1,7
Presidente Kennedy	2,2	Rio Bananal	1,9	Castelo	1,7
Viana	2,2	Rio Novo do Sul	1,9	Dores do Rio Preto	1,7
Cachoeiro de Itapemirim	2,1	Santa Maria de Jetibá	1,9	Ibiraçu	1,7
João Neiva	2,1	Venda Nova do Imigrante	1,9	Itaguaçu	1,7
Muniz Freire	2,1	Águia Branca	1,8	Laranja da Terra	1,7
Piúma	2,1	Barra de São Francisco	1,8	Pancas	1,7
Santa Teresa	2,1	Boa Esperança	1,8	São José do Calçado	1,7
Vila Velha	2,1	Brejetuba	1,8	Vila Pavão	1,7
Água Doce do Norte	2,0	Conceição do Castelo	1,8	Vila Valério	1,7
Alegre	2,0	Ecoporanga	1,8	Alto Rio Novo	1,6
Cariacica	2,0	Governador Lindenberg	1,8	Apiacá	1,6
Colatina	2,0	Guarapari	1,8	Bom Jesus do Norte	1,6
Ibatiba	2,0	Irupi	1,8	Guaçuí	1,6
Santa Leopoldina	2,0	Itarana	1,8	Marilândia	1,6
São Mateus	2,0	Iúna	1,8	Mucurici	1,6
Alfredo Chaves	1,9	Jerônimo Monteiro	1,8	São Roque do Canaã	1,6
Conceição da Barra	1,9	Marechal Floriano	1,8	Ponto Belo	1,5

Fonte: IBGE

2.3 Finanças públicas

2.3.1 Política fiscal

A política fiscal tem como objetivo principal garantir a sustentabilidade financeira do respectivo ente federado, visando assegurar o financiamento das políticas públicas e sua capacidade de arcar com o serviço da dívida e demais compromissos financeiros no curto e longo prazos.

Isso significa garantir, principalmente, o equilíbrio entre receitas e despesas, bem como evitar que se ampliem os riscos de que venha a ocorrer desequilíbrio em exercícios subsequentes. A LRF estabelece em seu artigo 1º, § 1º, que:

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições (...)



A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as metas de resultado primário e nominal para o exercício e, em seu anexo de riscos fiscais, os eventos que podem comprometer o alcance das metas e o cumprimento dos limites legais, bem como as medidas para mitigar o efeito dos riscos.

A sustentabilidade financeira depende, portanto, de uma política fiscal prudente, na qual as despesas públicas recorrentes sejam financiadas pelas receitas igualmente recorrentes. E que sejam adotadas as medidas necessárias para que os choques provocados pela ocorrência de eventos que, inesperadamente, reduzam a receita ou aumentem as despesas possam ser absorvidos sem afetar a execução das políticas públicas essenciais. O equilíbrio de longo prazo nas contas públicas é condição necessária para o desenvolvimento sustentável e a produção de riqueza coletiva.

A política fiscal do município de Vitória nos últimos anos caracterizou-se por um montante arrecadado superior às despesas compromissadas, alcançando em 2023 os montantes de R\$ 3,2 bilhões (1º no *ranking* estadual) e R\$ 2,8 bilhões (1º no *ranking* estadual), respectivamente. A cada ano, o Município aumentou nominalmente o montante arrecadado. Contudo, em termos reais, houve queda da arrecadação em 2021 (-3,25%) em relação ao ano anterior, e significativo aumento em 2023 (+16,75%), na mesma base de comparação.

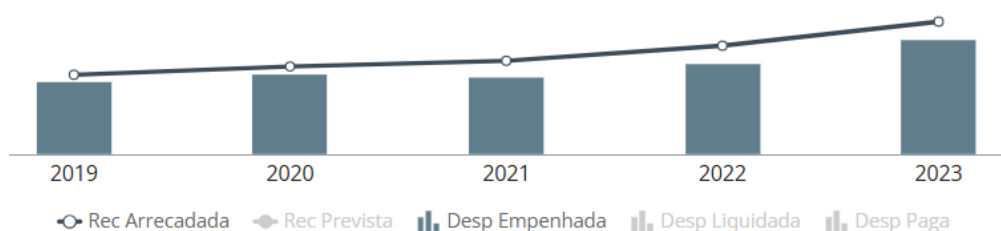


Gráfico 3: Evolução da receita arrecadada e da despesa empenhada – 2019/2023 (em R\$ a preços correntes)

Fonte: Painel de Controle do TCE-ES

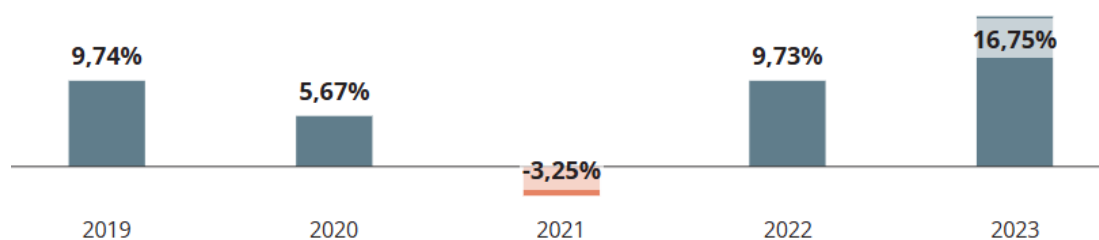


Gráfico 4: Variação real da receita arrecadada em relação ao ano anterior – 2019/2023 (atualizado pelo IPCA)

Fonte: Painel de Controle do TCE-ES

A composição da receita arrecadada em 2023 mostra que a principal fonte de arrecadação foram as Receitas próprias (52%) com R\$ 1,7 bilhão, seguida das Transferências do Estado (20%) com R\$ 630,7 milhões e das Transferências da União (14%) com R\$ 441,2 milhões. As principais receitas nessas origens são respectivamente: o ISS (R\$ 751,88 milhões), o ICMS (R\$ 537,05 milhões) e o FPM (R\$ 265,59 milhões).

Receitas próprias do Município em destaque		Transferências do Estado em destaque		Transferências da União em destaque	
IPTU	113,55M	ICMS	537,05M	FPM	265,59M
ITBI	78,22M	IPVA	62,11M	Convênios	0,00
ISS	751,88M	Convênios	974,81K	Petróleo	28,02M
		Petróleo	13,21M		

Figura 5: Receitas de destaque por origem – 2023

Fonte: Painel de Controle do TCE-ES

As despesas do Município cresceram nominalmente nos últimos anos (exceto 2021). A variação real da despesa paga em relação ao ano anterior mostra um considerável aumento em 2023 (21,22%), apresentando expressiva queda em 2021 (-16,55%) na mesma base de comparação.

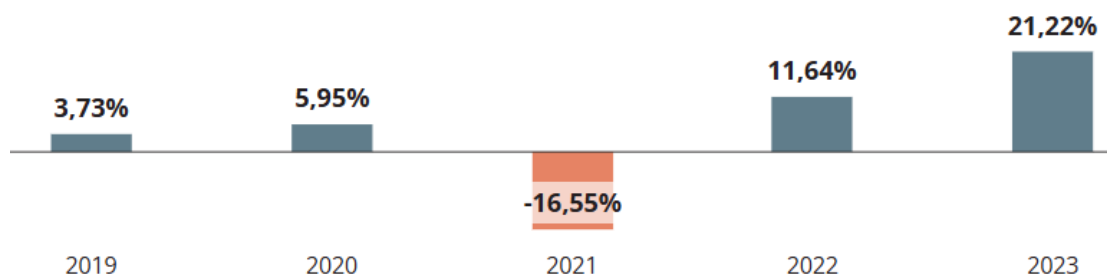


Gráfico 5: Variação real da despesa paga em relação ao ano anterior – 2019/2023 (atualizado pelo IPCA)

Fonte: Painel de Controle do TCE-ES



Considerando a natureza econômica da despesa, do total de despesa liquidada em 2023 (R\$ 2,6 bilhões), 87,6% foi destinado para despesas correntes (R\$ 2,3 bilhão) e 12,4% para despesas de capital (R\$ 317,9 milhões). O maior gasto com despesa corrente é “pessoal e encargos sociais” (58,4%), enquanto os gastos com investimentos correspondem a 83,9% da despesa de capital, com destaque para “obras e instalações” (R\$ 206,7 milhões).



Gráfico 6: Gastos com “obras e instalações” – 2019/2023 (atualizado pelo IPCA)

Fonte: Painel de Controle do TCE-ES

Considerando a despesa por função, o Município direcionou, 27% para Educação, 20% para Outras Despesas, 16% para Saúde, 16% para Urbanismo, 15% para Previdência Social e 7% para Administração.

O resultado orçamentário do Município em 2023 foi superavitário em R\$ 426,5 milhões (1º no *ranking* estadual), menor que o de 2022 (R\$ 441,6 milhões).

No campo fiscal, o Resultado Primário¹⁹ possibilita uma avaliação do impacto da política fiscal em execução por um município. Em 2023, o Município apresentou superávit primário de R\$ 182,03 milhões, acima da meta estabelecida (R\$ 255,12 milhões, negativa). Mês a mês, o Município conseguiu “economia” de recursos na execução orçamentária em 2023, conforme gráfico a seguir.

¹⁹ Resultado obtido a partir do cotejo entre receitas e despesas orçamentárias de um dado período que impactam efetivamente a dívida estatal. O resultado primário pode ser entendido, então, como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.

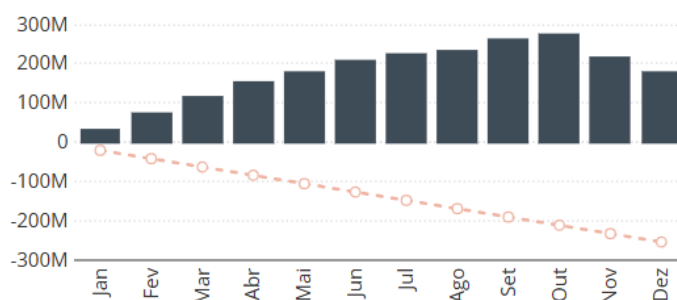


Gráfico 7: Resultado primário acumulado até o mês - 2023 (em R\$ a preços correntes)

Fonte: Cidades/TCE-ES

2.3.2 Capacidade de pagamento (Capag)

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) analisa a capacidade de pagamento para apurar a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União. O intuito da Capag é apresentar se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional e subsidia a decisão da União quanto a conceder ou não aval para a realização de operações de crédito.

Apenas os estados e municípios com nota A ou B na Capag estão aptos a obter o aval da União. A nota é atribuída com base em três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez²⁰. Logo, avaliando o grau de solvência, a relação entre receitas e despesa correntes e a situação de caixa, faz-se diagnóstico da saúde fiscal do ente federativo. A última nota²¹ disponível ao município de Vitória foi A.

2.3.3 Dívida pública

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) elegeu o controle do endividamento público como um dos principais focos de uma gestão fiscalmente responsável. A Dívida Bruta (ou Consolidada) do município de Vitória alcançou R\$ 366,4 milhões em 2023. Deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais

²⁰ O endividamento é a relação entre a Dívida Consolidada (bruta) e a Receita Corrente Líquida. A poupança corrente é a divisão da despesa corrente pela receita corrente ajustada. E o índice de liquidez, a relação entre as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa.

²¹ Disponível em: [Painel de Controle](#).



haveres financeiros, no total de R\$ 1,8 bilhão, tem-se a Dívida Consolidada Líquida (DCL) no montante de R\$ 1,4 bilhão, negativa.

A DCL negativa significa que o Município tem uma situação financeira que suporta o seu endividamento (suas disponibilidades de caixa, acrescidas de suas aplicações financeiras e de seus demais haveres financeiros são superiores e suficientes para fazer frente ao pagamento de sua dívida consolidada), mesmo considerando os compromissos assumidos a vencer em exercícios seguintes (restos a pagar processados). Mês a mês, o Município apresentou uma DCL negativa em 2023, conforme gráfico a seguir:

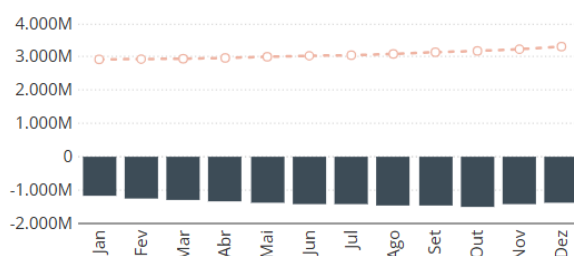


Gráfico 8: Dívida Consolidada Líquida acumulada até o mês - 2023 (em R\$ a preços correntes)

Fonte: Cidades/TCE-ES

2.4 Previdência

O município de Vitória possui segregação de massa. A segregação de massas é a separação dos integrantes do regime próprio em dois grupos. Um grupo faz parte do Fundo Financeiro (regime financeiro de repartição simples) e o outro faz parte do Fundo Previdenciário (regime financeiro de capitalização). O Instituto de Previdência do município administra o regime.

O **Fundo Financeiro**, naturalmente deficitário, apresentou, em 2023, um passivo atuarial de R\$ 5,55 bilhões que, frente a R\$ 605,81 milhões de ativos do plano, resultou num déficit atuarial de R\$ 4,95 bilhões. Em 2023, o índice de cobertura de 0,11 manteve o baixo patamar dos anos anteriores e ainda se encontra em situação delicada e denota que a previdência não possui ativos suficientes para cobrir seus compromissos previdenciários, o que exige cautela. O Fundo Financeiro possui, em 2023, 5.284 servidores ativos (que vem caindo), 4.904 aposentados (que vem aumentando) e 1.142 pensionistas. A relação entre servidores ativos e inativos



(aposentados e pensionistas) vem piorando e mostra uma situação crítica²² em 2023 (0,87). O Índice de Situação Previdenciária (ISP)²³ de 2023 manteve a mesma classificação em relação a 2022 (B), mas com uma piora na “gestão e transparência” (de A para B).

O **Fundo Previdenciário**, naturalmente superavitário, apresentou, em 2023, um passivo atuarial de R\$ 120,67 milhões que, frente a R\$ 401,98 milhões de ativos do plano, resultou num superávit de R\$ 281,31 milhões. Em 2023, o índice de cobertura de 3,33 diminuiu em relação a 2022 (3,37), mas denota ainda que a previdência possui ativos suficientes para cobrir seus compromissos previdenciários. O Fundo Previdenciário possui, em 2023, 2.738 servidores ativos (que diminuiu em relação a 2022), 35 aposentados e 28 pensionistas. A relação entre servidores ativos e inativos (aposentados e pensionistas) se mantém alta e mostra uma situação confortável²⁴ em 2023 (43,46). O Índice de Situação Previdenciária (ISP)²⁵ de 2023 manteve a mesma classificação em relação a 2022 (B), mas com uma piora na “gestão e transparência” (de A para B).

3. CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

3.1 Instrumentos de planejamento

De acordo com o art. 165 da Constituição da República, são três os instrumentos de planejamento utilizados pelo poder público: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

O § 1º do mesmo artigo tratou de estabelecer a estrutura e o conteúdo básico do PPA, qual seja, que de forma regionalizada, contenha as **diretrizes, objetivos e metas** da administração pública para as **despesas de capital** e outras delas decorrentes e para

²² Considera-se crítico o resultado até 3.

²³ A classificação do ISP é determinada com base na análise dos seguintes indicadores, relacionados aos seguintes aspectos: 1) Gestão e transparência: Indicador de Regularidade, Indicador de Envio de Informações e Indicador de Modernização da Gestão; 2) Situação financeira: Indicador de Suficiência Financeira e Indicador de Acumulação de Recursos; 3) Situação atuarial: Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários.

²⁴ Considera-se confortável o resultado acima de 10.

²⁵ A classificação do ISP é determinada com base na análise dos seguintes indicadores, relacionados aos seguintes aspectos: 1) Gestão e transparência: Indicador de Regularidade, Indicador de Envio de Informações e Indicador de Modernização da Gestão; 2) Situação financeira: Indicador de Suficiência Financeira e Indicador de Acumulação de Recursos; 3) Situação atuarial: Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários.



as relativas aos **programas de duração continuada**. A elaboração do plano é de competência do Poder Executivo, e a discussão, deliberação e aprovação cabe ao Poder Legislativo. A abrangência do PPA é de quatro anos, portanto, de **médio** prazo, e inclui os três próximos anos da legislatura do gestor que apresenta a proposta do PPA e o primeiro ano da legislatura do próximo governante.

O PPA deverá conter a previsão, para os próximos quatro anos, de todas as receitas anuais e todas as despesas previstas para os programas de trabalho (conjunto de ações) a serem realizados e, a partir deste plano, serão elaboradas a LDO e LOA. É passível de revisão, sendo que a mesma, quando necessária, deve anteceder a elaboração da LDO e da LOA, guardando assim correlação entre os instrumentos.

Cabe destacar, em síntese, a necessidade de os três instrumentos de planejamento operarem em concordância, cabendo ao PPA fixar, em médio prazo, diretrizes, objetivos e metas para administração pública (art. 165, § 1º); à LDO cabe dispor sobre prioridades e metas contidas no PPA (art. 165, § 2º), para cada exercício financeiro; e à LOA conter a programação orçamentária dos órgãos e entidades do governo (art. 165, § 5º) para cada exercício financeiro. A Constituição prevê que as emendas à LDO e à LOA só podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o PPA (art. 166, § 3º, inc. I, e art. 166, § 4º).

Quanto à LDO, as suas atribuições, estabelecidas no art. 165 da Constituição da República, dizem respeito à definição de **metas** e **prioridades** da administração pública, orientando assim o processo de elaboração da LOA.

Por seu turno, a LOA contém a previsão da receita e todos os programas de trabalho e ações de governo, discriminando os projetos e atividades correlatos, a serem executados no exercício financeiro a que se refere. A LOA abrange, na forma da Constituição da República, três orçamentos: o **fiscal** (Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público), o de **investimentos** (empresas em que o poder público detém a maioria do capital social com direito a votos) e o da **seguridade social** (entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público).



Neste sentido, na forma do § 1º do art. 165 da Constituição da República, verificou-se que o PPA do Município vigente para o exercício em análise, é o estabelecido pela Lei nº 9801/2021.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei 9865/2022, elaborada nos termos do § 2º, do art. 165 da CF/88, compreendendo as metas e prioridades do Município, dispôs sobre a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), definindo os programas prioritários de governo e estabelecendo, dentre outras diretrizes, os riscos e metas fiscais a serem observados na execução orçamentária.

Por sua vez, a LOA do Município, Lei 9901/2022, estimou a receita em R\$ 2.788.392.266,00 e fixou a despesa em R\$ 2.788.392.266,00 para o exercício em análise, admitindo a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de R\$ 836.517.679,80, conforme art. 7º e 8º da Lei Orçamentária Anual.

3.2 Gestão orçamentária

3.2.1 Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

3.2.1.1 Programas prioritários – LDO e LOA

Neste item objetiva-se verificar o cumprimento do disposto no art. 165, § 2º da Constituição da República, mais especificamente, sobre o estabelecimento de metas e prioridades na LDO, em consonância com PPA e com vistas a direcionar a LOA.

Para tal, verificou-se se a LDO contém priorização de programas e respectivas ações para o exercício sob análise e se os mesmos foram inseridos na LOA, bem como a execução e, o quanto está aderente ao que foi previsto na LDO, em termos de execução orçamentária e financeira (percentual de execução).

Nesse sentido, de acordo com o PPA, foram inseridos 37 programas e 159 ações a serem executados entre 2022 e 2025.

Os programas de governo previstos no orçamento de 2023 e respectiva realização são os seguintes (inclusos no PPA):



Tabela 2 - Programas de governo previstos

Valores em reais

Programas de Governo - PPA	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas	% Execução
0000 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	170.325.884,35	141.634.139,81	83,15
0001 - EDUCAR PARA VITORIA	298.312.043,51	242.657.921,90	81,34
0002 - CONECTAVIX: EDUCACAO INOVADORA	8.072.164,00	5.846.187,37	72,42
0003 - VITORIA SAUDE	133.820.371,62	91.675.514,78	68,51
0004 - SAUDE DIGITAL, INOVACAO E TECNOLOGIA	26.006.074,00	5.191.278,38	19,96
0005 - EDIFICACOES SEMUS	63.758.598,00	39.254.276,13	61,57
0006 - VITORIA DO SUAS	63.333.653,43	59.572.900,46	94,06
0007 - POTENCIALIZACAO DA SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	12.503.556,00	9.531.344,89	76,23
0008 - VITORIA DA SEGURANCA E LIBERDADE	54.629.555,34	10.403.238,60	19,04
0009 - VITORIA DO TRABALHO E DA GERACAO DE RENDA	8.296.565,00	106.608,20	1,28
0010 - VITORIA DOS DIREITOS HUMANOS	5.094.469,10	2.256.197,31	44,29
0011 - PROCON PARA TODOS	15.587.753,00	8.618.763,99	55,29
0012 - VITORIA EM ACAO	233.208.845,00	197.102.108,52	84,52
0013 - MOBILIDADE URBANA INTEGRADA	62.893.703,00	41.171.824,72	65,46
0014 - DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E HABITACAO	186.997.031,00	104.311.675,37	55,78
0015 - URBANIZACAO INTEGRADA E DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NAS POLIGONAIS	13.577.636,10	3.677.596,39	27,09
0016 - VITORIA DAS AGUAS E ENCOSTAS SEGURAS	45.831.918,00	22.018.919,38	48,04
0017 - EDIFICACOES PUBLICAS MODERNAS E EFICIENTES	41.391.748,40	16.520.361,39	39,91
0018 - VITORIA + VERDE	60.364.029,00	45.051.470,71	74,63
0019 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	3.464.276,00	593.624,96	17,14
0020 - CIDADANIA AMBIENTAL	4.443.419,00	2.282.586,00	51,37
0021 - VITORIA MAIS CULTURA E PAZ	27.447.026,91	14.927.262,22	54,39
0022 - ESPORTE E VITORIA	10.569.709,00	5.523.745,89	52,26
0023 - GESTAO MODERNA E EFICIENTE	22.440.044,00	14.478.774,82	64,52
0024 - MODERNIZACAO DA GESTAO DE PESSOAS	854.000,00	159.963,14	18,73
0025 - APOIO ADMINISTRATIVO - PMV	1.059.875.568,25	1.016.072.009,68	95,87
0026 - GESTAO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	20.654.457,00	12.039.188,66	58,29
0027 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO MAIS PARTICIPATIVA E CONECTADA AO CIDADAO	33.145.552,00	27.775.054,32	83,80
0028 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO, TRANSPARENCIA E INTEGRIDADE	184.428,00	42.240,64	22,90
0029 - APOIO A ATUACAO LEGISLATIVA	41.946.000,00	32.661.560,22	77,87
0030 - CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVACAO E EMPREENDEDORISMO	2.104.291,00	1.761.793,79	83,72
0031 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E NOVOS NEGOCIOS	972.000,00	662.931,63	68,20
0032 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	13.934.329,00	6.873.039,71	49,32
0033 - APOIO ADMINISTRATIVO - CDTIV	9.631.309,00	8.444.215,20	87,67
0034 - GESTAO PREVIDENCIARIA - IPAMV	418.122.190,00	369.211.743,57	88,30
0035 - APOIO ADMINISTRATIVO - IPAMV	11.180.000,00	5.790.595,65	51,79
9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA	51.880.938,00	0,00	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – PPAPROG, PPAPROGATZ, LOAPROGCONS, PROGEXTCONS e Tabulação: Controle da Despesa por Dotação



Em análise à LDO encaminhada ao TCEES, não foi observada relação de programas e ações de governo previstos no PPA prioritários em 2023 (**Apêndice K**).

Assim, considerando-se que não há indicativo de desequilíbrio nas contas, que dos 37 programas 32 tiveram execução abaixo de 85% do previsto e tendo em vista as evidências de ausência de definição das prioridades da administração na LDO, propõe-se a **ciência** do atual chefe do Poder Executivo por descumprimento do art. 165, §§ 2º e 10º da Constituição da República.

3.2.1.2 Programas de duração continuada – PPA e LOA

A Constituição prevê que as alterações e emendas à LDO e à LOA só podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o PPA (art. 166, § 3º, inc. I, e art. 166, § 4º).

Desta forma, como requisito de compatibilidade entre PPA e LOA, neste tópico buscou-se identificar se houve inclusão na LOA de programas de duração continuada e respectivas ações não previstos no PPA.

Conforme tabela abaixo, não foram identificados programas de duração continuada incluídos na LOA sem que tivessem sido previstos no PPA.

Tabela 3 - Programas de Duração Continuada (LOA)

Valores em reais

Programas de Duração Continuada – LOA	Dotação Inicial - LOA	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – PPAPROG, PPAPROGATZ, LOAPROGCONS, PROGEXTCONS e Tabulação: Controle da Despesa por Dotação

Verificou-se que não há evidências de incompatibilidade entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), no que se refere aos programas de duração continuada.

3.2.1.3 Autorizações da despesa orçamentária

Constatou-se que, no decorrer da execução orçamentária, ocorreu abertura de créditos adicionais, conforme demonstrado:



Tabela 4 - Créditos adicionais abertos no exercício

Valores em reais

Leis	Créditos adicionais suplementares	Créditos adicionais especiais	Créditos adicionais extraordinários	Total
10004/2023-LDO	0,00	73.108,00	0,00	73.108,00
9901/2022-LOA	909.180.275,94	0,00	0,00	909.180.275,94
9910/2023-LDO	0,00	17.000.000,00	0,00	17.000.000,00
9928/2023-LDO	0,00	334.181,00	0,00	334.181,00
9988/2023-LDO	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
Total	909.180.275,94	17.432.289,00	0,00	926.612.564,94

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – Tabulação: Controle do Demonstrativo dos Créditos Adicionais

De acordo com a dotação inicial e as movimentações de créditos orçamentários, constata-se que houve alteração na dotação inicial no valor de R\$ 448.462.869,01 conforme segue.

Tabela 5 - Despesa total fixada

Valores em reais

(=) Dotação inicial BALEXOD	2.788.392.266,00
(+) Créditos adicionais suplementares (Controle do DEMCAD)	909.180.275,94
(+) Créditos adicionais especiais (Controle do DEMCAD)	17.432.289,00
(+) Créditos adicionais extraordinários (Controle do DEMCAD)	0,00
(-) Anulação de dotações (DEMCAD)	478.149.695,93
(=) Dotação atualizada apurada (a)	3.236.855.135,01
(=) Dotação atualizada BALEXOD (b)	3.236.855.135,01
(=) Divergência (c) = (a) – (b)	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 – PCM/2023 – Tabulações: Controle do Demonstrativo dos Créditos Adicionais e Controle da Despesa por Dotação

Verifica-se que as fontes para abertura dos créditos adicionais foram as seguintes:

Tabela 6 - Fontes de Créditos Adicionais

Valores em reais

Anulação de dotação	478.149.695,93
Excesso de arrecadação	30.810.681,47
Superávit financeiro do exercício anterior	417.652.187,54
Operações de Crédito	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Recursos sem despesas correspondentes	0,00
Dotação Transferida	0,00
Total	926.612.564,94

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Tabulação: Controle do Demonstrativo dos Créditos Adicionais

Considerando que a autorização contida na LOA para abertura de créditos adicionais suplementares foi de R\$ 836.517.679,80 e a efetiva abertura foi de R\$ 491.528.088,40, constata-se o cumprimento à autorização estipulada na LOA para abertura de créditos adicionais suplementares.



Ao realizar uma análise individualizada por fonte de recursos, conforme tabela seguinte, verificou-se que há insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional, proveniente de excesso de arrecadação, na fonte de recursos não vinculado 5000000. Entretanto, o superávit financeiro do exercício anterior, dessa mesma fonte, é suficiente para cobrir os créditos adicionais abertos, o que mitiga a irregularidade, considerando-se ainda o art. 126 da Resolução TC nº 261/2013.

Verifica-se, ainda, que há insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional proveniente do superávit financeiro do exercício anterior, nas fontes de recursos 571 e 759, no entanto, a fonte de recursos não vinculado 5000000 registrou superávit financeiro do exercício anterior em montante suficiente para cobrir os créditos adicionais abertos.

Tabela 7 - Fontes de Créditos Adicionais x Fontes de Recursos **Valores em reais**

Fontes de Recursos	Abertura de Créditos Adicionais		Excesso de Arrecadação		Superávit Financeiro do Exercício Anterior	
	Excesso de Arrec. (a)	Superávit Financ. Exerc. Anterior (b)	Apurado (c)	Sufic./ Insufic. (d)=(c)-(a)	Apurado (e)	Sufic./ Insufic. (f)=(e)-(b)
5000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	15.252.500,00	302.103.680,63	-561.806.909,41	-15.252.500,00	838.662.297,53	536.558.616,90
5000025 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	4.053.900,41	0,00	479.693.379,61	475.639.479,20	14.276.233,21	0,00
550 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.980.000,00	11.700.000,00	7.401.643,59	5.421.643,59	24.750.621,25	13.050.621,25
552 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	791.245,00	1.071.499,00	1.738.433,59	947.188,59	1.071.499,96	0,96
570 - TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	15.740,97	2.701,83	0,00	32.149,39	16.408,42



Fontes de Recursos	Abertura de Créditos Adicionais		Excesso de Arrecadação		Superávit Financeiro do Exercício Anterior	
	Excesso de Arrec. (a)	Superávit Financ. Exerc. Anterior (b)	Apurado (c)	Sufic./ Insufic. (d)=(c)-(a)	Apurado (e)	Sufic./ Insufic. (f)=(e)-(b)
571 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	4.736.645,02	-10.964.568,58	0,00	0,00	-4.736.645,02
600 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	39.921.376,03	19.829.966,61	0,00	52.444.338,88	12.522.962,85
601 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - Bloco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	1.721.881,16	223.095,26	0,00	3.141.808,81	1.419.927,65
604 - TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMENTO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.	0,00	1.567.765,42	556.460,00	0,00	1.567.765,42	0,00
605 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO DESTINADA À COMPLEMENTAÇÃO AO PAGAMENTO DOS PISOS SALARIAIS PARA PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	954.323,15	0,00	1.372.311,69	417.988,54	0,00	0,00
621 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	0,00	1.230.661,59	134.424,26	0,00	1.409.603,19	178.941,60
660 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	162.900,00	3.848.198,00	3.503.168,61	3.340.268,61	3.939.567,71	91.369,71



Fontes de Recursos	Abertura de Créditos Adicionais		Excesso de Arrecadação		Superávit Financeiro do Exercício Anterior	
	Excesso de Arrec. (a)	Superávit Financ. Exerc. Anterior (b)	Apurado (c)	Sufic./ Insufic. (d)=(c)-(a)	Apurado (e)	Sufic./ Insufic. (f)=(e)-(b)
661 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.218.420,00	616.773,00	5.934.391,98	1.715.971,98	1.048.194,50	431.421,50
665 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	70.569,43	5.570,41	0,00	361.313,64	290.744,21
700 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO	0,00	5.852.555,93	-9.004.538,15	0,00	15.818.416,03	9.965.860,10
701 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS	0,00	141.706,00	1.013.920,20	0,00	167.523,78	25.817,78
704 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	13.331.293,00	8.926.887,74	0,00	35.199.551,13	21.868.258,13
705 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	681.500,00	-431.553,16	0,00	19.067.647,63	18.386.147,63
706 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO	0,00	224.518,34	2.123.852,96	0,00	224.584,73	66,39
711 - DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATORIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEITAS	200.000,00	0,00	7.324.267,97	7.124.267,97	0,00	0,00
715 - TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC 195/2022 - ART. 5º - AUDIOVISUAL	2.275.584,53	0,00	2.365.324,89	89.740,36	0,00	0,00



Fontes de Recursos	Abertura de Créditos Adicionais		Excesso de Arrecadação		Superávit Financeiro do Exercício Anterior	
	Excesso de Arrec. (a)	Superávit Financ. Exerc. Anterior (b)	Apurado (c)	Sufic./ Insufic. (d)=(c)-(a)	Apurado (e)	Sufic./ Insufic. (f)=(e)-(b)
716 - TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC 195/2022 - ART. 8º - DEMAIS SETORES DA CULTURA	921.808,38	0,00	957.389,33	35.580,95	0,00	0,00
750 - RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	0,00	132.000,00	-130.322,37	0,00	1.909.776,32	1.777.776,32
751 - RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	0,00	8.000.000,00	4.486.366,00	0,00	9.069.558,17	1.069.558,17
752 - RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO	0,00	5.890.408,00	178.103,02	0,00	7.176.931,37	1.286.523,37
754 - RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	2.353.829,02	-77.940.084,34	0,00	5.702.445,42	3.348.616,40
759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	0,00	10.498.329,00	9.744.385,72	0,00	0,00	-10.498.329,00
899 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	1.941.258,00	1.022.270,83	0,00	85.246.006,18	83.304.748,18

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 – PCM/2023 – Tabulações: Controle do Demonstrativo dos Créditos Adicionais, Controle da Receita e BALPAT

As fontes de recursos não vinculadas (500, 501, 502, 718) possuíam no início do exercício resultado financeiro de R\$ 878.499.504,45 e não obtiveram excesso de arrecadação durante o exercício.

3.2.1.4 Receitas e despesas orçamentárias

No que tange às receitas orçamentárias, verifica-se que houve uma arrecadação de 115,61% em relação à receita prevista:

Tabela 8 - Execução orçamentária da receita

Valores em reais

Unidades gestoras	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	% Arrecadação
077E0300001 - Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória	1.118.825,00	1.498.233,65	133,91
077E0500001 - Fundo Municipal de Saúde de Vitória	69.673.879,00	92.791.350,32	133,18
077E0500002 - Fundo Municipal do Procon de Vitória	7.699.233,00	5.177.102,19	67,24
077E0500003 - Fundo Municipal de Habitação de Vitória	200.852,00	640.870,84	319,08
077E0500004 - Fundo Municipal de Assistência Social de Vitória	14.532.981,00	22.376.981,90	153,97
077E0500005 - Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos de Vitória	360.000,00	862.028,63	239,45



Unidades gestoras	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	% Arrecadação
077E0500006 - Fundo Municipal de Cultura de Vitória	284,00	6.795.852,73	2.392.905,89
077E0500007 - Fundo Ambiental do Município de Vitória	2.770.000,00	3.620.230,98	130,69
077E0500008 - Fundo de Desenvolvimento do Turismo de Vitória	0,00	1.380,24	0,00
077E0500009 - Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de Vitória	802.000,00	907.862,72	113,20
077E0500010 - Fundo de Desenvolvimento do Município de Vitória	30.000,00	3.414,24	11,38
077E0500011 - Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória	44,00	578,44	1.314,64
077E0500012 - Fundo Municipal de Segurança Urbana de Vitória	226.221,00	621.337,50	274,66
077E0500013 - Fundo Municipal de Combate à Corrupção de Vitória	25.000,00	1.707,68	6,83
077E0500014 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Vitória	200.000,00	0,00	0,00
077E0500015 - Fundo Municipal do Trabalho de Vitória	40.000,00	123.075,27	307,69
077E0500016 - Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil de Vitória	15.000,00	0,00	0,00
077E0500017 - Fundo Municipal de Educação Infantil e do Ensino Fundamental de Vitória	3.000.000,00	0,00	0,00
077E0600001 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Vitória	21.962,00	434.256,69	1.977,31
077E0600002 - Secretaria Municipal de Obras de Vitória	8.857.491,00	10.815.215,41	122,10
077E0600003 - Secretaria Municipal de Governo de Vitória	111,00	604.459,19	544.557,83
077E0600004 - Secretaria Municipal de Cultura de Vitória	0,00	3.921.447,05	0,00
077E0600005 - Secretaria Municipal de Educação de Vitória	296.404.150,00	313.150.054,77	105,65
077E0600006 - Secretaria de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana de Vitória	2.787.105,00	5.268.024,23	189,01
077E0600007 - Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de Vitória	3.591.456,00	158.791,32	4,42
077E0600009 - Procuradoria Geral do Município de Vitória	7.859,00	38.818,34	493,93
077E0600013 - Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória	61.417,00	637.106,02	1.037,34
077E0600014 - Secretaria Municipal de Segurança Urbana de Vitória	1.211.446,00	773.625,57	63,86
077E0600016 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória	88.840,00	786.144,26	884,90
077E0600017 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Habitação de Vitória	2.045.821,00	641.572,17	31,36
077E0600018 - Controladoria Geral do Município de Vitória	0,00	685,66	0,00
077E0600019 - Secretaria Municipal de Fazenda de Vitória	2.120.968.181,00	2.394.892.036,12	112,92
077E0600021 - CENTRAL DE SERVIÇOS	105.465,00	7.493.221,51	7.104,94
077E0600022 - Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação de Vitória	196.953,00	1.289.919,27	654,94
077E0800001 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória	150.000,00	1.191.205,81	794,14
077E0900001 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Financeiro	206.393.620,00	254.403.833,42	123,26
077E0900002 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Previdenciário	44.806.070,00	101.999.557,73	227,65
I. Total por UG (BALORC)	2.788.392.266,00	3.233.921.981,87	115,98
II. Total Consolidado (BALORC)	2.710.360.316,00	3.133.363.054,53	115,61
III = II - I. Diferença	-78.031.950,00	-100.558.927,34	-0,37
IV. Receitas Intraorçamentárias (BALANCORR)	78.031.950,00	100.558.927,34	

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – Tabulação: Controle da Receita e BALORC

A receita orçamentária, segundo a classificação por categoria econômica, é a que segue:



Tabela 9 - Receita - Categoria econômica (consolidado)

Valores em reais

Categoria da Receita	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
Receita Corrente	2.496.460.353,00	3.017.466.153,56
Receita de Capital	213.899.963,00	115.896.900,97
Operações De Crédito / Refinanciamento	0,00	0,00
Totais	2.710.360.316,00	3.133.363.054,53

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALORC

A execução orçamentária consolidada representa 86,42% da dotação atualizada, conforme se evidencia na tabela a seguir:

Tabela 10 - Execução orçamentária da despesa

Valores em reais

Unidades gestoras	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Execução
077E0300001 - Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória	25.932.198,00	24.813.051,75	95,68
077E0500001 - Fundo Municipal de Saúde de Vitória	504.970.743,40	454.972.732,02	90,10
077E0500002 - Fundo Municipal do Procon de Vitória	15.937.753,00	11.901.529,06	74,68
077E0500003 - Fundo Municipal de Habitação de Vitória	201.852,00	60.000,00	29,72
077E0500004 - Fundo Municipal de Assistência Social de Vitória	65.613.384,43	62.363.439,30	95,05
077E0500005 - Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos de Vitória	360.001,00	2.800,00	0,78
077E0500006 - Fundo Municipal de Cultura de Vitória	3.516.893,91	279.800,00	7,96
077E0500007 - Fundo Ambiental do Município de Vitória	4.294.009,00	654.593,94	15,24
077E0500009 - Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de Vitória	1.552.001,00	853.154,61	54,97
077E0500010 - Fundo de Desenvolvimento do Município de Vitória	30.000,00	0,00	0,00
077E0500011 - Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória	375.550,00	295.550,00	78,70
077E0500012 - Fundo Municipal de Segurança Urbana de Vitória	6.634.572,00	5.252.363,53	79,17
077E0500013 - Fundo Municipal de Combate à Corrupção de Vitória	25.000,00	0,00	0,00
077E0500014 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Vitória	200.000,00	0,00	0,00
077E0500015 - Fundo Municipal do Trabalho de Vitória	40.000,00	0,00	0,00
077E0500016 - Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil de Vitória	15.000,00	0,00	0,00
077E0500017 - Fundo Municipal de Educação Infantil e do Ensino Fundamental de Vitória	3.000.000,00	0,00	0,00
077E0600001 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Vitória	23.045.672,82	21.465.753,53	93,14
077E0600002 - Secretaria Municipal de Obras de Vitória	309.952.656,25	194.827.201,54	62,86
077E0600003 - Secretaria Municipal de Governo de Vitória	25.738.212,87	23.873.688,54	92,76
077E0600004 - Secretaria Municipal de Cultura de Vitória	29.953.250,85	26.378.243,56	88,06
077E0600005 - Secretaria Municipal de Educação de Vitória	758.795.561,15	732.404.210,38	96,52
077E0600006 - Secretaria de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana de Vitória	72.069.591,02	55.757.436,55	77,37
077E0600007 - Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de Vitória	21.231.748,88	11.434.125,50	53,85
077E0600009 - Procuradoria Geral do Município de Vitória	17.556.597,66	17.280.131,86	98,43
077E0600013 - Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória	35.819.450,35	35.523.340,38	99,17
077E0600014 - Secretaria Municipal de Segurança Urbana de Vitória	77.684.975,47	71.540.194,24	92,09
077E0600016 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória	81.116.411,07	73.329.658,49	90,40
077E0600017 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Habitação de Vitória	59.253.466,83	45.893.712,66	77,45



Unidades gestoras	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Execução
077E0600018 - Controladoria Geral do Município de Vitória	2.422.691,13	2.032.543,92	83,90
077E0600019 - Secretaria Municipal de Fazenda de Vitória	277.471.740,16	227.204.983,15	81,88
077E0600021 - CENTRAL DE SERVIÇOS	252.957.671,77	250.302.936,29	98,95
077E0600022 - Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação de Vitória	48.838.288,99	45.228.477,44	92,61
077E0800001 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória	11.180.000,00	6.043.959,03	54,06
077E0900001 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Financeiro	414.840.120,00	368.094.779,99	88,73
077E0900002 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Previdenciário	42.282.070,00	1.326.632,12	3,14
077L0200001 - Câmara Municipal de Vitória	41.946.000,00	36.022.521,35	85,88
I. Total por UG (BALANCORR)	3.236.855.135,01	2.807.413.544,73	86,73
II. Total Consolidado (BALORC)	3.132.139.898,78	2.706.854.617,39	86,42
III = II - I. Diferença	-104.715.236,23	-100.558.927,34	-0,31
IV. Despesas Intraorçamentárias (BALANCORR)	104.715.236,23	100.558.927,34	

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – Tabulação: Controle da Despesa por Dotação e BALORC

A despesa orçamentária, segundo a classificação por categoria econômica, é a que segue:

Tabela 11 - Despesa - Categoria econômica (consolidado) Valores em reais

Especificação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Corrente	2.166.905.154,00	2.474.778.995,91	2.299.016.185,53	2.147.445.934,74	2.122.980.490,92
De Capital	491.574.224,00	605.479.964,87	407.838.431,86	317.897.796,32	306.871.230,30
Reserva de Contingência	12.880.938,00	12.880.938,00			
Amortização da Dívida / Refinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS	39.000.000,00	39.000.000,00			
Totais	2.710.360.316,00	3.132.139.898,78	2.706.854.617,39	2.465.343.731,06	2.429.851.721,22

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – Tabulação: Controle da Despesa por Dotação e BALORC

3.2.1.5 Resultado orçamentário

A execução orçamentária evidencia um resultado superavitário no valor de R\$ 426.508.437,14, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 12 - Resultado da execução orçamentária (consolidado) Valores em reais

Receita total realizada	3.133.363.054,53
Despesa total executada (empenhada)	2.706.854.617,39
Resultado da execução orçamentária (déficit/superávit)	426.508.437,14

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALORC



3.2.1.6 Empenho da despesa

Para esta análise leva-se em consideração os critérios estabelecidos no art. 167, II da Constituição da República e arts. 59 e 60 da Lei 4320/64. O art. 60 da Lei 4.320/64 veda de forma expressa a realização de despesa sem prévio empenho, visto que tal ato deve preceder às demais fases da despesa.

Buscando identificar o cumprimento da regra verificou-se, em análise ao balancete da execução orçamentária, que não houve a realização de despesas ou a assunção de obrigações que excedessem os créditos orçamentários ou adicionais.

Consultando-se a despesa empenhada na rubrica de despesas de exercícios anteriores, no exercício de 2024, não se verificou evidências de execução de despesa sem prévio empenho (**APÊNDICE B**).

3.2.1.7 Execução orçamentária na dotação reserva de contingência informada no balanço orçamentário

Para esta análise leva-se em consideração os critérios estabelecidos no art. 5º, Inciso III, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF); art. 5º da Portaria MOG 42/1999; e art. 8º da Portaria STN/SOF 163/2001.

Verificou-se, com base nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva de Contingência”:

Tabela 13 - Execução na dotação Reserva de Contingência

Valores em reais

Balanço Orçamentário	Valores
Despesas Empenhadas	0,00
Despesas Liquidada	0,00
Despesas Paga	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Tabulação: Controle da Despesa por Dotação

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação da Reserva de Contingência.



3.2.1.8 Execução orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no balanço orçamentário

Para esta análise leva-se em consideração os critérios estabelecidos no art. 8º da Portaria STN/SOF 163/2001.

Verificou-se, com base nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva do RPPS”:

Tabela 14 - Execução na dotação Reserva do RPPS		Valores em reais
Balanço Orçamentário		Valores
Despesas Empenhadas		0,00
Despesas Liquidada		0,00
Despesas Paga		0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Tabulação: Controle da Despesa por Dotação

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação da Reserva do RPPS

3.2.1.9 Despesa executada em relação à dotação atualizada

Para esta análise leva-se em consideração os critérios estabelecidos nos arts. 85, 90, 91, 102 da Lei 4.320/1964.

Entende-se que o valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 15 - Execução da Despesa Orçamentária		Valores em reais
Despesa Empenhada (a)		2.706.854.617,39
Dotação Atualizada (b)		3.132.139.898,78
Execução da despesa em relação à dotação (a-b)		-425.285.281,39

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – BALORC

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.

3.2.1.10 Despesa executada em relação à receita realizada

Para esta análise leva-se em consideração os critérios estabelecidos nos arts. 85, 90, 91, 102 da Lei 4.320/1964.



Entende-se que o valor total da receita realizada no Balanço Orçamentário deve ser maior ou igual à despesa executada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 16 - Execução da Despesa Orçamentária

Valores em reais

Despesas Empenhadas (a)	2.706.854.617,39
Receitas Realizadas (b)	3.133.363.054,53
Execução a maior (a-b)	-426.508.437,14

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – BALORC

Tabela 17 - Informações Complementares para análise

Valores em reais

Saldo de Superávit Financeiro – Exerc. Anterior – BALORC (Receitas Realizadas)	417.652.187,54
Saldo de Reabertura de Créditos Adicionais Exerc. Anterior – BALORC (Receitas Realizadas)	0,00
Créditos Adicionais Abertos no Exercício (Fonte: Superávit Financeiro Exerc. Anterior) - Controle do Demonstrativo dos Créditos Adicionais	417.652.187,54
Créditos Adicionais Abertos no Exercício (Fonte: Dotação Transferida) - Controle do Demonstrativo dos Créditos Adicionais	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALORC, Tabulação: Controle do Demonstrativo dos Créditos Adicionais

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à receita realizada.

3.2.1.11 Aplicação de recursos por função de governo, categoria econômica e natureza da despesa

As tabelas a seguir apresentam os valores orçados e executados por funções de governo, bem como por categoria econômica previstos no orçamento do Município, contemplando, deste modo, um resumo do total da destinação dos recursos aplicados.

Tabela 18 - Aplicação por Função de Governo

Valores em reais

Função de Governo		Despesa			
Cód.	Descrição	Orçada	Empenhada	Liquidada	Paga
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	101.432.834,78	97.886.779,68	92.203.565,60	91.074.190,09
16	HABITAÇÃO	12.258.123,00	9.799.783,49	8.540.424,94	7.842.586,44
06	SEGURANÇA PÚBLICA	84.319.547,47	76.792.557,77	69.030.623,54	68.377.836,52
12	EDUCAÇÃO	761.795.561,15	732.404.210,38	692.785.885,28	684.711.298,58
18	GESTÃO AMBIENTAL	85.410.420,07	73.984.252,43	63.854.089,21	61.931.620,78
11	TRABALHO	2.616.550,00	546.411,20	106.608,20	106.608,20
15	URBANISMO	611.763.587,84	473.834.474,69	400.541.809,09	390.616.571,56
10	SAÚDE	504.970.743,40	454.972.732,02	407.587.231,18	400.802.628,52
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	429.302.190,00	375.465.371,14	375.002.339,22	374.892.335,23
01	LEGISLATIVA	41.946.000,00	36.022.521,35	32.661.560,22	32.661.560,22
13	CULTURA	33.470.144,76	26.658.043,56	20.327.522,99	20.007.673,03
17	SANEAMENTO	27.308.565,00	22.286.044,50	11.956.126,46	11.488.682,05
27	DESPORTO E LAZER	23.045.672,82	21.465.753,53	17.250.552,66	16.957.056,94



Função de Governo		Despesa			
Cód.	Descrição	Orçada	Empenhada	Liquidada	Paga
04	ADMINISTRAÇÃO	219.076.915,61	202.154.345,48	185.376.554,35	184.116.115,92
03	ESSENCIAL À JUSTIÇA	17.556.597,66	17.280.131,86	16.416.054,76	16.306.837,72
28	ENCARGOS ESPECIAIS	170.325.884,35	141.634.567,59	141.634.139,81	138.879.455,60
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	14.906.329,00	14.604.195,65	7.535.971,34	7.533.771,74
14	DIREITOS DA CIDADANIA	26.737.237,10	14.486.847,14	10.946.274,27	10.071.751,33
24	COMUNICAÇÕES	14.627.002,00	13.243.715,86	10.383.531,49	10.270.274,30
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.104.291,00	1.890.805,41	1.761.793,79	1.761.793,79
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	51.880.938,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		3.236.855.135,01	2.807.413.544,73	2.565.902.658,40	2.530.410.648,56

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Tabulação: Controle da Despesa por Dotação

Tabela 19 - Aplicação por Grupo de Natureza da Despesa Valores em reais

Grupo de Natureza da Despesa	Despesa			
	Orçada	Empenhada	Liquidada	Paga
Pessoal e Encargos Sociais	1.377.164.912,09	1.314.995.398,91	1.312.228.074,97	1.306.166.891,98
Juros e Encargos da Dívida	36.959.124,09	36.841.929,73	36.841.929,73	36.841.929,73
Outras Despesas Correntes	1.165.370.195,96	1.047.737.784,23	898.934.857,38	880.530.596,55
Investimentos	554.086.550,61	356.687.200,11	266.746.564,57	255.719.998,55
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	51.393.414,26	51.151.231,75	51.151.231,75	51.151.231,75
Reserva de Contingência	51.880.938,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.236.855.135,01	2.807.413.544,73	2.565.902.658,40	2.530.410.648,56

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Tabulação: Controle da Despesa por Dotação

Tabela 20 - Aplicação por Modalidade de Aplicação Valores em reais

Modalidade de Aplicação		Despesa			
Cód.	Descrição	Orçada	Empenhada	Liquidada	Paga
20	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	9.520.000,00	848.748,11	690.608,01	648.748,11
30	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	600.100,00	84.735,36	43.594,36	43.594,36
40	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	600.000,00	34.756,52	24.369,08	24.369,08
50	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	110.132.066,68	105.835.800,73	104.958.532,03	104.920.572,70
60	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	828.682,00	727.654,82	25.000,00	25.000,00
90	APLICAÇÕES DIRETAS	2.958.578.112,10	2.599.322.921,85	2.359.601.627,58	2.324.189.436,97
91	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA	104.715.236,23	100.558.927,34	100.558.927,34	100.558.927,34
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	51.880.938,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		3.236.855.135,01	2.807.413.544,73	2.565.902.658,40	2.530.410.648,56

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Tabulação: Controle da Despesa por Dotação



3.2.1.12 Utilização dos recursos obtidos a título de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural (Recursos de Royalties)

O recebimento de recursos pelo Município a título de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural (recursos de *royalties*) possuem fontes específicas para controle do recebimento e aplicação. Nesse sentido, a tabela a seguir evidencia o recebimento e aplicação de tais recursos, no exercício, nas fontes “*royalties* do petróleo Lei nº 12.858/2013 (saúde e educação)”; “*royalties* do petróleo recebidos da União” e “*royalties* do petróleo estadual”.

Tabela 21 - Aplicação Recursos Royalties (Função/Programa) Valores em reais

Fonte	Descrição	Receita	Despesa			
			Programa	Empenhada	Liquidada	Paga
704	Federal	34.918.523,74	URBANISMO - VITORIA EM ACAO	13.755.237,27	13.587.267,61	13.405.620,64
704	Federal		URBANISMO - DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E HABITACAO	1.764.535,51	1.224.203,13	1.177.678,74
704	Federal		URBANISMO - URBANIZACAO INTEGRADA E DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NAS POLIGONAIS	3.524.080,14	2.091.030,84	2.076.543,55
704	Federal		URBANISMO - EDIFICACOES PUBLICAS MODERNAS E EFICIENTES	7.659.495,13	6.247.530,30	6.241.509,72
704	Federal		HABITACAO - DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E HABITACAO	1.010.371,11	161.206,34	161.206,34
704	Federal		SANEAMENTO - VITORIA DAS AGUAS E ENCOSTAS SEGURAS	1.939.989,62	1.020.054,81	613.686,28
704	Federal		ENCARGOS ESPECIAIS - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	280.241,86	280.241,86	280.241,86
705	Estadual	14.953.570,84	URBANISMO - VITORIA EM ACAO	10.717.755,16	10.223.412,29	9.785.843,23
705	Estadual		URBANISMO - VITORIA DAS AGUAS E ENCOSTAS SEGURAS	754.989,25	754.989,25	754.989,25
705	Estadual		SANEAMENTO - VITORIA DAS AGUAS E ENCOSTAS SEGURAS	2.565.710,53	2.565.710,53	2.504.634,65
TOTAL		49.872.094,58		43.972.405,58	38.155.646,96	37.001.954,26

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Tabulações: Controle da Receita e Controle da Despesa por Dotação

Verificou-se, conforme tabela abaixo, que não há evidências de despesas vedadas, em observância ao art. 8º da Lei Federal 7.990/1989.

Tabela 22 - Despesas Vedadas (Royalties Federal e Estadual) Valores em reais

Função	Rubrica	Fonte de Recursos	Execução Orçamentária		
			Empenhado	Liquidado	Pago
TOTAL	-	-	0,00	0,00	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – Tabulação: Controle da Despesa por Empenho



3.2.1.13 Execução orçamentária dos precatórios

De acordo com o MCASP, precatórios são requisições de pagamento contra a Fazenda Pública decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, disciplinados pelo art. 100 da Constituição da República de 1988. O precatório requisitado pelo Poder Judiciário ao devedor até o dia 02 de abril deve ter seu valor incluso na proposta orçamentária do exercício seguinte (Resolução 303 de 18/12/2019, do Conselho Nacional de Justiça, art. 15 e § 1º; Constituição da República, art. 100, § 5º).

O ente devedor do precatório deve enviar ao Poder Judiciário o recurso incluído em seu orçamento para o pagamento da dívida, por meio de depósito, na forma do regime adotado, geral (fixo) ou especial (Constituição da República, art. 100, § 6º; Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. 97, §§ 4º e 5º; Resolução 303 de 18/12/2019, do Conselho Nacional de Justiça).

O regime especial permite que a dívida de precatórios seja paga de forma parcelada. Estão no regime especial os entes em mora no pagamento de precatórios vencidos, relativos à sua administração direta e indireta, em 10/12/2009.

Os entes que não estão no regime especial, estão no regime geral, cujo pagamento da dívida deverá respeitar a data final do vencimento. Nesse sentido, o precatório com ofício expedido à entidade devedora até 02 de abril, deve ser incluído em orçamento e pago até o final do exercício seguinte, por meio de depósito efetuado junto ao Poder Judiciário.

Observa-se que o presente item possui como fundamentos as regras estabelecidas na Constituição da República (art. 100) e o art. 30, § 7º da Lei Complementar 101/00, conforme se transcreve:

§ 7º Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Observou-se que houve inclusão na LOA, de dotação para o pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88, no valor de R\$ 45.524.510,00, alterada durante o exercício para R\$ 32.597.953,13.



De acordo com o TJES, o regime adotado pelo Município é o comum e, em 2023, pagou R\$ 8.857.335,00 em precatórios. Consta do balancete da execução orçamentária o valor liquidado de R\$ 14.154.535,00.

Tabela 23 - Execução Orçamentária de Precatórios		Valores em reais
Classificação Econômica da Despesa		Valor Liquidado
31909101 - PRECATORIOS – ATIVO CIVIL		0,00
31909123 - PRECATORIOS - INATIVO CIVIL		1.078.888,13
31909125 - HONORARIOS SUCUMBENCIAIS DE PRECATORIOS		0,00
31909136 - PRECATORIOS - PENSIONISTA CIVIL		0,00
31909197 - OUTROS PRECATÓRIOS JUDICIAIS		3.593.881,95
31919151 - OBRIGACOES PATRONAIS DE PRECATORIOS		0,00
33909103 - PRECATORIOS JUDICIAIS		9.387.139,29
33909125 - HONORARIOS SUCUMBENCIAIS DE PRECATORIOS		94.625,63
33909197 - OUTROS PRECATÓRIOS JUDICIAIS		0,00
Total		14.154.535,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – Tabulação: Controle da Despesa por Dotação

Portanto, não há irregularidade dignas de nota quanto aos precatórios devidos pelo Município, no que se refere ao aspecto orçamentário.

3.2.1.14 Ordem cronológica de pagamentos

De acordo com as leis 8.666, de 21 de junho de 1993 e 14.133, de 1º de abril de 2021, a inobservância imotivada da ordem cronológica de pagamentos ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.

A nova lei de licitações inicialmente iria vigor a partir de 1º de abril de 2023. Porém, a medida provisória 1.167 de 31/03/2023 incluiu a possibilidade de uso até 30 de dezembro de 2023 das três leis anteriores: a antiga Lei de Licitações (Lei 8.666/1993), o Regime Diferenciado de Compras (Lei 12.462/2011) e a Lei do Pregão (Lei 10.520/2002).

Em recente publicação do Ministério da Economia, verificou-se que a União, por meio da Instrução Normativa SEGES/ME 77/2022, identificou a necessidade e regulamentou a ordem cronológica de pagamento em face da nova lei de licitações.



Em âmbito do Município, verificou-se o encaminhamento do Decreto nº 17.183/2017 regulamentando a matéria observando-se os critérios da Lei 8.666/1993.

3.2.1.15 Contribuições previdenciárias devidas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

A previdência social, nos termos do art. 1º da Lei Federal 8.213/1991, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção nas situações regulamentadas pela lei. De acordo com o art. 12, o servidor ocupante de cargo efetivo dos municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, é vinculado ao Regime Geral de Previdência Social quando não amparados por Regime Próprio de Previdência Social.

Desta forma, de acordo com os arts. 12 e 15 da Lei Federal 8.212/1991, são obrigatoriamente contribuintes do regime geral os empregados (servidores públicos não vinculados a regime próprio) e os empregadores (órgãos públicos). As contribuições dos empregados e dos empregadores são devidas mensalmente, aplicando-se alíquota regulamentar sobre a remuneração do segurado.

Considerando-se a legislação sobre a matéria (art. 85, 87, 102 e 103 da Lei 4.320/1964 e artigo 15, I c/c 22, I e II da Lei Federal 8.212/1991), objetiva-se neste tópico verificar se o Poder Executivo tem reconhecido a despesa orçamentária pertinente, efetuado a retenção da contribuição dos empregados e recolhido os valores devidos ao regime geral.

Com base nas peças que integram a Prestação de Contas Anual, demonstram-se os valores empenhados, liquidados e pagos, a título de obrigações previdenciárias (contribuição patronal) devidas pelo Poder Executivo, bem como os valores retidos dos servidores e recolhidos para a autarquia federal.

Tabela 24 - Contribuições Previdenciárias RGPS – Patronal Valores em reais

Regime Geral de Previdência Social	BALEXOD (PCM)			FOLHA DE PAGAMENTO (PCF)	% Registrado (B/D*100)	% Pago (C/D*100)
	Empenhado (A)	Liquidado (B)	Pago (C)	Devido (D)		
	35.759.390,72	35.633.007,39	32.246.604,99	34.556.560,88	103,12	93,32



Fonte: Proc. TC 03679/2024-2. PCM/2023 – Tabulação: Controle da Despesa por Dotação. Módulo de Folha de Pagamento/2023 – Consolidação da Folha

Tabela 25 - Contribuições Previdenciárias RGPS – Servidor Valores em reais

Regime Geral de Previdência Social	DEMCSE		FOLHA DE PAGAMENTO (PCF)	% Registrado (A/Cx100)	% Recolhido (B/Cx100)
	Valores Retidos (A)	Valores Recolhidos (B)	Devido (C)		
	14.076.600,92	12.679.326,11	14.527.340,18	96,90	87,28

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2. PCA/2023 – DEMCSE. Módulo de Folha de Pagamento/2023 – Consolidação da Folha

Observou-se, das prestações de contas encaminhadas ao sistema CidadES, módulo Folha de Pagamento, competência de dezembro do exercício em análise, que as contribuições previdenciárias patronais (exceto 13º Salário) perfazem R\$ 3.379.095,77 e, quanto ao 13º Salário, R\$ 58.930,78. Por seu turno, as contribuições previdenciárias dos servidores (exceto 13º) perfazem R\$ 1.431.708,19 e, quanto ao 13º salário, R\$ 22.912,40.

De acordo com as tabelas acima, no que tange às contribuições previdenciárias patronais, verifica-se que os valores empenhados, liquidados e pagos, no âmbito do Poder Executivo Municipal, no decorrer do exercício em análise, podem ser considerados como aceitáveis, para fins de análise das contas.

Por seu turno, no que tange às contribuições previdenciárias dos servidores, verifica-se que os valores retidos e recolhidos, no âmbito do Poder Executivo Municipal, no decorrer do exercício em análise, podem ser considerados como aceitáveis, para fins de análise das contas.

3.2.1.16 Parcelamentos de débitos previdenciários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

No que se refere aos parcelamentos de débitos previdenciários, previstos nas leis federais 8.212 e 8.213/1991, celebrados em função do atraso na quitação, a análise deste tópico limitou-se a avaliar se existem dívidas previdenciárias com o regime geral de previdência, registradas no passivo permanente, e se essas dívidas estão sendo adimplidas, tendo por base o estoque da dívida evidenciado no Balanço Patrimonial



do exercício anterior, a movimentação no exercício (valores empenhados, liquidados e pagos) e o estoque da dívida no encerramento do exercício de referência da PCA.

Com base nos valores demonstrados no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na Demonstração das Variações Patrimoniais, no Demonstrativo da Dívida Fundada e no Balanço Patrimonial do exercício em análise, avaliou-se o comportamento da dívida decorrente de parcelamentos previdenciários.

Tabela 26 - Movimentação de Débitos Previdenciários - RGPS Valores em reais

Código Contábil	Descrição Contábil	Descrição da Dívida	Saldo Anterior	Baixas no Exercício	Reconhec Dividas no Exercício	Saldo Final
221410100	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	CONTRIBUIÇOES PREVIDENCIARIAS DEBITO PARCELADODEBITO PARCELADODEBITO PARCELADODÉBITO PARCELADO	10.321.061,84	1.807.499,34	746.344,69	9.259.907,19
Total			10.321.061,84	1.807.499,34	746.344,69	9.259.907,19

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCA/2023 – DEMDIFD

Com base na análise realizada, verifica-se que não há evidências de falta de pagamento da dívida decorrente de parcelamentos previdenciários com o Regime Geral de Previdência Social.

3.2.2 Orçamento de investimento

O orçamento de investimento registra os investimentos das empresas em que o município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, e cujas programações não constam do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Em relação ao município objeto de análise destes autos, verificou-se que ele não se enquadra na situação descrita no parágrafo anterior.

Tabela 27 - Execução do Orçamento de Investimento Valores em reais

Empresa	Órgão vinculador	Função de governo	Subfunção	Fonte de Financiamento	Dotação Inicial	Suplementação	Dotação atualizada	Despesa Realizada
TOTAL								

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCA/2023 – EXOINV



3.3 Gestão financeira

3.3.1 Resultado financeiro

Verificou-se o encaminhamento do Decreto nº 21.733/2023 estabelecendo a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, referente ao exercício da prestação de contas.

A execução financeira, evidenciada no Balanço Financeiro, compreende a execução das receitas e das despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentários, que, somados ao saldo do exercício anterior, resultará no saldo para o exercício seguinte.

Na tabela a seguir, apresenta-se uma síntese do Balanço Financeiro.

Tabela 28 - Balanço Financeiro (consolidado)	Valores em reais
Saldo em espécie do exercício anterior	2.311.377.416,04
Receitas orçamentárias	3.133.363.054,53
Transferências financeiras recebidas	0,00
Recebimentos extraorçamentários	3.190.345.955,42
Despesas orçamentárias	2.706.854.617,39
Transferências financeiras concedidas	0,00
Pagamentos extraorçamentários	3.070.756.574,73
Saldo em espécie para o exercício seguinte (calculado)	2.857.475.233,87

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALFIN

Destaca-se, a seguir, o saldo contábil das disponibilidades apresentado nos termos de verificação.

Tabela 29 - Disponibilidades	Valores em reais
Unidades gestoras	Saldo
077E0300001 - Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória (*)	8.078.726,85
077E0500001 - Fundo Municipal de Saúde de Vitória	136.682.775,17
077E0500002 - Fundo Municipal do Procon de Vitória	40.525.865,27
077E0500003 - Fundo Municipal de Habitação de Vitória	3.842.044,37
077E0500004 - Fundo Municipal de Assistência Social de Vitória	7.547.239,77
077E0500005 - Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos de Vitória	5.868.259,76
077E0500006 - Fundo Municipal de Cultura de Vitória	6.972.152,73
077E0500007 - Fundo Ambiental do Município de Vitória	23.113.355,38
077E0500008 - Fundo de Desenvolvimento do Turismo de Vitória	18.378,03



Unidades gestoras	Saldo
077E0500009 - Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de Vitória	5.675.290,44
077E0500010 - Fundo de Desenvolvimento do Município de Vitória	29.587,02
077E0500011 - Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória	68.149,17
077E0500012 - Fundo Municipal de Segurança Urbana de Vitória	5.228.817,66
077E0500013 - Fundo Municipal de Combate à Corrupção de Vitória	24.531,50
077E0500014 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Vitória	0,00
077E0500015 - Fundo Municipal do Trabalho de Vitória	123.075,27
077E0500016 - Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil de Vitória	0,00
077E0500017 - Fundo Municipal de Educação Infantil e do Ensino Fundamental de Vitória	0,00
077E0600001 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Vitória	5.178.372,87
077E0600002 - Secretaria Municipal de Obras de Vitória	88.778.173,45
077E0600003 - Secretaria Municipal de Governo de Vitória	7.685.440,32
077E0600004 - Secretaria Municipal de Cultura de Vitória	11.597.054,53
077E0600005 - Secretaria Municipal de Educação de Vitória	111.515.444,47
077E0600006 - Secretaria de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana de Vitória	22.617.647,46
077E0600007 - Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de Vitória	2.060.919,89
077E0600009 - Procuradoria Geral do Município de Vitória	1.942.249,87
077E0600013 - Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória	1.402.560,07
077E0600014 - Secretaria Municipal de Segurança Urbana de Vitória	8.258.971,73
077E0600016 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória	11.257.607,23
077E0600017 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Habitação de Vitória	6.734.293,15
077E0600018 - Controladoria Geral do Município de Vitória	4.802,71
077E0600019 - Secretaria Municipal de Fazenda de Vitória	1.234.247.224,05
077E0600021 - CENTRAL DE SERVIÇOS	57.097.883,85
077E0600022 - Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação de Vitória	9.888.823,40
077E0700001 - Prefeitura Municipal de Vitória	0,00
077E0800001 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória	16.117.709,66
077E0900001 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Financeiro	606.736.696,48
077E0900002 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Previdenciário	405.377.423,04
077L0200001 - Câmara Municipal de Vitória	9.505.742,25
Total (TVDISP por UG)	2.861.803.288,87

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCA/2023 - TVDISP

Nota: O símbolo (*) refere-se às unidades gestoras cujo termo de verificação das disponibilidades é encaminhado ao TCEES de forma não estruturada (arquivo .PDF), inviabilizando a automatização.

Por seu turno, verifica-se que a movimentação dos restos a pagar, processados e não processados, evidenciada no Controle de Saldos dos Restos a Pagar, foi a seguinte:

Tabela 30 - Movimentação dos restos a pagar

Valores em reais

Tipo de Restos a Pagar	Saldo Inicial	Movimentos	Saldo Final
RPNP (Restos a Pagar Não Processados)	183.408.945,59	69.170.165,18	252.579.110,77



Tipo de Restos a Pagar	Saldo Inicial	Movimentos	Saldo Final
RPP (Restos a Pagar Processados)	36.733.003,45	-826.730,44	35.906.273,01
Total (RPNP + RPP)	220.141.949,04	68.343.434,74	288.485.383,78

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – Tabulação: Controle de Saldos de Restos a Pagar

Demonstra-se, a seguir, o resultado financeiro apurado no “Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei 4.320/1964” do Balanço Patrimonial e no Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro (Fonte de Recursos):

Tabela 31 - Resultado financeiro

Valores em reais

Especificação	2023	2022
Ativo Financeiro (a)	2.858.561.021,21	2.205.620.437,26
Passivo Financeiro (b)	305.468.722,64	230.365.299,54
Resultado Financeiro apurado no BALPAT (c) = (a) – (b)	2.553.092.298,57	1.975.255.137,72
Resultado Financeiro apurado no BALPAT, considerando as operações intras (d)	2.553.092.298,57	1.973.657.860,32
Recursos Ordinários	1.091.917.151,92	878.499.504,45
Recursos Vinculados	1.461.175.146,65	1.202.392.030,23
Resultado Financeiro por Fonte de Recursos (e)	2.553.092.298,57	2.080.891.534,68
Divergência (g) = (d) – (e)	0,00	-107.233.674,36

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCA/2023 - BALPAT

Da análise do resultado financeiro evidenciado no Anexo ao Balanço Patrimonial, não há evidências de desequilíbrio financeiro por fontes de recursos ou na totalidade.

O superávit financeiro, representado pela diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, poderá ser utilizado no exercício seguinte para abertura de créditos adicionais, desde que observadas as correspondentes fontes de recursos, na forma do art. 43, da Lei 4.320/1964.

Convém anotar que do superávit de R\$ 2.553.092.298,57, R\$ 1.023.330.738,27 é pertinente ao Instituto de Previdência.

3.3.2 Transferências ao Poder Legislativo

Para esta análise leva-se em consideração os critérios estabelecidos no art. 29-A, inciso I (redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009), c/c art. 29-A, § 2º, da Constituição da República/1988.



A Constituição da República de 1988 disciplinou sobre os municípios, no Capítulo IV, do Título III, que trata da organização do Estado.

Em seu art. 29-A, ao dispor sobre as despesas do Poder Legislativo, estabeleceu, dentre outras condições, o limite máximo para despesas totais do Poder Legislativo e o limite máximo de gastos com a folha de pagamentos, incluindo o subsídio dos vereadores.

Com base na documentação que integra a prestação de contas, apuraram-se os valores transferidos pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, a título de duodécimo (planilha detalhada **APÊNDICE C** deste relatório), no decorrer do exercício em análise, conforme demonstrado sinteticamente na tabela a seguir:

Tabela 32 - Transferências para o Poder Legislativo		Valores em reais
Descrição		Valor
Receitas tributárias e transferências de impostos - Ex. Anterior		1.943.804.174,22
% Máximo de gasto do Legislativo - conforme dados populacionais		5,00
Limite máximo permitido para transferência		97.190.208,71
Valor efetivamente transferido		41.946.000,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal do Legislativo (Repasse de Duodécimo ao Poder Legislativo)

Portanto, verifica-se que o Poder Executivo não transferiu recursos ao Poder Legislativo acima do limite permitido.

3.4 Gestão fiscal e limites constitucionais

Apresenta a verificação da conformidade da gestão fiscal, no tocante ao cumprimento dos limites constitucionais de saúde e educação e os principais parâmetros e limites da LRF, bem como a atendimento a “Regra de Ouro” das finanças públicas (art. 167, III, da Constituição Federal).

3.4.1 Metas anuais estabelecidas na LDO

As metas são direcionadoras da política fiscal de cada ente da Federação, sendo estabelecidas em função da necessidade ou não de redução do endividamento, em busca da sustentabilidade fiscal e com base na conjuntura econômica presente e



futura, permitindo o controle do nível de endividamento em patamares responsáveis e dentro dos limites fixados.

A presente seção contempla a verificação do cumprimento das metas fiscais de Resultado Primário e Nominal para o exercício, conforme estabelecida na respectiva LDO.

3.4.1.1 Resultados primário e nominal

A política fiscal dos entes públicos abrange a administração das receitas, do orçamento e da despesa pública, assim como dos ativos e passivos.

Neste contexto, o resultado primário, obtido pela diferença entre receitas e despesas primárias, tem como objetivo principal indicar a capacidade que o Município tem em gerar receitas suficientes para custear as despesas correntes e de investimentos, sem que haja comprometimento da capacidade de administrar a dívida existente.

As receitas primárias (não-financeiras) são as resultantes basicamente da arrecadação de tributos e prestação de serviços. As despesas primárias são aquelas necessárias à prestação dos serviços públicos (deduzidas das despesas financeiras).

Por seu turno, o resultado nominal possibilita acompanhar a evolução da dívida fiscal líquida, indicando a necessidade ou não de financiamento do setor público junto a terceiros.

O art. 9º prevê a limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar as metas de resultado primário ou nominal estabelecidos para o exercício.

O acompanhamento da evolução do cumprimento ou não das metas estabelecidas na LDO, para os resultados primário e nominal, é feito por meio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), na forma estabelecida pela LRF e a meta estabelecida na LDO para resultados primário e nominal do Município e o resultado obtido da execução do orçamento estão detalhados na tabela a seguir:



Tabela 33 - Resultados Primário e Nominal

Valores em reais

Rubrica	Meta LDO	Execução
Receita Primária		2.686.813.688,84
Despesa Primária		2.504.784.599,64
Resultado Primário	-255.118.474,00	182.029.089,20
Resultado Nominal	-170.306.962,00	332.574.690,61

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Resultado Primário e Nominal)

As informações demonstram o cumprimento da Meta Fiscal do Resultado Primário e o cumprimento da Meta Fiscal do Resultado Nominal, previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO.

3.4.2 Educação

3.4.2.1 Aplicação mínima constitucional

Nesta análise verifica-se o cumprimento da aplicação mínima de 25% dos recursos provenientes das receitas resultantes de impostos, compreendidas as receitas de transferências constitucionais, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), nos termos do art. 212, *caput*, da Constituição Federal.

Avaliou-se, com base na documentação que integra a prestação de contas anual, que o Município, no exercício em análise, aplicou 28,52% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme planilha de apuração, **APÊNDICE D** deste relatório, resumidamente demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 34 - Aplicação em MDE

Valores em reais

Destinação de recursos	Valor
Receitas de Impostos	1.059.660.078,88
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	1.077.977.357,03
Base de cálculo para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino	2.137.637.435,91
Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino	609.687.982,90
% de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino	28,52

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Despesa com Educação)

Portanto, o Município cumpriu o limite de aplicação com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

3.4.2.2 Remuneração dos profissionais da educação básica

Para a análise sobre a destinação de recursos para pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, leva-se em consideração os critérios



estabelecidos no art. 212-A, XI, da Constituição da República (alterado pela Emenda Constitucional 108/2020), o qual determina que proporção não inferior a 70% das receitas recebidas no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) devem ser destinada ao pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício.

Com base na documentação que integra a prestação de contas anual, constatou-se que o Município destinou 100,00% das receitas provenientes do Fundeb, conforme demonstrado na planilha de apuração, **APÊNDICE D**, apresentado resumidamente na tabela a seguir:

Tabela 35 - Fundeb - Profissionais da Educação Básica

Valores em reais

Destinação de recursos	Valor
Receitas Recebidas do FUNDEB	278.554.714,30
Valor Aplicado após Deduções (Despesa Empenhada)	278.554.714,30
% de aplicação	100,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Despesa com Educação)

Portanto, o Município cumpriu o limite de aplicação de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica.

3.4.3 Saúde

3.4.3.1 Aplicação mínima constitucional

Nesta análise verifica-se o cumprimento da aplicação mínima de 15% (quinze por cento) dos recursos provenientes da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais²⁶, em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), nos termos do art. 198, § 3º, I, da Constituição Federal e do art. 7º, *caput*, da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012.

Avaliou-se, com base na documentação que integra a prestação de contas anual, que o Município, no exercício em análise, aplicou 17,46% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em ações e serviços

²⁶ Arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e o art. 159, *caput*, I, "b", e § 3º, todos da Constituição da República.



públicos de saúde, conforme demonstrado na planilha de apuração, **APÊNDICE E** deste relatório, e evidenciado resumidamente na tabela a seguir:

Tabela 36 - Aplicação em ações e serviços públicos de saúde Valores em reais

Destinação de recursos	Valor
Receitas provenientes de impostos	1.059.660.078,88
Receitas provenientes de transferências	1.048.259.804,45
Base de cálculo para aplicação em ações e serviços públicos de saúde	2.107.919.883,33
Valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde	368.030.653,88
% de aplicação	17,46

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Despesa com Saúde)

Portanto, verifica-se que o município cumpriu o limite mínimo constitucional previsto para aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde.

3.4.4 Despesa com pessoal

A LRF normatizou, por meio dos arts. 18 a 23, nos termos da Constituição Federal, a definição e os limites para despesas com pessoal, buscando garantir uma gestão fiscal responsável das contas públicas.

Na verificação do cumprimento do limite da despesa com pessoal, utiliza-se como parâmetro a Receita Corrente Líquida Ajustada, sobre a qual incidem os percentuais previstos na LRF.

Apurou-se a RCL Ajustada do Município para efeito de cálculo do limite da despesa com pessoal, no exercício de 2023, que, conforme **APÊNDICE G** deste relatório, totalizou R\$ 2.743.183.068,04.

3.4.4.1 Limite do Poder Executivo

Constatou-se, com base na documentação que integra a prestação de contas, que as despesas com pessoal executadas pelo Poder Executivo atingiram 40,28% da receita corrente líquida ajustada, conforme demonstrado na planilha **APÊNDICE G**, sintetizada na tabela a seguir:

Tabela 37 - Despesas com pessoal – Poder Executivo Valores em reais

Descrição	Valor
Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL Ajustada	2.743.183.068,04
Despesa Total com Pessoal – DTP	1.104.971.672,34
% Apurado (DTP / RCL Ajustada)	40,28

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Despesa com Pessoal)



Conforme a tabela anterior, observa-se o cumprimento do limite máximo de despesa com pessoal do Poder Executivo em análise.

3.4.4.2 Limite consolidado do ente

No que se refere às despesas totais com pessoal, consolidando o Poder Executivo e o Poder Legislativo, constatou-se que essas despesas atingiram 41,15% em relação à receita corrente líquida ajustada, conforme evidenciado no **APÊNDICE H**, e demonstrado resumidamente na tabela a seguir:

Tabela 38 - Despesas com pessoal – Consolidado

Valores em reais

Descrição	Valor
Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL Ajustada	2.743.183.068,04
Despesa Total com Pessoal – DTP	1.128.746.077,47
% Apurado (DTP / RCL Ajustada)	41,15

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Despesa com Pessoal)

Conforme a tabela anterior, observa-se o cumprimento do limite máximo de despesa com pessoal consolidado em análise.

3.4.5 Controle da despesa total com pessoal

Para controle da despesa total com pessoal, o art. 21 da LRF considera “nulo de pleno direito” a realização dos seguintes atos:

I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

[...]

Em consulta ao arquivo “PESS”, integrante da prestação de contas anual do exercício de 2023 (Proc. TC 03679/2024-2), constatou-se que o(a) atual chefe do Poder Executivo declarou que não praticou ato que provoque aumento da despesa com pessoal, desatendendo: às exigências dos arts. 16 e 17 da LRF e o disposto no art. 37, *caput*, XIII e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.



Desta forma, com base na declaração emitida, considerou-se que o chefe do Poder Executivo, no exercício analisado, não expediu ato que resultasse em aumento da despesa com pessoal, cumprindo o art. 21, I, da LRF.

3.4.6 Dívida consolidada líquida

Nesta análise verifica-se o cumprimento do limite de comprometimento da Dívida Consolidada previsto no art. 55, I, "b" c/c o art. 59, IV, da LRF.

Os limites globais para a Dívida Consolidada dos entes da Federação foram fixados pelo Senado Federal, por meio da Resolução 40, de 20 de dezembro de 2001. Conforme estabelecido em seu art. 3º, II, para os municípios, o montante total da Dívida Consolidada Líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 vezes a sua Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites de endividamento²⁷ (120% da RCL).

Com base nos demonstrativos contábeis integrantes da prestação de contas anual do Município, ao final do exercício em análise, a dívida consolidada líquida representou -51,29% da receita corrente líquida ajustada para cálculo dos limites de endividamento, conforme se demonstra na tabela a seguir:

Tabela 39 - Dívida Consolidada Líquida Valores em reais

Descrição	Valor
Dívida consolidada – DC (I)	366.412.133,52
Deduções (II)	1.781.096.574,90
Dívida consolidada líquida – DCL (I – II)	-1.414.684.441,38
Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL Ajustada	2.758.052.440,04
% da DCL sobre a RCL Ajustada	-51,29
Limite definido por Resolução – Senado Federal	3.309.662.928,05
Limite de Alerta – inciso III do § 1º do art. 59 da LRF	2.978.696.635,25

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Dívida Consolidada Líquida)

De acordo com o apurado, verifica-se que a dívida consolidada líquida não extrapolou os limites máximo e de alerta previstos, estando em acordo com a legislação supramencionada.

²⁷ CF, art. 166-A, §1º.



3.4.7 Operações de crédito

3.4.7.1 Limite global

Segundo o art. 29, III, da LRF, operações de crédito são compromissos financeiros assumidos em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

A Constituição da República outorgou a competência ao Senado Federal para dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno dos municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal (art. 52).

Por meio do art. 7º, I, da Resolução 43, de 21 de dezembro de 2001, o Senado Federal definiu que o montante global das operações realizadas pelos Estados em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida (ajustada para cálculo dos limites de endividamento).

Com base nos demonstrativos contábeis integrantes da prestação de contas anual do Município, ao final do exercício em análise, o montante das operações de crédito realizadas representou 4,00% da receita corrente líquida ajustada, conforme se demonstra na tabela a seguir:

Tabela 40 - Operações de Crédito

Valores em reais

Descrição	Valor
Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL Ajustada	2.758.052.440,04
Total Considerado para fins de Apuração do Limite (Valor)	110.413.831,69
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal (Valor)	441.288.390,41
Limite de Alerta, inciso III do §1º do art. 59 da LRF (Valor)	397.159.551,37
Total considerado para fins de apuração do limite (Percentual)	4,00
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal (% sobre a RCL Ajustada)	16,00
Limite de Alerta, inciso III do §1º do art. 59 da LRF (% sobre a RCL Ajustada)	14,40

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Operações de Crédito)

De acordo com o apurado, verifica-se que as operações de crédito internas e externas não extrapolaram os limites máximo e de alerta previstos, estando em acordo com a legislação supramencionada



3.4.7.2 Por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO)

As operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias, são definidas pelo art. 38, *caput*, da LRF como operações de crédito destinadas a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro.

O Senado Federal definiu, conforme art. 10 da Resolução 43/2001, que o saldo devedor dessas operações não poderá exceder, no exercício em que estiver sendo apurado, a 7% (sete por cento) da receita corrente líquida ajustada, observando-se ainda, as disposições contidas nos arts. 14 e 15 daquela resolução.

Com base nos demonstrativos contábeis integrantes da prestação de contas anual do Município, ao final do exercício em análise, o montante das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária realizadas, representou 0,00% da receita corrente líquida ajustada, conforme se demonstra na tabela a seguir:

Tabela 41 - Operações de Crédito – ARO

Valores em reais

Descrição	Valor
Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL Ajustada	2.758.052.440,04
Operações de Crédito - ARO (Valor)	0,00
Limite definido por Resolução do Senado Federal para ARO (Valor)	193.063.670,80
Operações de Crédito - ARO (Percentual)	0,00
Limite definido por Resolução do Senado Federal para ARO (% sobre a RCL Ajustada)	7,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Antecipação de Receitas Orçamentárias)

De acordo com o apurado, verifica-se que as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias não extrapolaram os limites máximo e de alerta previstos, estando em acordo com a legislação supramencionada.

3.4.8 Garantias e contragarantias

Segundo o art. 40, *caput* e § 1º, da LRF, os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, condicionada ao oferecimento de contragarantia em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida.

Através do art. 9º, *caput*, da Resolução 43/2001, o Senado Federal definiu que o saldo global das garantias concedidas pelos municípios não poderá exceder a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida (ajustada para cálculo dos limites de endividamento).



Apresenta-se, nas tabelas a seguir, com base nos demonstrativos contábeis integrantes da prestação de contas anual do Município, o saldo global das garantias concedidas, e das contragarantias recebidas apurados ao final do exercício em análise:

Tabela 42 - Garantias Concedidas

Valores em reais

Descrição	Valor
Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL Ajustada	2.758.052.440,04
Total das Garantias Concedidas	0,00
Percentual do Total das Garantias sobre a RCL Ajustada	0,00
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal (Valor)	606.771.536,81
Limite de Alerta, inciso III do §1º do art. 59 da LRF (Valor)	546.094.383,13

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Garantia e Contragarantia)

De acordo com o apurado, verifica-se que as garantias concedidas não extrapolaram os limites máximo e de alerta previstos, estando em acordo com a legislação supramencionada.

Tabela 43 - Contragarantias Recebidas

Valores em reais

Descrição	Valor
Contragarantias recebidas dos Estados	0,00
Contragarantias recebidas dos Municípios	0,00
Contragarantias recebidas das Entidades Controladas	0,00
Contragarantias recebidas em garantias por meio de Fundos e Programas	0,00
Total das Contragarantias recebidas	0,00
Medidas Corretivas:	

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Garantia e Contragarantia)

De acordo com o apurado, verifica-se que as contragarantias recebidas tiveram valor igual ou superior às garantias concedidas, estando em acordo com a legislação supramencionada.

3.4.9 Disponibilidade de caixa e restos a pagar

Conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais, o limite de inscrição em restos a pagar citado no art. 25, § 1º, IV, “c”, da LRF está relacionado ao disposto no art. 1º, § 1º, da mesma lei que estabelece como pressuposto da responsabilidade na gestão fiscal a ação planejada e transparente, o cumprimento de metas e a obediência a limites e ao disposto no art. 9º da LRF, que estabelece a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira caso seja verificado ao final de cada bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais. Portanto, a verificação da existência de disponibilidade de caixa para a inscrição de restos a pagar deve acontecer em todos os exercícios.



Quanto à execução da despesa orçamentária, da qual se origina os restos a pagar, a LRF estabelece expressamente a necessidade de vinculação dos recursos à finalidade específica, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar 101/2000:

Parágrafo único - os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Nesse sentido, consta do Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Anexo 5 do RGF), que tem como propósito dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas, evidenciando a disponibilidade de caixa líquida para cada um dos recursos vinculados (art. 55 da LRF).

Desta forma, considerando-se as informações encaminhadas pelo responsável na prestação de contas, verificou-se que as informações pertinentes ao Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo (3º quadrimestre do exercício em análise) são as evidenciadas no **APÊNDICE I**.

Assim, do ponto de vista estritamente fiscal, constatou-se que, em 31 de dezembro de 2023, o Poder Executivo analisado possuía liquidez para arcar com seus compromissos financeiros, cumprindo o dispositivo legal previsto no art. 1º, § 1º, da LRF.

De acordo com os dados levantados pelo sistema CidadES, os valores deficitários apurados nas fontes de recursos vinculados “801” (R\$ 250.476,47) e “802” (R\$ 321.247,43) estavam cobertos pelo saldo das disponibilidades financeiras oriundas dos recursos não vinculados de montante igual a R\$ 1.085.296.327,89.

3.4.10 Regra de ouro

Segundo o art. 167, III, da Constituição Federal, é vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. Tal princípio, denominado “Regra de Ouro” das finanças públicas, busca coibir o endividamento para custear despesas correntes.



No exercício em análise, em consulta ao “Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital”, integrante da prestação de contas anual, apurou-se o cumprimento do dispositivo legal, conforme tabela abaixo:

Tabela 44 - Regra de Ouro

Valores em reais

Descrição	Valor
Receitas de operações de crédito consideradas – Realizada (I)	110.413.831,69
Despesa de capital líquida - Empenhada (II)	407.838.431,86
Resultado para apuração da Regra de Ouro (III = II – I)	297.424.600,17

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Receitas de Operação de Crédito e Despesa de Capital)

3.4.11 Alienação de Ativos

O artigo 44 da LRF veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

No exercício em análise, constatou-se o cumprimento do dispositivo legal previsto na LRF, conforme demonstrado na tabela abaixo e no **APÊNDICE J**.

Tabela 45 - Alienação de Ativos

Valores em reais

Descrição	Valor
Receita de Alienação de Ativos	
Receitas Realizadas	2.081.993,14
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	
Despesas Pagas	113.948,03
Pagamento de Restos a Pagar	972.452,22
Saldo Financeiro a Aplicar	
Exercício Anterior	5.702.218,60
Exercício Atual [Receitas Realizadas – (Despesas Pagas + Pagamento de Restos a Pagar)]	995.592,89
Saldo Atual (Exercício Anterior + Exercício Atual)	6.697.811,49

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Alienação de Ativos)

3.5 Renúncia de receitas

A presente seção busca avaliar a transparência e a conformidade dos instrumentos utilizados para instituição das renúncias de receitas, em atenção aos critérios constitucionais, em especial, ao disposto no art. 150, § 6º, e art. 165 § 6º, ambos da Constituição Federal, bem como o cumprimento dos requisitos exigidos pelos art. 113 do ADCT e 14 da LRF, por ocasião da concessão ou renovação de incentivos fiscais.

O art. 150, § 6º, da Constituição exige que as renúncias de receitas sejam concedidas somente por lei específica que regule exclusivamente a matéria ou o respectivo



tributo. Em paralelo, o art. 113 do ADCT impõe que a proposição legislativa que crie ou altere renúncia de receita deva ser acompanhada da estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro. Na mesma linha, o art. 14 da LRF estabelece que a concessão ou ampliação de benefício tributário seja acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que inicia sua vigência e nos dois seguintes e atenda ao disposto na LDO. Ademais, requer a demonstração de que a renúncia tenha sido considerada na estimativa de receita e que não afetará as metas fiscais previstas na LDO ou, alternativamente, a indicação de medidas de compensação, na forma de aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

O art. 165 § 6º, da Constituição exige que o projeto de lei orçamentária seja acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Nesse sentido, a apresentação dos resultados relativos às análises sobre a renúncia de receitas tem como base os documentos apresentados na prestação de contas (Demonstrativo da Renúncia de Receita - DEMRE, Demonstrativo das Imunidades Tributárias - DEIMU e LCARE) e consultas ao portal de transparência do município e está organizada nos seguintes tópicos: análise da conformidade dos requisitos, planejamento, equilíbrio fiscal e transparência das renúncias de receitas.

3.5.1 Análise de conformidade dos requisitos para concessão e ampliação da renúncia de receita

Nesta análise avalia-se a conformidade legal dos benefícios fiscais vigentes no município, destacando aqueles instituídos no exercício a partir dos critérios estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

A partir das informações apresentadas no LCARE e aferição no portal de legislação dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, constatou-se que **não foi aprovada** nenhuma norma concedendo ou ampliando benefício ou incentivo de natureza tributária que decorra em renúncia de receita durante o exercício.



Além disso, a partir da análise do DEMRE verificou-se que todos os benefícios fiscais concedidos no exercício foram aprovados mediante lei.

3.5.2 Planejamento das renúncias de receitas

O planejamento das renúncias de receitas é representado por um conjunto de ações que permite vislumbrar as prioridades e os objetivos da Administração Pública, assim como avaliar a eficiência e relevância da política pública insculpada no investimento indireto adotado através da instituição de benefícios fiscais que ocasionam renúncia de receita.

Na sequência, avalia-se o planejamento da renúncia de receita a partir dos instrumentos orçamentários para o exercício, LDO – Lei Municipal 9.865/2022 e a LOA – Lei Municipal 9.901/2022.

Avaliando o Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita do Anexo de Metas Fiscais da LDO, observou-se que a apresentação do mesmo atendeu ao modelo do Manual de Demonstrativos Fiscais, de forma que o planejamento realizado abrangeu todas as hipóteses de benefícios fiscais executados no curso do exercício, conforme declaração do Demonstrativo de Renúncia de Receita (DEMRE).

No que se refere a LOA observou-se que **apresentou o demonstrativo regionalizado do efeito**, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, reproduzindo de forma regionalizada o conteúdo planejado no Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita do Anexo de Metas Fiscais da LDO.

3.5.3 Equilíbrio fiscal nas renúncias de receitas

Nesta análise verifica a governança desprendida em busca do equilíbrio fiscal das renúncias de receitas nos instrumentos de planejamento e orçamento, na concessão ou renovação dos incentivos fiscais e na execução orçamentária do exercício.

O equilíbrio fiscal das renúncias de receitas deve ser evidenciado na instituição de novos projetos de leis que deverão indicar a medida de neutralidade capaz de conter os efeitos estimados a partir do impacto orçamentário e financeiro, além das hipóteses



planejadas para o mesmo fim nos instrumentos de planejamento e orçamento do exercício e na execução do orçamento propriamente dita.

Sobre os instrumentos de planejamento, observou-se que o Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da LDO apontou que o equilíbrio fiscal seria considerado na tramitação da proposta orçamentária. Da mesma forma, a LOA reproduziu o planejamento da LDO, estabelecendo a mesma previsão.

No que se refere a concessão ou renovação dos incentivos fiscais no exercício, verificou-se que o município não apresentou nenhuma inovação legislativa.

Na análise da execução orçamentária do exercício, quanto às renúncias de receitas, verificou-se que o montante global planejado para concessão de benefícios fiscais no Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da LDO foi de **R\$ 30.640.906,74** e cotejando com o volume de **R\$ 38.962.032,45** declarado no DEMRE quanto a concessão de tais benefícios, demonstrando que a renúncia de receita executada foi superior ao volume previsto na peça orçamentária.

Contudo, vale destacar que fazendo mesmo confronto entre o planejamento orçamentário da renúncia de receita e os valores executados de forma individual, constatou-se que o déficit supra tem relação a concessão dos benefícios previstos no art. 25 a 34 da Lei Municipal 6075/2003, regulamentada pelo Decreto 13.314/2007, quanto a redução de alíquota do ISSQN. A previsão de renúncia no Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da LDO foi de R\$ 5.103.527,97 enquanto o montante não arrecadado totalizou R\$ 8.419.846,77, conforme declarado no DEMRE, situação que aponta para risco fiscal e necessidade de ajustes na elaboração orçamentária, a fim de evitar a dependência do comportamento de outras previsões orçamentárias para evitar o comprometimento da saúde fiscal do município.

A seguir apresenta-se os dados da execução orçamentária da receita no exercício para fins de avaliação de risco da concessão de renúncia de receita na manutenção do equilíbrio fiscal.



Tabela 46 – Execução Orçamentária da Receita

Receita	Previsto	Arrecadado	Resultado
Total da Receita Arrecadada	2.788.392.266,00	3.233.921.981,87	445.529.715,87
Total da Receita – Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	895.388.854,00	1.135.098.841,25	239.709.987,25

Fonte: Balancete da Execução Orçamentária Consolidado.

Com base nos dados globais da arrecadação do município, observou-se que, apesar das falhas no planejamento, a renúncia de receita não foi capaz de gerar riscos ao equilíbrio fiscal no exercício, visto que o município apresentou superavit no total da Receita – Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria.

3.5.4 Transparência das renúncias de receitas

Nesta análise verifica-se a transparência do planejamento das renúncias de receitas na LDO e na LOA, bem como a transparência na concessão ou renovação dos incentivos fiscais no exercício.

A transparência é essencial enquanto meio de divulgação e circularização das intenções e ações que refletem o comportamento da Administração Pública. Assim, publicizar informações relevantes da gestão pública é permitir que a sociedade e seus agentes possam participar e controlar os atos administrativos e em especial aquilo que está deixando de ser arrecadado a partir da política de renúncia de receita.

Entende-se que para cumprir a transparência da renúncia de receitas nos instrumentos de planejamento é necessário a divulgação dos Demonstrativos exigidos pela LRF e pela Constituição Federal juntamente com as peças orçamentárias do exercício.

Em consulta ao Portal Transparência do Município, constatou-se:

a) **a transparência** do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia na LOA;



b) **a transparência** do Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da LDO, em face da falta de demonstração do planejamento fiscal no modelo adotado pelo Manual de Demonstrativos Fiscais.

3.5.5 Considerações finais

Considerando a análise empreendida, foi possível evidenciar as seguintes não conformidades legais:

a) Falha nas ações de responsabilidade fiscal para concessão de renúncia de receitas: equilíbrio fiscal (3.5.3)

Em face disso, sugere-se:

Dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo, como forma de alerta, para a necessidade do município aperfeiçoar o planejamento das peças orçamentárias, visando atender aos princípios da gestão fiscal responsável, observando a necessária manutenção do equilíbrio fiscal e garantindo a transparência.

3.6 Condução da Política Previdenciária

As contas anuais, objeto de apreciação nestes autos, refletem a atuação do chefe do Poder Executivo no exercício das funções de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, incluindo sua responsabilidade sobre a condução da política previdenciária no ente patrocinador do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), nos termos estabelecidos pelo art. 40 da Constituição Federal, assim como pelo art. 69 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O escopo de análise da gestão previdenciária nas contas do chefe do Poder Executivo envolve os aspectos seguintes: estruturação da unidade gestora única do RPPS; preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do regime; existência de programação orçamentária específica contemplando o plano de amortização do déficit atuarial; validade do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP); entre outros itens abrangidos pelo Anexo II da Resolução TC 297/2016.

A execução do trabalho foi pautada na análise de peças e demonstrativos encaminhados pelo chefe do Poder Executivo, na prestação de contas dos demais



órgãos e entidades vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, assim como em informações disponibilizadas pela Secretaria de Previdência do Governo Federal, em consonância com o disposto pela Instrução Normativa TC 68/2020.

Compete ao Núcleo de Controle Externo de Pessoal e Previdência (NPPREV) a elaboração de relatório técnico específico versando sobre a condução da política previdenciária no ente patrocinador do RPPS, incluindo eventuais circunstâncias que possam repercutir na apreciação das contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo, nos termos estabelecidos pelo art. 9º, §§ 1º e 2º, da Resolução TC 297/2016²⁸.

O resultado da análise técnica foi inserido no **Relatório Técnico 00077/2024-6** (peça 66 destes autos), com a finalidade de subsidiar a emissão de parecer prévio por parte deste Tribunal de Contas, em atendimento ao art. 76 da Lei Complementar 621/2012.

Considerando o resultado das análises, no que tange à condução da política previdenciária no exercício de 2023, depreende-se pela ausência de indicadores de não conformidades capazes de modificar a opinião técnica sobre a regularidade das contas apresentadas pelo chefe do Poder Executivo.

3.7 Riscos à sustentabilidade fiscal

A adequada identificação, análise e gestão de riscos fiscais pode ajudar a assegurar o equilíbrio das contas públicas no médio e no longo prazo. A guerra da Rússia e Ucrânia em 2022, a pandemia da Covid-19 iniciada em 2020, a queda no preço do petróleo em 2014/2015 e a crise financeira mundial em 2008 são eventos que expõem a vulnerabilidade das contas governamentais a riscos em diferentes níveis de governo, e em diversas partes do mundo. No Espírito Santo, além desses eventos de repercussão mundial, registram-se eventos climáticos (secas e inundações) e a

²⁸ Art. 9º A instrução dos processos de tomada ou prestação de contas apresentadas pelos ordenadores de despesas e administradores dos regimes próprios de previdência municipal e estadual, observará o seguinte escopo: (...)

§ 1º Serão consideradas nas contas de governo as irregularidades ou impropriedades identificadas na instrução dos processos de que trata o caput deste artigo que possam repercutir na apreciação das contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo; (Parágrafo incluído pela Resolução 320/2018, DOELTCEES 26.9.2018)

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, a unidade técnica responsável pela instrução dos processos de prestação de contas dos regimes próprios de previdência elaborará o relatório técnico específico que subsidiará a análise das contas de governo. (Parágrafo incluído pela Resolução 320/2018, DOELTCEES 26.9.2018)



paralisação da Samarco em 2015 que afetaram o desempenho fiscal de diversos municípios do estado.

Os riscos fiscais ensejam desafios e justificam um acompanhamento para a avaliação mais pormenorizada deles, seja para evitar que se consumem, seja para tornar a mensuração do risco fiscal mais fidedigna à realidade. A adequada identificação e análise dos riscos fiscais permite antecipar as repercussões a fim de mitigar as suas consequências tanto no âmbito fiscal quanto em seus reflexos sociais.

3.7.1 Limite 85% e 95% da EC 109/2021

A Emenda Constitucional nº 109, 15 de março de 2021²⁹ trouxe uma grande novidade: a cláusula de emergência fiscal para os entes subnacionais (estados, DF e municípios), que se verifica tendo como indicador a relação entre despesas correntes e receitas correntes, considerada a medida da poupança corrente do ente.

Caso as despesas correntes atinjam 95% das receitas correntes, num período de 12 meses, é facultado ao Estado, ao DF e aos municípios, mediante seus poderes e órgãos autônomos, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação de diversas despesas (pessoal, obrigatória, financiamento, subsídios e subvenções, incentivo ou benefício tributário). Antes de se atingir os 95%, mas depois de ter atingido os 85%, as medidas podem ser implementadas no todo ou em parte de imediato por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata (submetido, em regime de urgência, à apreciação do Legislativo), facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos.

O atingimento do limite de 85% faculta (“sugere”) ao ente subnacional a adoção prudencial de algumas medidas de contenção para evitar o atingimento do limite máximo de 95%, a partir do qual aplica-se o previsto no [§ 6º do art. 167-A da Constituição Federal](#).

²⁹ A EC nº 109/2021 altera o arcabouço jurídico das regras fiscais: cria estado de emergência fiscal para União, Estados/DF e Municípios; disciplina o estado de calamidade pública de âmbito nacional; determina plano de redução de benefícios e incentivos fiscais; suspende condicionalidades legais para a concessão de auxílio emergencial residual; e possibilita o uso do superávit financeiro para pagamento de dívida até 2023.



O texto normativo apenas **faculta** aos entes federados subnacionais aplicar medidas de ajuste fiscal, expressas em vedações se e enquanto a relação entre despesas correntes e receitas correntes, nos dozes meses, no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, superar 95%.

Apesar de as medidas de correção serem facultativas, na hipótese de o limite superar a relação de 95%, **veda-se** a concessão/obtenção de garantias e a realização de operações de crédito com outro ente (usualmente a União), **até que todas as medidas** tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos do estado, DF ou município, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas.

Dessa forma, o acompanhamento da relação despesa corrente/receita corrente, imposto pela EC nº 109/2021 vai ao encontro da sustentabilidade fiscal. Tomando como base os valores apurados³⁰ pelo Painel de Controle do TCE-ES³¹ para a despesa corrente e a receita corrente no ano de 2023, o município de **Vitória** obteve o resultado de **76,19%**.

3.7.2 Índice de Situação Previdenciária do RPPS (ISP-RPPS)

O ISP-RPPS é calculado somente para os entes federativos que possuem Regimes Próprios de Previdência Social, conforme dados da legislação encaminhada pelos entes federativos na forma prevista na alínea “a” do inciso XVI do art. 5º da Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2008, e registrada no CADPREV na data base da apuração do indicador.

A classificação do ISP é determinada com base na análise dos seguintes indicadores, relacionados aos seguintes aspectos: 1) Gestão e transparência: Indicador de Regularidade, Indicador de Envio de Informações e Indicador de Modernização da Gestão; 2) Situação financeira: Indicador de Suficiência Financeira e Indicador de Acumulação de Recursos; 3) Situação atuarial: Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários.

³⁰ A apuração da relação entre a receita corrente e a despesa corrente considera 12 (doze) meses móveis no mesmo formato da apuração da Receita Corrente Líquida - RCL e da despesa total com pessoal apurada para fins dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Para fins de cálculo, foram utilizados os dados das receitas correntes e despesas correntes, exceto intraorçamentárias (Nota Técnica 005/2021 da Secretaria Geral de Controle Externo do TCE-ES).

³¹ Fonte: [Painel de Controle](#).



O Indicador de Regularidade visa verificar a conformidade dos entes federativos quanto ao cumprimento dos critérios exigidos para a emissão do CRP (Certificados de Regularidade Previdenciária).

O Indicador de Envio de Informações visa verificar o grau de transparência dos entes federativos em relação ao envio das informações exigidas com base no parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.717, de 1998.

O Indicador de Modernização da Gestão visa identificar os RPPS que adotaram melhores práticas de gestão previdenciária com base nas informações relativas à obtenção de certificação institucional no âmbito do Pró-Gestão RPPS.

O Indicador de Suficiência Financeira visa avaliar o grau de cobertura das despesas do RPPS pelas receitas do regime e corresponderá à razão do valor anual de receitas pelo valor anual de despesas previdenciárias.

O Indicador de Acumulação de Recursos visa avaliar a capacidade do RPPS de acumular recursos para o pagamento dos benefícios previdenciários e corresponderá à razão do acréscimo ou decréscimo anual das aplicações de recursos pelo total de despesas previdenciárias do exercício.

O Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários visa avaliar a solvência do plano de benefícios e corresponderá à razão entre os valores das provisões matemáticas previdenciárias e o total das aplicações financeiras e disponibilidades do RPPS.

O [Índice de Situação Previdenciária \(ISP\) de 2023](#) manteve a mesma classificação em relação a 2022 (B), mas com uma piora na “gestão e transparência” (de A para B).

3.7.3 Indicador de Vulnerabilidade Fiscal (IVF)

O Índice de Vulnerabilidade Fiscal (IVF), criado pelo TCEES em 2021, tem o objetivo de avaliar e apresentar o grau de vulnerabilidade das finanças municipais à ocorrência de eventos, denominados riscos fiscais, que possam afetar negativamente a trajetória das contas públicas, comprometendo o alcance das metas estabelecidas, ou, na ausência ou inconsistência dessas metas, comprometer a sustentabilidade fiscal do município.



O objetivo do IVF **não** é identificar os riscos fiscais³² dos municípios, que dependem de suas características específicas e de suas estruturas orçamentária e patrimonial, mas sim revelar até que ponto eles estão preparados, do ponto de vista da robustez das finanças municipais, para lidar com riscos, caso eles ocorram. Espera-se também estimular os municípios para que eles adotem ou aprimorem suas práticas de gestão de risco fiscal.

O IVF leva em conta a margem entre receitas e despesas recorrentes, o nível do ativo financeiro, a dívida consolidada bruta (endividamento) e a situação da previdência. Atribuiu-se uma “nota” de baixa, média ou alta³³ vulnerabilidade para cada um desses indicadores. Da combinação das notas, extrai-se o resultado final, indicando, do ponto de vista das finanças públicas, o grau de vulnerabilidade a riscos fiscais (diminuição inesperada da receita ou do ativo, ou aumento inesperado da despesa ou passivo).³⁴

A nota geral do IVF do município em **2019** foi **58 (média vulnerabilidade)**, passando para **67 (média vulnerabilidade)** em **2020**, atingindo **42 (baixa vulnerabilidade)** em **2021**, mantendo **42 (baixa vulnerabilidade)** em **2022** e alcançando **41 (baixa vulnerabilidade)** em **2023**.

Município	ÍNDICE DE VULNERABILIDADE FISCAL (IVF)				
	2019	2020	2021	2022	2023
Vitória	58	67	42	42	41

³² Risco Fiscal se refere à ocorrência de eventos que podem afetar negativamente os níveis de receita ou despesa, ou ainda o valor dos ativos ou passivos, em magnitude tal que possam inviabilizar o alcance das metas e objetivos estabelecidos no orçamento ou outros instrumentos de planejamento. Em suma: os riscos fiscais afetam negativamente a receita ou o ativo, ou ainda aumentem a despesa ou o passivo.

³³ “Baixa = 1”, “Média = 2” e “Alta = 3”. Como são 4 indicadores, a nota geral pode variar entre 4 a 12, sendo a primeira terça parte com nota geral de 4 a 6 (“Baixa”), a segunda terça parte com nota geral entre 7 e 9 (“Média”) e a terceira terça parte variando de 10 a 12 (“Alta”). A nota geral foi transformada em escala de 100, via regra de três, para facilitar a comunicação: alta vulnerabilidade (nota geral entre 83 a 100); média vulnerabilidade (nota geral entre 58 a 75); e baixa vulnerabilidade (nota geral entre 33 a 50).

³⁴ Ver detalhes do IVF no [Painel de Controle](#).



3.7.4 Considerações finais

Do exposto acima, pode-se apontar a seguinte situação que exige atenção para uma favorável gestão de riscos pelo município³⁵:

- Apesar de manter em 2023 a mesma classificação previdenciária do ano anterior (B), houve piora no indicador de “gestão e transparência” (de A para B).

3.8 Opinião sobre a execução dos orçamentos

Com o intuito de fundamentar o parecer prévio do TCEES acerca da execução dos orçamentos do Município e demais operações realizadas com recursos públicos municipais, foram analisados e consignados na **seção 3**, pontos de controle importantes relativos à gestão orçamentária, financeira, fiscal, renúncia de receitas e condução da política previdenciária.

Com o intuito de fundamentar o parecer prévio do TCEES acerca da execução dos orçamentos do Município e demais operações realizadas com recursos públicos municipais, foram analisados e consignados na **seção 3**, pontos de controle importantes relativos à gestão orçamentária, financeira, fiscal, renúncia de receitas e condução da política previdenciária.

De forma geral, a análise demonstrou que o Município tem observado os parâmetros fiscais (formalidades, limites e metas), bem como atende em especial aos limites constitucionais da saúde, educação, “regra de ouro”, e, do ponto de vista estritamente fiscal, possui liquidez para arcar com seus compromissos financeiros.

Assim, conclui-se que **foram observados**, em todos os aspectos relevantes, os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública municipal, bem como as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Município e nas demais operações realizadas com recursos públicos municipais, em especial quanto ao que estabelece a LOA.

³⁵ O Parecer do Controle Interno considerou a prestação de contas regular com base nos pontos de controle avaliados.



Nesse sentido, para efeito de fundamentação do parecer prévio sobre as contas do chefe do Poder Executivo municipal referentes ao exercício de 2023, propõe-se ao Tribunal de Contas emitir **opinião sem ressalva** sobre a execução dos orçamentos.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO

O artigo 124 do Regimento Interno do TCEES, aprovado pela Resolução TC 261 de 4 de junho de 2013 (RITCEES), estabelece que o parecer prévio deve demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro.

Para cumprir esse objetivo, foi procedida a análise da **relevância e da representação fidedigna** das informações contábeis consolidadas que compõem a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo Municipal.

Vale ressaltar, no entanto, dada a limitação de recursos humanos, que a verificação desses atributos da informação contábil não foi efetuada por meio de auditoria financeira ou revisão limitada de demonstrações contábeis. O trabalho ficou restrito a análises de conformidade e conciliações entre os demonstrativos contábeis e os demais relatórios que compõem a Prestação de Contas Anual do exercício.

4.1 Consistência das demonstrações contábeis

Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP 11, as demonstrações contábeis devem apresentar adequadamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade que reporta, cuja finalidade é proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão, a prestação de contas e a responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados.

A norma também destaca que essa apresentação adequada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros eventos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, receitas e despesas como estabelecido nas demais NBCs TSP.



Objetivando verificar se as demonstrações contábeis que compõem a prestação de contas representam fidedignamente a situação patrimonial da entidade, foi realizada por meio do Sistema CidadES, segundo os pontos de controle predefinidos, a análise de consistência dos dados encaminhados pelo(a) responsável e evidenciados no Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, no Balanço Financeiro e no Balanço Orçamentário, tal como demonstrado a seguir.

4.1.1 Integridade entre a demonstração das variações patrimoniais e o balanço patrimonial em relação ao resultado patrimonial

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 47 - Resultado Patrimonial		Valores em reais
Exercício atual		
DVP (a)		-4.137.063.947,99
Balanço Patrimonial (b)		-4.137.063.947,99
Divergência (a-b)		0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALPAT, DEMVAP

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

4.1.2 Consolidação do balanço patrimonial

Consolidação das demonstrações contábeis é o processo de agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade, excluindo-se as transações recíprocas, de modo a disponibilizar os macros agregados do setor público, proporcionando uma visão global do resultado.

Os critérios de consolidação a serem utilizados para a adequada elaboração das demonstrações contábeis estão dispostos no § 1º do artigo 50 da LRF, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Ressalta-se também que foi criado no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público



(PCASP) um mecanismo para a segregação dos valores das transações que devem ser incluídas ou excluídas na consolidação.

Em 2023, as demonstrações contábeis consolidadas do Município foram elaboradas de forma automatizada no sistema CidadES, tendo por base as informações encaminhadas pelos entes jurisdicionados. O procedimento visou assegurar que os valores refletidos naquelas demonstrações contábeis refletem com exatidão as informações contábeis encaminhadas mensalmente pelos jurisdicionados em suas prestações de contas.

Para a elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município no sistema CidadES foram utilizados os critérios de consolidação aplicáveis por meio do mecanismo previsto no PCASP.

O procedimento de consolidação do Balanço Patrimonial foi evidenciado, na Unidade Gestora Consolidadora para fins de acompanhamento, no ponto de controle “Contas Patrimoniais Intraorçamentárias – Saldo Final”, conforme tabela a seguir.

Tabela 48 - Contas Patrimoniais Intra		Valores em Reais
Descrição		Saldo Final
Ativo Total [grupos 1.X.X.X.2.XX.XX]		0,00
Passivo Total [grupos 2.X.X.X.2.XX.XX]		0,00
Divergência		0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALANCONT (Balancete Isolado Código Contábil)

O procedimento de consolidação automatizado aplicado pelo sistema CidadES no Balanço Patrimonial identificou que as contas contábeis de natureza patrimonial, cujo 5º nível igual a 2 (“intra”), **obedecem** às disposições do PCASP, do Manual de Demonstrativos Contábeis (MCASP) editado pela Secretaria do Tesouro Nacional e ao disposto no §1º do artigo 50 da LRF no que tange à sistemática de consolidação, uma vez que o total dos saldos finais devedores das contas contábeis “intra” dos grupos 1.X.X.X.2.XX.XX (R\$ 0,00) **não diverge** do total dos saldos finais credores das contas contábeis “intra” dos grupos 2.X.X.X.2.XX.XX (R\$ 0,00) no Balancete de Verificação (Mês 13 Consolidado).



4.1.3 Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o MCASP, a definição de Caixa e Equivalentes de Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, além das aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Inclui, ainda, a receita orçamentária arrecadada que se encontra em poder da rede bancária em fase de recolhimento.

A Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP EC – destaca por sua vez que, para ser útil, as informações incluídas nas demonstrações contábeis, além de representar fidedignamente aquilo que se pretende representar, devem ser relevantes.

Nesse sentido, para verificar a representação fidedigna, bem como a relevância dos valores registrados no elemento patrimonial Caixa e Equivalentes de Caixa, foi realizada a análise por meio do confronto entre o saldo contábil (conciliado com os saldos bancários das disponibilidades financeiras, ao final do exercício) evidenciado no Termo de verificação das disponibilidades, em 31 de dezembro de 2023 (documento TVDISP), constante das prestações de contas das Unidades Gestoras, com o saldo contábil registrado no Balanço Patrimonial Consolidado do Município no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Tabela 49 - Saldos Contábeis das Disponibilidades **Valores em reais**

Unidades Gestoras	TVDISP (excluindo intra)
077E0300001 - Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória	8.078.726,85
077E0500001 - Fundo Municipal de Saúde de Vitória	136.682.775,17
077E0500002 - Fundo Municipal do Procon de Vitória	40.525.865,27
077E0500003 - Fundo Municipal de Habitação de Vitória	3.842.044,37
077E0500004 - Fundo Municipal de Assistência Social de Vitória	7.547.239,77
077E0500005 - Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos de Vitória	5.868.259,76
077E0500006 - Fundo Municipal de Cultura de Vitória	6.972.152,73
077E0500007 - Fundo Ambiental do Município de Vitória	23.113.355,38
077E0500008 - Fundo de Desenvolvimento do Turismo de Vitória	18.378,03
077E0500009 - Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de Vitória	5.675.290,44
077E0500010 - Fundo de Desenvolvimento do Município de Vitória	29.587,02
077E0500011 - Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória	68.149,17
077E0500012 - Fundo Municipal de Segurança Urbana de Vitória	5.228.817,66
077E0500013 - Fundo Municipal de Combate à Corrupção de Vitória	24.531,50



Unidades Gestoras	TVDISP (excluindo intra)
077E0500014 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Vitória	0,00
077E0500015 - Fundo Municipal do Trabalho de Vitória	123.075,27
077E0500016 - Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil de Vitória	0,00
077E0500017 - Fundo Municipal de Educação Infantil e do Ensino Fundamental de Vitória	0,00
077E0600001 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Vitória	5.178.372,87
077E0600002 - Secretaria Municipal de Obras de Vitória	88.778.173,45
077E0600003 - Secretaria Municipal de Governo de Vitória	7.685.440,32
077E0600004 - Secretaria Municipal de Cultura de Vitória	11.597.054,53
077E0600005 - Secretaria Municipal de Educação de Vitória	111.515.444,47
077E0600006 - Secretaria de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana de Vitória	22.617.647,46
077E0600007 - Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de Vitória	2.060.919,89
077E0600009 - Procuradoria Geral do Município de Vitória	1.942.249,87
077E0600013 - Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória	1.402.560,07
077E0600014 - Secretaria Municipal de Segurança Urbana de Vitória	8.258.971,73
077E0600016 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória	11.257.607,23
077E0600017 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Habitação de Vitória	6.734.293,15
077E0600018 - Controladoria Geral do Município de Vitória	4.802,71
077E0600019 - Secretaria Municipal de Fazenda de Vitória	1.234.247.224,05
077E0600021 - CENTRAL DE SERVIÇOS	57.097.883,85
077E0600022 - Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação de Vitória	9.888.823,40
077E0700001 - Prefeitura Municipal de Vitória	0,00
077E0800001 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória	260,04
077E0900001 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Financeiro	1.051,97
077E0900002 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Previdenciário	0,00
077L0200001 - Câmara Municipal de Vitória	9.505.742,25
TOTAL	1.833.572.771,70

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCA/2023 – TVDISP (conta contábil 1.1.1.0.0.00.00)

Tabela 50 - Caixa e Equivalentes de Caixa (Saldos Contábeis) Valores em reais

Contas Contábeis	Balanco Patrimonial (Consolidado) (a)	TVDISP (excluindo intra) (b)	Diferença (a-b)
Caixa e Equivalentes de Caixa (1.1.1.0.0.00.00)	1.833.572.771,70	1.833.572.771,70	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 – PCA-PCM/2023 – TVDISP, BALPAT

Após a análise, verificou-se que o Balanço Patrimonial Consolidado do Município apresenta conformidade com a posição patrimonial da conta Caixa e Equivalente de Caixa do Município, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, confrontado com os saldos contábeis conciliados destes ativos discriminados por UG no arquivo TVDISP.



4.1.4 Dívida ativa

De acordo com o MCASP, a dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. É uma fonte potencial de fluxos de caixa e é reconhecida contabilmente no ativo.

Já a NBC TSP 01³⁶ destaca que a entrada de recursos de transação sem contraprestação deve ser reconhecida como ativo quando: (a) for provável que os benefícios econômicos futuros e o potencial de serviços associados com o ativo fluam para a entidade; e (b) o valor justo do ativo puder ser mensurado de maneira confiável.

Em sintonia com essa definição de ativo, o MCASP ressalta também o ativo deve ser reconhecido quando satisfizer a definição de ativo e puder ser mensurado de maneira que observe as características qualitativas, levando em consideração as restrições sobre a informação contábil.

Cabe destacar que os montantes inscritos em dívida ativa apresentam, por certo, grande probabilidade de conterem em seu escopo créditos que não se realizarão em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros. Assim, faz-se necessário que os créditos a receber que apresentem probabilidade de não realização sejam ajustados a valor recuperável, realizado por intermédio de uma conta redutora denominada “Ajuste de perdas de créditos”.

Neste sentido, o MCASP prescreve que os riscos de recebimentos de direitos são reconhecidos em contas de ajustes, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

No mesmo sentido, a NBC TSP EC³⁷ dispõe que os ativos mensurados pelo custo histórico podem ter seu valor ajustado, na medida em que o seu potencial de serviços ou capacidade de gerar benefícios econômicos diminuiu devido a mudanças nas condições econômicas ou em outras condições.

³⁶ NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação, item 31

³⁷ NBC TSP EC, item 7.15



O saldo contábil da dívida ativa deve corresponder à representação fidedigna do que pretende representar, ou seja, sua evidenciação deve ser completa, neutra e livre de erro material, cumprindo a característica qualitativa da representação fidedigna³⁸.

A NBC TSP EC destaca por sua vez que, para ser útil, as informações incluídas nas demonstrações contábeis, além de representar fidedignamente aquilo que se pretende representar, devem ser relevantes.

Dessa forma, objetivando verificar a representação fidedigna do estoque de dívida ativa evidenciado no Balanço Patrimonial Consolidado, bem como a relevância dos valores, foi realizado o procedimento de verificação dos saldos, por meio do confronto entre o saldo contábil relativo a dívida ativa registrada nos créditos a receber a curto e longo prazo com os saldos constantes do Demonstrativo da Dívida Ativa, documento DEMDAT, integrante das prestações de contas das Unidades Gestoras que compõem o Balanço Patrimonial Consolidado do Município.

Tabela 51 - Dívida Ativa Tributária e não Tributária **Valores em reais**

Saldo anterior – DEMDAT (excluindo intra)	3.661.214.671,66
Acréscimos no exercício – DEMDAT (excluindo intra)	549.253.094,77
Baixas no exercício – DEMDAT (excluindo intra)	175.928.591,82
Saldo para o próximo exercício - DEMDAT (a) (excluindo intra)	4.034.539.174,61
Saldo contábil – BALPAT Consolidado (b)	4.034.539.174,61
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 – PCA-PCM/2023 – DEMDAT, BALPAT

Com base na análise, verificou-se que o estoque de dívida ativa tributária e não-tributária, registrada nos créditos a receber a curto e longo prazo, está em consonância com os saldos constantes do Demonstrativo da Dívida Ativa, documento DEMDAT integrante das prestações de contas das Unidades Gestoras que compõem o Balanço Patrimonial Consolidado do Município.

Adicionalmente, foram analisados os saldos relativos à constituição de perdas estimadas em créditos de dívida ativa (ajuste de perdas), curto e longo prazos, por meio dos registros no Balancete de Verificação Anual Consolidado:

³⁸ NBC TSP EC, item 3.10



Tabela 52 - Ajuste para perdas de créditos de dívida ativa

Valores em reais

Descrição da Conta Contábil	Saldo no BALVERF
1.1.2.9.1.04.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.1.05.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.2.04.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.2.05.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.3.04.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.3.05.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.4.04.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.4.05.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.5.04.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.5.05.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.1.1.99.04 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	1.494.299.274,60
1.2.1.1.1.99.05 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	328.463.860,93
1.2.1.1.2.99.04 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.1.2.99.05 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.1.3.99.04 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.1.3.99.05 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.1.4.99.04 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.1.4.99.05 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.1.5.99.04 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.1.5.99.05 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.2.1.99.01 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - DEMAIS CRÉDITOS	0,00
1.2.1.2.1.99.07 (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS APURADOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - DEMAIS CRÉDITOS	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALANCONT (Balancete Isolado Código Contábil)

Em relação ao reconhecimento do ajuste para perdas estimadas em créditos de dívida ativa, verificou-se que os créditos inscritos em dívida ativa, evidenciados no Balanço Patrimonial Consolidado, foram ajustados a valor realizável, por meio da utilização da conta redutora de ajustes para perdas estimadas. Ressalta-se, no entanto, que não foram realizadas análises sobre a metodologia adotada para fins de mensuração e registro do ajuste para perdas estimadas.

4.1.5 Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um exercício.

É importante destacar que o ativo imobilizado é registrado em dois subgrupos que são: os bens em operação como máquinas, equipamentos, móveis, terrenos,



edificações e benfeitorias, instalações etc., classificados³⁹ em: 1.2.3.1.1.00.00 e 1.2.3.2.1.00.00, respectivamente Bens móveis e Bens imóveis. E os bens em andamento, que são os ativos que estão na fase de implantação, ou ainda, não estão prontos para entrar em operação, como: construção de uma nova edificação, estudos e projetos, implantação de uma nova linha produtiva operacional etc., classificados em: 1.2.3.1.1.07.00, Bens móveis em andamento; e 1.2.3.2.1.06.00, Bens imóveis em andamento.

A NBC TSP 07⁴⁰ estabelece que após o reconhecimento do ativo imobilizado, a entidade deverá optar pelo modelo do custo ou pelo modelo da reavaliação como sua política contábil e aplicar tal política a toda a classe correspondente.

A mesma NBC TSP 07⁴¹ e o MCASP destacam que os elementos do ativo imobilizado que tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação sistemática durante esse período. A apuração da depreciação deve ser feita mensalmente, a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração. A norma contábil ressalva ainda que a depreciação do ativo se inicia quando esse está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento, na forma pretendida pela administração.

A Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP EC – destaca por sua vez que para ser útil, as informações incluídas nas demonstrações contábeis, além de representar fidedignamente aquilo que se pretende representar, devem ser relevantes.

Nesse sentido, visando a verificação da representação fidedigna dos elementos do imobilizado na situação patrimonial em 31 de dezembro de 2023, bem como a relevância dos valores, procedeu-se à conciliação dos registros, por meio do confronto entre o saldo contábil relativo os bens móveis e imóveis registrada no imobilizado com as informações constantes do inventário anual de bens, respectivamente arquivos INVMOV e INVIMO, realizado em 31 de dezembro de 2023, integrante das prestações

³⁹ PCASP Estendido 2021

⁴⁰ NBC TSP 07, item 42

⁴¹ NBC TSP 07, itens 66 e 71



de contas das Unidades Gestoras que compõem o Balanço Patrimonial Consolidado do Município.

Tabela 53 - Imobilizado

Valores em reais

Descrição	Balanço Patrimonial (Consolidado) (a)	Inventário (excluindo intra) (b)	Diferença (a-b)
Bens Móveis (conta contábil 1.2.3.1.1.01.00)	291.550.311,47	291.550.311,47	0,00
Bens Imóveis (conta contábil 1.2.3.2.1.00.00)	1.587.602.501,26	1.587.602.501,26	0,00
Total	1.879.152.812,73	1.879.152.812,73	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 – PCA-PCM/2023 – BALPAT, INVMOV, INVIMO

Efetuada o procedimento, constatou-se que os saldos contábeis dos elementos do ativo imobilizado (bens móveis e imóveis), evidenciados no Balanço Patrimonial Consolidado do Município, estão em conformidade com a posição patrimonial registrada nos inventários anuais sintéticos de bens móveis e imóveis, respectivamente arquivos INVMOV e INVIMO, que integram as prestações de contas das Unidades Gestoras que compõem o Balanço Patrimonial Consolidado do Município.

Adicionalmente, foram analisados os saldos relativos à Depreciação Acumulada, cujos registros devem ocorrer de acordo com o PCASP nas contas contábeis redutoras do ativo imobilizado: 1.2.3.8.1.01.00 – Depreciação Acumulada de bens móveis, 1.2.3.8.1.07.00 - Depreciação Acumulada de bens móveis (Ativos de Concessão), 1.2.3.8.1.02.00 – Depreciação Acumulada de bens imóveis e 1.2.3.8.1.08.00 - Depreciação Acumulada de bens imóveis (Ativos de Concessão).

Tabela 54 - Depreciação Acumulada

Valores em reais

Descrição	Saldo no BALVERF
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis (contas contábeis 1.2.3.8.1.01.00 e 1.2.3.8.1.07.00)	98.138.630,03
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis (contas contábeis 1.2.3.8.1.02.00 e 1.2.3.8.1.08.00)	8.986.313,32

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALANCONT (Balancete Isolado Código Contábil)

Após análise verificou-se a existência de registros de depreciação, evidenciado nas contas contábeis redutoras do ativo imobilizado. Ressalva-se, no entanto, que não foram realizadas análises sobre a metodologia adotada para fins de mensuração e registro da depreciação.



4.1.6 Reconhecimento patrimonial dos precatórios

Conforme definição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, os precatórios correspondem a ordens judiciais contra o ente público federal, estadual, municipal ou distrital, determinando o pagamento de importância por parte da fazenda pública, sendo constituído por intermédio de decisão judicial transitada em julgado.

As entidades de direito público, conforme prescreve o § 5º do artigo 100 da CRFB, são obrigadas a incluir em seus orçamentos a verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

Para efeito desse mandamento constitucional, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução CNJ 303/2019⁴², considera a data de 2 de abril como o momento de requisição do precatório, para aqueles apresentados ao tribunal entre 3 de abril do ano anterior e 2 de abril do ano da elaboração da proposta orçamentária.

No Estado do Espírito Santo, os pagamentos dos precatórios são centralizados no Tribunal de Justiça. Para tanto, o tribunal, conforme previsão expressa no § 1º do artigo 15 da supracitada Resolução, deverá comunicar à entidade devedora até 31 de maio de cada ano, exceto em caso de regulamentação diversa por lei específica, por ofício eletrônico, ou meio equivalente, os precatórios apresentados até 2 de abril, com seu valor atualizado, visando à inclusão na proposta orçamentária do exercício subsequente.

Dessa forma, os precatórios apresentados até 2 de abril do ano da elaboração da proposta orçamentária, deverão ser reconhecidos no saldo contábil do passivo circulante do Balanço Patrimonial Consolidado que compõe a Prestação de Contas do Prefeito do Município em análise, exercício 2023, pois a expectativa de pagamento da obrigação é de até doze meses após a data de encerramento do exercício. Aqueles que ultrapassarem essa data, deverão ser reconhecidos no passivo não circulante,

⁴² Art. 15. Para efeito do disposto no § 5º do art. 100 da Constituição Federal, considera-se momento de requisição do precatório, para aqueles apresentados ao tribunal entre 3 de abril do ano anterior e 2 de abril do ano de elaboração da proposta orçamentária, a data de 2 de abril. (redação dada pela Resolução n. 448, de 25.3.2022)



uma vez que não constarão de proposta orçamentária do exercício que se inicia após a data-base das Demonstrações Contábeis Consolidadas Anuais do Município.

Segundo a Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP EC, o saldo contábil dos precatórios (pessoal, benefícios previdenciários, fornecedores, contas a pagar e outros) dever ser evidenciado de forma completa, neutra e livre de erro material, cumprindo a característica qualitativa da representação fidedigna.

A norma contábil destaca ainda que, para ser útil, as informações incluídas nas demonstrações contábeis, além de representar fidedignamente aquilo que se pretende representar, devem ser relevantes.

Dessa forma, objetivando a verificação da representação fidedigna, bem como a relevância dos valores de precatórios inscritos, reconhecidos como obrigações no Balanço Patrimonial Consolidado do Município, efetuou-se a comparação dos valores registrados no arquivo ESTPREC.XML⁴³, com a lista unificada de precatórios existente no site do Tribunal de Justiça do ES, com lista consolidada de precatórios existente no site do TRT 17ª Região e os registros de precatórios no Balancete de Verificação, que compõem a Prestação de Contas do Prefeito do Município em análise, exercício 2023.

Tabela 55 - Saldo de Precatórios

Valores em reais

Conta Contábil	Saldo
211110400 - PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	361.839,58
211110500 - PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	0,00
211110700 - OUTROS PRECATÓRIOS DE PESSOAL	0,00
211210400 - PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - REGIME ESPECIAL	0,00
211210500 - PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - REGIME ORDINÁRIO	0,00
211210700 - OUTROS PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00
211310300 - PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - REGIME ESPECIAL	0,00
211310400 - PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - REGIME ORDINÁRIO	0,00
213110500 - PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	0,00
213110600 - PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	24.727.623,93

⁴³ O arquivo ESTPREC.XLM, que contém o estoque de precatórios das entidades devedoras existente no final do exercício de referência da Prestação de Contas, consta obrigatoriamente da prestação de contas anual do gestor do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo – Sentenças Judiciais – Precatórios Municípios.



Conta Contábil	Saldo
213110700 - PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS- REGIME ESPECIAL	0,00
213110800 - PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	0,00
213111100 - DEMAIS PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS	0,00
218810800 – PRECATÓRIOS	0,00
221110300 - PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	0,00
221110400 - PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	3.235.677,41
221110700 - OUTROS PRECATÓRIOS DE PESSOAL	0,00
221210200 - PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - REGIME ESPECIAL	0,00
221210300 - PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - REGIME ORDINÁRIO	0,00
221219800 - OUTROS PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00
221310200 - PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - REGIME ESPECIAL	0,00
221310300 - PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - REGIME ORDINÁRIO	0,00
223110400 - PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	0,00
223110500 - PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	0,00
223110600 - PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS- REGIME ESPECIAL	0,00
223110700 - PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	0,00
223111100 - DEMAIS PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS	0,00
228810800 – PRECATÓRIOS	0,00
Total	28.325.140,92

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALANCONT (Balancete Isolado Código Contábil)

Tabela 56 - Comparativo ESTPREC e BALVERF

Valores em reais

Conta Contábil	Saldo
Saldo Contábil de Precatórios no BALVERF (a)	28.325.140,92
Saldo de Precatórios no ESTPREC (UG Encargos Gerais TJES- Sentenças Judiciárias – Precatórios Municipais (b))	35.967.715,84
Divergência (a - b)	-7.642.574,92

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 – PCM-PCA-PCM/2023 – BALANCONT (Balancete Isolado Código Contábil), ESTPREC, TJES, TRT 17 Região

Com base no procedimento realizado, verificou-se que o saldo contábil dos precatórios (pessoal, benefícios previdenciários, fornecedores, contas a pagar e outros) não representa adequadamente a real situação patrimonial do Balanço Patrimonial Consolidado do Município do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, uma vez que há divergência configurando uma subavaliação do passivo, descumprindo a característica qualitativa da representação fidedigna, em desacordo com a NBC TSP EC, item 3.10.



A divergência apontada na tabela acima é relevante, segundo o critério de limite de acumulação de distorções definido para a análise. No entanto, considerando que ela não é suficiente para ensejar emissão de parecer prévio pela rejeição das contas, conforme art. 126 da Resolução TC 261/2013, propõe-se **não** citar o responsável e lhe dar **ciência** da subavaliação do passivo com precatórios no montante de R\$ 7.642.574,92, em desacordo com a NBC TSP EC, item 3.10.

4.1.7 Provisões matemáticas e previdenciárias

O art. 1º, inc. I, da Lei Federal 9.717/1998 estabelece que a avaliação atuarial definirá o custeio para cobertura do déficit, devendo ser contabilizado, a fim de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social:

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

I - realização de avaliação atuarial inicial e **em cada balanço** utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.

A avaliação atuarial inicial e suas respectivas revisões, conforme depreende-se da Instrução de Procedimentos Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional – IPC 14⁴⁴, são a base de cálculo da provisão matemática previdenciária, que é gerada pela expectativa da concessão de benefícios ou pelo fato de o benefício haver sido concedido, referentes aos planos financeiros e previdenciários.

A Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP EC – destaca por sua vez que, para ser útil, as informações incluídas nas demonstrações contábeis, além de representar fidedignamente aquilo que se pretende representar, devem ser relevantes.

Nesse sentido, visando a verificação dos registros das Provisões Matemáticas e Previdenciárias evidenciadas no Balanço Patrimonial Consolidado, foi realizado o confronto entre o saldo contábil desse passivo com os dados constante da Avaliação Atuarial (DEMAAT), integrante da prestação de contas da Unidade Gestora do

⁴⁴ IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS.



Instituto de Previdência do Município que compõem o Balanço Patrimonial Consolidado do Município.

Tabela 57 - Registro das Provisões Matemáticas Previdenciárias Valores em reais

Conta Contábil		BALVERF	DEMAAT
2.2.7.2.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	726.477.294,66	726.477.294,66
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	5.673.673.462,54	5.673.673.462,54
2.2.7.2.1.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	3.678.141.277,39	3.678.141.277,39
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/CONCEDIDAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	3.782.695.171,72	3.782.695.171,72
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	75.432.762,87	75.432.762,87
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	15.042.443,73	15.042.443,73
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	14.078.687,73	14.078.687,73
2.2.7.2.1.01.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.00	FUNDOS EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.874.862.864,93	1.874.862.864,93
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2.850.399.531,86	2.850.399.531,86
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	553.427.311,70	553.427.311,70
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	251.085.383,32	251.085.383,32
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	171.023.971,91	171.023.971,91
2.2.7.2.1.02.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00
2.2.7.2.1.03.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	16.890.725,28	16.890.725,28
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	16.891.559,69	16.891.559,69
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	834,41	834,41
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	0,00	0,00
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	0,00	0,00
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00
2.2.7.2.1.04.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	103.778.594,94	103.778.594,94
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	617.788.457,35	617.788.457,35
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	291.383.954,72	291.383.954,72
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	185.558.600,25	185.558.600,25
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	37.067.307,44	37.067.307,44
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00
2.2.7.2.2.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	4.947.196.167,88	4.947.196.167,88
2.2.7.2.2.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	3.072.333.302,95	3.072.333.302,95
2.2.7.2.2.01.01	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	3.072.333.302,95	3.072.333.302,95
2.2.7.2.2.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.874.862.864,93	1.874.862.864,93
2.2.7.2.2.02.03	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.874.862.864,93	1.874.862.864,93
2.2.7.2.2.05.00	OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - INTRA OFSS	0,00	0,00
2.2.7.2.2.05.01	OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00	0,00



Conta Contábil		BALVERF	DEMAAT
2.2.7.2.2.05.02	OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 – PCM-PCA/2023 – BALANCONT (Balancete Isolado Código Contábil), DEMAAT, BALATU

Com base no procedimento realizado, verificou-se que o Balanço Patrimonial Consolidado do Município evidencia a conformidade entre os registros das provisões matemáticas previdenciárias com o Balanço Atuarial (BALATU) proposto pelo estudo de avaliação atuarial (DEMAAT).

4.2 Auditoria Financeira

As demonstrações contábeis que integram as presentes contas anuais não foram objeto de auditoria financeira.

4.3 Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

O artigo 124 do Regimento Interno do TCEES, aprovado pela Resolução TC 261 de 4 de junho de 2013 (RITCEES), estabelece que o parecer prévio deve demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro.

Conforme dito na introdução desse tópico, o trabalho desenvolvido não foi de asseguarção, auditoria ou revisão, mas limitado às análises de conformidade e conciliações entre os demonstrativos contábeis e os demais relatórios que compõe a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo do exercício de 2023.

Dessa forma, a análise foi efetuada e constatou-se que há incorreções contábeis (subseção 4.1.7) que isoladamente está acima do limite de acumulação de distorções definido para este trabalho, no entanto, o valor identificado não é relevante em relação às demonstrações contábeis como um **todo**. Esse montante encontra-se abaixo do nível mínimo agregado de distorção (materialidade global)⁴⁵ aceitável para esta

⁴⁵ A materialidade global no contexto das normas de auditoria, é o valor a partir do qual o somatório das distorções identificadas e não corrigidas é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, a ponto de influenciar as decisões econômicas dos usuários dessas demonstrações. Portanto, é o valor a partir do qual o somatório das distorções identificadas e não corrigidas demanda



análise, sendo, portanto, insuficiente para ensejar uma conclusão modificada adversa⁴⁶ e consequentemente sugestão de emissão de parecer prévio pela rejeição das contas.

Essa conclusão se sustenta, por analogia, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica aplicadas à Auditoria do Setor Público⁴⁷ emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria emitidas pela International Federation of Accountants (IFAC) e recepcionadas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), em especial na NBC TA 705, segundo a qual o auditor deve modificar a opinião no seu relatório quando conclui, com base na evidência de auditoria obtida, que as demonstrações contábeis como um **todo** apresentem distorções relevantes.

Assim, com base na análise efetuada, conclui-se que não há conhecimento de fato que indique que as demonstrações contábeis consolidadas não representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a **situação financeira, orçamentária e patrimonial** do Município no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

a modificação da opinião do auditor ou o nível mínimo agregado de erro ou classificação indevida em uma demonstração contábil, que servirá de parâmetro para a conclusão do auditor.

⁴⁶ Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicável à Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica NBC TA 705, a opinião modificada compreende “Opinião com ressalva”, “Opinião adversa” ou “Abstenção de opinião” sobre as demonstrações contábeis.

⁴⁷ Resolução CFC Nº 1.601/2020

Art. 3º (...)

IX – de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público – NBC TASP – são as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicadas à Auditoria do Setor Público convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria emitidas pela International Federation of Accountants (Ifac) e recepcionadas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).



5. RESULTADO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

5.1 Política pública de educação

5.1.1 Monitoramento das metas do Plano Municipal de Educação 2015-2025

A educação é direito fundamental de todos e pilar do desenvolvimento do país, estando prevista na Constituição Federal de 1988 (art. 205) como dever do Estado, da família e da sociedade. Internacionalmente, na Agenda 2030, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 é voltado para a Educação de Qualidade.

A Constituição Federal (art. 211) estabelece que a União, os Estados e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, sendo que os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil; enquanto o Estado atuará prioritariamente no ensino fundamental e médio. Apesar das responsabilidades previstas na Constituição e na legislação, a falta de alinhamento entre os entes federados para políticas públicas eficientes na educação brasileira gerou a necessidade de uma legislação específica sobre o tema.

O Plano Nacional de Educação (PNE), com os Planos Estaduais (PEE) e Planos Municipais (PME), são instrumentos que visam suprir essa lacuna, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no país.

O Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, que abrange o decênio 2014–2024, foi instituído pela Lei 13.005/2014 e possui 20 metas, amparadas por mais de 250 estratégias.

Os Municípios devem elaborar seus Planos Municipais de Educação (PME), em consonância com o PNE, conforme previsto na Lei 13.005/2014⁴⁸. Esses planos visam garantir a coerência e o alinhamento das políticas educacionais em todos os níveis de governo, com vigência prevista para o Decênio 2015–2025. Nesse sentido, cabe destacar que as metas do PME do município de Vitória ora analisadas se apresentam

⁴⁸ PNE – Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano, contado da publicação desta Lei.



em consonância com as metas do PNE⁴⁹, havendo divergências nas métricas do indicador 2B do Plano Municipal.

Destaca-se que a equipe técnica do TCEES realizou a verificação das metas de competência prioritária do município e que possuíam dados atualizados até o exercício de 2023. Buscando a uniformização da análise para todos os municípios, tomou-se como base as metas constantes do PNE, analisadas a partir dos dados municipais. A Nota Técnica com a fonte dos dados e a metodologia utilizada para composição das informações consta no **Apêndice L**.

Meta 1 – Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PNE.

O indicador 1A, direcionado às crianças de 4 a 5 anos, visa alcançar 100% do público-alvo e acompanha a proporção de crianças dessa faixa etária matriculadas na escola em relação à população total. Já a Meta 1B, focada nas crianças de 0 a 3 anos, pretende atender 50% do público-alvo. Os indicadores monitoram o percentual de alunos matriculados em creches/escolas e apenas informam se a população tem acesso à educação, não avaliando outros aspectos relacionados à qualidade do ensino⁵⁰.

No que diz respeito ao indicador 1A, percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a creche/escola, o município de Vitória, em 2023, atendeu 117,4% da população alvo, ultrapassando o percentual previsto no indicador⁵¹.

⁴⁹ Como forma de padronização, adotou-se três terminologias para análise do nível de consonância dos indicadores municipais com o PNE: consonância, parcial consonância e baixa consonância, representando, respectivamente, compatibilidade entre 96% e 100% com o PNE, compatibilidade entre 61% e 95% e compatibilidade abaixo de 60%.

⁵⁰ PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PNE 2014-2024 – Nota Técnica Meta 1.

⁵¹ Hipóteses para extrapolação de 100% do indicador incluem o atendimento à educação especial e a possibilidade de um aluno estar matriculado na rede pública e na privada em turnos distintos.

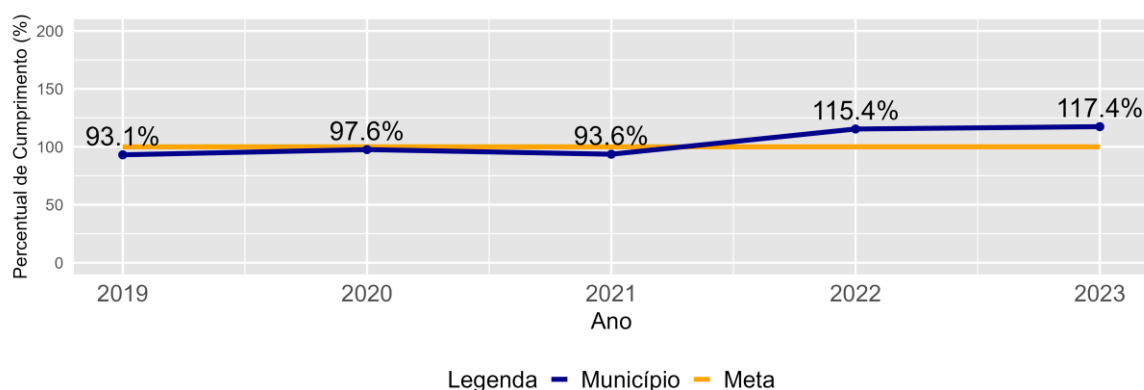


Gráfico 9: Indicador 1A: Evolução do percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta escola/creche

Fonte: Elaborado pelo N Educação, a partir do Censo Escolar (INEP) e projeções N Educação⁵²

Em relação ao indicador 1B, percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a creche/escola, o município de Vitória atendeu 73,8% da população alvo, ultrapassando o percentual previsto no indicador.

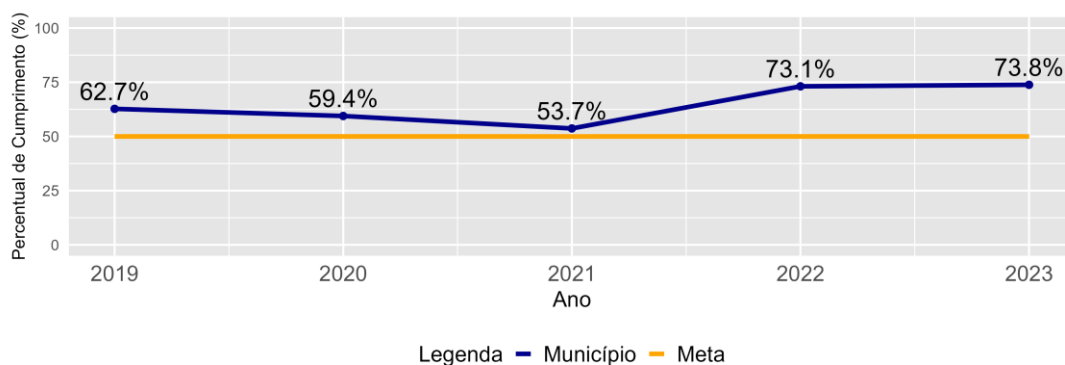


Gráfico 10: Indicador 1B: Evolução do percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta escola/creche

Fonte: Elaborado pelo N Educação, a partir do Censo Escolar (INEP) e projeções N Educação

Meta 2 – Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

De acordo com a Resolução 3/2005 do Conselho Nacional de Educação, o ensino fundamental deve ter duração de 9 anos. A Meta 2 prevê o início do ensino

⁵² Conforme detalhamento descrito na Nota Técnica.



fundamental aos 6 anos e término aos 14. Nos termos da Constituição Estadual, o ensino fundamental é de responsabilidade prioritária dos Municípios⁵³.

O indicador 2A monitora o percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou já concluíram o ensino fundamental. Ele informa a proporção de crianças e adolescentes dessa faixa etária que estão na escola em relação ao público-alvo total. É importante destacar que este indicador apenas informa se essa população tem acesso à educação, não avaliando a qualidade do ensino.

Em relação ao indicador 2A, o percentual da população de 6 a 14 anos do município de Vitória, que frequenta a escola é de 113,7%, ultrapassando o percentual previsto no indicador⁵⁴.

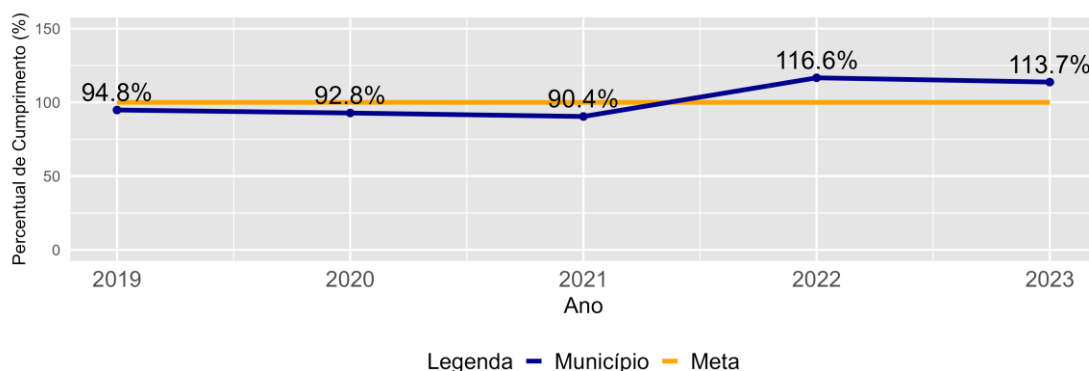


Gráfico 11: Indicador 2A: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola

Fonte: Elaborado pelo N Educação, a partir do Censo Escolar (INEP) e projeções N Educação

Meta 4 – Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Segundo a Constituição Federal (art. 208), o Estado deve garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede

⁵³ Art. 173 Os Municípios atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e pré-escolar.

⁵⁴ Hipóteses para extrapolação de 100% do indicador incluem o atendimento à educação especial e a possibilidade de um aluno estar matriculado na rede pública e na privada em turnos distintos.



regular de ensino. Esse atendimento deve ser inclusivo e oferecer salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Em relação ao indicador 4B, verifica-se que o percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência, TGD (transtorno globais de desenvolvimento) e altas habilidades ou superdotação, do município de Vitória, que estudam em classes comuns da educação básica, foi de 100,0%, atingindo o percentual previsto no indicador.

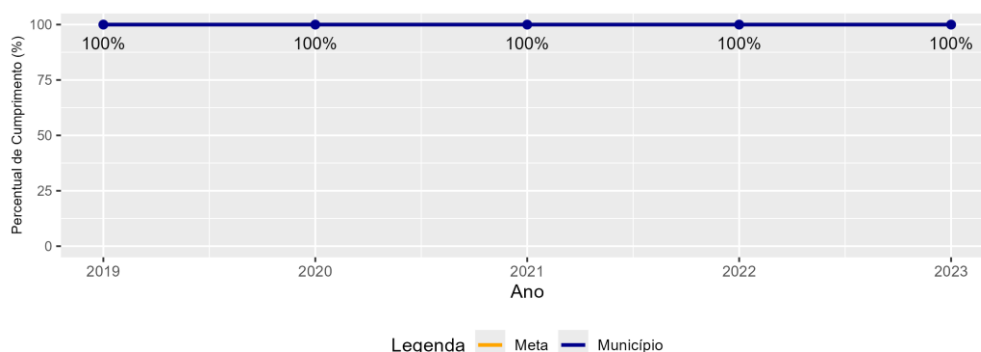


Gráfico 12: Indicador 4B: Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica

Fonte: Elaborado pelo N Educação, a partir do Censo Escolar (INEP)

Meta 5 – Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.

O Decreto 9.765/2019, que instituiu a política nacional de alfabetização, foi revogado pelo Decreto 11.556/2023. Este novo decreto cria o “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”, que firma o compromisso da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras.

O PNE visa monitorar a alfabetização infantil, por meio do indicador 5, que acompanha o nível de proficiência em leitura, escrita e matemática dos alunos do 3º ano do ensino fundamental. No Espírito Santo, o indicador 5 é acompanhado desde 2022 pela Prova de Fluência em Leitura; entretanto a avaliação é aplicada aos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, para verificar a capacidade do estudante de ler palavras e textos fluidamente e com ritmo e compreensão adequados, sendo atribuído um Perfil de Leitor entre Pré-Leitor, Leitor Iniciante e Leitor Fluente.



O resultado dessa avaliação, de 2023, para o Município de Vitória foi de 42,0% de Pré-Leitor, 40,8% de Leitor Iniciante e 17,1% de Leitor Fluente, enquanto a média das escolas municipais foi de 39,38% para Pré-Leitor, 43,13% para Leitor Iniciante e 17,48% para Leitor Fluente.

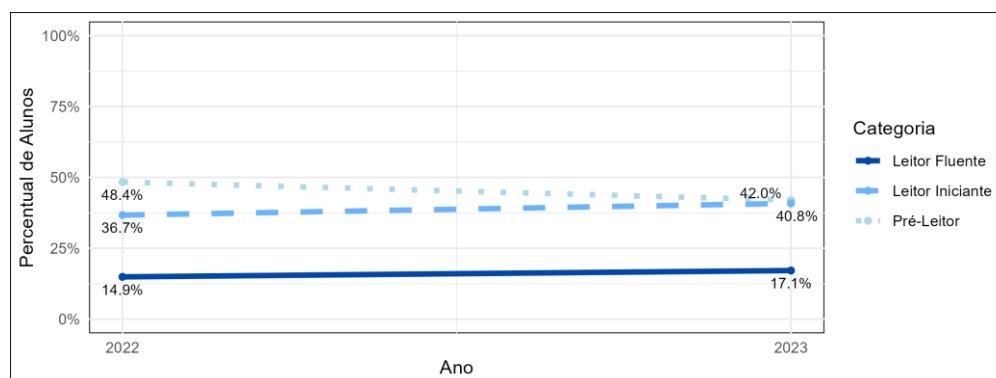


Gráfico 13: Perfil do leitor por meio da prova de fluência em leitura dos anos de 2022 e 2023 no município

Fonte: Elaborado pelo NEducação, a partir do resultado da prova de fluência em leitura dos anos de 2022-2023

Meta 6 – Oferecer educação integral e de tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, tanto as do campo quanto as da cidade, de forma a atender, pelo menos, 25% dos estudantes da educação básica.

O indicador está dividido em: indicador 6A, percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral, ou seja, frequentam pelo menos 7 horas de atividades escolares por dia, em relação ao total de matrículas⁵⁵; indicador 6B, percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares.

Os dados se baseiam na declaração do tempo de atividades complementares de cada turma, fornecida pelo responsável pelo Censo Escolar em cada escola. Essa coleta,

⁵⁵ Para calcular o indicador, foram consideradas todas as matrículas do ensino público regular: infantil, fundamental e médio (incluindo médio integrado e concomitante à educação profissional). O tempo total diário de atividades foi calculado somando o tempo de escolarização nas turmas regulares, a duração da atividade complementar do aluno e, quando necessário, o tempo de atendimento educacional especializado. Matrículas com somatório igual ou superior a 7 horas diárias por aluno foram consideradas em tempo integral.



porém, é recente e o Inep está avaliando a confiabilidade das informações sobre educação em tempo integral nos relatórios do Censo Escolar⁵⁶.

O Município de Vitória, em 2023, contava com 12,4% de alunos em escolas públicas municipais com ao menos 7 horas de atividades escolares por dia, não atingindo o percentual previsto no indicador (25%). Já a média das redes municipais foi de 10,9%.

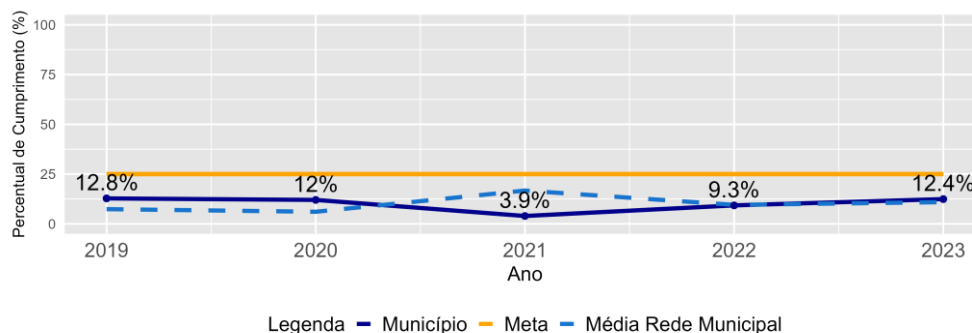


Gráfico 14: Indicador 6A: Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral

Fonte: Elaborado pelo N Educação, a partir do Censo Escolar (INEP)

Quanto ao indicador 6B, em 2023, 44,7% das escolas públicas do município registraram ao menos um aluno em tempo integral, não atingindo o percentual previsto no indicador (50%), cujo prazo final é 2025. Já a média das redes municipais foi de 36,78%.

⁵⁶ PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PNE 2014-2024 – Nota Técnica Meta 6

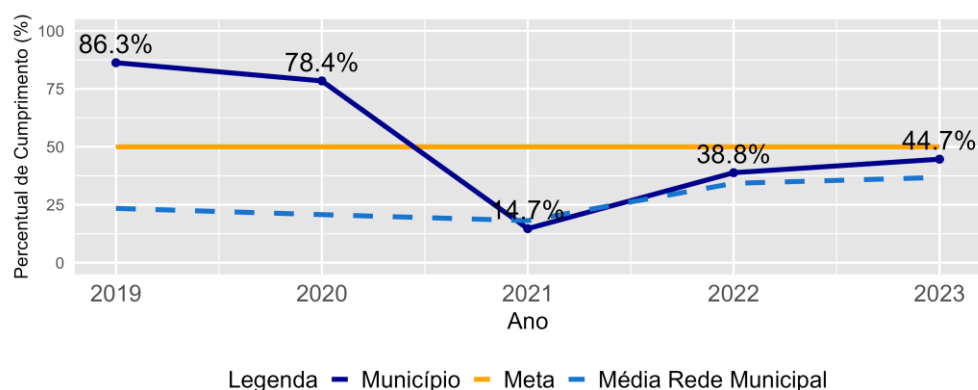


Gráfico 15: Indicador 6B: Percentual de estabelecimentos da educação básica municipal com ao menos um aluno em tempo integral

Fonte: Elaborado pelo NEducação, a partir do Censo Escolar (INEP)

Meta 16 – Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

A formação continuada no ensino fundamental visa garantir uma educação de melhor qualidade para os alunos. Ela oferece aos professores os conhecimentos e as ferramentas necessárias para se manterem atualizados sobre as melhores práticas pedagógicas, as novas tecnologias e as demandas do mercado de trabalho. Isso permite que eles desenvolvam suas habilidades e competências, o que se traduz em um ensino mais eficaz e engajador para os alunos.

Dentro desse contexto, o indicador 16A representa a proporção de professores da educação básica com pós-graduação lato ou stricto sensu, em relação ao total geral de professores dessa etapa.

Dados do Painel de Controle do TCEES mostram que o quadro de profissionais da educação no Município de Vitória é composto de 1,4% com ensino médio, 12,1% com ensino superior, 77,6% com pós-graduação, 7,4% com mestrado e 1,5% com outras formações. Diante desse quadro, constata-se que o Município ultrapassou o percentual previsto no indicador.

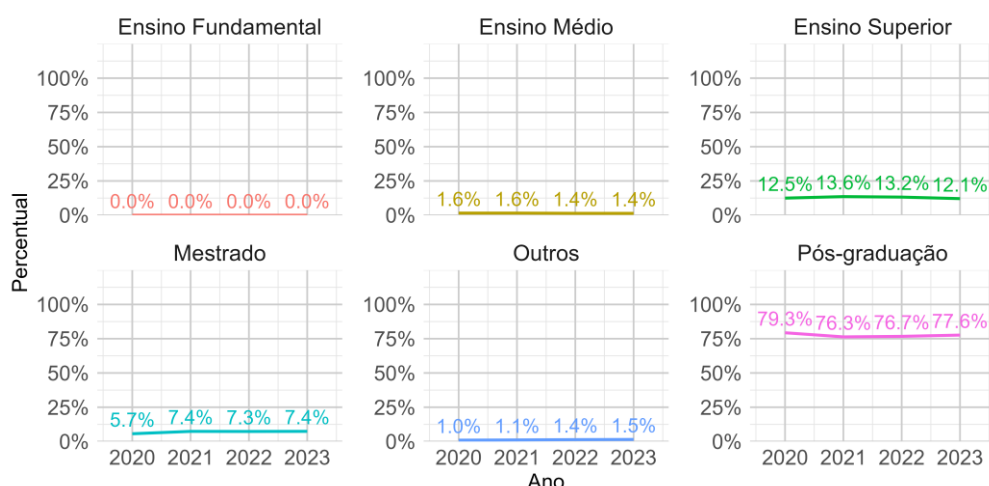


Gráfico 16: Indicador 16A: Formação dos professores da educação básica no município

Fonte: Elaborado pelo N Educação, a partir do Painel de Controle do TCEES, referência Município, dezembro/2023

Meta 17 – Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

A remuneração dos professores do ensino público é um tema crucial para o desenvolvimento da educação no Brasil, impactando diversos aspectos da qualidade do ensino e da carreira docente.

A importância da Meta reside na potencialização da qualidade do ensino público, pois a melhora da remuneração e das condições de trabalho torna o magistério público mais atrativo para profissionais docentes, ao mesmo tempo, contribui para diminuir a evasão de professores, sobretudo os mais qualificados. Logo, a equiparação da remuneração recebida pelos professores com a de outros profissionais com formação equivalente, configura um importante indicador da importância desses profissionais em nossa sociedade.

Dados do sistema CidadES mostram que os profissionais do magistério municipal com formação apenas no ensino médio recebem, em média, 88,8% a mais, se comparados aos profissionais municipais de outras áreas com a mesma formação. Em relação aos profissionais do magistério municipal com formação em ensino superior, verificou-se que recebem, em média, 20,5% a menos, quando comparados aos profissionais



municipais de outras áreas com formação equivalente. Essa situação constata que a equiparação remuneratória não foi alcançada no Município.

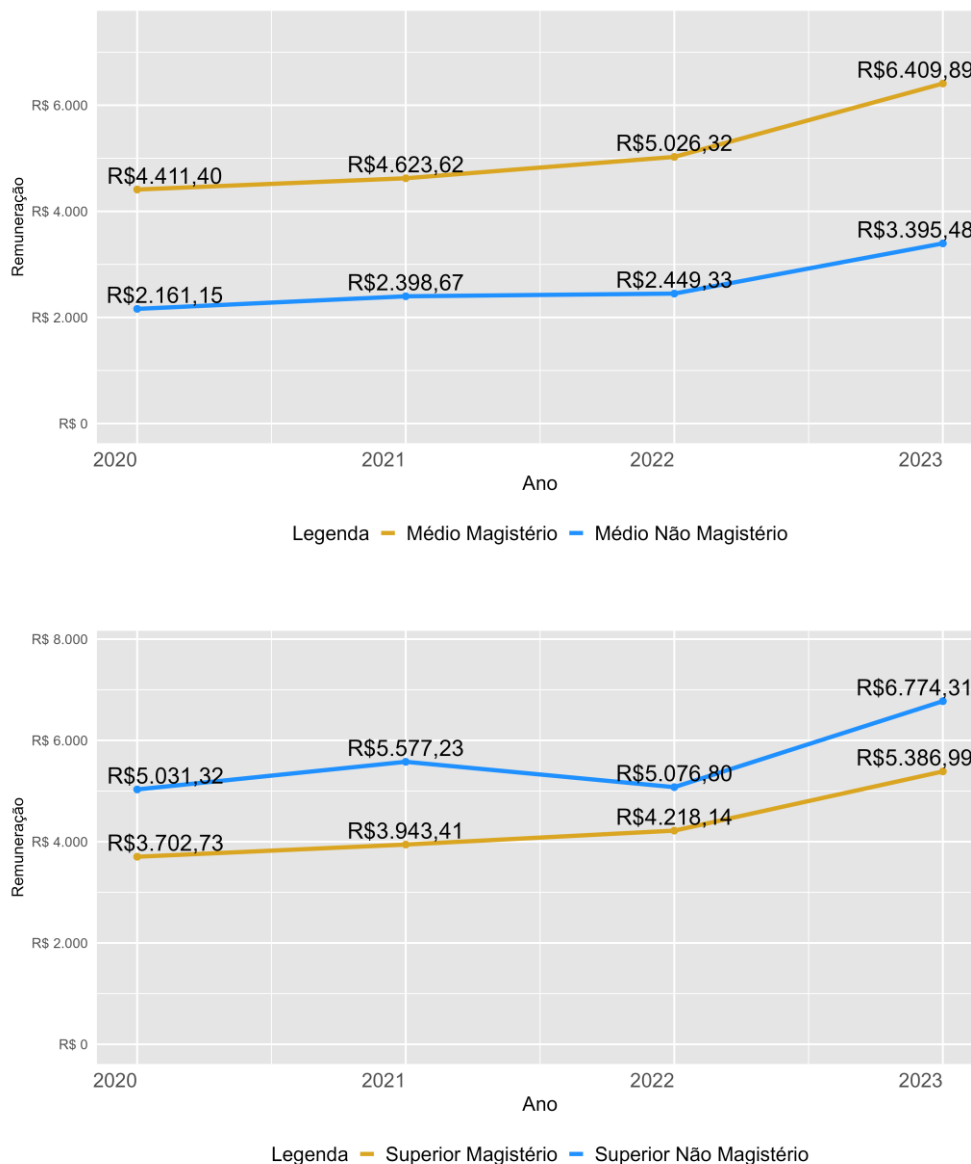


Gráfico 17: Diferença salarial entre os profissionais do magistério municipal e aqueles que não integram o magistério

Fonte: Elaborado pelo NEducação, a partir dos dados do CidadES, referência Município

Meta 18 – Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.



Um plano de carreira bem estruturado para professores do ensino fundamental público é essencial para garantir o desenvolvimento profissional contínuo, a valorização da categoria e, conseqüentemente, a qualidade da educação em sua totalidade. Dentro desse contexto, verifica-se que o Município possui seu respectivo plano de carreira.

O Gráfico 18 demonstra que, na rede de ensino do Município, 67,8% dos docentes possuem vínculo efetivo estatutário, 32,2% dos docentes são contratados temporários e não há docentes em outros tipos de vínculos.

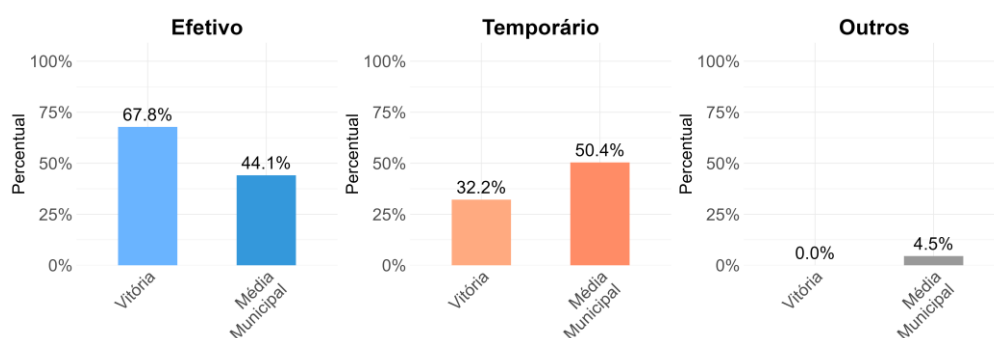


Gráfico 18: Percentual dos vínculos de docentes na rede de ensino do município comparado com o percentual dos vínculos de todos os municípios

Fonte: Elaborado pelo NEducação, a partir do Painel de Controle do TCEES

Dados do Painel de Controle do TCEES⁵⁷ mostram que, na rede municipal, há tendência de redução⁵⁸ de professores de vínculo efetivo e tendência de aumento de professores de vínculo temporário, conforme Gráfico 19.

⁵⁷ Os dados exibidos são declaratórios, tendo como fonte as remessas mensalmente enviadas e homologadas por meio do sistema CidadES-Folha de Pagamento, conforme Anexo V da IN 68/2020.

⁵⁸ Analisou-se a inclinação da reta de regressão:

1. acima de 0,1 foi considerado “aumento expressivo”,
2. acima de 0,01 e abaixo de 0,1 foi considerado “aumento”,
3. acima 0 e abaixo de 0,01 foi considerado “leve aumento”,
4. igual a 0 foi considerado “manutenção”, e
5. abaixo de 0 foi considerado “redução”.

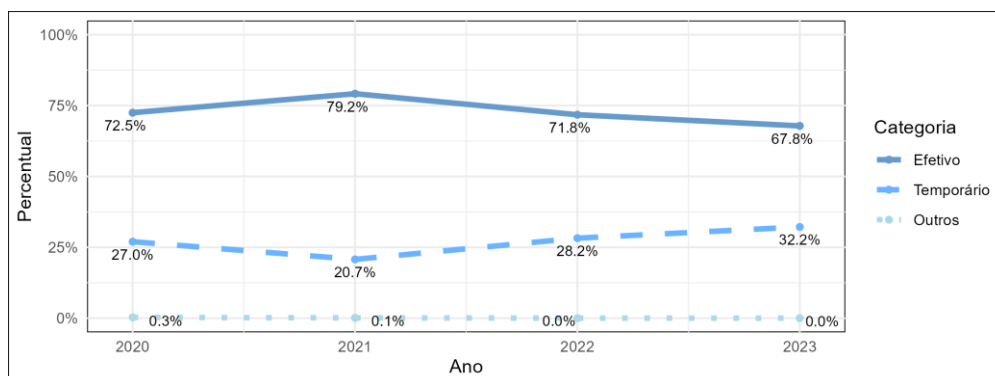


Gráfico 19: Evolução do percentual de professores do município por tipo de vínculo

Fonte: Elaborado pelo NEducação, a partir do Painel de Controle do TCEES

Meta 20 – Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

A avaliação do cumprimento desta Meta fica prejudicada pois o PIB do exercício de 2023 não foi divulgado pelo Instituto Jones dos Santos Neves. No entanto, como a Meta 20 trata de investimento público na educação, difícil negar o impacto que ela possui no alcance das demais metas. Sendo assim, entende-se pertinente demonstrar a evolução do investimento em educação nos últimos anos (em valores correntes de 2023). O Gráfico 20 demonstra que houve aumento do investimento em educação ao longo dos últimos 5 (cinco) anos no município de Vitória.

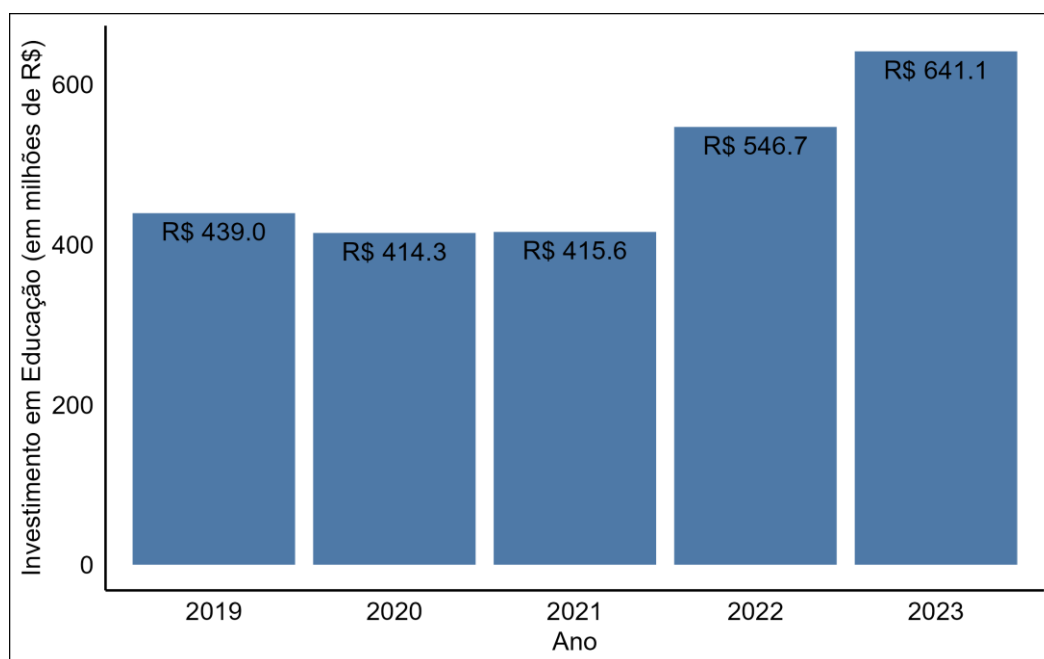


Gráfico 20: Valor total investido em educação no período de 2019 a 2023 (todos os valores atualizados pelo IPCA)

Fonte: Elaborado pelo N Educação, por meio dos gastos com educação do Painel de Controle do TCEES.

5.1.2 Considerações finais

O Plano Municipal de Educação (PME) é um instrumento de suma importância para a educação da população municipal, pois se configura como um norteador das políticas públicas nesse âmbito, definindo objetivos, diretrizes e os rumos da educação no município. É um instrumento fundamental para garantir que o desenvolvimento da educação esteja em consonância com as políticas públicas nacionais e estaduais, além de atender às demandas da população local de forma efetiva e eficiente.

A articulação entre o Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Estadual de Educação (PEE) e o Plano Municipal de Educação (PME) permite que as metas e estratégias definidas em cada nível sejam complementares e convergentes, otimizando o uso dos recursos públicos e promovendo uma educação de qualidade para todos os cidadãos brasileiros.

Nesse passo, ressalta-se que o acompanhamento e a avaliação sistemáticos das políticas públicas educacionais no âmbito municipal, propostas por meio do PME, dependem da disponibilidade de dados atualizados, a partir dos quais é possível verificar o alcance das metas e o desempenho da gestão governamental.



No caso do Município de Vitória, verifica-se que, dos 8 indicadores que foram possíveis de serem medidos até 2023 (indicadores 1A, 1B, 2A, 4B, 6A, 6B, 16A e 17), 5 tem alta probabilidade⁵⁹ de ser(em) cumprido(s) e 3 apresenta(m) baixa probabilidade de ser(em) cumprido(s) até o término do PME. Ressalta-se que cabe aos gestores municipais envidarem os esforços necessários e suficientes para que todas as Metas de seu PME sejam alcançadas nos prazos estipulados.

5.2 Política pública de saúde

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), desde 2020, passou a incorporar nas Contas de Governo as informações sobre a execução de ações e políticas públicas que vão além do cumprimento ou não do mínimo constitucional em ações e serviços públicos de saúde.

Para o exercício de 2023, constam do relatório as informações referentes à elaboração e avaliação/aprovação, pelos gestores e pelos conselhos de saúde, respectivamente, dos instrumentos de planejamento, tendo em vista a importância dos referidos instrumentos para o controle social e para o monitoramento dos resultados alcançados, bem como, a situação do município em relação ao cumprimento das metas do Plano Municipal de saúde.

Constam, também, os sete indicadores de saúde do Previn Brasil, tendo em vista que compõem o novo modelo de financiamento do SUS baseado em resultados, entre outros critérios.

5.2.1 Situação dos instrumentos de planejamento em saúde

De acordo com os dados do Painel da Situação dos Instrumentos de Planejamento disponíveis na Sala de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE)⁶⁰, a situação do município de Vitória em relação ao Plano Municipal de Saúde (PMS), Programação Anual de Saúde (PAS), Relatórios Quadrimestrais (RDQA) e Relatórios Anuais de Gestão (RAG) de 2023 é a demonstrada no quadro a seguir:

⁵⁹ Foi considerado como “alta probabilidade” aqueles indicadores que alcançaram ao menos 95% de seus objetivos em 2023.

⁶⁰ <https://portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento>


Quadro 2 - Situação dos instrumentos de planejamento de 2023

PMS 2022-2025	PAS	1º RDQA	2º RDQA	3º RDQA	RAG
Aprovado	Aprovado	Avaliado	Avaliado	Avaliado	Aprovado

Fonte: portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento

Notas:

1) Consulta realizada em 27/06/2024;

2) Aprovado ou avaliado: demonstram o encaminhamento do respectivo instrumento pela gestão ao CS, que se manifestou favorável pela aprovação, sendo que tais informações foram registradas pela gestão no DGMP (DigiSus Gestor Módulo Planejamento). No caso do RDQA, o status similar é o "avaliado".

No que tange à execução do planejamento em saúde, a situação em relação ao cumprimento das metas do Plano Municipal de Saúde, encontra-se demonstrada na figura e na tabela a seguir:

Tabela 58 - Situação do cumprimento das metas do Plano Municipal de Saúde

Total de metas	Metas atingidas	Metas não atingidas	Não programada
57	30	26	1

Fonte: RAG 2023

Desta forma, conforme RAG 2023, do total de 57 metas propostas, 30 foram atingidas.

5.2.2 Indicadores do Previne Brasil

O programa Previne Brasil foi instituído pela Portaria nº 2.979⁶¹, de 12 de novembro de 2019. O novo modelo de financiamento alterou algumas formas de repasse das transferências para os municípios, que passaram a ser distribuídas com base em quatro critérios: capitação ponderada, pagamento por desempenho, incentivo para ações estratégicas e incentivo financeiro com base em critério populacional.

O Previne Brasil equilibra valores financeiros *per capita*, referentes à população efetivamente cadastrada nas equipes de Saúde da Família (eSF) e de Atenção Primária (eAP), com o grau de desempenho assistencial das equipes, somado a incentivos específicos, como ampliação do horário de atendimento (Programa Saúde na Hora), equipes de saúde bucal, informatização (Informatiza APS), equipes de

⁶¹ Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/previne-brasil/legislacao/legislacao-especifica/programa-previne-brasil/2019/prt_2979_12_11_2019.pdf/view - Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.



Consultório na Rua, equipes que estão como campo de prática para formação de residentes na APS, entre outros tantos programas.

A tabela a seguir apresenta os parâmetros e metas definidas nas notas técnicas da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde⁶² e os resultados alcançados no 3º quadrimestre de 2023 pelo Brasil, pelo Espírito Santo e pelo município de Vitória⁶³, em relação aos 7 (sete) indicadores do Previne Brasil^{64,65}.

Tabela 59 - Indicadores do Previne Brasil (2023)

Nº	Indicador	Parâmetro	Meta	Resultado alcançado 2023 Brasil	Resultado alcançado 2023 ES	Resultado alcançado Vitória	Alcançado / Não alcançado 2023 Vitória
1	Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª (primeira) até a 12ª (décima segunda) semana de gestação.	100%	45%	50%	47%	36%	Não alcançado
2	Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV.	100%	60%	68%	69%	44%	Não alcançado
3	Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado.	100%	60%	59%	57%	48%	Não alcançado
4	Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS.	>=80%	40%	27%	31%	24%	Não alcançado
5	Proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções	95%	95%	75%	80%	63%	Não alcançado

⁶² Indicador 1 (Nota Técnica 13/2022); Indicador 2 (Nota Técnica 14/2022); Indicador 3 (Nota Técnica 15/2022); Indicador 4 (Nota Técnica 16/2022); Indicador 5 (Nota Técnica 22/2022); Indicador 6 (Nota Técnica 18/2022) e Indicador 7 (Nota Técnica 23/2022).

⁶³ Resultados alcançados no 3º quadrimestre de 2023 disponíveis em <https://sisab.saude.gov.br/paginas/acesoRestrito/relatorio/federal/indicadores/indicadorPainel.xhtml>

⁶⁴ O parâmetro representa o valor de referência nacional que indica a performance ideal que se espera alcançar para o indicador enquanto a meta considera a necessidade de valorização do desempenho das equipes e serviços de Atenção Primária à Saúde no alcance de resultados em saúde e as limitações identificadas para que todos os municípios alcancem o parâmetro.

⁶⁵ Legenda de cores:

- Indicador 1: <18% vermelho; >=18% e <31% laranja; >= 31% e <45% verde e >=45% azul;
- Indicador 2: <24% vermelho; >=24% e <42% laranja; >= 42% e <60% verde e >=60% azul;
- Indicador 3: <24% vermelho; >=24% e <42% laranja; >= 42% e <60% verde e >=60% azul;
- Indicador 4: <16% vermelho; >=16% e <28% laranja; >= 28% e <40% verde e >=40% azul;
- Indicador 5: <38% vermelho; >=38% e <67% laranja; >= 67% e <95% verde e >=95% azul;
- Indicador 6: <20% vermelho; >=20% e <35% laranja; >= 35% e <50% verde e >=50% azul;
- Indicador 7: <20% vermelho; >=20% e <35% laranja; >= 35% e <50% verde e >=50% azul.



Nº	Indicador	Parâmetro	Meta	Resultado alcançado 2023 Brasil	Resultado alcançado 2023 ES	Resultado alcançado Vitória	Alcançado / Não alcançado 2023 Vitória
	causadas por haemophilus influenzae tipo b e Poliomielite inativada.						
6	Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre.	100%	50%	32%	34%	22%	Não alcançado
7	Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre.	100%	50%	28%	29%	23%	Não alcançado

Fonte: Sisab (consulta realizada em 15/6/2024)

Conforme demonstrado, o município de Vitória não alcançou nenhuma das metas do Previne Brasil em 2023, sendo os piores resultados para os indicadores 6 e 7, relativos à hipertensão e diabetes, respectivamente.

5.2.3 Considerações finais

O município de Vitória, conforme os dados analisados, demonstra uma série de desafios na implementação e execução das políticas de saúde estabelecidas. Embora tenha conseguido aprovação e avaliação favorável de seus principais instrumentos de planejamento, como o Plano Municipal de Saúde (PMS) e os Relatórios Quadrimestrais (RDQA), a execução das metas propostas ainda enfrenta dificuldades. Das 57 metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde, apenas 30 foram atingidas, representando um cumprimento de aproximadamente 52%.

A análise dos indicadores do programa Previne Brasil revela uma situação ainda mais desafiadora. O município não conseguiu alcançar nenhuma das metas estabelecidas para os sete principais indicadores de saúde em 2023. Os resultados mais críticos foram observados nos indicadores relacionados à hipertensão e diabetes, com taxas de cumprimento de 22% e 23%, respectivamente. Esses indicadores refletem falhas significativas na cobertura e na qualidade dos serviços prestados à população, especialmente nas áreas de saúde preventiva e atendimento básico.



Portanto, é essencial que a gestão municipal reavalie suas estratégias e intensifique seus esforços para melhorar a eficácia das ações de saúde. Medidas como a capacitação das equipes, a ampliação do acesso aos serviços e a melhoria das infraestruturas de atendimento são fundamentais para alcançar os objetivos de saúde pública e garantir uma melhor qualidade de vida para a população. Além disso, a adoção de um monitoramento contínuo e eficaz das metas e indicadores pode contribuir para identificar e corrigir rapidamente eventuais falhas no processo de implementação das políticas de saúde.

5.3 Política pública de assistência social

Segundo o Art. 194 da CF/1988, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Verifica-se, portanto, que as políticas públicas destinadas à Assistência Social devem ser tratadas como um dos três pilares da Seguridade Social e não como programas temporais, de caráter assistencialista, ligados ao governo da ocasião.

Trata-se de um direito do cidadão, de caráter universal, fornecido a quem dela necessitar, independentemente de contribuição prévia, e um dever do Estado, provendo os mínimos sociais para garantir o atendimento às necessidades básicas⁶⁶.

Nesse contexto, o presente capítulo visa apresentar dados sobre a política orçamentária municipal na área de Assistência Social, bem como os principais indicadores sociais do Município no exercício de 2023.

5.3.1 Análise da política orçamentária de assistência social

Em 2023, o total da despesa liquidada em Assistência Social (função orçamentária 08) pelo Município foi de R\$ 92.203.565,60, sendo superior ao do ano passado (crescimento nominal de 34%), conforme apresentado no gráfico seguir⁶⁷:

⁶⁶ Art. 1º da Lei Federal nº 8.742/1993.

⁶⁷ Ressalta-se que 2020 foi o último ano do mandato anterior.

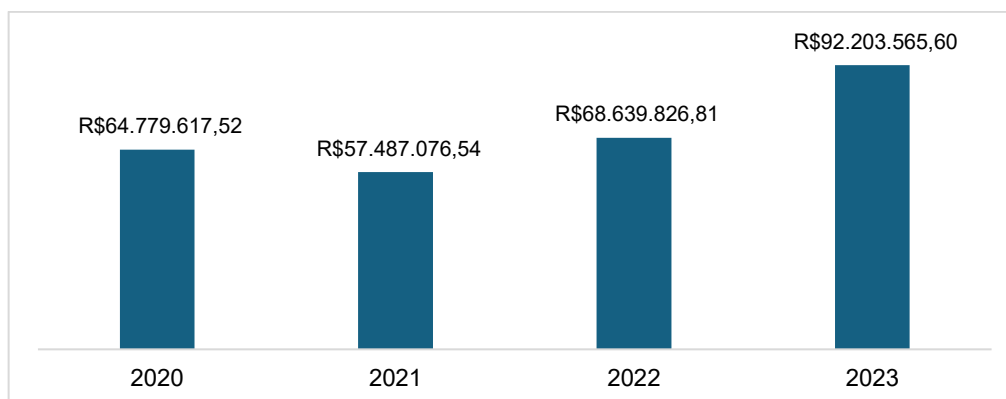


Gráfico 21: Série histórica da despesa liquidada (em valores correntes) na função Assistência Social do Município.

Fonte: Elaboração NOPP (a partir de dados abertos do Painel de Controle do TCEES).

No que se refere à aplicação das referidas despesas em termos comparativos, foi elaborada a tabela a seguir em que se apresentam o percentual de gastos com assistência social de cada município do Estado em relação ao seu gasto total, o gasto *per capita*, bem como se elabora um ranking para esses indicadores. Em outras palavras, no primeiro caso, divide-se a despesa liquidada na referida função pelo total de despesas liquidadas no exercício de 2023, para se verificar o “peso” atribuído a essa função dentro do orçamento total dos entes. Já no segundo indicador, divide-se o total de despesa liquidada pela população do Município calculada no último Censo Demográfico de 2022⁶⁸.

Tabela 60 – Percentual de despesa liquidada na Função Assistência Social em relação ao total liquidado pelo Município, gasto *per capita* e posição dos entes municipais em 2023.

Ente Federativo	% da Desp. Liquidada Total	Posição	Gasto Per Capita	Posição
Vitória	3,59%	49º	R\$ 285,58	28º
Média dos 78 Municípios	4,24%	-	R\$ 265,71	-
Mediana	4,08%	-	R\$ 246,47	-

⁶⁸ A despeito da presente análise estar relacionada ao exercício de 2023, não foi encontrada, no site do IBGE, dados referentes à atualização populacional para o referido ano, tendo como base o resultado obtido no último Censo Demográfico realizado em 2022.



Fonte: Elaboração NOPP (a partir de dados abertos do Painel de Controle do TCEES).

Nesse contexto, deve-se pontuar que os municípios capixabas possuem necessidades socioassistenciais distintas, influenciadas por seus respectivos contextos populacionais, culturais, geográficos, do dinamismo econômico etc. Portanto, é natural que cada município aplique os recursos da Assistência Social conforme as demandas existentes.

Já em relação às subáreas de aplicação dentro da Assistência Social, a tabela a seguir apresenta as Subfunções Orçamentárias. Essa classificação das despesas permite que os gastos, em cada uma das funções do governo, sejam detalhados, de modo a se verificar quais as subáreas que foram privilegiadas dentro do orçamento assistencial.

Tabela 61 – Despesa liquidada pelo Município em 2023 na função Assistência Social, por subfunção.

Subfunção	Absoluto (R\$)	Percentual
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	59.543.872,90	64,58%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	23.128.347,81	25,08%
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	9.531.344,89	10,34%
Total	92.203.565,60	100,00%

Fonte: Elaboração NOPP (a partir de dados abertos do Painel de Controle do TCEES).

5.3.2 Indicadores sociais do Município

O presente tópico tem como objetivo apresentar indicadores gerais da situação socioeconômica das pessoas e famílias residentes no Município, especialmente em relação à pobreza e insegurança alimentar. Ressalta-se, no entanto, que tais indicadores não necessariamente refletem o resultado direto das ações realizadas pela gestão municipal, devendo ser vistos, em sua maior parte, como motivo da existência das políticas públicas de assistência social.

Preliminarmente, insta frisar que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social no país, subdivide os serviços



socioassistenciais oferecidos à população em dois tipos de proteção social: básica e especial.

A proteção social básica é o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade e risco social (Ex: pobreza, privações ou fragilidades de vínculos), por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e do desenvolvimento de potencialidades. Já a especial oferece proteção às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos.

Nesse contexto, para identificar e prevenir as situações de vulnerabilidade e riscos sociais, é essencial monitorar indicadores relativos à população em situação de pobreza. No Brasil, uma das principais fontes de informação sobre a pobreza é o Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico – do governo federal. Trata-se de um registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda. Com efeito, todas as famílias que são beneficiárias do Programa Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada, por exemplo, precisam ter realizado cadastro prévio no CadÚnico e mantê-lo atualizado. Logo, a tendência é que quase a totalidade das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza estejam nele inscritas.

A tabela abaixo apresenta o número de pessoas do Município inscritas no CadÚnico e que possuem renda *per capita* mensal de até meio salário-mínimo. Ou seja, trata-se das pessoas que pertencem a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Tabela 62 - Quantidade de pessoas inscritas no CadÚnico em famílias com renda *per capita* mensal até meio salário mínimo (Pobreza + Baixa Renda) em dezembro de 2023.

Ente Federativo	Total	% da População ⁶⁹ do Município	Posição ⁷⁰
VITÓRIA	78.335	24,26%	8º

⁶⁹ Como denominador desse indicador foi utilizada a população residente apurada pelo Censo Demográfico de 2022.

⁷⁰ Quanto mais bem posicionado no Ranking, menor o percentual da população em situação de pobreza ou extrema pobreza. Ressalta-se, porém, que municípios que façam atualizações com maior frequência no cadastro ou realizem busca ativa podem ser prejudicados em detrimento dos municípios que não o façam.



ESPÍRITO SANTO	1.277.505	33,32%	-

Fonte: Elaboração NOPP, a partir de dados do Vis Data, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Outro indicador social que esta seção apresenta para demonstrar a realidade da demanda do Município por serviços socioassistenciais, especialmente para população de baixa renda, é o estado nutricional das crianças de zero a cinco anos. Ele pode indicar insegurança alimentar na primeira infância, demonstrando a necessidade de provisão de alimentos ou renda que garantam maior segurança alimentar.

A métrica escolhida foi o percentual de crianças de zero a cinco anos, em condição de magreza ou magreza acentuada⁷¹ no indicador “IMC x Idade”⁷², cuja fonte dos dados utilizada é o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan, do Ministério da Saúde. Trata-se de um sistema de coleta, processamento e monitoramento de dados do estado nutricional da população, cujo público-alvo são os indivíduos que procuram, por demanda espontânea, um serviço de saúde da rede de atenção básica e/ou são acompanhados por uma equipe de Programa Saúde da Família, bem como crianças e gestantes beneficiárias do Programa Bolsa Família⁷³.

A seguir, apresenta-se a quantidade de crianças do Município que se encontram na referida situação, comparando-o com o universo de crianças atendidas e os resultados do Estado, da Região Sudeste e do país no exercício de 2023.

Tabela 63 - Quantidade de crianças de zero a cinco anos, acompanhadas no Sisvan, em situação de magreza e magreza acentuada, em todo o exercício de 2023.

Município	Qde de Crianças em Situação de Magreza e Extrema Magreza	Qde Total de Crianças Acompanhadas	% de Magreza	Posição⁷⁴
Vitória	280	4.773	5,87%	42º
Espírito Santo	5.401	117.952	4,58%	-
Sudeste	100.663	2.297.865	4,38%	-
Brasil	351.961	7.022.056	5,01%	-

⁷¹ Os conceitos e metodologia de cálculo do Sisvan seguem os padrões da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicados na obra “WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Who child growth standards: length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-length, weight-for-height and body mass index-for-age. Methods and development.** WHO (nonserial publication). Geneva, Switzerland: WHO, 2006”.

⁷² O indicador de dados antropométrico escolhido, Índice de Massa Corporal (IMC), avalia a proporção entre o peso e a altura, a partir do seguinte cálculo: $IMC = \text{Peso (Kg)} / \text{Altura (m)}^2$.

⁷³ Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/10006000051.pdf>

⁷⁴ Quanto mais bem posicionado no Ranking, menor o percentual de crianças em situação de magreza ou magreza acentuada.



Fonte: Elaboração NOPP (a partir de dados do Sisvan).

5.3.3 Considerações finais

Ante o exposto, a partir dos dados aqui apresentados, a população e seus representantes podem conhecer as informações gerais e indicadores básicos da atuação do poder público municipal na área da assistência social, bem como uma visão geral da situação dos cidadãos com maior vulnerabilidade.

Já os gestores, por sua vez, podem utilizar o presente relatório para, juntamente com outras análises que avaliem a eficiência, eficácia e efetividade das ações municipais, corrigir ou aprimorar a condução da política de assistência social em nível municipal.

6. FISCALIZAÇÃO EM DESTAQUE

6.1 Levantamento Operação Educação - infraestrutura das unidades escolares

Em 2023, o TCEES participou do Levantamento Operação Educação, Fiscalização Ordenada Nacional, realizada por 32 Tribunais de Contas Brasileiros, coordenada pelo Instituto Rui Barbosa – IRB, por meio do seu Comitê Técnico de Educação – CTE, com o objetivo de avaliar as condições de oferta educacional das redes públicas de ensino do Espírito Santo, naquilo que concerne à infraestrutura das unidades escolares.

Foram visitadas 42 escolas de 28 municípios capixabas, escolhidas com base no Censo Escolar de 2022, incluído o Município de Vitória, e analisadas questões relativas à infraestrutura, tais como acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, estrutura e conservação dos equipamentos da edificação, saneamento básico, energia elétrica, sistema de combate a incêndios, alimentação, esportes e recreação, biblioteca e laboratório.

Na Escola EMEF Padre Guido Ceotto, por exemplo, em relação a recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, não foram identificadas rampas de acesso, sinalizações sonora, visual e tátil (piso e paredes). Mais detalhes constam no Anexo 3.707/2023-7 do proc. TC 1.447/2023-5.

Como resultado do trabalho, foi feita a avaliação e riscos e a proposição de possíveis ações de controle, além do encaminhamento dos relatórios individualizados das



unidades escolares aos gestores municipais. Duas fiscalizações foram realizadas em 2023, em decorrência da Operação Educação, pelo Núcleo de Controle Externo de Edificações (NED), a partir de constatações de impropriedade ou irregularidades neste processo (procs.TC 5.720/2023 e TC 5.721/2023).

6.2 Ciclo de monitoramento da Auditoria Operacional – Diabetes

Trata-se de **monitoramento** com objetivo de verificar a implementação das recomendações contidas no Acórdão 352/2022 - Plenário (proc. TC 4.932/2021 - auditoria operacional).

A auditoria Operacional possui como objetivo de acompanhar e monitorar o cumprimento das metas e estratégias parciais e finais dos planos de saúde dos municípios selecionados com foco nas ações de promoção, prevenção e cuidado com a diabetes e seus principais fatores de risco.

Resultado encontrados no **município de Vitória**:

Decorrido o prazo estabelecido no **Acórdão 352/2022 (proc. TC 4.932/2021)**, verificou-se que as recomendações se encontravam com o seguinte grau de implementação:

Quadro 3 - Grau de implantação das recomendações

Aumentar a realização de exames de glicemia de jejum para os usuários com 45 anos de idade ou mais assintomáticos visando o diagnóstico e tratamento precoces e minimizando os riscos de desenvolvimento de complicações (Subitem 1.1.3 do Acórdão 0352/2022)	Implementada
Intensificar o processo de cadastramento dos usuários até alcançar a totalidade da população e/ou a qualificação desse cadastro com vistas a identificar possíveis diabéticos e realizar o acompanhamento, tendo como parâmetro os dados do SISAB (Subitem 1.1.4 do Acórdão 0352/2022)	Em implementação
Intensificar a solicitação de exames de hemoglobina glicada nos usuários diabéticos até alcançar as metas estipuladas no Programa Previne Brasil (Subitem 1.1.7 do Acórdão 0352/2022)	Em implementação
Garantir que todos os diabéticos tenham acesso a pelo menos uma consulta de enfermagem a cada 12 meses e realizar a busca ativa, se necessário	



(Subitem 1.1.9 do Acórdão 0352/2022)	Não implementada
Garantir que o prazo de espera das consultas especializadas não ultrapasse o prazo definido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) (Subitem 1.1.11 do Acórdão 0352/2022)	Não Implementada
Garantir que o prazo de espera dos procedimentos especializados não ultrapasse o prazo definido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) (Subitem 1.1.13 do Acórdão 0352/2022)	Não implementada

Fonte: Elaboração própria (Nsaúde)

O monitoramento realizado evidenciou que, embora algumas das recomendações contidas no Acórdão 0352/2022 tenham sido plenamente implementadas, ainda há várias áreas que necessitam de atenção e melhorias. Este cenário ressalta a necessidade de um compromisso renovado e ações coordenadas para assegurar que todas as metas estabelecidas sejam cumpridas, visando à promoção de uma melhor qualidade de vida para os pacientes diabéticos do município de Vitória.

6.3 Auditoria Operacional pela Primeira Infância

A primeira infância, que compreende os primeiros seis anos de vida, é crucial para o desenvolvimento humano e impacta toda a vida. Segundo o Marco Legal Primeira Infância (Lei 13.257/2016), as políticas públicas para essa fase devem ser intersetoriais, abrangendo todos os direitos da criança.

A referida Lei determina que União, Estados e Municípios criem Comitês Intersetoriais para garantir a proteção e a promoção dos direitos da criança na primeira infância. Também exige a elaboração de Planos para a Primeira Infância, que articulem diferentes setores como educação, saúde e assistência social. Por fim, a Lei estabelece a coleta sistemática de informações sobre os valores do orçamento aplicados em programas e serviços destinados a esse público.

Ciente da relevância do tema, o TCEES realizou em 2023 uma auditoria operacional ([proc. TC 4.002/2023-2](#)) para avaliar a governança das políticas para a Primeira Infância nas 78 Prefeituras Municipais capixabas e no Governo do Estado, com ênfase em aspectos estruturantes relativos a Planos pela Primeira Infância, intersetorialidade



e orçamento. A seguir, são apresentados, de modo resumido, os principais resultados da fiscalização em relação a cada um desses aspectos.

➤ **Planos pela Primeira Infância**

A fiscalização evidenciou que, passados sete anos da promulgação da Lei 13.257/2016, considerada o Marco Legal da Primeira Infância, a gestão municipal ainda não havia instituído o Plano Municipal para a Primeira Infância (PMPI), mas este já se encontrava em fase de elaboração.

Portanto, a equipe de fiscalização apresentou ao Tribunal proposta de RECOMENDAÇÃO para que o município elaborasse, em cumprimento ao art. 3º da Lei Federal n.º 13.25/2016, o PMPI, no prazo de até um ano, seguindo as boas práticas sugeridas por instituições tais como a Rede Nacional para a Primeira Infância - RNPI (Guia para a Elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância, 2017), a Unicef (Cartilha Plano Municipal para a Primeira Infância) e o Plano Estadual para Primeira Infância - PEPI, além de aprovar o PMPI por meio de Lei Municipal.

➤ **Intersetorialidade**

Para garantir os direitos da criança na primeira infância, diversas ações intersetoriais são necessárias. Com efeito, o Comitê Intersetorial para a Primeira Infância (CIPI) tem como objetivo articular as ações voltadas à primeira infância.

A referida fiscalização identificou que o município possui normativo que instituiu o CIPI ou comitê equivalente, porém este não contempla elementos que garantam seu funcionamento adequado.

Sendo assim, a equipe de fiscalização apresentou ao Tribunal proposta de RECOMENDAÇÃO para que o município revisasse o normativo de instituição do CIPI ou comitê equivalente no prazo de até 3 meses, a fim de garantir a participação, pelo menos, das secretarias e dos conselhos municipais de saúde, educação e assistência social. Deve-se, ainda, garantir a competência do CIPI para elaborar o PMPI, bem como para promover e monitorar suas ações.

➤ **Orçamento**



Foi identificado que no plano plurianual (PPA) vigente do Município não há priorização da primeira infância e que os programas e ações específicos para essa faixa etária não estão suficientemente discriminados, dificultando a identificação e impedindo a consolidação dos gastos.

A falta de detalhamento das despesas impede a correta identificação e contabilização dos gastos, o que viola o art. 11 da Lei 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância). Sem essa informação, não é possível estimar com segurança o percentual do orçamento dedicado ao público da primeira infância, dificultando, ainda, o monitoramento e a avaliação da política pública. Para que a primeira infância seja efetivamente priorizada, é necessário que haja recurso garantido no orçamento, possibilitando a continuidade das ações para as crianças.

Ante o exposto, a equipe de fiscalização apresentou ao Tribunal proposta de RECOMENDAÇÃO para que o município revisasse, no prazo de até um ano, a Lei que aprovou o PPA vigente, com vistas a declarar a prioridade dos programas e ações voltados à Primeira Infância, conforme dispõe o caput do art. 227 da CF/1988. Outra RECOMENDAÇÃO proposta foi que o município identificasse, no PPA 2026-2029 e nos posteriores, os Programas e Ações voltados à Primeira Infância, de maneira expressa e devidamente codificada.

Caso as recomendações sugeridas sejam implementadas, espera-se alcançar o objetivo final do trabalho de fiscalização que, mais do que promover a criação de comitês, planos ou identificação de ações orçamentárias, tem como alvo a melhoria na qualidade de vida das crianças capixabas.

7. CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal, em seu art. 74, determina que deverá ser mantido pelos Poderes sistemas de controle interno, estabelecendo conteúdo mínimo que este controle deverá ter como objeto, conforme exposto abaixo:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;



II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

No parágrafo primeiro, ficou estabelecido que “os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária”.

Por meio da Resolução 227/2011, alterada pela Resolução 257/2013, esta Corte de Contas dispôs sobre a criação, implantação, manutenção e fiscalização do Sistema de Controle Interno da Administração Pública, aprovando também o “Guia de orientação para implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública”, e estabelecendo prazos para que os jurisdicionados atendessem aos comandos regulamentadores.

Consta da Instrução Normativa TC 68/2020 previsão para encaminhamento, pelo prefeito, da seguinte documentação correlata:

- Relatório de avaliação do cumprimento do plano de ação para implantação do Sistema de Controle Interno (Art. 3º, § 3º, da Resolução TC 227/2011);
- Relatório e parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno, assinado por seu responsável, contendo os elementos previstos no Anexo II, Tabela 5, desta Instrução Normativa. (Art. 76, § 3º da LC nº 621/2012 c/c art. 122, § 5º do RITCEES, aprovado pela Resolução TC 261/2013 e c/c art. 4º da Resolução TC 227/2011);
- Pronunciamento expresso do chefe do poder atestando ter tomado conhecimento das conclusões contidas no parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno, a que se refere o parágrafo único, do art. 4º, da Resolução TC 227/2011.

Com base nos documentos encaminhados, constata-se que o sistema de controle interno foi instituído pela [Lei municipal 8.530/2013](#) e regulamentado pelo [Decreto](#)



Municipal 15.881/2014, sendo que a Câmara Municipal não se subordina à unidade de controle interno do Executivo Municipal.

O documento intitulado “*Relatório de Atividades do Órgão Central de Controle Interno*” (RELOCI) trazido aos autos (peça 49) como parte da documentação exigida pela Instrução Normativa TC 68/2020, informa os procedimentos e pontos de controle avaliados ao longo do exercício e ao final registra o opinamento pela regularidade das contas apresentadas.

8. MONITORAMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO COLEGIADO

Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES não foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise.

9. CONCLUSÃO

A prestação de contas anual trata da atuação do prefeito municipal responsável pelo governo no exercício de 2023, na condição de chefe do Poder Executivo no exercício das funções de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas do Município. Alcança ainda os efeitos de eventuais atos de gestão praticados pelo prefeito na execução dos orçamentos das unidades orçamentárias nas quais atua como ordenador de despesas.

A análise realizada, conforme escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 68/2020.

No que tange à conformidade da execução orçamentária e financeira, conforme detalhado na seção 3, tratou-se sobre os aspectos relevantes dos instrumentos de planejamento; gestão orçamentária, financeira, fiscal e limites constitucionais; bem como renúncia de receitas, condução da política previdenciária e riscos à sustentabilidade fiscal.

Em relação à análise das demonstrações contábeis consolidadas, conforme destacado na seção 4, o trabalho diz respeito à sua integridade. Oferece uma conclusão sobre a conformidade das demonstrações contábeis consolidadas com as normas contábeis; ou se as demonstrações apresentam inconformidades perante tais



normas que resultam em distorções ou omissões relevantes que possam prejudicar a tomada de decisão e avaliação nelas baseadas.

Efetuada a análise, com base nos procedimentos aplicados e no escopo selecionado, conclui-se que as contas referentes ao exercício financeiro de 2023, prestadas pelo prefeito municipal de Vitória, Sr. LORENZO SILVA DE PAZOLINI, estão em condições de serem aprovadas pela Câmara Municipal de Vitória, considerando que não foram identificadas não conformidades relevantes na execução dos orçamentos, nem distorções capazes de comprometer a fidedignidade das demonstrações contábeis.

A conclusão sobre as Contas do Prefeito Municipal fundamenta-se no seguinte:

i - Opinião sobre a execução orçamentária e financeira

Com base nos procedimentos aplicados e no escopo selecionado para a análise sobre a execução dos orçamentos do município, detalhados na seção 3, conclui-se que foram observados, em todos os aspectos relevantes, os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública municipal, bem como as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do município e nas demais operações realizadas com recursos públicos municipais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual.

Desse modo, propõe-se ao Tribunal de Contas emitir **opinião sem ressalva** sobre a execução dos orçamentos e a gestão dos recursos públicos municipais no parecer prévio sobre as contas do prefeito referentes ao exercício de 2023.

ii – Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Com base nas análises de conformidade e conciliações entre os demonstrativos contábeis e os demais relatórios explicitados na seção 4, conclui-se que não foram observados indicativos de que as demonstrações contábeis consolidadas do município deixaram de apresentar adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro de 2023.

Desse modo, propõe-se ao Tribunal de Contas emitir **opinião sem ressalva** sobre as demonstrações contábeis consolidadas no parecer prévio sobre as contas do prefeito referentes ao exercício de 2023.



10. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

10.1 Parecer prévio pela aprovação das contas anuais

Diante do exposto, na forma do art. 80, inciso I, da Lei Complementar 621/2012 c/c art. 132, inciso I, do RITCEES, propõe-se ao Tribunal de Contas emitir **PARECER PRÉVIO** pela **APROVAÇÃO** das contas anuais, referentes ao exercício de 2023, prestadas pelo prefeito municipal de Vitória, Sr. LORENZO SILVA DE PAZOLINI, nos seguintes moldes:

Parecer Prévio sobre as contas do prefeito municipal de Vitória

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo é de parecer que as contas anuais, referentes ao exercício financeiro de 2023, prestadas pelo prefeito municipal de Vitória, Sr. LORENZO SILVA DE PAZOLINI, estão em condições de serem aprovadas pela Câmara Municipal de Vitória.

Opinião sobre a execução orçamentária e financeira

Com base nos procedimentos aplicados e no escopo selecionado para a análise sobre a execução dos orçamentos do Município, conclui-se que foram observados, em todos os aspectos relevantes, os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública municipal, bem como as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Município e nas demais operações realizadas com recursos públicos municipais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Com base nas análises de conformidade e conciliações entre os demonstrativos contábeis e os demais relatórios apresentados, não foram observados indicativos de que as demonstrações contábeis consolidadas do município deixaram de apresentar adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2023.

Fundamentação do Parecer Prévio

Fundamentos para a opinião sobre a execução orçamentária e financeira

A descrição completa dos fundamentos para a emissão de opinião não modificada (opinião sem ressalva) sob a ótica da execução dos orçamentos do Município consta na seção 3, especialmente na subseção 3.8 do Relatório Técnico, na qual se conclui que os achados evidenciados ao longo da análise estão de acordo, em todos os aspectos relevantes, com as normas legais aplicáveis.

Por outro lado, há registro de propostas de ciências na forma de alerta, descritas na subseção 10.2 do Relatório Técnico.

Fundamentos para a opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A descrição completa dos fundamentos para a emissão de opinião não modificada (opinião sem ressalva) sob a ótica das demonstrações contábeis consolidadas consta na seção 4, especialmente na subseção 4.3 do Relatório Técnico, em que se conclui que não foram observados indicativos de que as demonstrações contábeis consolidadas do município deixaram de apresentar adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro de 2023.



10.2 Ciência

Com fundamento no art. 9º da Resolução TC 361/2012, propõe-se ao Tribunal de Contas expedir **CIÊNCIA** dirigida ao município de Vitória, na pessoa de seu prefeito, Sr. LORENZO SILVA DE PAZOLINI, ou eventual sucessor no cargo, como forma de **ALERTA** sobre:

Descrição da proposta
A necessidade de dar cumprimento ao art. 165, § 2º da Constituição da República, tendo em vista as evidências de ausência de definição das prioridades da administração na LDO (subseção 3.2.1.1);
A necessidade de aperfeiçoar o planejamento das peças orçamentárias, visando atender aos princípios da gestão fiscal responsável, observando a necessária manutenção do equilíbrio fiscal e garantindo a transparência (subseção 3.5.5);
A necessidade de promover o reconhecimento integral dos precatórios municipais, evitando assim, subavaliações no passivo, como a identificada no final do exercício de 2023, no montante de R\$ 7.642.574,92, em desacordo com a NBC TSP EC, item 3.10 (subseção 4.1.6).

Vitória, 19 de julho de 2024.

Adécio de Jesus Santos

Auditor de Controle Externo

Núcleo de Controle Externo de Consolidação de Contas de Governo – NCCONTAS

César Augusto Tononi de Matos

Auditor de Controle Externo

Núcleo de Controle Externo de Contabilidade – NCONTAS

Felipe dos Anjos Vieira Ferreira

Auditor de Controle Externo

Núcleo de Controle Externo de Avaliação e Monitoramento de Outras Políticas Públicas Sociais – NOPP

Jaderval Freire Junior

Auditor de Controle Externo

Núcleo de Controle Externo de Auditoria e Gestão Fiscal – NGF

Júlia Sasso Alighieri

Auditora de Controle Externo

Núcleo de Controle Externo de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de Educação – NEDUCAÇÃO



Mayte Cardoso Aguiar

Auditor de Controle Externo

Núcleo de Controle Externo de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de Saúde – NSAÚDE

Miguel Burnier Ulhôa

Auditor de Controle Externo

Núcleo de Controle Externo de Fiscalização de Pessoal e Previdência – NPPREV

Raymar Araújo Belfort

Auditor de Controle Externo

Núcleo de Controle Externo de Auditoria e Gestão Fiscal – NGF

Robert Luther Salviato Detoni

Auditor de Controle Externo

Núcleo de Controle Externo de Avaliação de Tendências e Riscos – NATR

Roberval Misquita Muoio

Auditor de Controle Externo

Núcleo de Controle Externo de Consolidação de Contas de Governo – NCCONTAS

Rodrigo Reis Lobo de Rezende

Auditor de Controle Externo

Secretaria de Controle Externo de Políticas Públicas Sociais - SecexSocial

Walternei Vieira de Andrade

Auditor de Controle Externo

Núcleo de Controle Externo de Auditoria e Gestão Fiscal – NGF

Weliton Rodrigues Almeida

Auditor de Controle Externo

Núcleo de Controle Externo de Auditoria e Gestão Fiscal – NGF



APÊNDICE A – Formação administrativa do Município

Registros⁷⁵:

Elevado à categoria de vila em 1545.

Elevado à condição de cidade, por Decreto de 24-02-1823. Confirmada por Carta de Lei de 18-03-1823.

Por Decreto Provincial n.º 5, de 16-12-1837, é criado o distrito de Carapina e anexado ao município de Vitória.

Pela Resolução Provincial n.º 9, de 27-08-1846, é criado o distrito de Queimado e anexado ao município de Vitória.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 3 distritos: Vitória, Carapina e Queimado.

Pela Lei Estadual n.º 1.445, de 10-07-1924, foram criados os distritos de Argolas e Jucu e anexados ao município de Vitória.

Pelo Decreto Estadual n.º 1.102, de 27-04-1931, o município de Vitória adquiriu o distrito de Vila Velha desmembrado do extinto município de Espírito Santo.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 7 distritos Vitória, Argolas, Carapina, Espírito Santo, Jucu, Queimado e Vila Velha.

Pelo Decreto Estadual n.º 5.041, de 11-07-1934, of. n.º 3.034, de 25-11-1943, pelo DEE do Espírito Santo dirigido ao Secibge e prot. SG sob o n.º 6.676, são desmembrados do município de Vitória os distritos de Espírito Santo, Argola e Jucu, para constituir o novo município de Espírito Santo. Sob o mesmo decreto foi restabelecido o município de Vila Velha.

Em divisão territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município é constituído de 3 distritos: Vitória, Carapina e Queimado.

⁷⁵ Fonte: [IBGE](#).



Pelo Decreto-lei Estadual n.º 15.177, de 31-12-1943, o município de Espírito Santo, foi extinto sendo seu território anexado ao município de Vitória com a denominação de Espírito Santo de Vitória. Pelo mesmo decreto é criado o distrito de Goiabeiras e anexado ao município de Vitória. E, ainda é desmembrado do município de Vitória os distritos de Carapina e Queimado sendo anexados ao município de Serra.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 4 distritos: Vitória, Argolas, Espírito Santo de Vitória e Goiabeiras.

Por Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado em 26-07-1947, é desmembrado do município de Vitória os distritos de Espírito Santo de Vitória e Argolas, para constituir o novo município de Espírito Santo de Vitória.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 2 distritos: Vitória e Goiabeiras.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2015.



APÊNDICE B – Despesas de exercícios anteriores

Despesas de exercício anteriores ocorridas no exercício seguinte, em montante considerado irrelevante para o Município

Ano Referência	Elemento de Despesa	Total Geral
2024	92	925.548,88

Fonte: PCM/2024 – Tabulação: Controle da Despesa por Empenho



APÊNDICE C – Transferência de recursos ao Poder Legislativo

Apuração de Limites - Poder Legislativo			
	Limite Legal	Valor Apurado	Resultado da Análise
Repasso dos Duodécimos ao Poder Legislativo Municipal (Art. 29-A, § 2º, Inciso I da CF)	97.190.208,71	41.946.000,00	Cumprimento ao limite
Gastos com Folha de Pagamento do Legislativo - até 70% da Receita (Art. 29A, § 1º da CF)	29.362.200,00	20.562.772,78	Cumprimento ao limite
Gastos Totais do Poder Legislativo - 7 a 3,5% da Receita de Impostos (Art. 29A da CF)	97.190.208,71	36.022.521,35	Cumprimento ao limite

Receita Tributária e de Transferências Realizadas no Exercício Anterior		
RECEITA TRIBUTÁRIA		em Reais
1.1.0.0.00.0.0	Impostos, Taxas e Contrib. Melhoria	958.365.180,05
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS		985.438.994,17
1.7.1.1.51.1.0	FPM	309.231.206,49
1.7.1.1.51.2.0		
1.7.1.1.51.3.0		
1.7.1.1.52.0.0	ITR	35.725,71
1.7.1.1.56.0.0	Cota-Parte IOF-Ouro	0,00
1.7.1.9.51.0.0	ICMS - Desoneração Exportações	0,00
1.7.2.1.50.0.0	ICMS	603.104.919,84
1.7.2.1.51.0.0	IPVA	66.737.439,40
1.7.2.1.52.0.0	IPÍ	5.973.212,53
1.7.2.1.53.0.0	Contrib. Intrev. Dom. Econômico - CIDE	356.490,20
TOTAL		1.943.804.174,22

Gastos com Folha de Pagamento - Poder Legislativo		em Reais
TOTAL DA DESPESA LEGISLATIVA COM PESSOAL E ENCARGOS		24.528.142,43
(c) Despesas c/ Inativos e Pensionistas - Poder Legislativo		0,00
(c) Despesas c/ Encargos Sociais		3.965.369,65
Total da Despesa Legislativa com Folha de Pagamento (*)		20.562.772,78

(*) Até o mês 11, considera-se a Despesa Liquidada. No mês 12, considera-se a Despesa Empenhada

Gastos Totais - Poder Legislativo		em Reais
Função Legislativa		36.022.521,35
Outras Funções		0,00
Despesa Total Poder Legislativo		36.022.521,35
(c) Total da Despesa com Inativos e Pensionistas		0,00
Gasto Total Efetivo do Poder Legislativo - Apuração TCEES (*)		36.022.521,35

(*) Até o mês 11, considera-se a Despesa Liquidada. No mês 12, considera-se a Despesa Empenhada

Dados Adicionais - Poder Legislativo	
População do Município	322869
Percentual do artigo 29A CF/88	5,00

VERSÃO: RDPL - 1.0, FPPL - 1.0, DTPL - 1.0



APÊNDICE D – Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE

Município: Vitória
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período: 12/2023

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (a)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	1.059.660.078,88
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	113.552.255,20
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	78.221.579,70
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	751.882.592,96
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	116.003.651,02
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	1.077.977.357,03
2.1- Cota-Parte FPM	324.562.986,71
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	294.845.434,13
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas "d", "e" e "f"	29.717.552,58
2.2- Cota-Parte ICMS	652.177.894,21
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	7.224.783,61
2.4- Cota-Parte ITR	99.505,76
2.5- Cota-Parte IPVA	77.642.197,61
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	16.269.989,13
2.7.1- Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	0,00
2.7.2- Cota-Parte da Transf. da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022	16.269.989,13
2.7.3- Transferências Decorrentes de Participação em Outras Receitas de Impostos da União, Estados e DF	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	2.137.637.435,91
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + (2.7.1) + (2.7.2)'	207.363.691,50
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM MDE ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7.1) + (2.7.2)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7.3))	324.757.398,09

FUNDEB	
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (a)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	278.554.714,30
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	278.554.714,30
6.1.1- Principal	277.112.001,22
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	1.442.713,08
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00
6.2.1- Principal	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00
6.3.1- Principal	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00
6.4.1- Principal	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	69.748.309,72
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00
8.1.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00
8.1.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF / VAAT / VAAR	0,00
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	278.554.714,30



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (c)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)
10.- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	278.554.714,30	278.554.714,30	278.554.714,30	0,00
10.1.- PROFESSORIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	278.554.714,30	278.554.714,30	278.554.714,30	0,00
10.1.1- Educação Infantil	118.241.840,55	118.241.840,55	118.241.840,55	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	160.312.873,75	160.312.873,75	160.312.873,75	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras (todas as demais subfunções atípicas à Função Educação e a Função 28 - Encargos Especiais)	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB									
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECORRIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (c)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (c)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)
10.1.1- Educação Infantil	118.241.840,55	118.241.840,55	118.241.840,55	0,00	118.241.840,55	118.241.840,55	118.241.840,55	0,00	118.241.840,55
10.1.2- Ensino Fundamental	160.312.873,75	160.312.873,75	160.312.873,75	0,00	160.312.873,75	160.312.873,75	160.312.873,75	0,00	160.312.873,75
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras (todas as demais subfunções atípicas à Função Educação e a Função 28 - Encargos Especiais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (c)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	
20.- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	408.749.630,65	386.102.305,47	380.472.522,82	22.647.325,18	
20.1 - Educação Infantil	166.672.638,84	159.873.226,11	157.251.904,13	6.799.412,73	
20.2 - Ensino Fundamental	189.378.462,78	177.284.477,70	174.651.864,48	12.093.985,08	
20.3 - Educação de Jovens e Adultos (Relacionada a Educação Infantil e o Ensino Fundamental)	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.4 - Educação Especial (Relacionada ao Ensino Fundamental)	5.286.606,56	3.739.839,28	3.739.839,28	1.546.767,28	
20.5 - Administração Geral (Relacionada a Educação Infantil e o Ensino Fundamental)	47.411.922,47	45.204.762,38	44.828.914,93	2.207.160,09	
20.6 - Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.7 - Outras (todas as demais subfunções atípicas à Função Educação e a Função 28 - Encargos Especiais)	0,00	0,00	0,00	0,00	

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL		VALOR	
		Despesa Empenhada ⁴	Despesa Liquidada ⁵
22.- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (b ou c)		408.749.630,65	386.102.305,47
23.- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)		207.363.691,50	207.363.691,50
24 (-) RECEITAS DO FUNDEB (IMPOSTOS) NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18.1 (m2 ou n2)		0,00	0,00
25 (+) VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(i)		0,00	0,00
26 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS 4 + 7		0,00	-
27 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO, INCLUSIVE OS IMPOSTOS VINCULADOS AO FUNDEB		6.425.339,25	6.425.339,25
28.- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 + 25) - (24 + 26 + 27)		609.687.982,90	587.040.657,72

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 + 6		Despesa Empenhada ⁴		Despesa Liquidada ⁵	
	VALOR EXIGIDO	VALOR APLICADO	% APLICADO	VALOR APLICADO	% APLICADO
29.- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	534.409.358,98	609.687.982,90	28,52	587.040.657,72	27,46

OUTRAS INFORMACOES PARA CONTROLE	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31.- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	25.658.377,21
31.1.- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (Incluindo Rendimentos de Aplicação Financeira)	25.175.243,96
31.1.1.- Salário-Educação	17.501.643,59
31.1.2.- PDDE	0,00
31.1.3.- PNAE	6.738.433,59
31.1.4.- PNATE	647,60
31.1.5.- Outras Transferências do FNDE	934.519,18
31.2.- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	483.133,25
31.3.- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADAS À EDUCAÇÃO	0,00
31.4.- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00
31.5.- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (c)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	45.099.865,43	28.128.865,51	25.684.061,46	16.970.999,92
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	19.051.438,43	13.199.937,02	11.442.418,90	5.831.501,41
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	23.533.493,20	12.739.040,82	12.051.754,89	10.794.452,38
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	812.027,60	486.981,47	486.981,47	325.046,13
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	2.106,00	2.106,00	2.106,00	0,00
32.8- EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00
32.9- OUTRAS (todas as demais subfunções atípicas à Função Educação)	1.700.800,20	1.700.800,20	1.700.800,20	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO				
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	732.404.210,38	692.785.885,28	684.711.298,58	39.618.325,10
33.1- Despesas Correntes	675.253.592,93	646.459.069,03	641.132.463,66	28.794.523,90
33.1.1- Pessoal Ativo	436.071.796,01	435.145.646,55	433.173.700,48	926.149,46
33.1.2- Pessoal Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	39.597.645,65	39.597.645,65	39.597.645,65	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	199.584.151,27	171.715.776,83	168.361.117,53	27.868.374,44
33.2- Despesas de Capital	57.150.617,45	46.326.816,25	43.578.834,92	10.823.801,20
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	3.170.892,47	3.170.892,47	3.170.892,47	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	53.979.724,98	43.155.923,78	40.407.942,45	10.823.801,20

FONTE: Sistema CidadES. Data da emissão: 28/01/2024, às 14:38. VERSÃO: 3.0

1 Os valores correspondem ao efetivamente transferido (percentuais dispostos na legislação).

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar Não Processados inscritos sem disponibilidade financeira só serão demonstrados no relatório do mês 12.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada.

6 No último bimestre do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa empenhada.

7 Valor inscrito em RP/MP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites.

8 Valor correspondente aos Restos a Pagar Não Processados inscritos no mês 12.

9 Nesta coluna não devem ser informados valores inferiores a 0 (zero).

10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão dos valores apurados na coluna (f1 ou f2), os percentuais serão ajustados para 100%.



APÊNDICE E – Demonstrativo das receitas de impostos e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde

Município: Vitória

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: 12/2023

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</u>	<u>RECEITAS REALIZADAS</u> Até o mês
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.059.660.078,88
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	113.552.255,20
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI	78.221.579,70
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	751.882.592,96
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	116.003.651,02
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	1.048.259.804,45
Cota-Parte FPM	294.845.434,13
Cota-Parte ITR	99.505,76
Cota-Parte IPVA	77.642.197,61
Cota-Parte ICMS	652.177.894,21
Cota-Parte IPI-Exportação	7.224.783,61
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	16.269.989,13
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	2.107.919.883,33

<u>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA</u> <u>COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO</u>	<u>DESPESAS LIQUIDADAS</u> Até o mês	<u>Inscritas em Restos a Pagar não Processados</u>
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	108.402.351,14	1.143.141,21
Despesas Correntes	107.718.580,52	1.141.643,21
Despesas de Capital	683.770,62	1.498,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	91.078.094,82	8.726.903,00
Despesas Correntes	90.801.268,32	8.707.221,00
Despesas de Capital	276.826,50	19.682,00
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	14.687.193,84	1.953.095,41
Despesas Correntes	14.687.193,84	1.953.095,41
Despesas de Capital	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	6.655.702,79	43.032,12
Despesas Correntes	6.655.702,79	43.032,12
Despesas de Capital	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	19.013.822,78	586.436,16
Despesas Correntes	18.857.822,78	582.370,37
Despesas de Capital	156.000,00	4.065,79
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	89.813.825,72	25.927.054,89
Despesas Correntes	87.413.395,53	16.653.851,36
Despesas de Capital	2.400.430,19	9.273.203,53
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	329.650.991,09	38.379.662,79

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS</u>	<u>DESPESAS LIQUIDADAS</u> Até o mês	<u>Inscritas em Restos a Pagar não Processados</u>
Total das Despesas com ASPS computadas no cálculo do mínimo (XI)	329.650.991,09	38.379.662,79
(-) Despesas com Inativos/Pensionistas e Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS (XI.1)	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XII)		
(-) Despesas Custeadas com Rec. Vinculados à Parcela do Perc. Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIII)	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XIV)	0,00	0,00
VALOR APLICADO EM ASPS (XV) = (XI - XI.1 - XII - XIII - XIV)	368.030.653,88	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVI) = (III) x 15% (LC 141/2012)	316.187.982,50	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVII) = (XV - XVI)	51.842.671,38	
Limite não Cumprido (XVIII) = (XVII) (Quando valor for inferior a zero)		
% DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XV / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012) ⁽¹⁾	17,46	


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	RECEITAS REALIZADAS Até o mês
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XIX)	88.928.451,42
Proveniente da União	87.939.479,16
Proveniente dos Estados	988.972,26
Proveniente de outros Municípios	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XX)	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXI)	2.986,70
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXII) = (XIX + XX + XXI)	88.931.438,12

DESpesas COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO		
DESpesas COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DESpesas LIQUIDADAS Até o mês	Inscritas em Restos a Pagar não Processados
ATENÇÃO BÁSICA (XXIII)	38.197.199,91	1.814.211,25
Despesas Correntes	37.487.027,92	1.464.796,47
Despesas de Capital	710.171,99	349.414,78
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXIV)	22.908.699,46	6.239.289,82
Despesas Correntes	22.908.699,46	6.239.289,82
Despesas de Capital	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXV)	4.559.972,17	88.802,13
Despesas Correntes	4.559.972,17	88.802,13
Despesas de Capital	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXVI)	795.478,95	0,00
Despesas Correntes	795.478,95	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXVII)	5.433.434,81	290.946,52
Despesas Correntes	5.433.434,81	290.946,52
Despesas de Capital	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXVIII)	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXIX)	6.041.454,79	572.588,33
Despesas Correntes	6.040.709,65	572.588,33
Despesas de Capital	745,14	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXX) = (XXIII + XXIV + XXV + XXVI + XXVII + XXVIII + XXIX)	77.936.240,09	9.005.838,05

DESpesas TOTAIS COM SAÚDE (Computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	DESpesas LIQUIDADAS Até o mês	Inscritas em Restos a Pagar não Processados
ATENÇÃO BÁSICA (XXXI) = (IV + XXIII)	146.599.551,05	2.957.352,46
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXII) = (V + XXIV)	113.986.794,28	14.966.192,82
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIII) = (VI + XXV)	19.247.166,01	2.041.897,54
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXIV) = (VII + XXVI)	7.451.181,74	43.032,12
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXV) = (VIII + XXVII)	24.447.257,59	877.382,68
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVI) = (XIX + XXVIII)	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVII) = (X + XXIX)	95.855.280,51	26.499.643,22
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XXXVIII) = (XI + XXX)	407.587.231,18	47.385.500,84
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes (XXXIX)	77.936.240,09	9.005.838,05
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XL) = (XXXVIII - XXXIX)	368.030.653,88	

FONTE: Sistema CidadES, Data da emissão 28/01/2024 e hora de emissão 14:38. VERSÃO: 6.0

(1) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício, conforme Lei Complementar 141/2012.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

Demonstrativo das Despesas com Saúde - Ente Consorciado

RS 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (*)	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (r)		COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (a)		NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (b)	
	Fonte de Recursos 211	Demais Fontes de Recursos	DESPESAS LIQUIDADAS Até o mês	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	DESPESAS LIQUIDADAS Até o mês	Inscritas em Restos a Pagar não Processados
ATENÇÃO BÁSICA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS (*)	COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (a)	
	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre	Inscritas em Restos a Pagar não Processados
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)		
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (X)	0,00	0,00
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)	0,00	0,00
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIIIa - IXa - Xa - XIa)	0,00	

FONTE: Sistema CidadES, Data da emissão 28/01/2024 e hora de emissão 14:38

(*) Valores de todos os Consórcios Públicos que executaram despesas com ASPS, de que o ente participou como membro consorciado.

(r) Valores Liquidados pelo Ente mais os Restos a Pagar Não Processados Inscritos (Exercício de Referência).

APÊNDICE F – Demonstrativo da receita corrente líquida



Demonstrativo da Receita Corrente Líquida



Tabela 3 : Demonstrativo da Razão Corrente Líquida

EST - Vinte
RELATÓRIO RESUMIDO DA ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2023 a DEZEMBRO/2023

EJ030201 - August 9 (LJEP, Vol. 53, Issue 2)

ANEXO 1 - Anexo 7.3.3.2, Art. 59, inciso II		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA POR FILIORES 12 MESES												TOTAL		
DESCRIÇÃO		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
		(R\$ MIL)	(R\$ MIL)	(R\$ MIL)	(R\$ MIL)	(R\$ MIL)	(R\$ MIL)	(R\$ MIL)	(R\$ MIL)	(R\$ MIL)	(R\$ MIL)	(R\$ MIL)	(R\$ MIL)	(R\$ MIL)	(R\$ MIL)	(R\$ MIL)
RECEITAS CORRENTES (C)		227.046.325,47	227.046.325,47	227.046.325,47	227.046.325,47	227.046.325,47	227.046.325,47	227.046.325,47	227.046.325,47	227.046.325,47	227.046.325,47	227.046.325,47	227.046.325,47	227.046.325,47	227.046.325,47	227.046.325,47
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		10.120.127,17	10.120.127,17	10.120.127,17	10.120.127,17	10.120.127,17	10.120.127,17	10.120.127,17	10.120.127,17	10.120.127,17	10.120.127,17	10.120.127,17	10.120.127,17	10.120.127,17	10.120.127,17	10.120.127,17
IPU		2.280.179,03	2.280.179,03	2.280.179,03	2.280.179,03	2.280.179,03	2.280.179,03	2.280.179,03	2.280.179,03	2.280.179,03	2.280.179,03	2.280.179,03	2.280.179,03	2.280.179,03	2.280.179,03	2.280.179,03
ITR		4.460.972,33	4.460.972,33	4.460.972,33	4.460.972,33	4.460.972,33	4.460.972,33	4.460.972,33	4.460.972,33	4.460.972,33	4.460.972,33	4.460.972,33	4.460.972,33	4.460.972,33	4.460.972,33	4.460.972,33
ITRIR		3.420.420,31	3.420.420,31	3.420.420,31	3.420.420,31	3.420.420,31	3.420.420,31	3.420.420,31	3.420.420,31	3.420.420,31	3.420.420,31	3.420.420,31	3.420.420,31	3.420.420,31	3.420.420,31	3.420.420,31
Contribuição de Melhoria		4.438.635,53	4.438.635,53	4.438.635,53	4.438.635,53	4.438.635,53	4.438.635,53	4.438.635,53	4.438.635,53	4.438.635,53	4.438.635,53	4.438.635,53	4.438.635,53	4.438.635,53	4.438.635,53	4.438.635,53
Outras Impostas, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.060.777,19	2.060.777,19	2.060.777,19	2.060.777,19	2.060.777,19	2.060.777,19	2.060.777,19	2.060.777,19	2.060.777,19	2.060.777,19	2.060.777,19	2.060.777,19	2.060.777,19	2.060.777,19	2.060.777,19
Contribuição de Melhoria		9.622.360,51	9.622.360,51	9.622.360,51	9.622.360,51	9.622.360,51	9.622.360,51	9.622.360,51	9.622.360,51	9.622.360,51	9.622.360,51	9.622.360,51	9.622.360,51	9.622.360,51	9.622.360,51	9.622.360,51
Contribuição de Melhoria		19.189.450,48	19.189.450,48	19.189.450,48	19.189.450,48	19.189.450,48	19.189.450,48	19.189.450,48	19.189.450,48	19.189.450,48	19.189.450,48	19.189.450,48	19.189.450,48	19.189.450,48	19.189.450,48	19.189.450,48
Contribuição de Melhoria		14.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00
Contribuição de Melhoria		473.698,74	473.698,74	473.698,74	473.698,74	473.698,74	473.698,74	473.698,74	473.698,74	473.698,74	473.698,74	473.698,74	473.698,74	473.698,74	473.698,74	473.698,74
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria		0,00														

Fonte: Sistema Cidades, Versão 4.0, 20/01/2014, às 14h46, versão 0.0



APÊNDICE G – Demonstrativo da despesa com pessoal do Poder Executivo

RGF / Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

VITÓRIA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2023

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	Total das Despesas Liquidadas (Últimos 12 Meses) (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.266.447.612,22	2.481.826,97
Pessoal Ativo	903.397.656,37	2.481.826,97
Pessoal Inativo e Pensionistas	363.049.955,85	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	163.917.908,99	39.857,86
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	162.053,89	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	6.661.142,54	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.682.256,71	39.857,86
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	155.412.455,85	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.102.529.703,23	2.441.969,11
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	2.763.550.982,04	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) e de bancada (art. 166, § 16 da CF); e, ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (V)	20.367.914,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (IV - V)	2.743.183.068,04	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + a + III b)	1.104.971.672,34	40,28
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.481.318.856,74	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.407.252.913,90	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.333.186.971,07	48,60

FONTE: Sistema CidadES

RGF / Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, I)

DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS (*)	Valores Transferidos por Contrato de Rateio (r)	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)	Total (c) = (a + b)
VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	0,00			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		0,00	0,00	0,00
Pessoal Ativo		0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00	0,00
Outras desp. de pess. decorr. de contr. de terceirização ou contratação indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) - CONTRATO DE GESTÃO		0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente		0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)		0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema CidadES

(*) Valores de todos os Consórcios Públicos que executaram despesas com Pessoal, de que o ente participou como membro consorciado.

(r) Valores Pagos pelo Ente, ou seja, valores efetivamente transferidos aos consórcios mediante Contrato de Rateio.

APÊNDICE H – Demonstrativo da despesa com pessoal consolidada

RGF / Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

VITÓRIA - CONSOLIDADO MUNICIPAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2023

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	Total das Despesas Liquidadas (Últimos 12 Meses) (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.295.998.848,32	2.767.323,94
Pessoal Ativo	927.640.301,83	2.767.323,94
Pessoal Inativo e Pensionistas	368.358.546,49	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	169.980.236,93	39.857,86
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	907.692,46	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	6.661.142,54	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.690.355,44	39.857,86
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	160.721.046,49	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.126.018.611,39	2.727.466,08
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	2.763.550.982,04	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) e de bancada (art. 166, § 16 da CF); e, ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (V)	20.367.914,00	41,15
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (IV - V)	2.743.183.068,04	60,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	1.128.746.077,47	57,00
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.645.909.840,82	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.563.614.348,78	54,00
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.481.318.856,74	54,00

FONTE: Sistema CidadES

RGF / Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, I)

DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS (*)	Valores Transferidos por Contrato de Rateio (r)	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)	Total (c) = (a + b)
VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		0,00	0,00	0,00
Pessoal Ativo		0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00	0,00
Outras desp. de pess. decorr. de contr. de terceirização ou contratação indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) - CONTRATO DE GESTÃO		0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente		0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)		0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema CidadES

(*) Valores de todos os Consórcios Públicos que executaram despesas com Pessoal, de que o ente participou como membro consorciado.

(r) Valores Pagos pelo Ente, ou seja, valores efetivamente transferidos aos consórcios mediante Contrato de Rateio.

APÊNDICE I – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

[illegible]

Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3200380038003100370035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº
2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: 1B0DA-F130B-89430

APÊNDICE J – Despesas correntes pagas com recursos de alienação de ativos

Despesas correntes pagas com recursos de alienação de ativos

Valores em reais

Unidade Gestora	Programa	Ação	Nº do Empenho	Ano do Empenho	Código da Classificação Econômica	Descrição da Classificação Econômica	Despesas Pagas	RPNP Pago	RPP Pago

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – LOAPROG, PROGEXT, PRATIVOE, PROJEXTR e Tabulação: Controle da Despesa por Empenho



APÊNDICE K – Programas prioritários – LDO e LOA

Programas Prioritários
Valores em reais

Programas Prioritários - LDO	Valor do Programa - LDO	Dotação Inicial - LOA	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% Despesas Liq./Prev.

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – LDOPROG, LDOPROATZ e Tabulação: Controle da Despesa por Dotação



APÊNDICE L – Nota Técnica

As estimativas sobre a população entre os anos de 2018 e 2021 foram obtidas através do Instituto Jones dos Santos Neves.

Os dados do Censo Escolar (INEP) foram obtidos através do endereço <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>.

Os dados da população em 2022 foram obtidos através do Censo 2022 (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>).

Para estimar os dados da população em 2023, aplicou-se o percentual de variação populacional entre 2021 e 2020 aos dados de 2022.

Em relação às metas que utilizaram dados populacionais anteriores a 2022 (Metas 1 e 2), pontua-se que essas estimativas populacionais, quando analisadas perante os dados do Censo 2022, podem ter superestimado a população de 0 a 17 anos no município. Isto impacta a base de cálculo das metas, influenciando na melhora desses indicadores a partir de 2022.

Para as Metas 1A e 1B, foram utilizados os dados da Sinopse Censo Escolar, tabela *Número de Matrículas da Educação Básica, por Faixa Etária, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município*.

Para as Metas 3A e 3B, considerou-se o número de matrículas para a faixa etária 15-17 anos, disponível na Sinopse Censo Escolar, tabelas *Número de Matrículas da Educação Básica, por Faixa Etária, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município*, e *Número de Matrículas do Ensino Médio Regular, por Faixa Etária, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município*.

Para a Meta 5, relativa à alfabetização, para identificar o nível de aprendizado em leitura, escrita e matemática para o 3º ano do ensino fundamental, foram utilizados os dados da série histórica do PABES e PAEBES ALFA de 2013-2021 fornecidos pela Subsecretária de Planejamento e Avaliação do Estado do Espírito Santo, no entanto, só existiam valores até o ano de 2021, invalidando a análise para os anos subsequentes. Desse modo, utilizou-se a prova de fluência em leitura do Estado do Espírito Santo para analisar os anos de 2022 e 2023.

Para as Metas 6 (Indicadores 6A e 6B), foram utilizados os dados da Sinopse do Censo Escolar, tabelas *Número de Estabelecimentos da Educação Básica, por Percentual de Matrículas em Tempo Integral e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município*, e *Número de Estabelecimentos da Educação Básica, por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município*. Foram contabilizados dados da rede municipal, rural e urbana.



Para a Meta 20, os valores relativos ao investimento público em educação foram extraídos do Relatório de Despesa com Educação (excluindo as despesas de capital), disponíveis no Painel de Controle do próprio Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Todos os dados foram atualizados pelo IPCA para 2023.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: 9490B-F3F8E-3C42E



Instrução Técnica Conclusiva 03025/2024-4

Produzido em fase anterior ao julgamento

Processo: 03679/2024-2

Classificação: Prestação de Contas Anual de Prefeito

Setor: NCCONTAS - Núcleo de CE Consolidação de Contas de Governo

Exercício: 2023

Criação: 22/07/2024 19:03

UG: PMV - Prefeitura Municipal de Vitória

Relator: Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Responsável: LORENZO SILVA DE PAZOLINI



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INSTRUÇÃO TÉCNICA CONCLUSIVA DAS CONTAS DO CHEFE DO PODER

EXECUTIVO MUNICIPAL

PROCESSO:	03679/2024-2
CONSELHEIRO RELATOR:	Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun
MUNICÍPIO:	Vitória
OBJETIVO:	Apreciação e emissão de parecer prévio que subsidiará a Câmara Municipal no julgamento das contas do chefe do Poder Executivo
EXERCÍCIO:	2023
RESPONSÁVEL PELAS CONTAS	LORENZO SILVA DE PAZOLINI
RESPONSÁVEL PELO ENVIO DAS CONTAS	LORENZO SILVA DE PAZOLINI
USUÁRIOS PREVISTOS:	Conselheiros, substitutos de conselheiros e procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal, sociedade e Câmara Municipal



Autenticar documento em www.tcees.tc.br ou @tceespiritosanto

com o identificador 3200380038003100370035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: 9490B-F3F8E-3C42E



SUMÁRIO EXECUTIVO

O que o TCEES apreciou?

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), em cumprimento ao art. 71, inciso II, da Constituição do Estado, apreciou a prestação de contas do(a) chefe do Poder Executivo municipal de Vitória, Senhor(a) LORENZO SILVA DE PAZOLINI, relativa ao exercício de 2023, objetivando a emissão de relatório técnico e de parecer prévio, cujas conclusões servirão de base para o julgamento das contas a ser realizado pela respectiva Câmara Municipal, em obediência ao disposto no art. 29 da constituição estadual.

A presente instrução técnica conclusiva segue reproduzindo na íntegra as principais seções do **Relatório Técnico 119/2024-6** (peça 68) e seus apêndices.

O relatório técnico, elaborado com a participação de diversas unidades técnicas deste Tribunal e sob a coordenação da Secretaria de Controle Externo de Contabilidade, Economia e Gestão Fiscal (SecexContas), analisou a atuação do(a) chefe do Poder Executivo municipal, no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, em respeito aos programas, projetos e atividades estabelecidos pelos instrumentos de planejamento aprovados pelo Poder Legislativo municipal; bem como a observância às diretrizes e metas fiscais estabelecidas e o devido cumprimento das disposições constitucionais e legais aplicáveis na execução dos orçamentos, inclusive em relação aos atos de gestão praticados.

No que tange à metodologia adotada, as unidades técnicas do TCEES examinaram os demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, exigíveis pela Instrução Normativa TC 68, de 8 de dezembro de 2020 e suas alterações posteriores, de forma a possibilitar a avaliação da gestão política do(a) chefe do Poder Executivo municipal. Esta avaliação, precedida pela análise de consistência dos dados e informações encaminhados eletronicamente a este Tribunal, se baseou no escopo de análise definido em anexo específico da Resolução TC 297, de 30 de agosto de 2016 e, ainda, nos critérios de relevância, risco e materialidade dispostos na legislação aplicável, contemplando



adoção de procedimentos e técnicas de auditoria que culminaram na instrução do presente relatório técnico. Cabe registrar, ainda, que o TCEES buscou identificar, no curso da instrução processual ou em processos de fiscalizações correlacionados, os achados com impacto ou potencial repercussão nas contas prestadas, os quais seguem detalhados no presente documento.

O que o TCEES encontrou?

Ao examinar a prestação de contas anual, o Tribunal identificou que o município obteve um resultado superavitário no valor de R\$ 426.508.437,14, em sua execução orçamentária no exercício de 2023 (subseção 3.2.1.5).

Como saldo em espécie para o exercício seguinte, o Balanço Financeiro apresentou recursos da ordem de R\$ 2.857.475.233,87. Os restos a pagar ao final do exercício ficaram em R\$ 288.485.383,78, de acordo com o demonstrativo dos restos a pagar (subseção 3.3.1).

Ficou constatado que o Município cumpriu o limite de aplicação com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (mínimo de 25% estabelecido no art. 212, *caput*, da Constituição da República), considerando que aplicou **28,52%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências (subseção 3.4.2.1).

Nessa temática constitucional da Educação, o município cumpriu o limite de aplicação de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica, exigido pelo art. 212-A, XI, da Constituição da República, haja vista que destinou **100,00%** das receitas provenientes do Fundeb para o pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (subseção 3.4.2.2).

No que tange aos gastos com saúde, mínimo constitucional de 15%, foram aplicados **17,46%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em ações e serviços públicos de saúde. Portanto, verifica-se que o município cumpriu o limite mínimo constitucional previsto para aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde (subseção 3.4.3.1).

Em relação à despesa com pessoal do Município, observa-se o cumprimento do limite máximo de despesa com pessoal do Poder Executivo em análise (subseção 3.4.4.1).



Por sua vez, verificou-se o cumprimento do limite máximo de despesa com pessoal consolidado em análise (subseção 3.4.4.2).

No que tange a despesa total com pessoal, com base na declaração emitida, considerou-se que o chefe do Poder Executivo, no exercício analisado, não expediu ato que resultasse em aumento da despesa com pessoal, cumprindo o art. 21, I, da LRF (subseção 3.4.5).

Do ponto de vista estritamente fiscal, ficou constatado que, em 31 de dezembro de 2023, o Poder Executivo possuía liquidez para arcar com seus compromissos financeiros, cumprindo o dispositivo legal previsto no art. 1º, § 1º, da LRF (subseção 3.4.9).

Por fim, embora não abordados neste tópico, encontram-se destacados no corpo do relatório informações importantes sobre a conjuntura econômica e fiscal (seção 2); renúncia de receitas (subseção 3.5); condução da política previdenciária (subseção 3.6); riscos à sustentabilidade fiscal (subseção 3.7); dados e informações sobre as demonstrações contábeis consolidadas do município (seção 4); resultados alcançados nas políticas públicas (seção 5); fiscalização em destaque (seção 6); controle interno (seção 7) e monitoramento das deliberações do colegiado (seção 8).

Qual é a proposta de encaminhamento?

Propõe-se a emissão de parecer prévio dirigido à Câmara Municipal de Vitória recomendando a **aprovação** da prestação de contas anual do Sr. LORENZO SILVA DE PAZOLINI, prefeito do município de Vitória, no exercício de 2023, na forma do art. 80, I, da Lei Complementar 621/2012 c/c art. 132, I, do RITCEES.

Ressalta-se a existência de proposições no sentido de **dar ciência** ao atual chefe do Poder Executivo, quanto às ocorrências registradas na **subseção 10.2** desta instrução.

Quais os próximos passos?

Após apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas prestadas pelo(a) chefe do Poder Executivo, o TCEES encaminhará o referido parecer ao Poder Legislativo municipal que tem a competência constitucional para o seu julgamento. Na sequência,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

com base nas conclusões geradas no âmbito da referida apreciação, o Tribunal passará a monitorar o cumprimento das deliberações do colegiado, bem como os resultados delas advindos.



APRESENTAÇÃO

O TCEES, órgão de controle externo do Estado e dos Municípios, nos termos da Constituição Federal e Estadual e na forma estabelecida em sua Lei Orgânica, desempenha nestes autos, uma das principais competências que lhe são atribuídas: “apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas prestadas pelos prefeitos, no prazo de até vinte e quatro meses, a contar do seu recebimento”.

A análise realizada pelo Tribunal subsidia o Poder Legislativo com elementos técnicos para emitir seu julgamento e, assim, atender a sociedade, no seu justo anseio por transparência e correção na gestão dos recursos públicos municipais.

As contas, as quais abrangem a totalidade do exercício financeiro do Município e compreendem as atividades do Poder Executivo e Legislativo, consistem no Balanço Geral do Município e nos demais documentos e informações exigidos pela Instrução Normativa TC 68/2020. Ao mesmo tempo, as contas devem estar obrigatoriamente acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo da unidade responsável pelo controle interno.

Encaminhadas pelo(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Prefeito(a) Municipal, LORENZO SILVA DE PAZOLINI, no dia 26/04/2024, as contas ora analisadas referem-se ao período de atuação do(a) responsável pelas contas, Senhor(a) LORENZO SILVA DE PAZOLINI.

Considerando que a prestação de contas foi entregue em 26/04/2024, via sistema CidadES, verifica-se que a unidade gestora observou o prazo limite de 02/05/2024, definido em instrumento normativo aplicável.



SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
1.1	Razões da apreciação das contas do prefeito municipal	9
1.2	Visão Geral	11
1.3	Objetivo da apreciação	14
1.4	Metodologia utilizada e limitações	14
1.5	Volume de recursos fiscalizados ou envolvidos.....	15
1.6	Benefícios estimados da apreciação	15
1.7	Processos relacionados.....	15
2.	CONJUNTURA ECONÔMICA E FISCAL	16
2.1	Conjuntura econômica mundial, nacional e estadual.....	16
2.2	Economia municipal.....	19
2.3	Finanças públicas	24
2.4	Previdência	29
3.	CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	30
3.1	Instrumentos de planejamento.....	30
3.2	Gestão orçamentária	32
3.3	Gestão financeira.....	53
3.4	Gestão fiscal e limites constitucionais.....	56
3.5	Renúncia de receitas	67
3.6	Condução da Política Previdenciária	72
3.7	Riscos à sustentabilidade fiscal	73
3.8	Opinião sobre a execução dos orçamentos.....	78
4.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO	79
4.1	Consistência das demonstrações contábeis.....	79
4.2	Auditoria Financeira	94
4.3	Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas	94
5.	RESULTADO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL.....	96
5.1	Política pública de educação	96
5.2	Política pública de saúde	109
5.3	Política pública de assistência social	113
6.	FISCALIZAÇÃO EM DESTAQUE	118



6.1	Levantamento Operação Educação - infraestrutura das unidades escolares	118
6.2	Ciclo de monitoramento da Auditoria Operacional – Diabetes.....	119
6.3	Auditoria Operacional pela Primeira Infância	120
7.	CONTROLE INTERNO.....	122
8.	MONITORAMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO COLEGIADO	124
9.	CONCLUSÃO	124
10.	PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO.....	126
10.1	Parecer prévio pela aprovação das contas anuais	126
10.2	Ciência.....	127
	APÊNDICE A – Formação administrativa do Município	128
	APÊNDICE B – Despesas de exercícios anteriores.....	130
	APÊNDICE C – Transferência de recursos ao Poder Legislativo.....	131
	APÊNDICE D – Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE	132
	APÊNDICE E – Demonstrativo das receitas de impostos e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde	135
	APÊNDICE F – Demonstrativo da receita corrente líquida	138
	APÊNDICE G – Demonstrativo da despesa com pessoal do Poder Executivo	139
	APÊNDICE H – Demonstrativo da despesa com pessoal consolidada	140
	APÊNDICE I – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar	141
	APÊNDICE J – Despesas correntes pagas com recursos de alienação de ativos	142
	APÊNDICE K – Programas prioritários – LDO e LOA.....	143
	APÊNDICE L – Nota Técnica	144



1. INTRODUÇÃO

1.1 Razões da apreciação das contas do prefeito municipal

O chefe do Poder Executivo municipal, por exigência do artigo 71 da Constituição Estadual¹ e do artigo 76, §2º Lei Complementar 621, de 8 de março de 2012 (Lei Orgânica do Tribunal)², é o responsável por prestar as contas anualmente ao TCEES.

A Prestação de Contas Anual (PCA), objeto de apreciação neste proc. TC 03679/2024-2, reflete a atuação do(a) chefe do Poder Executivo municipal, no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, em respeito aos programas, projetos e atividades estabelecidos pelos instrumentos de planejamento aprovados pelo Legislativo municipal, quais sejam: o Plano Plurianual de Investimento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual; bem como, em respeito às diretrizes e metas fiscais estabelecidas e às disposições constitucionais e legais aplicáveis na execução dos orçamentos, inclusive em relação aos atos de gestão praticados.

A Prestação de Contas Anual é composta pelas demonstrações contábeis e demais peças e documentos que integram a referida PCA, consolidando as contas das unidades gestoras.

As contas consolidadas foram objeto de análise pelo(s) auditor(es) de controle externo que subscreve(m) o presente Relatório Técnico (RT), com vistas à apreciação e à emissão do parecer prévio que subsidiará o julgamento da prestação de contas anual do prefeito, pelo Poder Legislativo municipal.

¹Art. 71. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa ou da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ao qual compete: I – (...);

II - emitir parecer prévio sobre as contas dos Prefeitos, em até vinte e quatro meses, a contar do seu recebimento, e julgar as contas do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e das Mesas da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais, em até dezoito meses, a contar dos seus recebimentos; (...)

² Art. 76. (...)

§ 1º As contas serão encaminhadas pelo Prefeito ao Tribunal de Contas até noventa dias após o encerramento do exercício, salvo outro prazo fixado na lei orgânica municipal.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

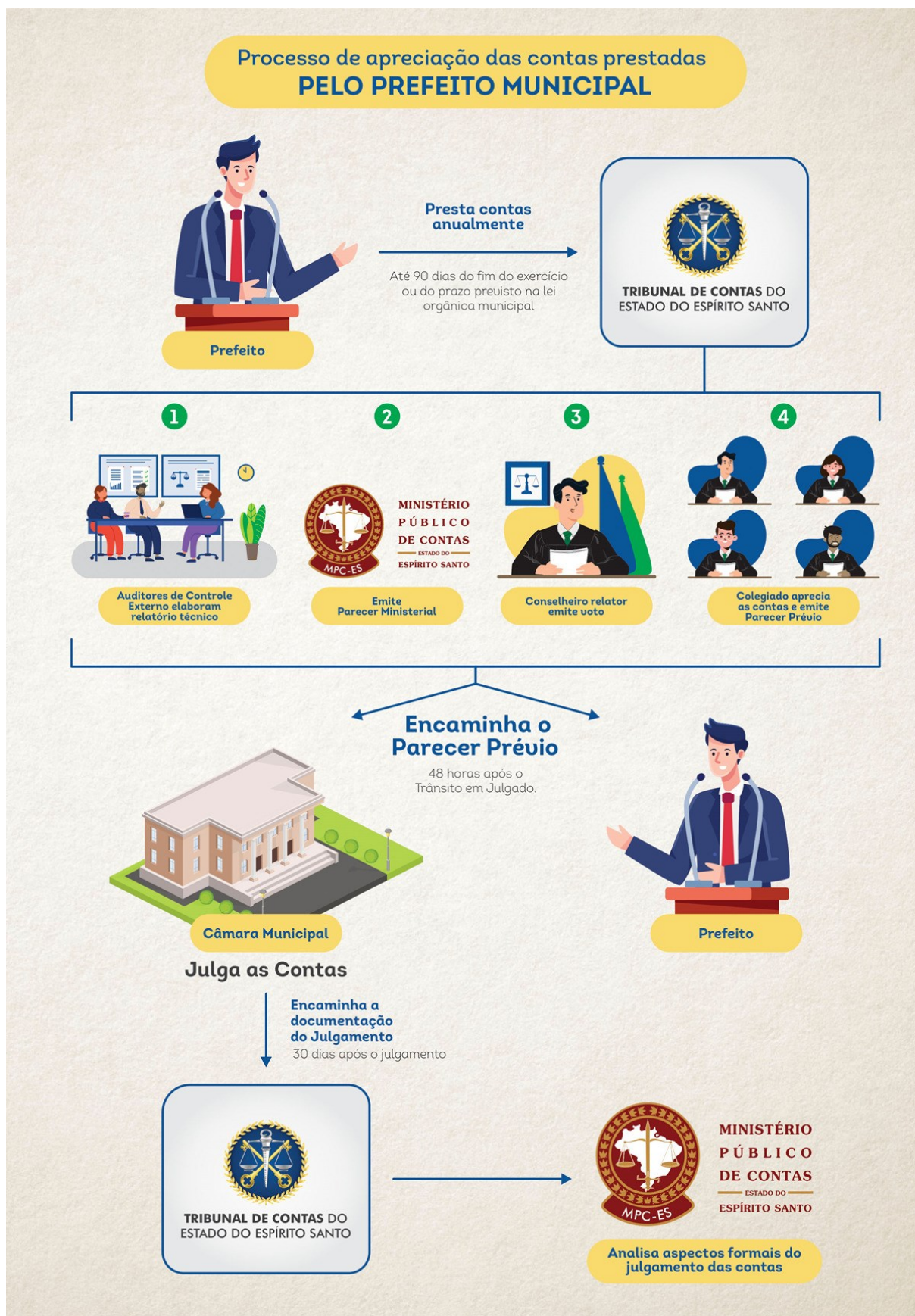


Figura 1: Processo de apreciação das contas prestadas pelo prefeito municipal



Considerando o resultado da análise do processo sob apreciação, tem-se a evidenciar o que segue:

1.2 Visão Geral

1.2.1 História do Município

A fundação do Espírito Santo e de Vitória começa poucos anos depois de o Brasil ter sido descoberto em 1500. O rei de Portugal, D. João III, dividiu as terras brasileiras em capitanias hereditárias, cabendo a capitania do Espírito Santo ao fidalgo Vasco Fernandes Coutinho. Ele tomou posse em 1535, instalando-se no sopé do morro da Penha, em Vila Velha. Em 1551, os portugueses venceram acirrada batalha contra os índios goitacazes e passaram a chamar o local de Ilha de Vitória³.

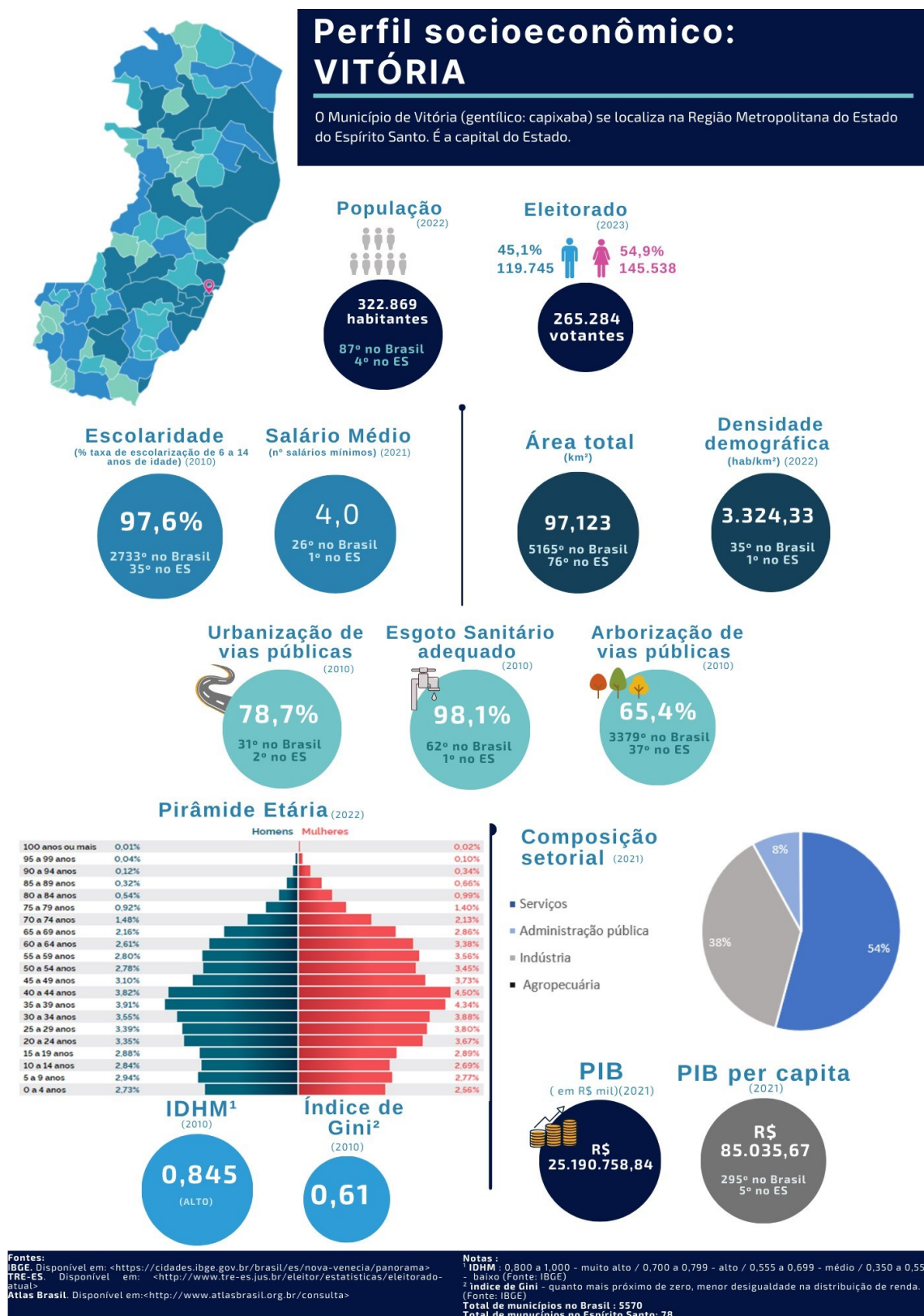
A emancipação política do município ocorreu em 1823. A partir de meados do século XX, a cidade se transformou em função das mudanças econômicas ocorridas no Estado. A ocupação urbana se estendeu por grande parte da ilha e avançou em direção à porção continental do município⁴.

³ Fonte: [IBGE](#).

⁴ A formação administrativa do município se encontra no Apêndice A.


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

1.2.2 Perfil socioeconômico do Município

Figura 2: Perfil socioeconômico do Município



1.2.3 Administração municipal

De acordo com a legislação vigente, temos que o município de Vitória apresenta uma estrutura administrativa desconcentrada. Assim, a Prestação de Contas Anual é composta pelas demonstrações contábeis e demais peças e documentos que integram a referida PCA, consolidando as contas das seguintes Unidades Gestoras (UG's): Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória, Prefeitura Municipal de Vitória, Câmara Municipal de Vitória, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória, Fundo Municipal de Saúde de Vitória, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Vitória, Secretaria Municipal de Obras de Vitória, Secretaria Municipal de Governo de Vitória, Secretaria Municipal de Cultura de Vitória, Secretaria Municipal de Educação de Vitória, Secretaria de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana de Vitória, Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de Vitória, Procuradoria Geral do Município de Vitória, Fundo Municipal do Procon de Vitória, Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória, Secretaria Municipal de Segurança Urbana de Vitória, Fundo Municipal de Habitação de Vitória, Fundo Municipal de Assistência Social de Vitória, Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos de Vitória, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória, Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Habitação de Vitória, Fundo Municipal de Cultura de Vitória, Fundo Ambiental do Município de Vitória, Fundo de Desenvolvimento do Turismo de Vitória, Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de Vitória, Fundo de Desenvolvimento do Município de Vitória, Controladoria Geral do Município de Vitória, Secretaria Municipal de Fazenda de Vitória, Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Financeiro, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Previdenciário, Fundo Municipal de Segurança Urbana de Vitória, CENTRAL DE SERVIÇOS, Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação de Vitória, Fundo Municipal de Combate à Corrupção de Vitória, Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Vitória, Fundo Municipal do Trabalho de Vitória, Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil de Vitória, Fundo Municipal de Educação Infantil e do Ensino Fundamental de Vitória.



1.2.4 Resultados das contas dos prefeitos nos últimos anos

Quadro 1 - Situação das contas dos chefes do Poder Executivo municipal

Exercício	Responsáveis	Processo TC	Parecer Prévio		
			Número	Data	Resultado
2022	Lorenzo Silva de Pazolini	03524/2023-1	00141/2023-2	07/12/2023	Aprovação
2021	Lorenzo Silva de Pazolini	06548/2022-3	00051/2023-3	18/05/2023	Aprovação
2020	Luciano Santos Rezende	02451/2021-7	00095/2022-8	13/10/2022	Aprovação
2019	Luciano Santos Rezende	02989/2020-1	00085/2021-6	30/09/2021	Aprovação
2019	Sergio de Sa Freitas	02989/2020-1	00085/2021-6	30/09/2021	Aprovação
2018	Sergio de Sa Freitas	08718/2019-1	00037/2021-7	20/05/2021	Aprovação
2018	Luciano Santos Rezende	08718/2019-1	00037/2021-7	20/05/2021	Aprovação
2017	Luciano Santos Rezende	03714/2018-6	00038/2020-3	23/07/2020	Aprovação com ressalva
2016	Luciano Santos Rezende	05199/2017-7	00122/2018-3	30/10/2018	Aprovação
2015	Luciano Santos Rezende	03832/2016-1	00126/2018-1	13/11/2018	Aprovação com ressalva
2014	Luciano Santos Rezende	03988/2015-1	00083/2016-1	25/10/2016	Aprovação
2013	Luciano Santos Rezende	02806/2014-1	00005/2017-9	21/02/2017	Aprovação com ressalva

Fonte: Sistema e-TCEES. Dados disponíveis em 27/06/2024.

1.3 Objetivo da apreciação

O objetivo principal da apreciação é avaliar a atuação do prefeito municipal no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas do Município, para ao final opinar pela emissão de parecer prévio dirigido à Câmara Municipal no sentido de aprovar, aprovar com ressalva ou rejeitar as contas prestadas.

1.4 Metodologia utilizada e limitações

A análise das contas do(a) chefe do Poder Executivo municipal observou as disposições contidas nos Capítulos II e III, do Título IV, do Regimento Interno do TCEES, aprovado pela Resolução TC 261 de 4 de junho de 2013 (RITCEES), bem como atendeu as diretrizes de que trata o art. 5º da Resolução TC 297/2016 e os pontos de controle definidos no Anexo 2 da referida Resolução, exceto quanto: avaliação da programação financeira e orçamentária e o cronograma de desembolso na forma estabelecida na LRF; impactos dos aportes para cobertura de déficit financeiro do Regime Próprio de Previdência Social na previsão e/ou afetação das metas de resultados fiscais; limitação de empenho e movimentação financeira nos casos em que a realização da receita possa não comportar o cumprimento das metas



fiscais de resultado primário ou nominal estabelecidas; aplicação dos recursos do Fundeb no exercício; comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos aos valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar; avaliação da transparência na gestão; e verificação da compatibilidade da gestão de recursos humanos com a política previdenciária.

Registra-se, por fim, dada a limitação de recursos humanos, o trabalho desenvolvido para fins de conclusão sobre as demonstrações contábeis consolidadas do município não foi de auditoria financeira ou revisão limitada de demonstrações, tratando-se somente de análise da conformidade das informações contábeis consolidadas, realizada por meio de conciliações entre os demonstrativos e relatórios que compõem a Prestação de Contas Anual do exercício.

1.5 Volume de recursos fiscalizados ou envolvidos

O volume de recursos envolvidos na ação de controle externo, observado nestes autos, corresponde a R\$ 6.920.537.173,06.

1.6 Benefícios estimados da apreciação

Os benefícios estimados da apreciação correspondem ao aumento da confiança nas demonstrações contábeis e fiscais das unidades jurisdicionadas; melhorando a fidedignidade, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade das informações apresentadas para fins de prestação de contas e, ainda, o asseguramento de que os resultados divulgados sejam efetivos e possam ser comprovados, ou seja, garantir que estejam suficientemente evidenciados, possibilitando o fomento do controle social.

1.7 Processos relacionados

Proc. TC 4.002/2023 (Auditoria operacional para avaliar a governança das políticas para a Primeira Infância); proc. TC 1.447/2023-5 (Levantamento Operação Educação - infraestrutura das unidades escolares); procs. TC 5.720/2023 e TC 5.721/2023 (Fiscalizações realizadas em decorrência do Levantamento da Operação Educação); e, proc. TC 4.932/2021 (Ciclo de monitoramento da Auditoria Operacional – Diabetes).



2. CONJUNTURA ECONÔMICA E FISCAL

Esta seção apresenta a conjuntura econômica que prevaleceu no ano 2023, em nível mundial, nacional e estadual. Expõe dados da economia do município, os aspectos socioeconômicos e o ambiente de negócios local. Mostra a visão geral da política fiscal (receita e despesa) municipal e do endividamento. Por fim, relata a situação geral da previdência. Vale registrar que os dados utilizados nesta seção foram obtidos em sites, publicações, consulta ao Painel de Controle do TCEES e ao sistema CidadES durante os meses de abril a junho de 2024, podendo sofrer ajustes após regular fiscalização desta Corte de Contas.

2.1 Conjuntura econômica mundial, nacional e estadual

A conjuntura econômica no ano de 2023, no país, no mundo e no Espírito Santo, bem como o comportamento das principais variáveis das finanças públicas do estado que impactaram a gestão financeira e orçamentária foram resumidamente o que segue:⁵

Expectativas 2023:

As expectativas iniciais para 2023, foram melhorando ao longo do ano. Para o PIB, projetava-se variação em torno de +0,80% e o resultado foi de +2,9%. A taxa de câmbio, com expectativa inicial de 5,27, fechou o ano em 4,84. A inflação, com expectativa de 5,31%, fechou o ano em 4,62%.

Economia Mundial:

Em nível mundial, o mundo apresentou uma desaceleração em 2023 em relação a 2022, principalmente a Zona do Euro e o Reino Unido. No Brasil, a balança comercial fechou 2023 com superávit recorde de US\$ 98,8 bilhões, com a liderança da agropecuária e da indústria extrativa. O valor exportado foi de US\$ 339,7 bilhões, um aumento de +1,7%, e as importações registraram US\$ 240,8 bilhões, com recuo de -11,7%, na comparação entre 2022 e 2023. A corrente de comércio (soma das exportações e importações) em 2023 (US\$ 580,5 bilhões) apresentou uma queda de -4,33% em relação a 2022 (US\$ 606,8 bilhões). O preço do barril do petróleo,

⁵ Extraído do capítulo 2 do relatório técnico das contas do governador de 2023 (proc. TC 3.441/2024).



importante *commodity* para o Espírito Santo, teve queda de -10,3% no preço *brent* e de -10,7% no preço *WTI*.

Economia nacional:

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 2,9% no acumulado de 2023, totalizando R\$ 10,9 trilhões, frente ao crescimento de 3% em 2022. A inflação do país medida pelo IPCA fechou 2023 em 4,62%, dentro do intervalo da meta da inflação determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3,25%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. A taxa Selic terminou o ano em 11,75% a.a., após começar o ano em 13,75% a.a. O Brasil terminou 2023 com taxa de desemprego de 7,4%.

Economia capixaba:

O PIB do Espírito Santo cresceu +5,7% em 2023 (Brasil: +2,9%), resultado maior que o observado em 2022 (+1,9% no ES e 3% no Brasil). A alta de preços também atingiu o estado e o IPCA na Região Metropolitana da Grande Vitória atingiu +5,10% no acumulado de 2023. A taxa de desocupação no Espírito Santo foi estimada em 5,2%, registrando decréscimo de -2,0 p.p. em relação ao 4º trimestre de 2022.

As exportações capixabas apresentaram variação de +4,44%, entre 2022 e 2023, enquanto as importações cresceram +3,34%. No Brasil, as exportações cresceram +1,66% e as importações caíram -11,67%. A participação do Espírito Santo nas exportações do país aumentou de 2,73% em 2022 para 2,81% em 2023, enquanto as importações cresceram de 3,48% para 4,07%, entre os mesmos períodos.

O minério continua como o principal produto de exportação do Espírito Santo, responsável por 31% do valor das exportações em 2023. O principal destino das exportações em 2023 continua sendo os Estados Unidos, com 30,0% das exportações capixabas. A principal origem das importações continua a China, com 29%.

A produção de petróleo e gás decresceu até 2022 no Espírito Santo após atingir um pico em 2016. Em 2023, a produção total reverteu as quedas observadas nos seis anos anteriores, mas, manteve-se num patamar diminuto, situando-se abaixo da produção do ano de 2010.



Finanças públicas do Estado do Espírito Santo:

A política fiscal (receitas e despesas) do Estado do Espírito Santo continuou equilibrada em 2023: a receita total alcançou R\$ 25,9 bilhões em 2023, um aumento nominal de +7,80% em relação a 2022 (e real de +3,04%), e a despesa total chegou a R\$ 25,1 bilhões em 2023 (+10,15% nominal e +5,29% real frente a 2022), resultando em um superávit orçamentário de R\$ 797,62 milhões para 2023 (-35,48% nominal e -38,33% real frente a 2022).

Ao se analisar a arrecadação mensal de 2023 com o mesmo mês de 2022, observa-se que o primeiro semestre de 2023 teve um desempenho bem pior do que o primeiro semestre de 2022 em comparação aos meses correspondentes no ano de 2022, situação que mudou radicalmente no segundo semestre de 2023, quando iniciaram as compensações pelas perdas da redução das alíquotas do ICMS promovida pela Lei Complementar nº 194/2022⁶.

As receitas próprias do Estado responderam por 69% do total e as receitas de transferências da União equivaleram a 21% em 2023. O ICMS é o principal componente da receita própria estadual, com R\$ 10,7 bilhões arrecadados em 2023. Entre as receitas de transferências da União, os FPE+IPI+CIDE se destacaram com R\$ 2,39 bilhões. Entre as despesas, destaca-se a despesa com investimentos com um surpreendente salto em 2022 e em 2023, ultrapassando a casa dos R\$ 3 bilhões, em contraste com o valor de 2019, abaixo de R\$ 1 bilhão, representando um aumento de 300% no período.

A gestão fiscal do governo do ES apresentou resultado primário negativo em 2023 após oito anos seguidos (2015-2022) de superávit. Mais uma vez, o Estado do Espírito Santo alcançou nota A na Capag⁷. Em 2023, a Dívida Consolidada (bruta) estadual reduziu para 33,72% da Receita Corrente Líquida ajustada em relação a 2022 (era 34,22%), enquanto a Dívida Consolidada Líquida, que é o parâmetro utilizado pela LRF para o limite (200%), atingiu -6,64% da RCL ajustada (negativa pelo terceiro ano

⁶ A LC nº 194/2022 estabeleceu a essencialidade dos combustíveis, do gás natural, da energia elétrica, das comunicações e do transporte coletivo, regulando a taxa excessiva do ICMS.

⁷ A nota é atribuída com base em três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez.



seguido)⁸. A disponibilidade líquida de caixa do Governo capixaba em 2023 alcançou 31% da RCL (quinta melhor posição no Brasil).

2.2 Economia municipal

A composição setorial da economia do município de Vitória no ano de 2021⁹ reflete a proporção de cada atividade econômica no PIB (Produto Interno Bruto) do município, apresentando quais setores tiveram participações significativas. O setor serviços teve maior peso disparado (54%), seguido pela indústria (38%) e administração pública (8%). A agropecuária (0%) praticamente não teve participação. Entre 2010 e 2021, o setor de serviços sempre apresentou o maior valor agregado para a economia local.

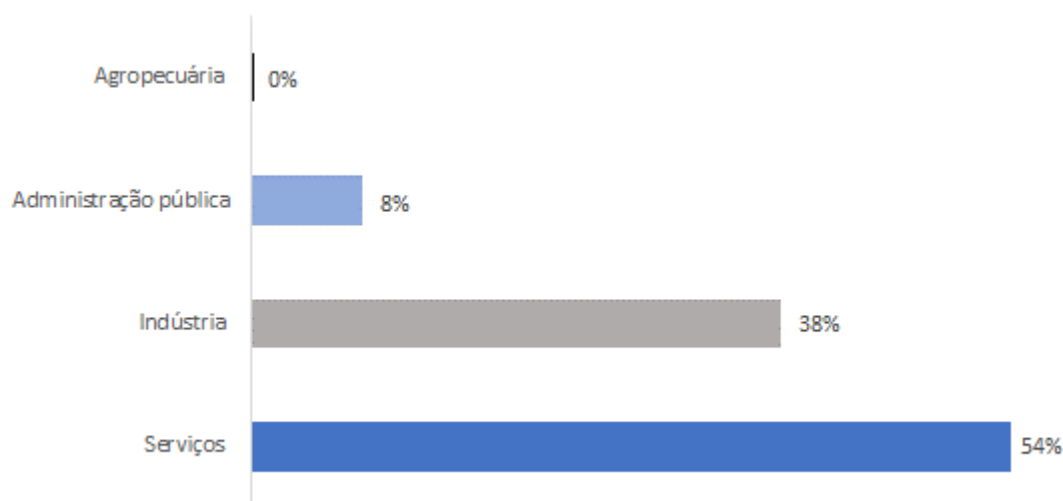


Gráfico 1: Composição setorial do PIB - Vitória (2021)

Fonte: IBGE Cidades

⁸ O percentual negativo da DCL sobre a RCL ajustada significa que o Estado possui caixa e haveres financeiros suficientes para arcar com sua dívida bruta.

⁹ Último ano divulgado pelo IBGE.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

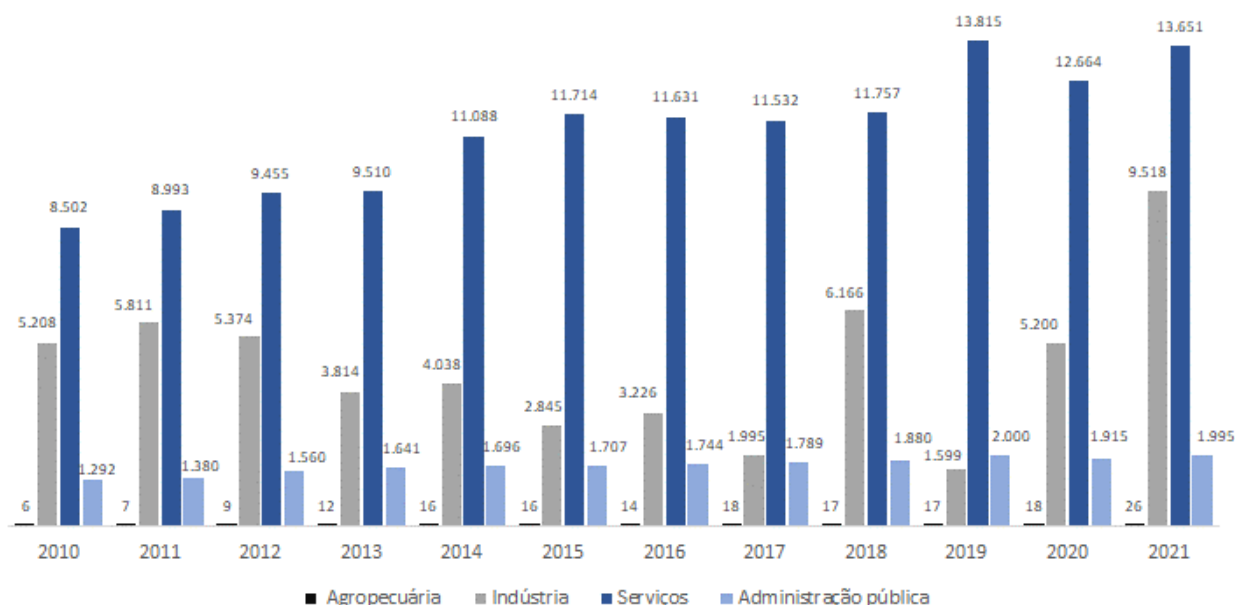


Gráfico 2: Evolução da participação da atividade econômica – Vitória (em R\$ milhões - a preços correntes)

Fonte: IBGE Cidades

O Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Município mostra a admissão de 75.249 empregados e 68.027 desligamentos, resultando num saldo positivo de 7.222 empregos formais em 2023¹⁰.

O ambiente de negócios é fator fundamental para a atratividade de empreendedores e o desenvolvimento da economia. Quanto mais favorável o ambiente, maior a probabilidade de geração de riqueza, ocasionando mais renda, empregos, confiança dos empresários e mais tributos arrecadados. As ações governamentais têm grande impacto no ambiente de negócios de um município.

¹⁰ Fonte: Micro dados do Caged – Ministério do Trabalho e do Emprego. Elaboração: [Observatório da Indústria..](#)



O Índice de Ambiente de Negócios (IAN)¹¹ do município de Vitória atingiu 7,7 em 2023, ocupando a 1ª posição no seu *cluster*¹² (maior IAN do *cluster*: 7,71; menor IAN: 5,92). Esse resultado está correlacionado com o desempenho dos quatro eixos de avaliação:

- No eixo de “infraestrutura”, a pontuação foi de 8,1, ocupando a 1ª posição no *cluster*;
- No eixo de “potencial de mercado”, a pontuação foi de 8,2, ocupando a 1ª posição no *cluster*;
- No eixo de “capital humano”, a pontuação foi de 7,4, ocupando a 1ª posição no *cluster*;
- No eixo de “gestão pública”, a pontuação foi de 7,1, ocupando a 1ª posição no *cluster*.

A nota do IAN de 2023 apresentou estagnação frente ao ano de 2022. Isso coloca Vitória na 1ª posição em relação aos 7 municípios que compõem a Região Metropolitana (Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória) e na 1ª posição no estado.

A Figura a seguir mostra a evolução do IAN do município e seus eixos.

¹¹ IAN é o Indicador de ambiente de negócios elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies) da Findes (Federação das Indústrias do Espírito Santo). Foi construído com base em 39 indicadores e organizado em 4 eixos: infraestrutura (base para que as variadas atividades econômicas possam funcionar), potencial de mercado (dinamismo da economia em uma localidade), capital humano (habilidades que favorecem o desenvolvimento de atividades inovadoras) e gestão pública (capacidade do município de cumprir suas obrigações de forma sustentável, sem ultrapassar limites indicados por lei e fornecer os melhores serviços públicos para a população local). O IAN permite um panorama geral do ambiente de negócios do município e auxilia o gestor público a elaborar estratégias de melhoria da qualidade das políticas públicas que afetam o seu território. Fonte: [Observatório da Indústria](#).

¹² *Cluster* é o conjunto de municípios com características semelhantes em termos de população, microrregião, Índice de Gini e IDHM. O *cluster* de Vitória é composto por: Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

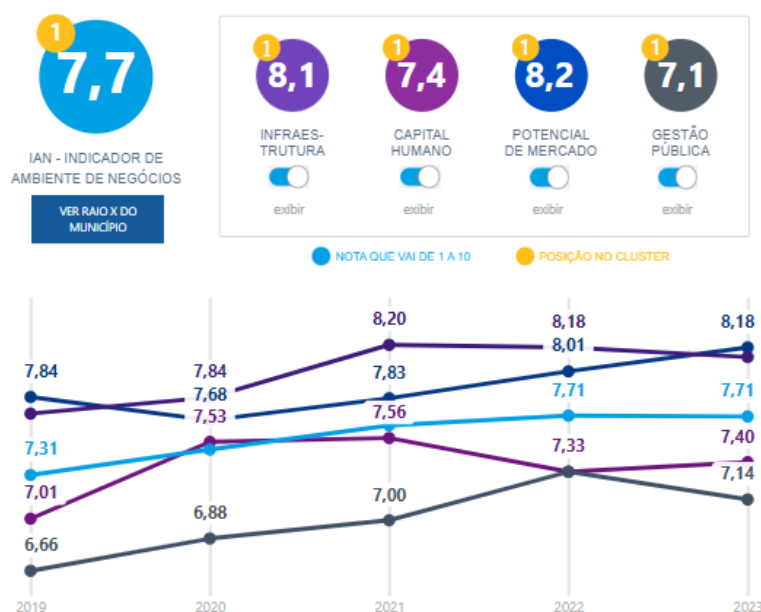


Figura 3: Evolução do IAN e seus eixos – Vitória – 2019/2023

Fonte: [Observatório da Indústria](#)

Dando ênfase ao aspecto socioeconômico, vale a pena destacar o IDHM¹³ (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de Vitória. Do censo de 1991, passando por 2000 e chegando no de 2010, o município saiu de um índice de 0,644, passou por 0,759 e chegou em 0,845, obtendo, respectivamente, a classificação “médio”, “alto” e “muito alto” desenvolvimento humano.

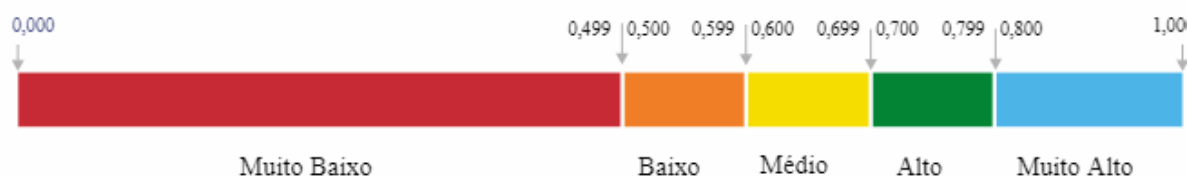


Figura 4: Classificações do IDHM

Fonte: Atlas Brasil

Esses resultados indicam que, ainda que o município possua diversos pontos a serem aperfeiçoados, seu desenvolvimento humano, ou seja, combinações de renda,

¹³ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.



educação e longevidade¹⁴, teve evolução considerável, refletindo em melhoras nas condições de vida no município em 20 anos.

Outro indicador importante é o Índice de Gini, que afere o grau de concentração de renda num grupo¹⁵. Observando-se os resultados entre os censos de 1991, 2000 e 2010¹⁶, Vitória obteve 0,58, 0,60 e 0,60, respectivamente, ou seja, não houve melhora na distribuição de renda da população, agravando-se em 20 anos. O índice de Gini de 2010 de Vitória é o maior (juntamente com São Gabriel da Palha) entre os 78 municípios capixabas.

O salário médio mensal dos trabalhadores formais¹⁷ no município foi de 4,0 salários mínimos em 2021. Isso coloca o município como líder no estado¹⁸, conforme a Tabela a seguir.

¹⁴ Fonte: [PNUD](#).

¹⁵ O Índice de Gini aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Em suma: quanto mais próximo de zero, menor a concentração de renda e quanto mais próximo de um, maior a concentração de renda.

¹⁶ Fonte: Atlas Brasil.

¹⁷ Trabalhadores formais são: empregados contratados por empregadores, pessoa física ou jurídica, sob o regime da CLT, por prazo indeterminado ou determinado, inclusive a título de experiência; servidores públicos das três esferas; trabalhadores avulsos; empregados de cartórios extrajudiciais; trabalhadores temporários.

¹⁸ A média entre os 78 municípios capixabas é de 1,9 salário mínimo. Vitória é líder distante com 4,0 salários mínimos mensais em média, seguida de Aracruz com 2,9. Ponto Belo está sozinho na última colocação com 1,5.


Tabela 1 - Média mensal de salários mínimos - trabalhadores formais - 2021

Município	Salário	Município	Salário	Município	Salário
Vitória	4,0	Divino de São Lourenço	1,9	Mimoso do Sul	1,8
Aracruz	2,9	Domingos Martins	1,9	Muqui	1,8
Anchieta	2,7	Fundão	1,9	Pedro Canário	1,8
Iconha	2,7	Ibitirama	1,9	São Gabriel da Palha	1,8
São Domingos do Norte	2,5	Jaguaré	1,9	Sooretama	1,8
Serra	2,5	Mantenópolis	1,9	Vargem Alta	1,8
Itapemirim	2,4	Marataízes	1,9	Afonso Cláudio	1,7
Linhares	2,2	Montanha	1,9	Atilio Vivacqua	1,7
Pinheiros	2,2	Nova Venécia	1,9	Baixo Guandu	1,7
Presidente Kennedy	2,2	Rio Bananal	1,9	Castelo	1,7
Viana	2,2	Rio Novo do Sul	1,9	Dores do Rio Preto	1,7
Cachoeiro de Itapemirim	2,1	Santa Maria de Jetibá	1,9	Ibiraçu	1,7
João Neiva	2,1	Venda Nova do Imigrante	1,9	Itaguaçu	1,7
Muniz Freire	2,1	Águia Branca	1,8	Laranja da Terra	1,7
Piúma	2,1	Barra de São Francisco	1,8	Pancas	1,7
Santa Teresa	2,1	Boa Esperança	1,8	São José do Calçado	1,7
Vila Velha	2,1	Brejetuba	1,8	Vila Pavão	1,7
Água Doce do Norte	2,0	Conceição do Castelo	1,8	Vila Valério	1,7
Alegre	2,0	Ecoporanga	1,8	Alto Rio Novo	1,6
Cariacica	2,0	Governador Lindenberg	1,8	Apiacá	1,6
Colatina	2,0	Guarapari	1,8	Bom Jesus do Norte	1,6
Ibatiba	2,0	Irupi	1,8	Guaçuí	1,6
Santa Leopoldina	2,0	Itarana	1,8	Marilândia	1,6
São Mateus	2,0	Lúna	1,8	Mucurici	1,6
Alfredo Chaves	1,9	Jerônimo Monteiro	1,8	São Roque do Canaã	1,6
Conceição da Barra	1,9	Marechal Floriano	1,8	Ponto Belo	1,5

Fonte: IBGE

2.3 Finanças públicas

2.3.1 Política fiscal

A política fiscal tem como objetivo principal garantir a sustentabilidade financeira do respectivo ente federado, visando assegurar o financiamento das políticas públicas e sua capacidade de arcar com o serviço da dívida e demais compromissos financeiros no curto e longo prazos.

Isso significa garantir, principalmente, o equilíbrio entre receitas e despesas, bem como evitar que se ampliem os riscos de que venha a ocorrer desequilíbrio em exercícios subsequentes. A LRF estabelece em seu artigo 1º, § 1º, que:

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições (...)



A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as metas de resultado primário e nominal para o exercício e, em seu anexo de riscos fiscais, os eventos que podem comprometer o alcance das metas e o cumprimento dos limites legais, bem como as medidas para mitigar o efeito dos riscos.

A sustentabilidade financeira depende, portanto, de uma política fiscal prudente, na qual as despesas públicas recorrentes sejam financiadas pelas receitas igualmente recorrentes. E que sejam adotadas as medidas necessárias para que os choques provocados pela ocorrência de eventos que, inesperadamente, reduzam a receita ou aumentem as despesas possam ser absorvidos sem afetar a execução das políticas públicas essenciais. O equilíbrio de longo prazo nas contas públicas é condição necessária para o desenvolvimento sustentável e a produção de riqueza coletiva.

A política fiscal do município de Vitória nos últimos anos caracterizou-se por um montante arrecadado superior às despesas compromissadas, alcançando em 2023 os montantes de R\$ 3,2 bilhões (1º no *ranking* estadual) e R\$ 2,8 bilhões (1º no *ranking* estadual), respectivamente. A cada ano, o Município aumentou nominalmente o montante arrecadado. Contudo, em termos reais, houve queda da arrecadação em 2021 (-3,25%) em relação ao ano anterior, e significativo aumento em 2023 (+16,75%), na mesma base de comparação.

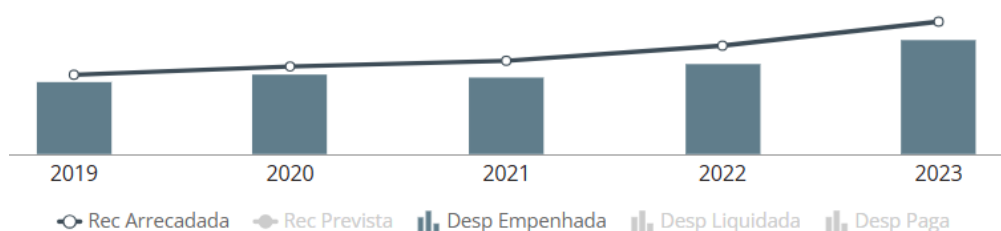


Gráfico 3: Evolução da receita arrecadada e da despesa empenhada – 2019/2023 (em R\$ a preços correntes)

Fonte: Painel de Controle do TCE-ES



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

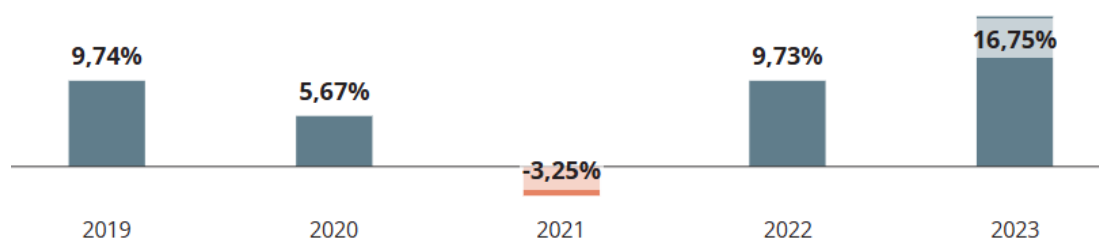


Gráfico 4: Variação real da receita arrecadada em relação ao ano anterior – 2019/2023 (atualizado pelo IPCA)

Fonte: Painel de Controle do TCE-ES

A composição da receita arrecadada em 2023 mostra que a principal fonte de arrecadação foram as Receitas próprias (52%) com R\$ 1,7 bilhão, seguida das Transferências do Estado (20%) com R\$ 630,7 milhões e das Transferências da União (14%) com R\$ 441,2 milhões. As principais receitas nessas origens são respectivamente: o ISS (R\$ 751,88 milhões), o ICMS (R\$ 537,05 milhões) e o FPM (R\$ 265,59 milhões).

Receitas próprias do Município em destaque		Transferências do Estado em destaque		Transferências da União em destaque	
	IPTU 113,55M		ICMS 537,05M		FPM 265,59M
	ITBI 78,22M		IPVA 62,11M		Convênios 0,00
	ISS 751,88M		Petróleo 13,21M		Petróleo 28,02M
			Convênios 974,81K		

Figura 5: Receitas de destaque por origem – 2023

Fonte: Painel de Controle do TCE-ES

As despesas do Município cresceram nominalmente nos últimos anos (exceto 2021). A variação real da despesa paga em relação ao ano anterior mostra um considerável aumento em 2023 (21,22%), apresentando expressiva queda em 2021 (-16,55%) na mesma base de comparação.

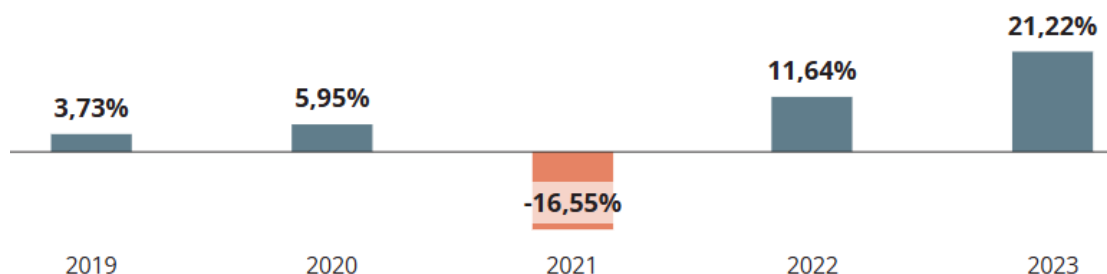


Gráfico 5: Variação real da despesa paga em relação ao ano anterior – 2019/2023 (atualizado pelo IPCA)

Fonte: Painel de Controle do TCE-ES



Considerando a natureza econômica da despesa, do total de despesa liquidada em 2023 (R\$ 2,6 bilhões), 87,6% foi destinado para despesas correntes (R\$ 2,3 bilhão) e 12,4% para despesas de capital (R\$ 317,9 milhões). O maior gasto com despesa corrente é “pessoal e encargos sociais” (58,4%), enquanto os gastos com investimentos correspondem a 83,9% da despesa de capital, com destaque para “obras e instalações” (R\$ 206,7 milhões).



Gráfico 6: Gastos com “obras e instalações” – 2019/2023 (atualizado pelo IPCA)

Fonte: Painel de Controle do TCE-ES

Considerando a despesa por função, o Município direcionou, 27% para Educação, 20% para Outras Despesas, 16% para Saúde, 16% para Urbanismo, 15% para Previdência Social e 7% para Administração.

O resultado orçamentário do Município em 2023 foi superavitário em R\$ 426,5 milhões (1º no *ranking* estadual), menor que o de 2022 (R\$ 441,6 milhões).

No campo fiscal, o Resultado Primário¹⁹ possibilita uma avaliação do impacto da política fiscal em execução por um município. Em 2023, o Município apresentou superávit primário de R\$ 182,03 milhões, acima da meta estabelecida (R\$ 255,12 milhões, negativa). Mês a mês, o Município conseguiu “economia” de recursos na execução orçamentária em 2023, conforme gráfico a seguir.

¹⁹ Resultado obtido a partir do cotejo entre receitas e despesas orçamentárias de um dado período que impactam efetivamente a dívida estatal. O resultado primário pode ser entendido, então, como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

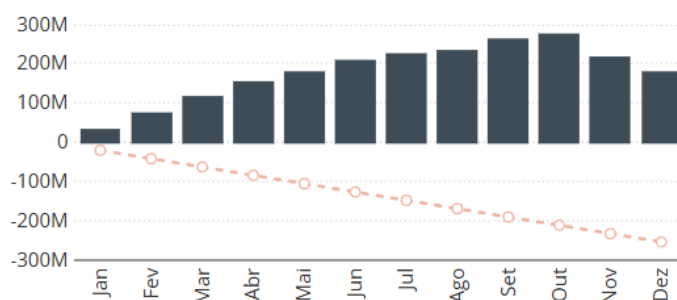


Gráfico 7: Resultado primário acumulado até o mês - 2023 (em R\$ a preços correntes)

Fonte: Cidades/TCE-ES

2.3.2 Capacidade de pagamento (Capag)

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) analisa a capacidade de pagamento para apurar a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União. O intuito da Capag é apresentar se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional e subsidia a decisão da União quanto a conceder ou não aval para a realização de operações de crédito.

Apenas os estados e municípios com nota A ou B na Capag estão aptos a obter o aval da União. A nota é atribuída com base em três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez²⁰. Logo, avaliando o grau de solvência, a relação entre receitas e despesa correntes e a situação de caixa, faz-se diagnóstico da saúde fiscal do ente federativo. A última nota²¹ disponível ao município de Vitória foi A.

2.3.3 Dívida pública

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) elegeu o controle do endividamento público como um dos principais focos de uma gestão fiscalmente responsável. A Dívida Bruta (ou Consolidada) do município de Vitória alcançou R\$ 366,4 milhões em 2023. Deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais

²⁰ O endividamento é a relação entre a Dívida Consolidada (bruta) e a Receita Corrente Líquida. A poupança corrente é a divisão da despesa corrente pela receita corrente ajustada. E o índice de liquidez, a relação entre as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa.

²¹ Disponível em: [Painel de Controle](#).



haveres financeiros, no total de R\$ 1,8 bilhão, tem-se a Dívida Consolidada Líquida (DCL) no montante de R\$ 1,4 bilhão, negativa.

A DCL negativa significa que o Município tem uma situação financeira que suporta o seu endividamento (suas disponibilidades de caixa, acrescidas de suas aplicações financeiras e de seus demais haveres financeiros são superiores e suficientes para fazer frente ao pagamento de sua dívida consolidada), mesmo considerando os compromissos assumidos a vencer em exercícios seguintes (restos a pagar processados). Mês a mês, o Município apresentou uma DCL negativa em 2023, conforme gráfico a seguir:

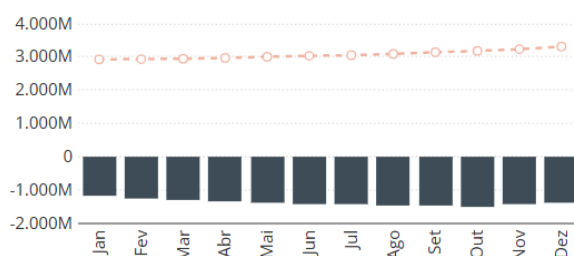


Gráfico 8: Dívida Consolidada Líquida acumulada até o mês - 2023 (em R\$ a preços correntes)

Fonte: Cidades/TCE-ES

2.4 Previdência

O município de Vitória possui segregação de massa. A segregação de massas é a separação dos integrantes do regime próprio em dois grupos. Um grupo faz parte do Fundo Financeiro (regime financeiro de repartição simples) e o outro faz parte do Fundo Previdenciário (regime financeiro de capitalização). O Instituto de Previdência do município administra o regime.

O **Fundo Financeiro**, naturalmente deficitário, apresentou, em 2023, um passivo atuarial de R\$ 5,55 bilhões que, frente a R\$ 605,81 milhões de ativos do plano, resultou num déficit atuarial de R\$ 4,95 bilhões. Em 2023, o índice de cobertura de 0,11 manteve o baixo patamar dos anos anteriores e ainda se encontra em situação delicada e denota que a previdência não possui ativos suficientes para cobrir seus compromissos previdenciários, o que exige cautela. O Fundo Financeiro possui, em 2023, 5.284 servidores ativos (que vem caindo), 4.904 aposentados (que vem aumentando) e 1.142 pensionistas. A relação entre servidores ativos e inativos



(aposentados e pensionistas) vem piorando e mostra uma situação crítica²² em 2023 (0,87). O Índice de Situação Previdenciária (ISP)²³ de 2023 manteve a mesma classificação em relação a 2022 (B), mas com uma piora na “gestão e transparência” (de A para B).

O **Fundo Previdenciário**, naturalmente superavitário, apresentou, em 2023, um passivo atuarial de R\$ 120,67 milhões que, frente a R\$ 401,98 milhões de ativos do plano, resultou num superávit de R\$ 281,31 milhões. Em 2023, o índice de cobertura de 3,33 diminuiu em relação a 2022 (3,37), mas denota ainda que a previdência possui ativos suficientes para cobrir seus compromissos previdenciários. O Fundo Previdenciário possui, em 2023, 2.738 servidores ativos (que diminuiu em relação a 2022), 35 aposentados e 28 pensionistas. A relação entre servidores ativos e inativos (aposentados e pensionistas) se mantém alta e mostra uma situação confortável²⁴ em 2023 (43,46). O Índice de Situação Previdenciária (ISP)²⁵ de 2023 manteve a mesma classificação em relação a 2022 (B), mas com uma piora na “gestão e transparência” (de A para B).

3. CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

3.1 Instrumentos de planejamento

De acordo com o art. 165 da Constituição da República, são três os instrumentos de planejamento utilizados pelo poder público: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

O § 1º do mesmo artigo tratou de estabelecer a estrutura e o conteúdo básico do PPA, qual seja, que de forma regionalizada, contenha as **diretrizes, objetivos e metas** da administração pública para as **despesas de capital** e outras delas decorrentes e para

²² Considera-se crítico o resultado até 3.

²³ A classificação do ISP é determinada com base na análise dos seguintes indicadores, relacionados aos seguintes aspectos: 1) Gestão e transparência: Indicador de Regularidade, Indicador de Envio de Informações e Indicador de Modernização da Gestão; 2) Situação financeira: Indicador de Suficiência Financeira e Indicador de Acumulação de Recursos; 3) Situação atuarial: Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários.

²⁴ Considera-se confortável o resultado acima de 10.

²⁵ A classificação do ISP é determinada com base na análise dos seguintes indicadores, relacionados aos seguintes aspectos: 1) Gestão e transparência: Indicador de Regularidade, Indicador de Envio de Informações e Indicador de Modernização da Gestão; 2) Situação financeira: Indicador de Suficiência Financeira e Indicador de Acumulação de Recursos; 3) Situação atuarial: Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários.



as relativas aos **programas de duração continuada**. A elaboração do plano é de competência do Poder Executivo, e a discussão, deliberação e aprovação cabe ao Poder Legislativo. A abrangência do PPA é de quatro anos, portanto, de **médio** prazo, e inclui os três próximos anos da legislatura do gestor que apresenta a proposta do PPA e o primeiro ano da legislatura do próximo governante.

O PPA deverá conter a previsão, para os próximos quatro anos, de todas as receitas anuais e todas as despesas previstas para os programas de trabalho (conjunto de ações) a serem realizados e, a partir deste plano, serão elaboradas a LDO e LOA. É passível de revisão, sendo que a mesma, quando necessária, deve anteceder a elaboração da LDO e da LOA, guardando assim correlação entre os instrumentos.

Cabe destacar, em síntese, a necessidade de os três instrumentos de planejamento operarem em concordância, cabendo ao PPA fixar, em médio prazo, diretrizes, objetivos e metas para administração pública (art. 165, § 1º); à LDO cabe dispor sobre prioridades e metas contidas no PPA (art. 165, § 2º), para cada exercício financeiro; e à LOA conter a programação orçamentária dos órgãos e entidades do governo (art. 165, § 5º) para cada exercício financeiro. A Constituição prevê que as emendas à LDO e à LOA só podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o PPA (art. 166, § 3º, inc. I, e art. 166, § 4º).

Quanto à LDO, as suas atribuições, estabelecidas no art. 165 da Constituição da República, dizem respeito à definição de **metas e prioridades** da administração pública, orientando assim o processo de elaboração da LOA.

Por seu turno, a LOA contém a previsão da receita e todos os programas de trabalho e ações de governo, discriminando os projetos e atividades correlatos, a serem executados no exercício financeiro a que se refere. A LOA abrange, na forma da Constituição da República, três orçamentos: o **fiscal** (Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público), o de **investimentos** (empresas em que o poder público detém a maioria do capital social com direito a votos) e o da **seguridade social** (entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público).



Neste sentido, na forma do § 1º do art. 165 da Constituição da República, verificou-se que o PPA do Município vigente para o exercício em análise, é o estabelecido pela Lei nº 9801/2021.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei 9865/2022, elaborada nos termos do § 2º, do art. 165 da CF/88, compreendendo as metas e prioridades do Município, dispôs sobre a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), definindo os programas prioritários de governo e estabelecendo, dentre outras diretrizes, os riscos e metas fiscais a serem observados na execução orçamentária.

Por sua vez, a LOA do Município, Lei 9901/2022, estimou a receita em R\$ 2.788.392.266,00 e fixou a despesa em R\$ 2.788.392.266,00 para o exercício em análise, admitindo a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de R\$ 836.517.679,80, conforme art. 7º e 8º da Lei Orçamentária Anual.

3.2 Gestão orçamentária

3.2.1 Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

3.2.1.1 Programas prioritários – LDO e LOA

Neste item objetiva-se verificar o cumprimento do disposto no art. 165, § 2º da Constituição da República, mais especificamente, sobre o estabelecimento de metas e prioridades na LDO, em consonância com PPA e com vistas a direcionar a LOA.

Para tal, verificou-se se a LDO contém priorização de programas e respectivas ações para o exercício sob análise e se os mesmos foram inseridos na LOA, bem como a execução e, o quanto está aderente ao que foi previsto na LDO, em termos de execução orçamentária e financeira (percentual de execução).

Nesse sentido, de acordo com o PPA, foram inseridos 37 programas e 159 ações a serem executados entre 2022 e 2025.

Os programas de governo previstos no orçamento de 2023 e respectiva realização são os seguintes (inclusos no PPA):


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

Tabela 2 - Programas de governo previstos

Valores em reais

Programas de Governo - PPA	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas	% Execução
0000 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	170.325.884,35	141.634.139,81	83,15
0001 - EDUCAR PARA VITORIA	298.312.043,51	242.657.921,90	81,34
0002 - CONECTAVIX: EDUCACAO INOVADORA	8.072.164,00	5.846.187,37	72,42
0003 - VITORIA SAUDE	133.820.371,62	91.675.514,78	68,51
0004 - SAUDE DIGITAL, INOVACAO E TECNOLOGIA	26.006.074,00	5.191.278,38	19,96
0005 - EDIFICACOES SEMUS	63.758.598,00	39.254.276,13	61,57
0006 - VITORIA DO SUAS	63.333.653,43	59.572.900,46	94,06
0007 - POTENCIALIZACAO DA SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	12.503.556,00	9.531.344,89	76,23
0008 - VITORIA DA SEGURANCA E LIBERDADE	54.629.555,34	10.403.238,60	19,04
0009 - VITORIA DO TRABALHO E DA GERACAO DE RENDA	8.296.565,00	106.608,20	1,28
0010 - VITORIA DOS DIREITOS HUMANOS	5.094.469,10	2.256.197,31	44,29
0011 - PROCON PARA TODOS	15.587.753,00	8.618.763,99	55,29
0012 - VITORIA EM ACAO	233.208.845,00	197.102.108,52	84,52
0013 - MOBILIDADE URBANA INTEGRADA	62.893.703,00	41.171.824,72	65,46
0014 - DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E HABITACAO	186.997.031,00	104.311.675,37	55,78
0015 - URBANIZACAO INTEGRADA E DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NAS POLIGONAIS	13.577.636,10	3.677.596,39	27,09
0016 - VITORIA DAS AGUAS E ENCOSTAS SEGURAS	45.831.918,00	22.018.919,38	48,04
0017 - EDIFICACOES PUBLICAS MODERNAS E EFICIENTES	41.391.748,40	16.520.361,39	39,91
0018 - VITORIA + VERDE	60.364.029,00	45.051.470,71	74,63
0019 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	3.464.276,00	593.624,96	17,14
0020 - CIDADANIA AMBIENTAL	4.443.419,00	2.282.586,00	51,37
0021 - VITORIA MAIS CULTURA E PAZ	27.447.026,91	14.927.262,22	54,39
0022 - ESPORTE E VITORIA	10.569.709,00	5.523.745,89	52,26
0023 - GESTAO MODERNA E EFICIENTE	22.440.044,00	14.478.774,82	64,52
0024 - MODERNIZACAO DA GESTAO DE PESSOAS	854.000,00	159.963,14	18,73
0025 - APOIO ADMINISTRATIVO - PMV	1.059.875.568,25	1.016.072.009,68	95,87
0026 - GESTAO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	20.654.457,00	12.039.188,66	58,29
0027 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO MAIS PARTICIPATIVA E CONECTADA AO CIDADAO	33.145.552,00	27.775.054,32	83,80
0028 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO, TRANSPARENCIA E INTEGRIDADE	184.428,00	42.240,64	22,90
0029 - APOIO A ATUACAO LEGISLATIVA	41.946.000,00	32.661.560,22	77,87
0030 - CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVACAO E EMPREENDEDORISMO	2.104.291,00	1.761.793,79	83,72
0031 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E NOVOS NEGOCIOS	972.000,00	662.931,63	68,20
0032 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	13.934.329,00	6.873.039,71	49,32
0033 - APOIO ADMINISTRATIVO - CDTIV	9.631.309,00	8.444.215,20	87,67
0034 - GESTAO PREVIDENCIARIA - IPAMV	418.122.190,00	369.211.743,57	88,30
0035 - APOIO ADMINISTRATIVO - IPAMV	11.180.000,00	5.790.595,65	51,79
9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA	51.880.938,00	0,00	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – PPAPROG, PPAPROGATZ, LOAPROGCONS, PROGEXTCONS e Tabulação: Controle da Despesa por Dotação



Em análise à LDO encaminhada ao TCEES, não foi observada relação de programas e ações de governo previstos no PPA prioritários em 2023 (**Apêndice K**).

Assim, considerando-se que não há indicativo de desequilíbrio nas contas, que dos 37 programas 32 tiveram execução abaixo de 85% do previsto e tendo em vista as evidências de ausência de definição das prioridades da administração na LDO, propõe-se a **ciência** do atual chefe do Poder Executivo por descumprimento do art. 165, §§ 2º e 10º da Constituição da República.

3.2.1.2 Programas de duração continuada – PPA e LOA

A Constituição prevê que as alterações e emendas à LDO e à LOA só podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o PPA (art. 166, § 3º, inc. I, e art. 166, § 4º).

Desta forma, como requisito de compatibilidade entre PPA e LOA, neste tópico buscou-se identificar se houve inclusão na LOA de programas de duração continuada e respectivas ações não previstos no PPA.

Conforme tabela abaixo, não foram identificados programas de duração continuada incluídos na LOA sem que tivessem sido previstos no PPA.

Tabela 3 - Programas de Duração Continuada (LOA)

Valores em reais

Programas de Duração Continuada – LOA	Dotação Inicial - LOA	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – PPAPROG, PPAPROGATZ, LOAPROGCONS, PROGEXTCONS e Tabulação: Controle da Despesa por Dotação

Verificou-se que não há evidências de incompatibilidade entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), no que se refere aos programas de duração continuada.

3.2.1.3 Autorizações da despesa orçamentária

Constatou-se que, no decorrer da execução orçamentária, ocorreu abertura de créditos adicionais, conforme demonstrado:


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

Tabela 4 - Créditos adicionais abertos no exercício

Valores em reais

Leis	Créditos adicionais suplementares	Créditos adicionais especiais	Créditos adicionais extraordinários	Total
10004/2023-LDO	0,00	73.108,00	0,00	73.108,00
9901/2022-LOA	909.180.275,94	0,00	0,00	909.180.275,94
9910/2023-LDO	0,00	17.000.000,00	0,00	17.000.000,00
9928/2023-LDO	0,00	334.181,00	0,00	334.181,00
9988/2023-LDO	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
Total	909.180.275,94	17.432.289,00	0,00	926.612.564,94

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – Tabulação: Controle do Demonstrativo dos Créditos Adicionais

De acordo com a dotação inicial e as movimentações de créditos orçamentários, constata-se que houve alteração na dotação inicial no valor de R\$ 448.462.869,01 conforme segue.

Tabela 5 - Despesa total fixada

Valores em reais

(=) Dotação inicial BALEXOD	2.788.392.266,00
(+) Créditos adicionais suplementares (Controle do DEMCAD)	909.180.275,94
(+) Créditos adicionais especiais (Controle do DEMCAD)	17.432.289,00
(+) Créditos adicionais extraordinários (Controle do DEMCAD)	0,00
(-) Anulação de dotações (DEMCAD)	478.149.695,93
(=) Dotação atualizada apurada (a)	3.236.855.135,01
(=) Dotação atualizada BALEXOD (b)	3.236.855.135,01
(=) Divergência (c) = (a) – (b)	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 – PCM/2023 – Tabulações: Controle do Demonstrativo dos Créditos Adicionais e Controle da Despesa por Dotação

Verifica-se que as fontes para abertura dos créditos adicionais foram as seguintes:

Tabela 6 - Fontes de Créditos Adicionais

Valores em reais

Anulação de dotação	478.149.695,93
Excesso de arrecadação	30.810.681,47
Superávit financeiro do exercício anterior	417.652.187,54
Operações de Crédito	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Recursos sem despesas correspondentes	0,00
Dotação Transferida	0,00
Total	926.612.564,94

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Tabulação: Controle do Demonstrativo dos Créditos Adicionais

Considerando que a autorização contida na LOA para abertura de créditos adicionais suplementares foi de R\$ 836.517.679,80 e a efetiva abertura foi de R\$ 491.528.088,40, constata-se o cumprimento à autorização estipulada na LOA para abertura de créditos adicionais suplementares.



Ao realizar uma análise individualizada por fonte de recursos, conforme tabela seguinte, verificou-se que há insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional, proveniente de excesso de arrecadação, na fonte de recursos não vinculado 5000000. Entretanto, o superávit financeiro do exercício anterior, dessa mesma fonte, é suficiente para cobrir os créditos adicionais abertos, o que mitiga a irregularidade, considerando-se ainda o art. 126 da Resolução TC nº 261/2013.

Verifica-se, ainda, que há insuficiência de recursos para a abertura de crédito adicional proveniente do superávit financeiro do exercício anterior, nas fontes de recursos 571 e 759, no entanto, a fonte de recursos não vinculado 5000000 registrou superavit financeiro do exercício anterior em montante suficiente para cobrir os créditos adicionais abertos.

Tabela 7 - Fontes de Créditos Adicionais x Fontes de Recursos **Valores em reais**

Fontes de Recursos	Abertura de Créditos Adicionais		Excesso de Arrecadação		Superávit Financeiro do Exercício Anterior	
	Excesso de Arrec. (a)	Superávit Financ. Exerc. Anterior (b)	Apurado (c)	Sufic./ Insufic. (d)=(c)-(a)	Apurado (e)	Sufic./ Insufic. (f)=(e)-(b)
5000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	15.252.500,00	302.103.680,63	-561.806.909,41	-15.252.500,00	838.662.297,53	536.558.616,90
5000025 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	4.053.900,41	0,00	479.693.379,61	475.639.479,20	14.276.233,21	0,00
550 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.980.000,00	11.700.000,00	7.401.643,59	5.421.643,59	24.750.621,25	13.050.621,25
552 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	791.245,00	1.071.499,00	1.738.433,59	947.188,59	1.071.499,96	0,96
570 - TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	15.740,97	2.701,83	0,00	32.149,39	16.408,42


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

Fontes de Recursos	Abertura de Créditos Adicionais		Excesso de Arrecadação		Superávit Financeiro do Exercício Anterior	
	Excesso de Arrec. (a)	Superávit Financ. Exerc. Anterior (b)	Apurado (c)	Sufic./ Insufic. (d)=(c)-(a)	Apurado (e)	Sufic./ Insufic. (f)=(e)-(b)
571 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	4.736.645,02	-10.964.568,58	0,00	0,00	-4.736.645,02
600 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	39.921.376,03	19.829.966,61	0,00	52.444.338,88	12.522.962,85
601 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - Bloco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	1.721.881,16	223.095,26	0,00	3.141.808,81	1.419.927,65
604 - TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMENTO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.	0,00	1.567.765,42	556.460,00	0,00	1.567.765,42	0,00
605 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO DESTINADA À COMPLEMENTAÇÃO AO PAGAMENTO DOS PISOS SALARIAIS PARA PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	954.323,15	0,00	1.372.311,69	417.988,54	0,00	0,00
621 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	0,00	1.230.661,59	134.424,26	0,00	1.409.603,19	178.941,60
660 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	162.900,00	3.848.198,00	3.503.168,61	3.340.268,61	3.939.567,71	91.369,71

Autenticar documento em /autenticidade

com o identificador 3200380038003100370035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: 9490B-F3F8E-3C42E


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

Fontes de Recursos	Abertura de Créditos Adicionais		Excesso de Arrecadação		Superávit Financeiro do Exercício Anterior	
	Excesso de Arrec. (a)	Superávit Financ. Exerc. Anterior (b)	Apurado (c)	Sufic./ Insufic. (d)=(c)-(a)	Apurado (e)	Sufic./ Insufic. (f)=(e)-(b)
661 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.218.420,00	616.773,00	5.934.391,98	1.715.971,98	1.048.194,50	431.421,50
665 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	70.569,43	5.570,41	0,00	361.313,64	290.744,21
700 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO	0,00	5.852.555,93	-9.004.538,15	0,00	15.818.416,03	9.965.860,10
701 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS	0,00	141.706,00	1.013.920,20	0,00	167.523,78	25.817,78
704 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	13.331.293,00	8.926.887,74	0,00	35.199.551,13	21.868.258,13
705 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	681.500,00	-431.553,16	0,00	19.067.647,63	18.386.147,63
706 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO	0,00	224.518,34	2.123.852,96	0,00	224.584,73	66,39
711 - DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATORIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEITAS	200.000,00	0,00	7.324.267,97	7.124.267,97	0,00	0,00
715 - TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC 195/2022 - ART. 5º - AUDIOVISUAL	2.275.584,53	0,00	2.365.324,89	89.740,36	0,00	0,00

Autenticar documento em /autenticidade

com o identificador 3200380038003100370035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: 9490B-F3F8E-3C42E


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

Fontes de Recursos	Abertura de Créditos Adicionais		Excesso de Arrecadação		Superávit Financeiro do Exercício Anterior	
	Excesso de Arrec. (a)	Superávit Financ. Exerc. Anterior (b)	Apurado (c)	Sufic./ Insufic. (d)=(c)-(a)	Apurado (e)	Sufic./ Insufic. (f)=(e)-(b)
716 - TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC 195/2022 - ART. 8º - DEMAIS SETORES DA CULTURA	921.808,38	0,00	957.389,33	35.580,95	0,00	0,00
750 - RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	0,00	132.000,00	-130.322,37	0,00	1.909.776,32	1.777.776,32
751 - RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	0,00	8.000.000,00	4.486.366,00	0,00	9.069.558,17	1.069.558,17
752 - RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO	0,00	5.890.408,00	178.103,02	0,00	7.176.931,37	1.286.523,37
754 - RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	2.353.829,02	-77.940.084,34	0,00	5.702.445,42	3.348.616,40
759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	0,00	10.498.329,00	9.744.385,72	0,00	0,00	-10.498.329,00
899 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	1.941.258,00	1.022.270,83	0,00	85.246.006,18	83.304.748,18

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 – PCM/2023 – Tabulações: Controle do Demonstrativo dos Créditos Adicionais, Controle da Receita e BALPAT

As fontes de recursos não vinculadas (500, 501, 502, 718) possuíam no início do exercício resultado financeiro de R\$ 878.499.504,45 e não obtiveram excesso de arrecadação durante o exercício.

3.2.1.4 Receitas e despesas orçamentárias

No que tange às receitas orçamentárias, verifica-se que houve uma arrecadação de 115,61% em relação à receita prevista:

Tabela 8 - Execução orçamentária da receita

Valores em reais

Unidades gestoras	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	% Arrecadação
077E0300001 - Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória	1.118.825,00	1.498.233,65	133,91
077E0500001 - Fundo Municipal de Saúde de Vitória	69.673.879,00	92.791.350,32	133,18
077E0500002 - Fundo Municipal do Procon de Vitória	7.699.233,00	5.177.102,19	67,24
077E0500003 - Fundo Municipal de Habitação de Vitória	200.852,00	640.870,84	319,08
077E0500004 - Fundo Municipal de Assistência Social de Vitória	14.532.981,00	22.376.981,90	153,97
077E0500005 - Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos de Vitória	360.000,00	862.028,63	239,45

Autenticar documento em /autenticidade

com o identificador 3200380038003100370035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: 9490B-F3F8E-3C42E


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

Unidades gestoras	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	% Arrecadação
077E0500006 - Fundo Municipal de Cultura de Vitória	284,00	6.795.852,73	2.392.905,89
077E0500007 - Fundo Ambiental do Município de Vitória	2.770.000,00	3.620.230,98	130,69
077E0500008 - Fundo de Desenvolvimento do Turismo de Vitória	0,00	1.380,24	0,00
077E0500009 - Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de Vitória	802.000,00	907.862,72	113,20
077E0500010 - Fundo de Desenvolvimento do Município de Vitória	30.000,00	3.414,24	11,38
077E0500011 - Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória	44,00	578,44	1.314,64
077E0500012 - Fundo Municipal de Segurança Urbana de Vitória	226.221,00	621.337,50	274,66
077E0500013 - Fundo Municipal de Combate à Corrupção de Vitória	25.000,00	1.707,68	6,83
077E0500014 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Vitória	200.000,00	0,00	0,00
077E0500015 - Fundo Municipal do Trabalho de Vitória	40.000,00	123.075,27	307,69
077E0500016 - Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil de Vitória	15.000,00	0,00	0,00
077E0500017 - Fundo Municipal de Educação Infantil e do Ensino Fundamental de Vitória	3.000.000,00	0,00	0,00
077E0600001 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Vitória	21.962,00	434.256,69	1.977,31
077E0600002 - Secretaria Municipal de Obras de Vitória	8.857.491,00	10.815.215,41	122,10
077E0600003 - Secretaria Municipal de Governo de Vitória	111,00	604.459,19	544.557,83
077E0600004 - Secretaria Municipal de Cultura de Vitória	0,00	3.921.447,05	0,00
077E0600005 - Secretaria Municipal de Educação de Vitória	296.404.150,00	313.150.054,77	105,65
077E0600006 - Secretaria de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana de Vitória	2.787.105,00	5.268.024,23	189,01
077E0600007 - Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de Vitória	3.591.456,00	158.791,32	4,42
077E0600009 - Procuradoria Geral do Município de Vitória	7.859,00	38.818,34	493,93
077E0600013 - Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória	61.417,00	637.106,02	1.037,34
077E0600014 - Secretaria Municipal de Segurança Urbana de Vitória	1.211.446,00	773.625,57	63,86
077E0600016 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória	88.840,00	786.144,26	884,90
077E0600017 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Habitação de Vitória	2.045.821,00	641.572,17	31,36
077E0600018 - Controladoria Geral do Município de Vitória	0,00	685,66	0,00
077E0600019 - Secretaria Municipal de Fazenda de Vitória	2.120.968.181,00	2.394.892.036,12	112,92
077E0600021 - CENTRAL DE SERVIÇOS	105.465,00	7.493.221,51	7.104,94
077E0600022 - Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação de Vitória	196.953,00	1.289.919,27	654,94
077E0800001 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória	150.000,00	1.191.205,81	794,14
077E0900001 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Financeiro	206.393.620,00	254.403.833,42	123,26
077E0900002 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Previdenciário	44.806.070,00	101.999.557,73	227,65
I. Total por UG (BALORC)	2.788.392.266,00	3.233.921.981,87	115,98
II. Total Consolidado (BALORC)	2.710.360.316,00	3.133.363.054,53	115,61
III = II - I. Diferença	-78.031.950,00	-100.558.927,34	-0,37
IV. Receitas Intraorçamentárias (BALANCORR)	78.031.950,00	100.558.927,34	

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – Tabulação: Controle da Receita e BALORC

A receita orçamentária, segundo a classificação por categoria econômica, é a que segue:


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

Tabela 9 - Receita - Categoria econômica (consolidado) Valores em reais

Categoria da Receita	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
Receita Corrente	2.496.460.353,00	3.017.466.153,56
Receita de Capital	213.899.963,00	115.896.900,97
Operações De Crédito / Refinanciamento	0,00	0,00
Totais	2.710.360.316,00	3.133.363.054,53

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALORC

A execução orçamentária consolidada representa 86,42% da dotação atualizada, conforme se evidencia na tabela a seguir:

Tabela 10 - Execução orçamentária da despesa Valores em reais

Unidades gestoras	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Execução
077E0300001 - Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória	25.932.198,00	24.813.051,75	95,68
077E0500001 - Fundo Municipal de Saúde de Vitória	504.970.743,40	454.972.732,02	90,10
077E0500002 - Fundo Municipal do Procon de Vitória	15.937.753,00	11.901.529,06	74,68
077E0500003 - Fundo Municipal de Habitação de Vitória	201.852,00	60.000,00	29,72
077E0500004 - Fundo Municipal de Assistência Social de Vitória	65.613.384,43	62.363.439,30	95,05
077E0500005 - Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos de Vitória	360.001,00	2.800,00	0,78
077E0500006 - Fundo Municipal de Cultura de Vitória	3.516.893,91	279.800,00	7,96
077E0500007 - Fundo Ambiental do Município de Vitória	4.294.009,00	654.593,94	15,24
077E0500009 - Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de Vitória	1.552.001,00	853.154,61	54,97
077E0500010 - Fundo de Desenvolvimento do Município de Vitória	30.000,00	0,00	0,00
077E0500011 - Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória	375.550,00	295.550,00	78,70
077E0500012 - Fundo Municipal de Segurança Urbana de Vitória	6.634.572,00	5.252.363,53	79,17
077E0500013 - Fundo Municipal de Combate à Corrupção de Vitória	25.000,00	0,00	0,00
077E0500014 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Vitória	200.000,00	0,00	0,00
077E0500015 - Fundo Municipal do Trabalho de Vitória	40.000,00	0,00	0,00
077E0500016 - Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil de Vitória	15.000,00	0,00	0,00
077E0500017 - Fundo Municipal de Educação Infantil e do Ensino Fundamental de Vitória	3.000.000,00	0,00	0,00
077E0600001 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Vitória	23.045.672,82	21.465.753,53	93,14
077E0600002 - Secretaria Municipal de Obras de Vitória	309.952.656,25	194.827.201,54	62,86
077E0600003 - Secretaria Municipal de Governo de Vitória	25.738.212,87	23.873.688,54	92,76
077E0600004 - Secretaria Municipal de Cultura de Vitória	29.953.250,85	26.378.243,56	88,06
077E0600005 - Secretaria Municipal de Educação de Vitória	758.795.561,15	732.404.210,38	96,52
077E0600006 - Secretaria de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana de Vitória	72.069.591,02	55.757.436,55	77,37
077E0600007 - Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de Vitória	21.231.748,88	11.434.125,50	53,85
077E0600009 - Procuradoria Geral do Município de Vitória	17.556.597,66	17.280.131,86	98,43
077E0600013 - Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória	35.819.450,35	35.523.340,38	99,17
077E0600014 - Secretaria Municipal de Segurança Urbana de Vitória	77.684.975,47	71.540.194,24	92,09
077E0600016 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória	81.116.411,07	73.329.658,49	90,40
077E0600017 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Habitação de Vitória	59.253.466,83	45.893.712,66	77,45

Autenticar documento em /autenticidade

com o identificador 3200380038003100370035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: 9490B-F3F8E-3C42E


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

Unidades gestoras	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Execução
077E0600018 - Controladoria Geral do Município de Vitória	2.422.691,13	2.032.543,92	83,90
077E0600019 - Secretaria Municipal de Fazenda de Vitória	277.471.740,16	227.204.983,15	81,88
077E0600021 - CENTRAL DE SERVIÇOS	252.957.671,77	250.302.936,29	98,95
077E0600022 - Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação de Vitória	48.838.288,99	45.228.477,44	92,61
077E0800001 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória	11.180.000,00	6.043.959,03	54,06
077E0900001 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Financeiro	414.840.120,00	368.094.779,99	88,73
077E0900002 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Previdenciário	42.282.070,00	1.326.632,12	3,14
077L0200001 - Câmara Municipal de Vitória	41.946.000,00	36.022.521,35	85,88
I. Total por UG (BALANCORR)	3.236.855.135,01	2.807.413.544,73	86,73
II. Total Consolidado (BALORC)	3.132.139.898,78	2.706.854.617,39	86,42
III = II - I. Diferença	-104.715.236,23	-100.558.927,34	-0,31
IV. Despesas Intraorçamentárias (BALANCORR)	104.715.236,23	100.558.927,34	

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – Tabulação: Controle da Despesa por Dotação e BALORC

A despesa orçamentária, segundo a classificação por categoria econômica, é a que segue:

Tabela 11 - Despesa - Categoria econômica (consolidado) Valores em reais

Especificação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Corrente	2.166.905.154,00	2.474.778.995,91	2.299.016.185,53	2.147.445.934,74	2.122.980.490,92
De Capital	491.574.224,00	605.479.964,87	407.838.431,86	317.897.796,32	306.871.230,30
Reserva de Contingência	12.880.938,00	12.880.938,00			
Amortização da Dívida / Refinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS	39.000.000,00	39.000.000,00			
Totais	2.710.360.316,00	3.132.139.898,78	2.706.854.617,39	2.465.343.731,06	2.429.851.721,22

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – Tabulação: Controle da Despesa por Dotação e BALORC

3.2.1.5 Resultado orçamentário

A execução orçamentária evidencia um resultado superavitário no valor de R\$ 426.508.437,14, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 12 - Resultado da execução orçamentária (consolidado) Valores em reais

Receita total realizada	3.133.363.054,53
Despesa total executada (empenhada)	2.706.854.617,39
Resultado da execução orçamentária (déficit/superávit)	426.508.437,14

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALORC



3.2.1.6 Empenho da despesa

Para esta análise leva-se em consideração os critérios estabelecidos no art. 167, II da Constituição da República e arts. 59 e 60 da Lei 4320/64. O art. 60 da Lei 4.320/64 veda de forma expressa a realização de despesa sem prévio empenho, visto que tal ato deve preceder às demais fases da despesa.

Buscando identificar o cumprimento da regra verificou-se, em análise ao balancete da execução orçamentária, que não houve a realização de despesas ou a assunção de obrigações que excedessem os créditos orçamentários ou adicionais.

Consultando-se a despesa empenhada na rubrica de despesas de exercícios anteriores, no exercício de 2024, não se verificou evidências de execução de despesa sem prévio empenho (**APÊNDICE B**).

3.2.1.7 Execução orçamentária na dotação reserva de contingência informada no balanço orçamentário

Para esta análise leva-se em consideração os critérios estabelecidos no art. 5º, Inciso III, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF); art. 5º da Portaria MOG 42/1999; e art. 8º da Portaria STN/SOF 163/2001.

Verificou-se, com base nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva de Contingência”:

Tabela 13 - Execução na dotação Reserva de Contingência Valores em reais

Balanço Orçamentário	Valores
Despesas Empenhadas	0,00
Despesas Liquidada	0,00
Despesas Paga	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Tabulação: Controle da Despesa por Dotação

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação da Reserva de Contingência.



3.2.1.8 Execução orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no balanço orçamentário

Para esta análise leva-se em consideração os critérios estabelecidos no art. 8º da Portaria STN/SOF 163/2001.

Verificou-se, com base nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva do RPPS”:

Tabela 14 - Execução na dotação Reserva do RPPS		Valores em reais
Balanço Orçamentário		Valores
Despesas Empenhadas		0,00
Despesas Liquidada		0,00
Despesas Paga		0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Tabulação: Controle da Despesa por Dotação

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação da Reserva do RPPS

3.2.1.9 Despesa executada em relação à dotação atualizada

Para esta análise leva-se em consideração os critérios estabelecidos nos arts. 85, 90, 91, 102 da Lei 4.320/1964.

Entende-se que o valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 15 - Execução da Despesa Orçamentária		Valores em reais
Despesa Empenhada (a)		2.706.854.617,39
Dotação Atualizada (b)		3.132.139.898,78
Execução da despesa em relação à dotação (a-b)		-425.285.281,39

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – BALORC

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.

3.2.1.10 Despesa executada em relação à receita realizada

Para esta análise leva-se em consideração os critérios estabelecidos nos arts. 85, 90, 91, 102 da Lei 4.320/1964.



Entende-se que o valor total da receita realizada no Balanço Orçamentário deve ser maior ou igual à despesa executada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 16 - Execução da Despesa Orçamentária

Valores em reais

Despesas Empenhadas (a)	2.706.854.617,39
Receitas Realizadas (b)	3.133.363.054,53
Execução a maior (a-b)	-426.508.437,14

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – BALORC

Tabela 17 - Informações Complementares para análise

Valores em reais

Saldo de Superávit Financeiro – Exerc. Anterior – BALORC (Receitas Realizadas)	417.652.187,54
Saldo de Reabertura de Créditos Adicionais Exerc. Anterior – BALORC (Receitas Realizadas)	0,00
Créditos Adicionais Abertos no Exercício (Fonte: Superávit Financeiro Exerc. Anterior) - Controle do Demonstrativo dos Créditos Adicionais	417.652.187,54
Créditos Adicionais Abertos no Exercício (Fonte: Dotação Transferida) - Controle do Demonstrativo dos Créditos Adicionais	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALORC, Tabulação: Controle do Demonstrativo dos Créditos Adicionais

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à receita realizada.

3.2.1.11 Aplicação de recursos por função de governo, categoria econômica e natureza da despesa

As tabelas a seguir apresentam os valores orçados e executados por funções de governo, bem como por categoria econômica previstos no orçamento do Município, contemplando, deste modo, um resumo do total da destinação dos recursos aplicados.

Tabela 18 - Aplicação por Função de Governo

Valores em reais

Função de Governo		Despesa			
Cód.	Descrição	Orçada	Empenhada	Liquidada	Paga
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	101.432.834,78	97.886.779,68	92.203.565,60	91.074.190,09
16	HABITAÇÃO	12.258.123,00	9.799.783,49	8.540.424,94	7.842.586,44
06	SEGURANÇA PÚBLICA	84.319.547,47	76.792.557,77	69.030.623,54	68.377.836,52
12	EDUCAÇÃO	761.795.561,15	732.404.210,38	692.785.885,28	684.711.298,58
18	GESTÃO AMBIENTAL	85.410.420,07	73.984.252,43	63.854.089,21	61.931.620,78
11	TRABALHO	2.616.550,00	546.411,20	106.608,20	106.608,20
15	URBANISMO	611.763.587,84	473.834.474,69	400.541.809,09	390.616.571,56
10	SAÚDE	504.970.743,40	454.972.732,02	407.587.231,18	400.802.628,52
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	429.302.190,00	375.465.371,14	375.002.339,22	374.892.335,23
01	LEGISLATIVA	41.946.000,00	36.022.521,35	32.661.560,22	32.661.560,22
13	CULTURA	33.470.144,76	26.658.043,56	20.327.522,99	20.007.673,03
17	SANEAMENTO	27.308.565,00	22.286.044,50	11.956.126,46	11.488.682,05
27	DESPORTO E LAZER	23.045.672,82	21.465.753,53	17.250.552,66	16.957.056,94


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

Função de Governo		Despesa			
Cód.	Descrição	Orçada	Empenhada	Liquidada	Paga
04	ADMINISTRAÇÃO	219.076.915,61	202.154.345,48	185.376.554,35	184.116.115,92
03	ESSENCIAL À JUSTIÇA	17.556.597,66	17.280.131,86	16.416.054,76	16.306.837,72
28	ENCARGOS ESPECIAIS	170.325.884,35	141.634.567,59	141.634.139,81	138.879.455,60
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	14.906.329,00	14.604.195,65	7.535.971,34	7.533.771,74
14	DIREITOS DA CIDADANIA	26.737.237,10	14.486.847,14	10.946.274,27	10.071.751,33
24	COMUNICAÇÕES	14.627.002,00	13.243.715,86	10.383.531,49	10.270.274,30
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.104.291,00	1.890.805,41	1.761.793,79	1.761.793,79
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	51.880.938,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		3.236.855.135,01	2.807.413.544,73	2.565.902.658,40	2.530.410.648,56

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Tabulação: Controle da Despesa por Dotação

Tabela 19 - Aplicação por Grupo de Natureza da Despesa Valores em reais

Grupo de Natureza da Despesa	Despesa			
	Orçada	Empenhada	Liquidada	Paga
Pessoal e Encargos Sociais	1.377.164.912,09	1.314.995.398,91	1.312.228.074,97	1.306.166.891,98
Juros e Encargos da Dívida	36.959.124,09	36.841.929,73	36.841.929,73	36.841.929,73
Outras Despesas Correntes	1.165.370.195,96	1.047.737.784,23	898.934.857,38	880.530.596,55
Investimentos	554.086.550,61	356.687.200,11	266.746.564,57	255.719.998,55
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	51.393.414,26	51.151.231,75	51.151.231,75	51.151.231,75
Reserva de Contingência	51.880.938,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.236.855.135,01	2.807.413.544,73	2.565.902.658,40	2.530.410.648,56

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Tabulação: Controle da Despesa por Dotação

Tabela 20 - Aplicação por Modalidade de Aplicação Valores em reais

Modalidade de Aplicação		Despesa			
Cód.	Descrição	Orçada	Empenhada	Liquidada	Paga
20	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	9.520.000,00	848.748,11	690.608,01	648.748,11
30	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	600.100,00	84.735,36	43.594,36	43.594,36
40	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	600.000,00	34.756,52	24.369,08	24.369,08
50	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	110.132.066,68	105.835.800,73	104.958.532,03	104.920.572,70
60	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	828.682,00	727.654,82	25.000,00	25.000,00
90	APLICAÇÕES DIRETAS	2.958.578.112,10	2.599.322.921,85	2.359.601.627,58	2.324.189.436,97
91	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA	104.715.236,23	100.558.927,34	100.558.927,34	100.558.927,34
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	51.880.938,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		3.236.855.135,01	2.807.413.544,73	2.565.902.658,40	2.530.410.648,56

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Tabulação: Controle da Despesa por Dotação



3.2.1.12 Utilização dos recursos obtidos a título de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural (Recursos de Royalties)

O recebimento de recursos pelo Município a título de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural (recursos de *royalties*) possuem fontes específicas para controle do recebimento e aplicação. Nesse sentido, a tabela a seguir evidencia o recebimento e aplicação de tais recursos, no exercício, nas fontes “*royalties* do petróleo Lei nº 12.858/2013 (saúde e educação)”; “*royalties* do petróleo recebidos da União” e “*royalties* do petróleo estadual”.

Tabela 21 - Aplicação Recursos Royalties (Função/Programa) Valores em reais

Fonte	Descrição	Receita	Despesa			
			Programa	Empenhada	Liquidada	Paga
704	Federal	34.918.523,74	URBANISMO - VITORIA EM ACAO	13.755.237,27	13.587.267,61	13.405.620,64
704	Federal		URBANISMO - DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E HABITACAO	1.764.535,51	1.224.203,13	1.177.678,74
704	Federal		URBANISMO - URBANIZACAO INTEGRADA E DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NAS POLIGONAIS	3.524.080,14	2.091.030,84	2.076.543,55
704	Federal		URBANISMO - EDIFICACOES PUBLICAS MODERNAS E EFICIENTES	7.659.495,13	6.247.530,30	6.241.509,72
704	Federal		HABITAÇÃO - DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E HABITACAO	1.010.371,11	161.206,34	161.206,34
704	Federal		SANEAMENTO - VITORIA DAS AGUAS E ENCOSTAS SEGURAS	1.939.989,62	1.020.054,81	613.686,28
704	Federal		ENCARGOS ESPECIAIS - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	280.241,86	280.241,86	280.241,86
705	Estadual	14.953.570,84	URBANISMO - VITORIA EM ACAO	10.717.755,16	10.223.412,29	9.785.843,23
705	Estadual		URBANISMO - VITORIA DAS AGUAS E ENCOSTAS SEGURAS	754.989,25	754.989,25	754.989,25
705	Estadual		SANEAMENTO - VITORIA DAS AGUAS E ENCOSTAS SEGURAS	2.565.710,53	2.565.710,53	2.504.634,65
TOTAL		49.872.094,58		43.972.405,58	38.155.646,96	37.001.954,26

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Tabulações: Controle da Receita e Controle da Despesa por Dotação

Verificou-se, conforme tabela abaixo, que não há evidências de despesas vedadas, em observância ao art. 8º da Lei Federal 7.990/1989.

Tabela 22 - Despesas Vedadas (Royalties Federal e Estadual) Valores em reais

Função	Rubrica	Fonte de Recursos	Execução Orçamentária		
			Empenhado	Liquidado	Pago
TOTAL	-	-	0,00	0,00	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – Tabulação: Controle da Despesa por Empenho



3.2.1.13 Execução orçamentária dos precatórios

De acordo com o MCASP, precatórios são requisições de pagamento contra a Fazenda Pública decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, disciplinados pelo art. 100 da Constituição da República de 1988. O precatório requisitado pelo Poder Judiciário ao devedor até o dia 02 de abril deve ter seu valor incluso na proposta orçamentária do exercício seguinte (Resolução 303 de 18/12/2019, do Conselho Nacional de Justiça, art. 15 e § 1º; Constituição da República, art. 100, § 5º).

O ente devedor do precatório deve enviar ao Poder Judiciário o recurso incluído em seu orçamento para o pagamento da dívida, por meio de depósito, na forma do regime adotado, geral (fixo) ou especial (Constituição da República, art. 100, § 6º; Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. 97, §§ 4º e 5º; Resolução 303 de 18/12/2019, do Conselho Nacional de Justiça).

O regime especial permite que a dívida de precatórios seja paga de forma parcelada. Estão no regime especial os entes em mora no pagamento de precatórios vencidos, relativos à sua administração direta e indireta, em 10/12/2009.

Os entes que não estão no regime especial, estão no regime geral, cujo pagamento da dívida deverá respeitar a data final do vencimento. Nesse sentido, o precatório com ofício expedido à entidade devedora até 02 de abril, deve ser incluído em orçamento e pago até o final do exercício seguinte, por meio de depósito efetuado junto ao Poder Judiciário.

Observa-se que o presente item possui como fundamentos as regras estabelecidas na Constituição da República (art. 100) e o art. 30, § 7º da Lei Complementar 101/00, conforme se transcreve:

§ 7º Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Observou-se que houve inclusão na LOA, de dotação para o pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88, no valor de R\$ 45.524.510,00, alterada durante o exercício para R\$ 32.597.953,13.



De acordo com o TJES, o regime adotado pelo Município é o comum e, em 2023, pagou R\$ 8.857.335,00 em precatórios. Consta do balancete da execução orçamentária o valor liquidado de R\$ 14.154.535,00.

Tabela 23 - Execução Orçamentária de Precatórios		Valores em reais
Classificação Econômica da Despesa		Valor Liquidado
31909101 - PRECATORIOS – ATIVO CIVIL		0,00
31909123 - PRECATORIOS - INATIVO CIVIL		1.078.888,13
31909125 - HONORARIOS SUCUMBENCIAIS DE PRECATORIOS		0,00
31909136 - PRECATORIOS - PENSIONISTA CIVIL		0,00
31909197 - OUTROS PRECATÓRIOS JUDICIAIS		3.593.881,95
31919151 - OBRIGACOES PATRONAIS DE PRECATORIOS		0,00
33909103 - PRECATORIOS JUDICIAIS		9.387.139,29
33909125 - HONORARIOS SUCUMBENCIAIS DE PRECATORIOS		94.625,63
33909197 - OUTROS PRECATÓRIOS JUDICIAIS		0,00
Total		14.154.535,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – Tabulação: Controle da Despesa por Dotação

Portanto, não há irregularidade dignas de nota quanto aos precatórios devidos pelo Município, no que se refere ao aspecto orçamentário.

3.2.1.14 Ordem cronológica de pagamentos

De acordo com as leis 8.666, de 21 de junho de 1993 e 14.133, de 1º de abril de 2021, a inobservância imotivada da ordem cronológica de pagamentos ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.

A nova lei de licitações inicialmente iria vigor a partir de 1º de abril de 2023. Porém, a medida provisória 1.167 de 31/03/2023 incluiu a possibilidade de uso até 30 de dezembro de 2023 das três leis anteriores: a antiga Lei de Licitações (Lei 8.666/1993), o Regime Diferenciado de Compras (Lei 12.462/2011) e a Lei do Pregão (Lei 10.520/2002).

Em recente publicação do Ministério da Economia, verificou-se que a União, por meio da Instrução Normativa SEGES/ME 77/2022, identificou a necessidade e regulamentou a ordem cronológica de pagamento em face da nova lei de licitações.



Em âmbito do Município, verificou-se o encaminhamento do Decreto nº 17.183/2017 regulamentando a matéria observando-se os critérios da Lei 8.666/1993.

3.2.1.15 Contribuições previdenciárias devidas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

A previdência social, nos termos do art. 1º da Lei Federal 8.213/1991, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção nas situações regulamentadas pela lei. De acordo com o art. 12, o servidor ocupante de cargo efetivo dos municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, é vinculado ao Regime Geral de Previdência Social quando não amparados por Regime Próprio de Previdência Social.

Desta forma, de acordo com os arts. 12 e 15 da Lei Federal 8.212/1991, são obrigatoriamente contribuintes do regime geral os empregados (servidores públicos não vinculados a regime próprio) e os empregadores (órgãos públicos). As contribuições dos empregados e dos empregadores são devidas mensalmente, aplicando-se alíquota regulamentar sobre a remuneração do segurado.

Considerando-se a legislação sobre a matéria (art. 85, 87, 102 e 103 da Lei 4.320/1964 e artigo 15, I c/c 22, I e II da Lei Federal 8.212/1991), objetiva-se neste tópico verificar se o Poder Executivo tem reconhecido a despesa orçamentária pertinente, efetuado a retenção da contribuição dos empregados e recolhido os valores devidos ao regime geral.

Com base nas peças que integram a Prestação de Contas Anual, demonstram-se os valores empenhados, liquidados e pagos, a título de obrigações previdenciárias (contribuição patronal) devidas pelo Poder Executivo, bem como os valores retidos dos servidores e recolhidos para a autarquia federal.

Tabela 24 - Contribuições Previdenciárias RGPS – Patronal Valores em reais

Regime Geral de Previdência Social	BALEXOD (PCM)			FOLHA DE PAGAMENTO (PCF)	% Registrado (B/D*100)	% Pago (C/D*100)
	Empenhado (A)	Liquidado (B)	Pago (C)	Devido (D)		
	35.759.390,72	35.633.007,39	32.246.604,99	34.556.560,88	103,12	93,32



Fonte: Proc. TC 03679/2024-2. PCM/2023 – Tabulação: Controle da Despesa por Dotação. Módulo de Folha de Pagamento/2023 – Consolidação da Folha

Tabela 25 - Contribuições Previdenciárias RGPS – Servidor Valores em reais

Regime Geral de Previdência Social	DEMCSE		FOLHA DE PAGAMENTO (PCF)	% Registrado (A/Cx100)	% Recolhido (B/Cx100)
	Valores Retidos (A)	Valores Recolhidos (B)	Devido (C)		
	14.076.600,92	12.679.326,11	14.527.340,18	96,90	87,28

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2. PCA/2023 – DEMCSE. Módulo de Folha de Pagamento/2023 – Consolidação da Folha

Observou-se, das prestações de contas encaminhadas ao sistema CidadES, módulo Folha de Pagamento, competência de dezembro do exercício em análise, que as contribuições previdenciárias patronais (exceto 13º Salário) perfazem R\$ 3.379.095,77 e, quanto ao 13º Salário, R\$ 58.930,78. Por seu turno, as contribuições previdenciárias dos servidores (exceto 13º) perfazem R\$ 1.431.708,19 e, quanto ao 13º salário, R\$ 22.912,40.

De acordo com as tabelas acima, no que tange às contribuições previdenciárias patronais, verifica-se que os valores empenhados, liquidados e pagos, no âmbito do Poder Executivo Municipal, no decorrer do exercício em análise, podem ser considerados como aceitáveis, para fins de análise das contas.

Por seu turno, no que tange às contribuições previdenciárias dos servidores, verifica-se que os valores retidos e recolhidos, no âmbito do Poder Executivo Municipal, no decorrer do exercício em análise, podem ser considerados como aceitáveis, para fins de análise das contas.

3.2.1.16 Parcelamentos de débitos previdenciários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

No que se refere aos parcelamentos de débitos previdenciários, previstos nas leis federais 8.212 e 8.213/1991, celebrados em função do atraso na quitação, a análise deste tópico limitou-se a avaliar se existem dívidas previdenciárias com o regime geral de previdência, registradas no passivo permanente, e se essas dívidas estão sendo adimplidas, tendo por base o estoque da dívida evidenciado no Balanço Patrimonial



do exercício anterior, a movimentação no exercício (valores empenhados, liquidados e pagos) e o estoque da dívida no encerramento do exercício de referência da PCA.

Com base nos valores demonstrados no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na Demonstração das Variações Patrimoniais, no Demonstrativo da Dívida Fundada e no Balanço Patrimonial do exercício em análise, avaliou-se o comportamento da dívida decorrente de parcelamentos previdenciários.

Tabela 26 - Movimentação de Débitos Previdenciários - RGPS Valores em reais

Código Contábil	Descrição Contábil	Descrição da Dívida	Saldo Anterior	Baixas no Exercício	Reconhec Dividas no Exercício	Saldo Final
221410100	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	CONTRIBUIÇOES PREVIDENCIARIAS DEBITO PARCELADO DEBITO PARCELADO DEBITO PARCELADO DEBITO PARCELADO	10.321.061,84	1.807.499,34	746.344,69	9.259.907,19
Total			10.321.061,84	1.807.499,34	746.344,69	9.259.907,19

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCA/2023 – DEMDIFD

Com base na análise realizada, verifica-se que não há evidências de falta de pagamento da dívida decorrente de parcelamentos previdenciários com o Regime Geral de Previdência Social.

3.2.2 Orçamento de investimento

O orçamento de investimento registra os investimentos das empresas em que o município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, e cujas programações não constam do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Em relação ao município objeto de análise destes autos, verificou-se que ele não se enquadra na situação descrita no parágrafo anterior.

Tabela 27 - Execução do Orçamento de Investimento Valores em reais

Empresa	Órgão vinculador	Função de governo	Subfunção	Fonte de Financiamento	Dotação Inicial	Suplementação	Dotação atualizada	Despesa Realizada
TOTAL								

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCA/2023 – EXOINV



3.3 Gestão financeira

3.3.1 Resultado financeiro

Verificou-se o encaminhamento do Decreto nº 21.733/2023 estabelecendo a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, referente ao exercício da prestação de contas.

A execução financeira, evidenciada no Balanço Financeiro, compreende a execução das receitas e das despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentários, que, somados ao saldo do exercício anterior, resultará no saldo para o exercício seguinte.

Na tabela a seguir, apresenta-se uma síntese do Balanço Financeiro.

Tabela 28 - Balanço Financeiro (consolidado)	Valores em reais
Saldo em espécie do exercício anterior	2.311.377.416,04
Receitas orçamentárias	3.133.363.054,53
Transferências financeiras recebidas	0,00
Recebimentos extraorçamentários	3.190.345.955,42
Despesas orçamentárias	2.706.854.617,39
Transferências financeiras concedidas	0,00
Pagamentos extraorçamentários	3.070.756.574,73
Saldo em espécie para o exercício seguinte (calculado)	2.857.475.233,87

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALFIN

Destaca-se, a seguir, o saldo contábil das disponibilidades apresentado nos termos de verificação.

Tabela 29 - Disponibilidades	Valores em reais
Unidades gestoras	Saldo
077E0300001 - Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória (*)	8.078.726,85
077E0500001 - Fundo Municipal de Saúde de Vitória	136.682.775,17
077E0500002 - Fundo Municipal do Procon de Vitória	40.525.865,27
077E0500003 - Fundo Municipal de Habitação de Vitória	3.842.044,37
077E0500004 - Fundo Municipal de Assistência Social de Vitória	7.547.239,77
077E0500005 - Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos de Vitória	5.868.259,76
077E0500006 - Fundo Municipal de Cultura de Vitória	6.972.152,73
077E0500007 - Fundo Ambiental do Município de Vitória	23.113.355,38
077E0500008 - Fundo de Desenvolvimento do Turismo de Vitória	18.378,03


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

Unidades gestoras	Saldo
077E0500009 - Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de Vitória	5.675.290,44
077E0500010 - Fundo de Desenvolvimento do Município de Vitória	29.587,02
077E0500011 - Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória	68.149,17
077E0500012 - Fundo Municipal de Segurança Urbana de Vitória	5.228.817,66
077E0500013 - Fundo Municipal de Combate à Corrupção de Vitória	24.531,50
077E0500014 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Vitória	0,00
077E0500015 - Fundo Municipal do Trabalho de Vitória	123.075,27
077E0500016 - Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil de Vitória	0,00
077E0500017 - Fundo Municipal de Educação Infantil e do Ensino Fundamental de Vitória	0,00
077E0600001 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Vitória	5.178.372,87
077E0600002 - Secretaria Municipal de Obras de Vitória	88.778.173,45
077E0600003 - Secretaria Municipal de Governo de Vitória	7.685.440,32
077E0600004 - Secretaria Municipal de Cultura de Vitória	11.597.054,53
077E0600005 - Secretaria Municipal de Educação de Vitória	111.515.444,47
077E0600006 - Secretaria de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana de Vitória	22.617.647,46
077E0600007 - Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de Vitória	2.060.919,89
077E0600009 - Procuradoria Geral do Município de Vitória	1.942.249,87
077E0600013 - Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória	1.402.560,07
077E0600014 - Secretaria Municipal de Segurança Urbana de Vitória	8.258.971,73
077E0600016 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória	11.257.607,23
077E0600017 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Habitação de Vitória	6.734.293,15
077E0600018 - Controladoria Geral do Município de Vitória	4.802,71
077E0600019 - Secretaria Municipal de Fazenda de Vitória	1.234.247.224,05
077E0600021 - CENTRAL DE SERVIÇOS	57.097.883,85
077E0600022 - Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação de Vitória	9.888.823,40
077E0700001 - Prefeitura Municipal de Vitória	0,00
077E0800001 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória	16.117.709,66
077E0900001 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Financeiro	606.736.696,48
077E0900002 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Previdenciário	405.377.423,04
077L0200001 - Câmara Municipal de Vitória	9.505.742,25
Total (TVDISP por UG)	2.861.803.288,87

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCA/2023 - TVDISP

Nota: O símbolo (*) refere-se às unidades gestoras cujo termo de verificação das disponibilidades é encaminhado ao TCEES de forma não estruturada (arquivo .PDF), inviabilizando a automatização.

Por seu turno, verifica-se que a movimentação dos restos a pagar, processados e não processados, evidenciada no Controle de Saldos dos Restos a Pagar, foi a seguinte:

Tabela 30 - Movimentação dos restos a pagar

Valores em reais

Tipo de Restos a Pagar	Saldo Inicial	Movimentos	Saldo Final
RPNP (Restos a Pagar Não Processados)	183.408.945,59	69.170.165,18	252.579.110,77



Tipo de Restos a Pagar	Saldo Inicial	Movimentos	Saldo Final
RPP (Restos a Pagar Processados)	36.733.003,45	-826.730,44	35.906.273,01
Total (RPNP + RPP)	220.141.949,04	68.343.434,74	288.485.383,78

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – Tabulação: Controle de Saldos de Restos a Pagar

Demonstra-se, a seguir, o resultado financeiro apurado no “Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei 4.320/1964” do Balanço Patrimonial e no Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro (Fonte de Recursos):

Tabela 31 - Resultado financeiro

Valores em reais

Especificação	2023	2022
Ativo Financeiro (a)	2.858.561.021,21	2.205.620.437,26
Passivo Financeiro (b)	305.468.722,64	230.365.299,54
Resultado Financeiro apurado no BALPAT (c) = (a) – (b)	2.553.092.298,57	1.975.255.137,72
Resultado Financeiro apurado no BALPAT, considerando as operações intras (d)	2.553.092.298,57	1.973.657.860,32
Recursos Ordinários	1.091.917.151,92	878.499.504,45
Recursos Vinculados	1.461.175.146,65	1.202.392.030,23
Resultado Financeiro por Fonte de Recursos (e)	2.553.092.298,57	2.080.891.534,68
Divergência (g) = (d) – (e)	0,00	-107.233.674,36

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCA/2023 - BALPAT

Da análise do resultado financeiro evidenciado no Anexo ao Balanço Patrimonial, não há evidências de desequilíbrio financeiro por fontes de recursos ou na totalidade.

O superávit financeiro, representado pela diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, poderá ser utilizado no exercício seguinte para abertura de créditos adicionais, desde que observadas as correspondentes fontes de recursos, na forma do art. 43, da Lei 4.320/1964.

Convém anotar que do superávit de R\$ 2.553.092.298,57, R\$ 1.023.330.738,27 é pertinente ao Instituto de Previdência.

3.3.2 Transferências ao Poder Legislativo

Para esta análise leva-se em consideração os critérios estabelecidos no art. 29-A, inciso I (redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009), c/c art. 29-A, § 2º, da Constituição da República/1988.



A Constituição da República de 1988 disciplinou sobre os municípios, no Capítulo IV, do Título III, que trata da organização do Estado.

Em seu art. 29-A, ao dispor sobre as despesas do Poder Legislativo, estabeleceu, dentre outras condições, o limite máximo para despesas totais do Poder Legislativo e o limite máximo de gastos com a folha de pagamentos, incluindo o subsídio dos vereadores.

Com base na documentação que integra a prestação de contas, apuraram-se os valores transferidos pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, a título de duodécimo (planilha detalhada **APÊNDICE C** deste relatório), no decorrer do exercício em análise, conforme demonstrado sinteticamente na tabela a seguir:

Tabela 32 - Transferências para o Poder Legislativo		Valores em reais
Descrição		Valor
Receitas tributárias e transferências de impostos - Ex. Anterior		1.943.804.174,22
% Máximo de gasto do Legislativo - conforme dados populacionais		5,00
Limite máximo permitido para transferência		97.190.208,71
Valor efetivamente transferido		41.946.000,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal do Legislativo (Repasse de Duodécimo ao Poder Legislativo)

Portanto, verifica-se que o Poder Executivo não transferiu recursos ao Poder Legislativo acima do limite permitido.

3.4 Gestão fiscal e limites constitucionais

Apresenta a verificação da conformidade da gestão fiscal, no tocante ao cumprimento dos limites constitucionais de saúde e educação e os principais parâmetros e limites da LRF, bem como a atendimento a “Regra de Ouro” das finanças públicas (art. 167, III, da Constituição Federal).

3.4.1 Metas anuais estabelecidas na LDO

As metas são direcionadoras da política fiscal de cada ente da Federação, sendo estabelecidas em função da necessidade ou não de redução do endividamento, em busca da sustentabilidade fiscal e com base na conjuntura econômica presente e



futura, permitindo o controle do nível de endividamento em patamares responsáveis e dentro dos limites fixados.

A presente seção contempla a verificação do cumprimento das metas fiscais de Resultado Primário e Nominal para o exercício, conforme estabelecida na respectiva LDO.

3.4.1.1 Resultados primário e nominal

A política fiscal dos entes públicos abrange a administração das receitas, do orçamento e da despesa pública, assim como dos ativos e passivos.

Neste contexto, o resultado primário, obtido pela diferença entre receitas e despesas primárias, tem como objetivo principal indicar a capacidade que o Município tem em gerar receitas suficientes para custear as despesas correntes e de investimentos, sem que haja comprometimento da capacidade de administrar a dívida existente.

As receitas primárias (não-financeiras) são as resultantes basicamente da arrecadação de tributos e prestação de serviços. As despesas primárias são aquelas necessárias à prestação dos serviços públicos (deduzidas das despesas financeiras).

Por seu turno, o resultado nominal possibilita acompanhar a evolução da dívida fiscal líquida, indicando a necessidade ou não de financiamento do setor público junto a terceiros.

O art. 9º prevê a limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar as metas de resultado primário ou nominal estabelecidos para o exercício.

O acompanhamento da evolução do cumprimento ou não das metas estabelecidas na LDO, para os resultados primário e nominal, é feito por meio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), na forma estabelecida pela LRF e a meta estabelecida na LDO para resultados primário e nominal do Município e o resultado obtido da execução do orçamento estão detalhados na tabela a seguir:



Tabela 33 - Resultados Primário e Nominal

Valores em reais

Rubrica	Meta LDO	Execução
Receita Primária		2.686.813.688,84
Despesa Primária		2.504.784.599,64
Resultado Primário	-255.118.474,00	182.029.089,20
Resultado Nominal	-170.306.962,00	332.574.690,61

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Resultado Primário e Nominal)

As informações demonstram o cumprimento da Meta Fiscal do Resultado Primário e o cumprimento da Meta Fiscal do Resultado Nominal, previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO.

3.4.2 Educação

3.4.2.1 Aplicação mínima constitucional

Nesta análise verifica-se o cumprimento da aplicação mínima de 25% dos recursos provenientes das receitas resultantes de impostos, compreendidas as receitas de transferências constitucionais, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), nos termos do art. 212, *caput*, da Constituição Federal.

Avaliou-se, com base na documentação que integra a prestação de contas anual, que o Município, no exercício em análise, aplicou 28,52% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme planilha de apuração, **APÊNDICE D** deste relatório, resumidamente demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 34 - Aplicação em MDE

Valores em reais

Destinação de recursos	Valor
Receitas de Impostos	1.059.660.078,88
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	1.077.977.357,03
Base de cálculo para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino	2.137.637.435,91
Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino	609.687.982,90
% de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino	28,52

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Despesa com Educação)

Portanto, o Município cumpriu o limite de aplicação com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

3.4.2.2 Remuneração dos profissionais da educação básica

Para a análise sobre a destinação de recursos para pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, leva-se em consideração os critérios



estabelecidos no art. 212-A, XI, da Constituição da República (alterado pela Emenda Constitucional 108/2020), o qual determina que proporção não inferior a 70% das receitas recebidas no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) devem ser destinada ao pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício.

Com base na documentação que integra a prestação de contas anual, constatou-se que o Município destinou 100,00% das receitas provenientes do Fundeb, conforme demonstrado na planilha de apuração, **APÊNDICE D**, apresentado resumidamente na tabela a seguir:

Tabela 35 - Fundeb - Profissionais da Educação Básica Valores em reais

Destinação de recursos	Valor
Receitas Recebidas do FUNDEB	278.554.714,30
Valor Aplicado após Deduções (Despesa Empenhada)	278.554.714,30
% de aplicação	100,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Despesa com Educação)

Portanto, o Município cumpriu o limite de aplicação de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica.

3.4.3 Saúde

3.4.3.1 Aplicação mínima constitucional

Nesta análise verifica-se o cumprimento da aplicação mínima de 15% (quinze por cento) dos recursos provenientes da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais²⁶, em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), nos termos do art. 198, § 3º, I, da Constituição Federal e do art. 7º, *caput*, da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012.

Avaliou-se, com base na documentação que integra a prestação de contas anual, que o Município, no exercício em análise, aplicou 17,46% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em ações e serviços

²⁶ Arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e o art. 159, *caput*, I, “b”, e § 3º, todos da Constituição da República.



públicos de saúde, conforme demonstrado na planilha de apuração, **APÊNDICE E** deste relatório, e evidenciado resumidamente na tabela a seguir:

Tabela 36 - Aplicação em ações e serviços públicos de saúde Valores em reais

Destinação de recursos	Valor
Receitas provenientes de impostos	1.059.660.078,88
Receitas provenientes de transferências	1.048.259.804,45
Base de cálculo para aplicação em ações e serviços públicos de saúde	2.107.919.883,33
Valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde	368.030.653,88
% de aplicação	17,46

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Despesa com Saúde)

Portanto, verifica-se que o município cumpriu o limite mínimo constitucional previsto para aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde.

3.4.4 Despesa com pessoal

A LRF normatizou, por meio dos arts. 18 a 23, nos termos da Constituição Federal, a definição e os limites para despesas com pessoal, buscando garantir uma gestão fiscal responsável das contas públicas.

Na verificação do cumprimento do limite da despesa com pessoal, utiliza-se como parâmetro a Receita Corrente Líquida Ajustada, sobre a qual incidem os percentuais previstos na LRF.

Apurou-se a RCL Ajustada do Município para efeito de cálculo do limite da despesa com pessoal, no exercício de 2023, que, conforme **APÊNDICE G** deste relatório, totalizou R\$ 2.743.183.068,04.

3.4.4.1 Limite do Poder Executivo

Constatou-se, com base na documentação que integra a prestação de contas, que as despesas com pessoal executadas pelo Poder Executivo atingiram 40,28% da receita corrente líquida ajustada, conforme demonstrado na planilha **APÊNDICE G**, sintetizada na tabela a seguir:

Tabela 37 - Despesas com pessoal – Poder Executivo Valores em reais

Descrição	Valor
Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL Ajustada	2.743.183.068,04
Despesa Total com Pessoal – DTP	1.104.971.672,34
% Apurado (DTP / RCL Ajustada)	40,28

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Despesa com Pessoal)



Conforme a tabela anterior, observa-se o cumprimento do limite máximo de despesa com pessoal do Poder Executivo em análise.

3.4.4.2 Limite consolidado do ente

No que se refere às despesas totais com pessoal, consolidando o Poder Executivo e o Poder Legislativo, constatou-se que essas despesas atingiram 41,15% em relação à receita corrente líquida ajustada, conforme evidenciado no **APÊNDICE H**, e demonstrado resumidamente na tabela a seguir:

Tabela 38 - Despesas com pessoal – Consolidado

Valores em reais

Descrição	Valor
Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL Ajustada	2.743.183.068,04
Despesa Total com Pessoal – DTP	1.128.746.077,47
% Apurado (DTP / RCL Ajustada)	41,15

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Despesa com Pessoal)

Conforme a tabela anterior, observa-se o cumprimento do limite máximo de despesa com pessoal consolidado em análise.

3.4.5 Controle da despesa total com pessoal

Para controle da despesa total com pessoal, o art. 21 da LRF considera “nulo de pleno direito” a realização dos seguintes atos:

I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

[...]

Em consulta ao arquivo “PESS”, integrante da prestação de contas anual do exercício de 2023 (Proc. TC 03679/2024-2), constatou-se que o(a) atual chefe do Poder Executivo declarou que não praticou ato que provoque aumento da despesa com pessoal, desatendendo: às exigências dos arts. 16 e 17 da LRF e o disposto no art. 37, *caput*, XIII e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.



Desta forma, com base na declaração emitida, considerou-se que o chefe do Poder Executivo, no exercício analisado, não expediu ato que resultasse em aumento da despesa com pessoal, cumprindo o art. 21, I, da LRF.

3.4.6 Dívida consolidada líquida

Nesta análise verifica-se o cumprimento do limite de comprometimento da Dívida Consolidada previsto no art. 55, I, "b" c/c o art. 59, IV, da LRF.

Os limites globais para a Dívida Consolidada dos entes da Federação foram fixados pelo Senado Federal, por meio da Resolução 40, de 20 de dezembro de 2001. Conforme estabelecido em seu art. 3º, II, para os municípios, o montante total da Dívida Consolidada Líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 vezes a sua Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites de endividamento²⁷ (120% da RCL).

Com base nos demonstrativos contábeis integrantes da prestação de contas anual do Município, ao final do exercício em análise, a dívida consolidada líquida representou -51,29% da receita corrente líquida ajustada para cálculo dos limites de endividamento, conforme se demonstra na tabela a seguir:

Tabela 39 - Dívida Consolidada Líquida Valores em reais

Descrição	Valor
Dívida consolidada – DC (I)	366.412.133,52
Deduções (II)	1.781.096.574,90
Dívida consolidada líquida – DCL (I – II)	-1.414.684.441,38
Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL Ajustada	2.758.052.440,04
% da DCL sobre a RCL Ajustada	-51,29
Limite definido por Resolução – Senado Federal	3.309.662.928,05
Limite de Alerta – inciso III do § 1º do art. 59 da LRF	2.978.696.635,25

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Dívida Consolidada Líquida)

De acordo com o apurado, verifica-se que a dívida consolidada líquida não extrapolou os limites máximo e de alerta previstos, estando em acordo com a legislação supramencionada.

²⁷ CF, art. 166-A, §1º.



3.4.7 Operações de crédito

3.4.7.1 Limite global

Segundo o art. 29, III, da LRF, operações de crédito são compromissos financeiros assumidos em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

A Constituição da República outorgou a competência ao Senado Federal para dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno dos municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal (art. 52).

Por meio do art. 7º, I, da Resolução 43, de 21 de dezembro de 2001, o Senado Federal definiu que o montante global das operações realizadas pelos Estados em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida (ajustada para cálculo dos limites de endividamento).

Com base nos demonstrativos contábeis integrantes da prestação de contas anual do Município, ao final do exercício em análise, o montante das operações de crédito realizadas representou 4,00% da receita corrente líquida ajustada, conforme se demonstra na tabela a seguir:

Tabela 40 - Operações de Crédito

Valores em reais

Descrição	Valor
Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL Ajustada	2.758.052.440,04
Total Considerado para fins de Apuração do Limite (Valor)	110.413.831,69
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal (Valor)	441.288.390,41
Limite de Alerta, inciso III do §1º do art. 59 da LRF (Valor)	397.159.551,37
Total considerado para fins de apuração do limite (Percentual)	4,00
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal (% sobre a RCL Ajustada)	16,00
Limite de Alerta, inciso III do §1º do art. 59 da LRF (% sobre a RCL Ajustada)	14,40

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Operações de Crédito)

De acordo com o apurado, verifica-se que as operações de crédito internas e externas não extrapolaram os limites máximo e de alerta previstos, estando em acordo com a legislação supramencionada



3.4.7.2 Por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO)

As operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias, são definidas pelo art. 38, *caput*, da LRF como operações de crédito destinadas a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro.

O Senado Federal definiu, conforme art. 10 da Resolução 43/2001, que o saldo devedor dessas operações não poderá exceder, no exercício em que estiver sendo apurado, a 7% (sete por cento) da receita corrente líquida ajustada, observando-se ainda, as disposições contidas nos arts. 14 e 15 daquela resolução.

Com base nos demonstrativos contábeis integrantes da prestação de contas anual do Município, ao final do exercício em análise, o montante das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária realizadas, representou 0,00% da receita corrente líquida ajustada, conforme se demonstra na tabela a seguir:

Tabela 41 - Operações de Crédito – ARO

Valores em reais

Descrição	Valor
Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL Ajustada	2.758.052.440,04
Operações de Crédito - ARO (Valor)	0,00
Limite definido por Resolução do Senado Federal para ARO (Valor)	193.063.670,80
Operações de Crédito - ARO (Percentual)	0,00
Limite definido por Resolução do Senado Federal para ARO (% sobre a RCL Ajustada)	7,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Antecipação de Receitas Orçamentárias)

De acordo com o apurado, verifica-se que as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias não extrapolaram os limites máximo e de alerta previstos, estando em acordo com a legislação supramencionada.

3.4.8 Garantias e contragarantias

Segundo o art. 40, *caput* e § 1º, da LRF, os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, condicionada ao oferecimento de contragarantia em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida.

Através do art. 9º, *caput*, da Resolução 43/2001, o Senado Federal definiu que o saldo global das garantias concedidas pelos municípios não poderá exceder a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida (ajustada para cálculo dos limites de endividamento).



Apresenta-se, nas tabelas a seguir, com base nos demonstrativos contábeis integrantes da prestação de contas anual do Município, o saldo global das garantias concedidas, e das contragarantias recebidas apurados ao final do exercício em análise:

Tabela 42 - Garantias Concedidas

Valores em reais

Descrição	Valor
Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL Ajustada	2.758.052.440,04
Total das Garantias Concedidas	0,00
Percentual do Total das Garantias sobre a RCL Ajustada	0,00
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal (Valor)	606.771.536,81
Limite de Alerta, inciso III do §1º do art. 59 da LRF (Valor)	546.094.383,13

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Garantia e Contragarantia)

De acordo com o apurado, verifica-se que as garantias concedidas não extrapolaram os limites máximo e de alerta previstos, estando em acordo com a legislação supramencionada.

Tabela 43 - Contragarantias Recebidas

Valores em reais

Descrição	Valor
Contragarantias recebidas dos Estados	0,00
Contragarantias recebidas dos Municípios	0,00
Contragarantias recebidas das Entidades Controladas	0,00
Contragarantias recebidas em garantias por meio de Fundos e Programas	0,00
Total das Contragarantias recebidas	0,00
Medidas Corretivas:	

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Garantia e Contragarantia)

De acordo com o apurado, verifica-se que as contragarantias recebidas tiveram valor igual ou superior às garantias concedidas, estando em acordo com a legislação supramencionada.

3.4.9 Disponibilidade de caixa e restos a pagar

Conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais, o limite de inscrição em restos a pagar citado no art. 25, § 1º, IV, “c”, da LRF está relacionado ao disposto no art. 1º, § 1º, da mesma lei que estabelece como pressuposto da responsabilidade na gestão fiscal a ação planejada e transparente, o cumprimento de metas e a obediência a limites e ao disposto no art. 9º da LRF, que estabelece a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira caso seja verificado ao final de cada bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais. Portanto, a verificação da existência de disponibilidade de caixa para a inscrição de restos a pagar deve acontecer em todos os exercícios.



Quanto à execução da despesa orçamentária, da qual se origina os restos a pagar, a LRF estabelece expressamente a necessidade de vinculação dos recursos à finalidade específica, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar 101/2000:

Parágrafo único - os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Nesse sentido, consta do Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Anexo 5 do RGF), que tem como propósito dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas, evidenciando a disponibilidade de caixa líquida para cada um dos recursos vinculados (art. 55 da LRF).

Desta forma, considerando-se as informações encaminhadas pelo responsável na prestação de contas, verificou-se que as informações pertinentes ao Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo (3º quadrimestre do exercício em análise) são as evidenciadas no **APÊNDICE I**.

Assim, do ponto de vista estritamente fiscal, constatou-se que, em 31 de dezembro de 2023, o Poder Executivo analisado possuía liquidez para arcar com seus compromissos financeiros, cumprindo o dispositivo legal previsto no art. 1º, § 1º, da LRF.

De acordo com os dados levantados pelo sistema CidadES, os valores deficitários apurados nas fontes de recursos vinculados “801” (R\$ 250.476,47) e “802” (R\$ 321.247,43) estavam cobertos pelo saldo das disponibilidades financeiras oriundas dos recursos não vinculados de montante igual a R\$ 1.085.296.327,89.

3.4.10 Regra de ouro

Segundo o art. 167, III, da Constituição Federal, é vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. Tal princípio, denominado “Regra de Ouro” das finanças públicas, busca coibir o endividamento para custear despesas correntes.



No exercício em análise, em consulta ao “Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital”, integrante da prestação de contas anual, apurou-se o cumprimento do dispositivo legal, conforme tabela abaixo:

Tabela 44 - Regra de Ouro

Valores em reais

Descrição	Valor
Receitas de operações de crédito consideradas – Realizada (I)	110.413.831,69
Despesa de capital líquida - Empenhada (II)	407.838.431,86
Resultado para apuração da Regra de Ouro (III = II – I)	297.424.600,17

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Receitas de Operação de Crédito e Despesa de Capital)

3.4.11 Alienação de Ativos

O artigo 44 da LRF veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

No exercício em análise, constatou-se o cumprimento do dispositivo legal previsto na LRF, conforme demonstrado na tabela abaixo e no **APÊNDICE J**.

Tabela 45 - Alienação de Ativos

Valores em reais

Descrição	Valor
Receita de Alienação de Ativos	
Receitas Realizadas	2.081.993,14
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	
Despesas Pagas	113.948,03
Pagamento de Restos a Pagar	972.452,22
Saldo Financeiro a Aplicar	
Exercício Anterior	5.702.218,60
Exercício Atual [Receitas Realizadas – (Despesas Pagas + Pagamento de Restos a Pagar)]	995.592,89
Saldo Atual (Exercício Anterior + Exercício Atual)	6.697.811,49

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - Gestão Fiscal (Alienação de Ativos)

3.5 Renúncia de receitas

A presente seção busca avaliar a transparência e a conformidade dos instrumentos utilizados para instituição das renúncias de receitas, em atenção aos critérios constitucionais, em especial, ao disposto no art. 150, § 6º, e art. 165 § 6º, ambos da Constituição Federal, bem como o cumprimento dos requisitos exigidos pelos art. 113 do ADCT e 14 da LRF, por ocasião da concessão ou renovação de incentivos fiscais.

O art. 150, § 6º, da Constituição exige que as renúncias de receitas sejam concedidas somente por lei específica que regule exclusivamente a matéria ou o respectivo



tributo. Em paralelo, o art. 113 do ADCT impõe que a proposição legislativa que crie ou altere renúncia de receita deva ser acompanhada da estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro. Na mesma linha, o art. 14 da LRF estabelece que a concessão ou ampliação de benefício tributário seja acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que inicia sua vigência e nos dois seguintes e atenda ao disposto na LDO. Ademais, requer a demonstração de que a renúncia tenha sido considerada na estimativa de receita e que não afetará as metas fiscais previstas na LDO ou, alternativamente, a indicação de medidas de compensação, na forma de aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

O art. 165 § 6º, da Constituição exige que o projeto de lei orçamentária seja acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Nesse sentido, a apresentação dos resultados relativos às análises sobre a renúncia de receitas tem como base os documentos apresentados na prestação de contas (Demonstrativo da Renúncia de Receita - DEMRE, Demonstrativo das Imunidades Tributárias - DEIMU e LCARE) e consultas ao portal de transparência do município e está organizada nos seguintes tópicos: análise da conformidade dos requisitos, planejamento, equilíbrio fiscal e transparência das renúncias de receitas.

3.5.1 Análise de conformidade dos requisitos para concessão e ampliação da renúncia de receita

Nesta análise avalia-se a conformidade legal dos benefícios fiscais vigentes no município, destacando aqueles instituídos no exercício a partir dos critérios estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

A partir das informações apresentadas no LCARE e aferição no portal de legislação dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, constatou-se que **não foi aprovada** nenhuma norma concedendo ou ampliando benefício ou incentivo de natureza tributária que decorra em renúncia de receita durante o exercício.



Além disso, a partir da análise do DEMRE verificou-se que todos os benefícios fiscais concedidos no exercício foram aprovados mediante lei.

3.5.2 Planejamento das renúncias de receitas

O planejamento das renúncias de receitas é representado por um conjunto de ações que permite vislumbrar as prioridades e os objetivos da Administração Pública, assim como avaliar a eficiência e relevância da política pública insculpada no investimento indireto adotado através da instituição de benefícios fiscais que ocasionam renúncia de receita.

Na sequência, avalia-se o planejamento da renúncia de receita a partir dos instrumentos orçamentários para o exercício, LDO – Lei Municipal 9.865/2022 e a LOA – Lei Municipal 9.901/2022.

Avaliando o Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita do Anexo de Metas Fiscais da LDO, observou-se que a apresentação do mesmo atendeu ao modelo do Manual de Demonstrativos Fiscais, de forma que o planejamento realizado abrangeu todas as hipóteses de benefícios fiscais executados no curso do exercício, conforme declaração do Demonstrativo de Renúncia de Receita (DEMRE).

No que se refere a LOA observou-se que **apresentou o demonstrativo regionalizado do efeito**, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, reproduzindo de forma regionalizada o conteúdo planejado no Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita do Anexo de Metas Fiscais da LDO.

3.5.3 Equilíbrio fiscal nas renúncias de receitas

Nesta análise verifica a governança desprendida em busca do equilíbrio fiscal das renúncias de receitas nos instrumentos de planejamento e orçamento, na concessão ou renovação dos incentivos fiscais e na execução orçamentária do exercício.

O equilíbrio fiscal das renúncias de receitas deve ser evidenciado na instituição de novos projetos de leis que deverão indicar a medida de neutralidade capaz de conter os efeitos estimados a partir do impacto orçamentário e financeiro, além das hipóteses



planejadas para o mesmo fim nos instrumentos de planejamento e orçamento do exercício e na execução do orçamento propriamente dita.

Sobre os instrumentos de planejamento, observou-se que o Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da LDO apontou que o equilíbrio fiscal seria considerado na tramitação da proposta orçamentária. Da mesma forma, a LOA reproduziu o planejamento da LDO, estabelecendo a mesma previsão.

No que se refere a concessão ou renovação dos incentivos fiscais no exercício, verificou-se que o município não apresentou nenhuma inovação legislativa.

Na análise da execução orçamentária do exercício, quanto às renúncias de receitas, verificou-se que o montante global planejado para concessão de benefícios fiscais no Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da LDO foi de **R\$ 30.640.906,74** e cotejando com o volume de **R\$ 38.962.032,45** declarado no DEMRE quanto a concessão de tais benefícios, demonstrando que a renúncia de receita executada foi superior ao volume previsto na peça orçamentária.

Contudo, vale destacar que fazendo mesmo confronto entre o planejamento orçamentário da renúncia de receita e os valores executados de forma individual, constatou-se que o déficit supra tem relação a concessão dos benefícios previstos no art. 25 a 34 da Lei Municipal 6075/2003, regulamentada pelo Decreto 13.314/2007, quanto a redução de alíquota do ISSQN. A previsão de renúncia no Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da LDO foi de R\$ 5.103.527,97 enquanto o montante não arrecadado totalizou R\$ 8.419.846,77, conforme declarado no DEMRE, situação que aponta para risco fiscal e necessidade de ajustes na elaboração orçamentária, a fim de evitar a dependência do comportamento de outras previsões orçamentárias para evitar o comprometimento da saúde fiscal do município.

A seguir apresenta-se os dados da execução orçamentária da receita no exercício para fins de avaliação de risco da concessão de renúncia de receita na manutenção do equilíbrio fiscal.

**Tabela 46 – Execução Orçamentária da Receita**

Receita	Previsto	Arrecadado	Resultado
Total da Receita Arrecadada	2.788.392.266,00	3.233.921.981,87	445.529.715,87
Total da Receita – Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	895.388.854,00	1.135.098.841,25	239.709.987,25

Fonte: Balancete da Execução Orçamentária Consolidado.

Com base nos dados globais da arrecadação do município, observou-se que, apesar das falhas no planejamento, a renúncia de receita não foi capaz de gerar riscos ao equilíbrio fiscal no exercício, visto que o município apresentou superavit no total da Receita – Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria.

3.5.4 Transparência das renúncias de receitas

Nesta análise verifica-se a transparência do planejamento das renúncias de receitas na LDO e na LOA, bem como a transparência na concessão ou renovação dos incentivos fiscais no exercício.

A transparência é essencial enquanto meio de divulgação e circularização das intenções e ações que refletem o comportamento da Administração Pública. Assim, publicizar informações relevantes da gestão pública é permitir que a sociedade e seus agentes possam participar e controlar os atos administrativos e em especial aquilo que está deixando de ser arrecadado a partir da política de renúncia de receita.

Entende-se que para cumprir a transparência da renúncia de receitas nos instrumentos de planejamento é necessário a divulgação dos Demonstrativos exigidos pela LRF e pela Constituição Federal juntamente com as peças orçamentárias do exercício.

Em consulta ao Portal Transparência do Município, constatou-se:

a) **a transparência** do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia na LOA;



b) **a transparência** do Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da LDO, em face da falta de demonstração do planejamento fiscal no modelo adotado pelo Manual de Demonstrativos Fiscais.

3.5.5 Considerações finais

Considerando a análise empreendida, foi possível evidenciar as seguintes não conformidades legais:

a) Falha nas ações de responsabilidade fiscal para concessão de renúncia de receitas: equilíbrio fiscal (3.5.3)

Em face disso, sugere-se:

Dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo, como forma de alerta, para a necessidade do município aperfeiçoar o planejamento das peças orçamentárias, visando atender aos princípios da gestão fiscal responsável, observando a necessária manutenção do equilíbrio fiscal e garantindo a transparência.

3.6 Condução da Política Previdenciária

As contas anuais, objeto de apreciação nestes autos, refletem a atuação do chefe do Poder Executivo no exercício das funções de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, incluindo sua responsabilidade sobre a condução da política previdenciária no ente patrocinador do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), nos termos estabelecidos pelo art. 40 da Constituição Federal, assim como pelo art. 69 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O escopo de análise da gestão previdenciária nas contas do chefe do Poder Executivo envolve os aspectos seguintes: estruturação da unidade gestora única do RPPS; preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do regime; existência de programação orçamentária específica contemplando o plano de amortização do déficit atuarial; validade do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP); entre outros itens abrangidos pelo Anexo II da Resolução TC 297/2016.

A execução do trabalho foi pautada na análise de peças e demonstrativos encaminhados pelo chefe do Poder Executivo, na prestação de contas dos demais



órgãos e entidades vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, assim como em informações disponibilizadas pela Secretaria de Previdência do Governo Federal, em consonância com o disposto pela Instrução Normativa TC 68/2020.

Compete ao Núcleo de Controle Externo de Pessoal e Previdência (NPPREV) a elaboração de relatório técnico específico versando sobre a condução da política previdenciária no ente patrocinador do RPPS, incluindo eventuais circunstâncias que possam repercutir na apreciação das contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo, nos termos estabelecidos pelo art. 9º, §§ 1º e 2º, da Resolução TC 297/2016²⁸.

O resultado da análise técnica foi inserido no **Relatório Técnico 00077/2024-6** (peça 66 destes autos), com a finalidade de subsidiar a emissão de parecer prévio por parte deste Tribunal de Contas, em atendimento ao art. 76 da Lei Complementar 621/2012.

Considerando o resultado das análises, no que tange à condução da política previdenciária no exercício de 2023, depreende-se pela ausência de indicadores de não conformidades capazes de modificar a opinião técnica sobre a regularidade das contas apresentadas pelo chefe do Poder Executivo.

3.7 Riscos à sustentabilidade fiscal

A adequada identificação, análise e gestão de riscos fiscais pode ajudar a assegurar o equilíbrio das contas públicas no médio e no longo prazo. A guerra da Rússia e Ucrânia em 2022, a pandemia da Covid-19 iniciada em 2020, a queda no preço do petróleo em 2014/2015 e a crise financeira mundial em 2008 são eventos que expõem a vulnerabilidade das contas governamentais a riscos em diferentes níveis de governo, e em diversas partes do mundo. No Espírito Santo, além desses eventos de repercussão mundial, registram-se eventos climáticos (secas e inundações) e a

²⁸ Art. 9º A instrução dos processos de tomada ou prestação de contas apresentadas pelos ordenadores de despesas e administradores dos regimes próprios de previdência municipal e estadual, observará o seguinte escopo: (...)

§ 1º Serão consideradas nas contas de governo as irregularidades ou impropriedades identificadas na instrução dos processos de que trata o caput deste artigo que possam repercutir na apreciação das contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo; (Parágrafo incluído pela Resolução 320/2018, DOELTCEES 26.9.2018)

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, a unidade técnica responsável pela instrução dos processos de prestação de contas dos regimes próprios de previdência elaborará o relatório técnico específico que subsidiará a análise das contas de governo. (Parágrafo incluído pela Resolução 320/2018, DOELTCEES 26.9.2018)



paralisação da Samarco em 2015 que afetaram o desempenho fiscal de diversos municípios do estado.

Os riscos fiscais ensejam desafios e justificam um acompanhamento para a avaliação mais pormenorizada deles, seja para evitar que se consumem, seja para tornar a mensuração do risco fiscal mais fidedigna à realidade. A adequada identificação e análise dos riscos fiscais permite antecipar as repercussões a fim de mitigar as suas consequências tanto no âmbito fiscal quanto em seus reflexos sociais.

3.7.1 Limite 85% e 95% da EC 109/2021

A Emenda Constitucional nº 109, 15 de março de 2021²⁹ trouxe uma grande novidade: a cláusula de emergência fiscal para os entes subnacionais (estados, DF e municípios), que se verifica tendo como indicador a relação entre despesas correntes e receitas correntes, considerada a medida da poupança corrente do ente.

Caso as despesas correntes atinjam 95% das receitas correntes, num período de 12 meses, é facultado ao Estado, ao DF e aos municípios, mediante seus poderes e órgãos autônomos, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação de diversas despesas (pessoal, obrigatória, financiamento, subsídios e subvenções, incentivo ou benefício tributário). Antes de se atingir os 95%, mas depois de ter atingido os 85%, as medidas podem ser implementadas no todo ou em parte de imediato por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata (submetido, em regime de urgência, à apreciação do Legislativo), facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos.

O atingimento do limite de 85% faculta (“sugere”) ao ente subnacional a adoção prudencial de algumas medidas de contenção para evitar o atingimento do limite máximo de 95%, a partir do qual aplica-se o previsto no [§ 6º do art. 167-A da Constituição Federal](#).

²⁹ A EC nº 109/2021 altera o arcabouço jurídico das regras fiscais: cria estado de emergência fiscal para União, Estados/DF e Municípios; disciplina o estado de calamidade pública de âmbito nacional; determina plano de redução de benefícios e incentivos fiscais; suspende condicionalidades legais para a concessão de auxílio emergencial residual; e possibilita o uso do superávit financeiro para pagamento de dívida até 2023.



O texto normativo apenas **faculta** aos entes federados subnacionais aplicar medidas de ajuste fiscal, expressas em vedações se e enquanto a relação entre despesas correntes e receitas correntes, nos dozes meses, no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, superar 95%.

Apesar de as medidas de correção serem facultativas, na hipótese de o limite superar a relação de 95%, **veda-se** a concessão/obtenção de garantias e a realização de operações de crédito com outro ente (usualmente a União), **até que todas as medidas** tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos do estado, DF ou município, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas.

Dessa forma, o acompanhamento da relação despesa corrente/receita corrente, imposto pela EC nº 109/2021 vai ao encontro da sustentabilidade fiscal. Tomando como base os valores apurados³⁰ pelo Painel de Controle do TCE-ES³¹ para a despesa corrente e a receita corrente no ano de 2023, o município de **Vitória** obteve o resultado de **76,19%**.

3.7.2 Índice de Situação Previdenciária do RPPS (ISP-RPPS)

O ISP-RPPS é calculado somente para os entes federativos que possuem Regimes Próprios de Previdência Social, conforme dados da legislação encaminhada pelos entes federativos na forma prevista na alínea “a” do inciso XVI do art. 5º da Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2008, e registrada no CADPREV na data base da apuração do indicador.

A classificação do ISP é determinada com base na análise dos seguintes indicadores, relacionados aos seguintes aspectos: 1) Gestão e transparência: Indicador de Regularidade, Indicador de Envio de Informações e Indicador de Modernização da Gestão; 2) Situação financeira: Indicador de Suficiência Financeira e Indicador de Acumulação de Recursos; 3) Situação atuarial: Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários.

³⁰ A apuração da relação entre a receita corrente e a despesa corrente considera 12 (doze) meses móveis no mesmo formato da apuração da Receita Corrente Líquida - RCL e da despesa total com pessoal apurada para fins dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Para fins de cálculo, foram utilizados os dados das receitas correntes e despesas correntes, exceto intraorçamentárias (Nota Técnica 005/2021 da Secretaria Geral de Controle Externo do TCE-ES).

³¹ Fonte: [Painel de Controle](#).



O Indicador de Regularidade visa verificar a conformidade dos entes federativos quanto ao cumprimento dos critérios exigidos para a emissão do CRP (Certificados de Regularidade Previdenciária).

O Indicador de Envio de Informações visa verificar o grau de transparência dos entes federativos em relação ao envio das informações exigidas com base no parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.717, de 1998.

O Indicador de Modernização da Gestão visa identificar os RPPS que adotaram melhores práticas de gestão previdenciária com base nas informações relativas à obtenção de certificação institucional no âmbito do Pró-Gestão RPPS.

O Indicador de Suficiência Financeira visa avaliar o grau de cobertura das despesas do RPPS pelas receitas do regime e corresponderá à razão do valor anual de receitas pelo valor anual de despesas previdenciárias.

O Indicador de Acumulação de Recursos visa avaliar a capacidade do RPPS de acumular recursos para o pagamento dos benefícios previdenciários e corresponderá à razão do acréscimo ou decréscimo anual das aplicações de recursos pelo total de despesas previdenciárias do exercício.

O Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários visa avaliar a solvência do plano de benefícios e corresponderá à razão entre os valores das provisões matemáticas previdenciárias e o total das aplicações financeiras e disponibilidades do RPPS.

O [Índice de Situação Previdenciária \(ISP\) de 2023](#) manteve a mesma classificação em relação a 2022 (B), mas com uma piora na “gestão e transparência” (de A para B).

3.7.3 Indicador de Vulnerabilidade Fiscal (IVF)

O Índice de Vulnerabilidade Fiscal (IVF), criado pelo TCEES em 2021, tem o objetivo de avaliar e apresentar o grau de vulnerabilidade das finanças municipais à ocorrência de eventos, denominados riscos fiscais, que possam afetar negativamente a trajetória das contas públicas, comprometendo o alcance das metas estabelecidas, ou, na ausência ou inconsistência dessas metas, comprometer a sustentabilidade fiscal do município.



O objetivo do IVF **não** é identificar os riscos fiscais³² dos municípios, que dependem de suas características específicas e de suas estruturas orçamentária e patrimonial, mas sim revelar até que ponto eles estão preparados, do ponto de vista da robustez das finanças municipais, para lidar com riscos, caso eles ocorram. Espera-se também estimular os municípios para que eles adotem ou aprimorem suas práticas de gestão de risco fiscal.

O IVF leva em conta a margem entre receitas e despesas recorrentes, o nível do ativo financeiro, a dívida consolidada bruta (endividamento) e a situação da previdência. Atribuiu-se uma “nota” de baixa, média ou alta³³ vulnerabilidade para cada um desses indicadores. Da combinação das notas, extrai-se o resultado final, indicando, do ponto de vista das finanças públicas, o grau de vulnerabilidade a riscos fiscais (diminuição inesperada da receita ou do ativo, ou aumento inesperado da despesa ou passivo).³⁴

A nota geral do IVF do município em **2019** foi **58 (média vulnerabilidade)**, passando para **67 (média vulnerabilidade)** em **2020**, atingindo **42 (baixa vulnerabilidade)** em **2021**, mantendo **42 (baixa vulnerabilidade)** em **2022** e alcançando **41 (baixa vulnerabilidade)** em **2023**.

Município	ÍNDICE DE VULNERABILIDADE FISCAL (IVF)				
	2019	2020	2021	2022	2023
Vitória	58	67	42	42	41

³² Risco Fiscal se refere à ocorrência de eventos que podem afetar negativamente os níveis de receita ou despesa, ou ainda o valor dos ativos ou passivos, em magnitude tal que possam inviabilizar o alcance das metas e objetivos estabelecidos no orçamento ou outros instrumentos de planejamento. Em suma: os riscos fiscais afetam negativamente a receita ou o ativo, ou ainda aumentem a despesa ou o passivo.

³³ “Baixa = 1”, “Média = 2” e “Alta = 3”. Como são 4 indicadores, a nota geral pode variar entre 4 a 12, sendo a primeira terça parte com nota geral de 4 a 6 (“Baixa”), a segunda terça parte com nota geral entre 7 e 9 (“Média”) e a terceira terça parte variando de 10 a 12 (“Alta”). A nota geral foi transformada em escala de 100, via regra de três, para facilitar a comunicação: alta vulnerabilidade (nota geral entre 83 a 100); média vulnerabilidade (nota geral entre 58 a 75); e baixa vulnerabilidade (nota geral entre 33 a 50).

³⁴ Ver detalhes do IVF no [Painel de Controle](#).



3.7.4 Considerações finais

Do exposto acima, pode-se apontar a seguinte situação que exige atenção para uma favorável gestão de riscos pelo município³⁵:

- Apesar de manter em 2023 a mesma classificação previdenciária do ano anterior (B), houve piora no indicador de “gestão e transparência” (de A para B).

3.8 Opinião sobre a execução dos orçamentos

Com o intuito de fundamentar o parecer prévio do TCEES acerca da execução dos orçamentos do Município e demais operações realizadas com recursos públicos municipais, foram analisados e consignados na **seção 3**, pontos de controle importantes relativos à gestão orçamentária, financeira, fiscal, renúncia de receitas e condução da política previdenciária.

Com o intuito de fundamentar o parecer prévio do TCEES acerca da execução dos orçamentos do Município e demais operações realizadas com recursos públicos municipais, foram analisados e consignados na **seção 3**, pontos de controle importantes relativos à gestão orçamentária, financeira, fiscal, renúncia de receitas e condução da política previdenciária.

De forma geral, a análise demonstrou que o Município tem observado os parâmetros fiscais (formalidades, limites e metas), bem como atende em especial aos limites constitucionais da saúde, educação, “regra de ouro”, e, do ponto de vista estritamente fiscal, possui liquidez para arcar com seus compromissos financeiros.

Assim, conclui-se que **foram observados**, em todos os aspectos relevantes, os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública municipal, bem como as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Município e nas demais operações realizadas com recursos públicos municipais, em especial quanto ao que estabelece a LOA.

³⁵ O Parecer do Controle Interno considerou a prestação de contas regular com base nos pontos de controle avaliados.



Nesse sentido, para efeito de fundamentação do parecer prévio sobre as contas do chefe do Poder Executivo municipal referentes ao exercício de 2023, propõe-se ao Tribunal de Contas emitir **opinião sem ressalva** sobre a execução dos orçamentos.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO

O artigo 124 do Regimento Interno do TCEES, aprovado pela Resolução TC 261 de 4 de junho de 2013 (RITCEES), estabelece que o parecer prévio deve demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro.

Para cumprir esse objetivo, foi procedida a análise da **relevância e da representação fidedigna** das informações contábeis consolidadas que compõem a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo Municipal.

Vale ressaltar, no entanto, dada a limitação de recursos humanos, que a verificação desses atributos da informação contábil não foi efetuada por meio de auditoria financeira ou revisão limitada de demonstrações contábeis. O trabalho ficou restrito a análises de conformidade e conciliações entre os demonstrativos contábeis e os demais relatórios que compõem a Prestação de Contas Anual do exercício.

4.1 Consistência das demonstrações contábeis

Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP 11, as demonstrações contábeis devem apresentar adequadamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade que reporta, cuja finalidade é proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão, a prestação de contas e a responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados.

A norma também destaca que essa apresentação adequada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros eventos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, receitas e despesas como estabelecido nas demais NBCs TSP.



Objetivando verificar se as demonstrações contábeis que compõem a prestação de contas representam fidedignamente a situação patrimonial da entidade, foi realizada por meio do Sistema CidadES, segundo os pontos de controle predefinidos, a análise de consistência dos dados encaminhados pelo(a) responsável e evidenciados no Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, no Balanço Financeiro e no Balanço Orçamentário, tal como demonstrado a seguir.

4.1.1 Integridade entre a demonstração das variações patrimoniais e o balanço patrimonial em relação ao resultado patrimonial

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 47 - Resultado Patrimonial		Valores em reais
Exercício atual		
DVP (a)		-4.137.063.947,99
Balanço Patrimonial (b)		-4.137.063.947,99
Divergência (a-b)		0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALPAT, DEMVAP

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

4.1.2 Consolidação do balanço patrimonial

Consolidação das demonstrações contábeis é o processo de agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade, excluindo-se as transações recíprocas, de modo a disponibilizar os macros agregados do setor público, proporcionando uma visão global do resultado.

Os critérios de consolidação a serem utilizados para a adequada elaboração das demonstrações contábeis estão dispostos no § 1º do artigo 50 da LRF, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Ressalta-se também que foi criado no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público



(PCASP) um mecanismo para a segregação dos valores das transações que devem ser incluídas ou excluídas na consolidação.

Em 2023, as demonstrações contábeis consolidadas do Município foram elaboradas de forma automatizada no sistema CidadES, tendo por base as informações encaminhadas pelos entes jurisdicionados. O procedimento visou assegurar que os valores refletidos naquelas demonstrações contábeis refletem com exatidão as informações contábeis encaminhadas mensalmente pelos jurisdicionados em suas prestações de contas.

Para a elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município no sistema CidadES foram utilizados os critérios de consolidação aplicáveis por meio do mecanismo previsto no PCASP.

O procedimento de consolidação do Balanço Patrimonial foi evidenciado, na Unidade Gestora Consolidadora para fins de acompanhamento, no ponto de controle “Contas Patrimoniais Intraorçamentárias – Saldo Final”, conforme tabela a seguir.

Tabela 48 - Contas Patrimoniais Intra		Valores em Reais
Descrição		Saldo Final
Ativo Total [grupos 1.X.X.X.2.XX.XX]		0,00
Passivo Total [grupos 2.X.X.X.2.XX.XX]		0,00
Divergência		0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALANCONT (Balancete Isolado Código Contábil)

O procedimento de consolidação automatizado aplicado pelo sistema CidadES no Balanço Patrimonial identificou que as contas contábeis de natureza patrimonial, cujo 5º nível igual a 2 (“intra”), **obedecem** às disposições do PCASP, do Manual de Demonstrativos Contábeis (MCASP) editado pela Secretaria do Tesouro Nacional e ao disposto no §1º do artigo 50 da LRF no que tange à sistemática de consolidação, uma vez que o total dos saldos finais devedores das contas contábeis “intra” dos grupos 1.X.X.X.2.XX.XX (R\$ 0,00) **não diverge** do total dos saldos finais credores das contas contábeis “intra” dos grupos 2.X.X.X.2.XX.XX (R\$ 0,00) no Balancete de Verificação (Mês 13 Consolidado).



4.1.3 Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o MCASP, a definição de Caixa e Equivalentes de Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, além das aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Inclui, ainda, a receita orçamentária arrecadada que se encontra em poder da rede bancária em fase de recolhimento.

A Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP EC – destaca por sua vez que, para ser útil, as informações incluídas nas demonstrações contábeis, além de representar fidedignamente aquilo que se pretende representar, devem ser relevantes.

Nesse sentido, para verificar a representação fidedigna, bem como a relevância dos valores registrados no elemento patrimonial Caixa e Equivalentes de Caixa, foi realizada a análise por meio do confronto entre o saldo contábil (conciliado com os saldos bancários das disponibilidades financeiras, ao final do exercício) evidenciado no Termo de verificação das disponibilidades, em 31 de dezembro de 2023 (documento TVDISP), constante das prestações de contas das Unidades Gestoras, com o saldo contábil registrado no Balanço Patrimonial Consolidado do Município no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Tabela 49 - Saldos Contábeis das Disponibilidades **Valores em reais**

Unidades Gestoras	TVDISP (excluindo intra)
077E0300001 - Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória	8.078.726,85
077E0500001 - Fundo Municipal de Saúde de Vitória	136.682.775,17
077E0500002 - Fundo Municipal do Procon de Vitória	40.525.865,27
077E0500003 - Fundo Municipal de Habitação de Vitória	3.842.044,37
077E0500004 - Fundo Municipal de Assistência Social de Vitória	7.547.239,77
077E0500005 - Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos de Vitória	5.868.259,76
077E0500006 - Fundo Municipal de Cultura de Vitória	6.972.152,73
077E0500007 - Fundo Ambiental do Município de Vitória	23.113.355,38
077E0500008 - Fundo de Desenvolvimento do Turismo de Vitória	18.378,03
077E0500009 - Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de Vitória	5.675.290,44
077E0500010 - Fundo de Desenvolvimento do Município de Vitória	29.587,02
077E0500011 - Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória	68.149,17
077E0500012 - Fundo Municipal de Segurança Urbana de Vitória	5.228.817,66
077E0500013 - Fundo Municipal de Combate à Corrupção de Vitória	24.531,50


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

Unidades Gestoras	TVDISP (excluindo intra)
077E0500014 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Vitória	0,00
077E0500015 - Fundo Municipal do Trabalho de Vitória	123.075,27
077E0500016 - Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil de Vitória	0,00
077E0500017 - Fundo Municipal de Educação Infantil e do Ensino Fundamental de Vitória	0,00
077E0600001 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Vitória	5.178.372,87
077E0600002 - Secretaria Municipal de Obras de Vitória	88.778.173,45
077E0600003 - Secretaria Municipal de Governo de Vitória	7.685.440,32
077E0600004 - Secretaria Municipal de Cultura de Vitória	11.597.054,53
077E0600005 - Secretaria Municipal de Educação de Vitória	111.515.444,47
077E0600006 - Secretaria de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana de Vitória	22.617.647,46
077E0600007 - Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de Vitória	2.060.919,89
077E0600009 - Procuradoria Geral do Município de Vitória	1.942.249,87
077E0600013 - Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória	1.402.560,07
077E0600014 - Secretaria Municipal de Segurança Urbana de Vitória	8.258.971,73
077E0600016 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória	11.257.607,23
077E0600017 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Habitação de Vitória	6.734.293,15
077E0600018 - Controladoria Geral do Município de Vitória	4.802,71
077E0600019 - Secretaria Municipal de Fazenda de Vitória	1.234.247.224,05
077E0600021 - CENTRAL DE SERVIÇOS	57.097.883,85
077E0600022 - Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação de Vitória	9.888.823,40
077E0700001 - Prefeitura Municipal de Vitória	0,00
077E0800001 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória	260,04
077E0900001 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Financeiro	1.051,97
077E0900002 - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória - Fundo Previdenciário	0,00
077L0200001 - Câmara Municipal de Vitória	9.505.742,25
TOTAL	1.833.572.771,70

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCA/2023 – TVDISP (conta contábil 1.1.1.0.0.00.00)

Tabela 50 - Caixa e Equivalentes de Caixa (Saldos Contábeis) Valores em reais

Contas Contábeis	Balanco Patrimonial (Consolidado) (a)	TVDISP (excluindo intra) (b)	Diferença (a-b)
Caixa e Equivalentes de Caixa (1.1.1.0.0.00.00)	1.833.572.771,70	1.833.572.771,70	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 – PCA-PCM/2023 – TVDISP, BALPAT

Após a análise, verificou-se que o Balanço Patrimonial Consolidado do Município apresenta conformidade com a posição patrimonial da conta Caixa e Equivalente de Caixa do Município, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, confrontado com os saldos contábeis conciliados destes ativos discriminados por UG no arquivo TVDISP.



4.1.4 Dívida ativa

De acordo com o MCASP, a dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. É uma fonte potencial de fluxos de caixa e é reconhecida contabilmente no ativo.

Já a NBC TSP 01³⁶ destaca que a entrada de recursos de transação sem contraprestação deve ser reconhecida como ativo quando: (a) for provável que os benefícios econômicos futuros e o potencial de serviços associados com o ativo fluam para a entidade; e (b) o valor justo do ativo puder ser mensurado de maneira confiável.

Em sintonia com essa definição de ativo, o MCASP ressalta também o ativo deve ser reconhecido quando satisfizer a definição de ativo e puder ser mensurado de maneira que observe as características qualitativas, levando em consideração as restrições sobre a informação contábil.

Cabe destacar que os montantes inscritos em dívida ativa apresentam, por certo, grande probabilidade de conterem em seu escopo créditos que não se realizarão em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros. Assim, faz-se necessário que os créditos a receber que apresentem probabilidade de não realização sejam ajustados a valor recuperável, realizado por intermédio de uma conta redutora denominada “Ajuste de perdas de créditos”.

Neste sentido, o MCASP prescreve que os riscos de recebimentos de direitos são reconhecidos em contas de ajustes, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

No mesmo sentido, a NBC TSP EC³⁷ dispõe que os ativos mensurados pelo custo histórico podem ter seu valor ajustado, na medida em que o seu potencial de serviços ou capacidade de gerar benefícios econômicos diminuiu devido a mudanças nas condições econômicas ou em outras condições.

³⁶ NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação, item 31

³⁷ NBC TSP EC, item 7.15



O saldo contábil da dívida ativa deve corresponder à representação fidedigna do que pretende representar, ou seja, sua evidenciação deve ser completa, neutra e livre de erro material, cumprindo a característica qualitativa da representação fidedigna³⁸.

A NBC TSP EC destaca por sua vez que, para ser útil, as informações incluídas nas demonstrações contábeis, além de representar fidedignamente aquilo que se pretende representar, devem ser relevantes.

Dessa forma, objetivando verificar a representação fidedigna do estoque de dívida ativa evidenciado no Balanço Patrimonial Consolidado, bem como a relevância dos valores, foi realizado o procedimento de verificação dos saldos, por meio do confronto entre o saldo contábil relativo a dívida ativa registrada nos créditos a receber a curto e longo prazo com os saldos constantes do Demonstrativo da Dívida Ativa, documento DEMDAT, integrante das prestações de contas das Unidades Gestoras que compõem o Balanço Patrimonial Consolidado do Município.

Tabela 51 - Dívida Ativa Tributária e não Tributária **Valores em reais**

Saldo anterior – DEMDAT (excluindo intra)	3.661.214.671,66
Acréscimos no exercício – DEMDAT (excluindo intra)	549.253.094,77
Baixas no exercício – DEMDAT (excluindo intra)	175.928.591,82
Saldo para o próximo exercício - DEMDAT (a) (excluindo intra)	4.034.539.174,61
Saldo contábil – BALPAT Consolidado (b)	4.034.539.174,61
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 – PCA-PCM/2023 – DEMDAT, BALPAT

Com base na análise, verificou-se que o estoque de dívida ativa tributária e não-tributária, registrada nos créditos a receber a curto e longo prazo, está em consonância com os saldos constantes do Demonstrativo da Dívida Ativa, documento DEMDAT integrante das prestações de contas das Unidades Gestoras que compõem o Balanço Patrimonial Consolidado do Município.

Adicionalmente, foram analisados os saldos relativos à constituição de perdas estimadas em créditos de dívida ativa (ajuste de perdas), curto e longo prazos, por meio dos registros no Balancete de Verificação Anual Consolidado:

³⁸ NBC TSP EC, item 3.10



Tabela 52 - Ajuste para perdas de créditos de dívida ativa

Valores em reais

Descrição da Conta Contábil	Saldo no BALVERF
1.1.2.9.1.04.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.1.05.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.2.04.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.2.05.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.3.04.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.3.05.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.4.04.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.4.05.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.5.04.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.1.2.9.5.05.00 (-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.1.1.99.04 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	1.494.299.274,60
1.2.1.1.1.99.05 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	328.463.860,93
1.2.1.1.2.99.04 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.1.2.99.05 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.1.3.99.04 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.1.3.99.05 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.1.4.99.04 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.1.4.99.05 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.1.5.99.04 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.1.5.99.05 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00
1.2.1.2.1.99.01 (-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - DEMAIS CRÉDITOS	0,00
1.2.1.2.1.99.07 (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS APURADOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - DEMAIS CRÉDITOS	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALANCONT (Balancete Isolado Código Contábil)

Em relação ao reconhecimento do ajuste para perdas estimadas em créditos de dívida ativa, verificou-se que os créditos inscritos em dívida ativa, evidenciados no Balanço Patrimonial Consolidado, foram ajustados a valor realizável, por meio da utilização da conta redutora de ajustes para perdas estimadas. Ressalta-se, no entanto, que não foram realizadas análises sobre a metodologia adotada para fins de mensuração e registro do ajuste para perdas estimadas.

4.1.5 Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um exercício.

É importante destacar que o ativo imobilizado é registrado em dois subgrupos que são: os bens em operação como máquinas, equipamentos, móveis, terrenos,



edificações e benfeitorias, instalações etc., classificados³⁹ em: 1.2.3.1.1.00.00 e 1.2.3.2.1.00.00, respectivamente Bens móveis e Bens imóveis. E os bens em andamento, que são os ativos que estão na fase de implantação, ou ainda, não estão prontos para entrar em operação, como: construção de uma nova edificação, estudos e projetos, implantação de uma nova linha produtiva operacional etc., classificados em: 1.2.3.1.1.07.00, Bens móveis em andamento; e 1.2.3.2.1.06.00, Bens imóveis em andamento.

A NBC TSP 07⁴⁰ estabelece que após o reconhecimento do ativo imobilizado, a entidade deverá optar pelo modelo do custo ou pelo modelo da reavaliação como sua política contábil e aplicar tal política a toda a classe correspondente.

A mesma NBC TSP 07⁴¹ e o MCASP destacam que os elementos do ativo imobilizado que tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação sistemática durante esse período. A apuração da depreciação deve ser feita mensalmente, a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração. A norma contábil ressalva ainda que a depreciação do ativo se inicia quando esse está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento, na forma pretendida pela administração.

A Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP EC – destaca por sua vez que para ser útil, as informações incluídas nas demonstrações contábeis, além de representar fidedignamente aquilo que se pretende representar, devem ser relevantes.

Nesse sentido, visando a verificação da representação fidedigna dos elementos do imobilizado na situação patrimonial em 31 de dezembro de 2023, bem como a relevância dos valores, procedeu-se à conciliação dos registros, por meio do confronto entre o saldo contábil relativo os bens móveis e imóveis registrada no imobilizado com as informações constantes do inventário anual de bens, respectivamente arquivos INVMOV e INVIMO, realizado em 31 de dezembro de 2023, integrante das prestações

³⁹ PCASP Estendido 2021

⁴⁰ NBC TSP 07, item 42

⁴¹ NBC TSP 07, itens 66 e 71



de contas das Unidades Gestoras que compõem o Balanço Patrimonial Consolidado do Município.

Tabela 53 - Imobilizado

Valores em reais

Descrição	Balanço Patrimonial (Consolidado) (a)	Inventário (excluindo intra) (b)	Diferença (a-b)
Bens Móveis (conta contábil 1.2.3.1.1.01.00)	291.550.311,47	291.550.311,47	0,00
Bens Imóveis (conta contábil 1.2.3.2.1.00.00)	1.587.602.501,26	1.587.602.501,26	0,00
Total	1.879.152.812,73	1.879.152.812,73	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 – PCA-PCM/2023 – BALPAT, INVMOV, INVIMO

Efetuada o procedimento, constatou-se que os saldos contábeis dos elementos do ativo imobilizado (bens móveis e imóveis), evidenciados no Balanço Patrimonial Consolidado do Município, estão em conformidade com a posição patrimonial registrada nos inventários anuais sintéticos de bens móveis e imóveis, respectivamente arquivos INVMOV e INVIMO, que integram as prestações de contas das Unidades Gestoras que compõem o Balanço Patrimonial Consolidado do Município.

Adicionalmente, foram analisados os saldos relativos à Depreciação Acumulada, cujos registros devem ocorrer de acordo com o PCASP nas contas contábeis redutoras do ativo imobilizado: 1.2.3.8.1.01.00 – Depreciação Acumulada de bens móveis, 1.2.3.8.1.07.00 - Depreciação Acumulada de bens móveis (Ativos de Concessão), 1.2.3.8.1.02.00 – Depreciação Acumulada de bens imóveis e 1.2.3.8.1.08.00 - Depreciação Acumulada de bens imóveis (Ativos de Concessão).

Tabela 54 - Depreciação Acumulada

Valores em reais

Descrição	Saldo no BALVERF
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis (contas contábeis 1.2.3.8.1.01.00 e 1.2.3.8.1.07.00)	98.138.630,03
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis (contas contábeis 1.2.3.8.1.02.00 e 1.2.3.8.1.08.00)	8.986.313,32

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALANCONT (Balancete Isolado Código Contábil)

Após análise verificou-se a existência de registros de depreciação, evidenciado nas contas contábeis redutoras do ativo imobilizado. Ressalta-se, no entanto, que não foram realizadas análises sobre a metodologia adotada para fins de mensuração e registro da depreciação.



4.1.6 Reconhecimento patrimonial dos precatórios

Conforme definição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, os precatórios correspondem a ordens judiciais contra o ente público federal, estadual, municipal ou distrital, determinando o pagamento de importância por parte da fazenda pública, sendo constituído por intermédio de decisão judicial transitada em julgado.

As entidades de direito público, conforme prescreve o § 5º do artigo 100 da CRFB, são obrigadas a incluir em seus orçamentos a verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

Para efeito desse mandamento constitucional, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução CNJ 303/2019⁴², considera a data de 2 de abril como o momento de requisição do precatório, para aqueles apresentados ao tribunal entre 3 de abril do ano anterior e 2 de abril do ano da elaboração da proposta orçamentária.

No Estado do Espírito Santo, os pagamentos dos precatórios são centralizados no Tribunal de Justiça. Para tanto, o tribunal, conforme previsão expressa no § 1º do artigo 15 da supracitada Resolução, deverá comunicar à entidade devedora até 31 de maio de cada ano, exceto em caso de regulamentação diversa por lei específica, por ofício eletrônico, ou meio equivalente, os precatórios apresentados até 2 de abril, com seu valor atualizado, visando à inclusão na proposta orçamentária do exercício subsequente.

Dessa forma, os precatórios apresentados até 2 de abril do ano da elaboração da proposta orçamentária, deverão ser reconhecidos no saldo contábil do passivo circulante do Balanço Patrimonial Consolidado que compõe a Prestação de Contas do Prefeito do Município em análise, exercício 2023, pois a expectativa de pagamento da obrigação é de até doze meses após a data de encerramento do exercício. Aqueles que ultrapassarem essa data, deverão ser reconhecidos no passivo não circulante,

⁴² Art. 15. Para efeito do disposto no § 5º do art. 100 da Constituição Federal, considera-se momento de requisição do precatório, para aqueles apresentados ao tribunal entre 3 de abril do ano anterior e 2 de abril do ano de elaboração da proposta orçamentária, a data de 2 de abril. (redação dada pela Resolução n. 448, de 25.3.2022)



uma vez que não constarão de proposta orçamentária do exercício que se inicia após a data-base das Demonstrações Contábeis Consolidadas Anuais do Município.

Segundo a Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP EC, o saldo contábil dos precatórios (pessoal, benefícios previdenciários, fornecedores, contas a pagar e outros) dever ser evidenciado de forma completa, neutra e livre de erro material, cumprindo a característica qualitativa da representação fidedigna.

A norma contábil destaca ainda que, para ser útil, as informações incluídas nas demonstrações contábeis, além de representar fidedignamente aquilo que se pretende representar, devem ser relevantes.

Dessa forma, objetivando a verificação da representação fidedigna, bem como a relevância dos valores de precatórios inscritos, reconhecidos como obrigações no Balanço Patrimonial Consolidado do Município, efetuou-se a comparação dos valores registrados no arquivo ESTPREC.XML⁴³, com a lista unificada de precatórios existente no site do Tribunal de Justiça do ES, com lista consolidada de precatórios existente no site do TRT 17ª Região e os registros de precatórios no Balancete de Verificação, que compõem a Prestação de Contas do Prefeito do Município em análise, exercício 2023.

Tabela 55 - Saldo de Precatórios

Valores em reais

Conta Contábil	Saldo
211110400 - PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	361.839,58
211110500 - PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	0,00
211110700 - OUTROS PRECATÓRIOS DE PESSOAL	0,00
211210400 - PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - REGIME ESPECIAL	0,00
211210500 - PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - REGIME ORDINÁRIO	0,00
211210700 - OUTROS PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00
211310300 - PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - REGIME ESPECIAL	0,00
211310400 - PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - REGIME ORDINÁRIO	0,00
213110500 - PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	0,00
213110600 - PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	24.727.623,93

⁴³ O arquivo ESTPREC.XLM, que contém o estoque de precatórios das entidades devedoras existente no final do exercício de referência da Prestação de Contas, consta obrigatoriamente da prestação de contas anual do gestor do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo – Sentenças Judiciais – Precatórios Municípios.


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

Conta Contábil	Saldo
213110700 - PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS- REGIME ESPECIAL	0,00
213110800 - PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	0,00
213111100 - DEMAIS PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS	0,00
218810800 – PRECATÓRIOS	0,00
221110300 - PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	0,00
221110400 - PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	3.235.677,41
221110700 - OUTROS PRECATÓRIOS DE PESSOAL	0,00
221210200 - PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - REGIME ESPECIAL	0,00
221210300 - PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - REGIME ORDINÁRIO	0,00
221219800 - OUTROS PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00
221310200 - PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - REGIME ESPECIAL	0,00
221310300 - PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - REGIME ORDINÁRIO	0,00
223110400 - PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	0,00
223110500 - PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	0,00
223110600 - PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS- REGIME ESPECIAL	0,00
223110700 - PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	0,00
223111100 - DEMAIS PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS	0,00
228810800 – PRECATÓRIOS	0,00
Total	28.325.140,92

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 - BALANCONT (Balancete Isolado Código Contábil)

Tabela 56 - Comparativo ESTPREC e BALVERF

Valores em reais

Conta Contábil	Saldo
Saldo Contábil de Precatórios no BALVERF (a)	28.325.140,92
Saldo de Precatórios no ESTPREC (UG Encargos Gerais TJES- Sentenças Judiciais – Precatórios Municipais (b))	35.967.715,84
Divergência (a - b)	-7.642.574,92

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 – PCM-PCA-PCM/2023 – BALANCONT (Balancete Isolado Código Contábil), ESTPREC, TJES, TRT 17 Região

Com base no procedimento realizado, verificou-se que o saldo contábil dos precatórios (pessoal, benefícios previdenciários, fornecedores, contas a pagar e outros) não representa adequadamente a real situação patrimonial do Balanço Patrimonial Consolidado do Município do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, uma vez que há divergência configurando uma subavaliação do passivo, descumprindo a característica qualitativa da representação fidedigna, em desacordo com a NBC TSP EC, item 3.10.



A divergência apontada na tabela acima é relevante, segundo o critério de limite de acumulação de distorções definido para a análise. No entanto, considerando que ela não é suficiente para ensejar emissão de parecer prévio pela rejeição das contas, conforme art. 126 da Resolução TC 261/2013, propõe-se **não** citar o responsável e lhe dar **ciência** da subavaliação do passivo com precatórios no montante de R\$ 7.642.574,92, em desacordo com a NBC TSP EC, item 3.10.

4.1.7 Provisões matemáticas e previdenciárias

O art. 1º, inc. I, da Lei Federal 9.717/1998 estabelece que a avaliação atuarial definirá o custeio para cobertura do déficit, devendo ser contabilizado, a fim de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social:

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

I - realização de avaliação atuarial inicial e **em cada balanço** utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.

A avaliação atuarial inicial e suas respectivas revisões, conforme depreende-se da Instrução de Procedimentos Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional – IPC 14⁴⁴, são a base de cálculo da provisão matemática previdenciária, que é gerada pela expectativa da concessão de benefícios ou pelo fato de o benefício haver sido concedido, referentes aos planos financeiros e previdenciários.

A Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP EC – destaca por sua vez que, para ser útil, as informações incluídas nas demonstrações contábeis, além de representar fidedignamente aquilo que se pretende representar, devem ser relevantes.

Nesse sentido, visando a verificação dos registros das Provisões Matemáticas e Previdenciárias evidenciadas no Balanço Patrimonial Consolidado, foi realizado o confronto entre o saldo contábil desse passivo com os dados constante da Avaliação Atuarial (DEMAAT), integrante da prestação de contas da Unidade Gestora do

⁴⁴ IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS.



Instituto de Previdência do Município que compõem o Balanço Patrimonial Consolidado do Município.

Tabela 57 - Registro das Provisões Matemáticas Previdenciárias Valores em reais

Conta Contábil		BALVERF	DEMAAT
2.2.7.2.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	726.477.294,66	726.477.294,66
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	5.673.673.462,54	5.673.673.462,54
2.2.7.2.1.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	3.678.141.277,39	3.678.141.277,39
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/CONCEDIDAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	3.782.695.171,72	3.782.695.171,72
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	75.432.762,87	75.432.762,87
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	15.042.443,73	15.042.443,73
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	14.078.687,73	14.078.687,73
2.2.7.2.1.01.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00
2.2.7.2.1.02.00	FUNDOS EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.874.862.864,93	1.874.862.864,93
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2.850.399.531,86	2.850.399.531,86
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	553.427.311,70	553.427.311,70
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	251.085.383,32	251.085.383,32
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	171.023.971,91	171.023.971,91
2.2.7.2.1.02.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00
2.2.7.2.1.03.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	16.890.725,28	16.890.725,28
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	16.891.559,69	16.891.559,69
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	834,41	834,41
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	0,00	0,00
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	0,00	0,00
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00
2.2.7.2.1.04.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	103.778.594,94	103.778.594,94
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	617.788.457,35	617.788.457,35
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	291.383.954,72	291.383.954,72
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	185.558.600,25	185.558.600,25
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	37.067.307,44	37.067.307,44
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00
2.2.7.2.2.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	4.947.196.167,88	4.947.196.167,88
2.2.7.2.2.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	3.072.333.302,95	3.072.333.302,95
2.2.7.2.2.01.01	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	3.072.333.302,95	3.072.333.302,95
2.2.7.2.2.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.874.862.864,93	1.874.862.864,93
2.2.7.2.2.02.03	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.874.862.864,93	1.874.862.864,93
2.2.7.2.2.05.00	OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - INTRA OFSS	0,00	0,00
2.2.7.2.2.05.01	OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00	0,00



Conta Contábil		BALVERF	DEMAAT
2.2.7.2.2.05.02	OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00	0,00

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 – PCM-PCA/2023 – BALANCONT (Balancete Isolado Código Contábil), DEMAAT, BALATU

Com base no procedimento realizado, verificou-se que o Balanço Patrimonial Consolidado do Município evidencia a conformidade entre os registros das provisões matemáticas previdenciárias com o Balanço Atuarial (BALATU) proposto pelo estudo de avaliação atuarial (DEMAAT).

4.2 Auditoria Financeira

As demonstrações contábeis que integram as presentes contas anuais não foram objeto de auditoria financeira.

4.3 Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

O artigo 124 do Regimento Interno do TCEES, aprovado pela Resolução TC 261 de 4 de junho de 2013 (RITCEES), estabelece que o parecer prévio deve demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro.

Conforme dito na introdução desse tópico, o trabalho desenvolvido não foi de asseguarção, auditoria ou revisão, mas limitado às análises de conformidade e conciliações entre os demonstrativos contábeis e os demais relatórios que compõe a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo do exercício de 2023.

Dessa forma, a análise foi efetuada e constatou-se que há incorreções contábeis (subseção 4.1.7) que isoladamente está acima do limite de acumulação de distorções definido para este trabalho, no entanto, o valor identificado não é relevante em relação às demonstrações contábeis como um **todo**. Esse montante encontra-se abaixo do nível mínimo agregado de distorção (materialidade global)⁴⁵ aceitável para esta

⁴⁵ A materialidade global no contexto das normas de auditoria, é o valor a partir do qual o somatório das distorções identificadas e não corrigidas é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, a ponto de influenciar as decisões econômicas dos usuários dessas demonstrações. Portanto, é o valor a partir do qual o somatório das distorções identificadas e não corrigidas demanda



análise, sendo, portanto, insuficiente para ensejar uma conclusão modificada adversa⁴⁶ e consequentemente sugestão de emissão de parecer prévio pela rejeição das contas.

Essa conclusão se sustenta, por analogia, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica aplicadas à Auditoria do Setor Público⁴⁷ emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria emitidas pela International Federation of Accountants (IFAC) e recepcionadas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), em especial na NBC TA 705, segundo a qual o auditor deve modificar a opinião no seu relatório quando conclui, com base na evidência de auditoria obtida, que as demonstrações contábeis como um **todo** apresentem distorções relevantes.

Assim, com base na análise efetuada, conclui-se que não há conhecimento de fato que indique que as demonstrações contábeis consolidadas não representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a **situação financeira, orçamentária e patrimonial** do Município no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

a modificação da opinião do auditor ou o nível mínimo agregado de erro ou classificação indevida em uma demonstração contábil, que servirá de parâmetro para a conclusão do auditor.

⁴⁶ Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicável à Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica NBC TA 705, a opinião modificada compreende “Opinião com ressalva”, “Opinião adversa” ou “Abstenção de opinião” sobre as demonstrações contábeis.

⁴⁷ Resolução CFC Nº 1.601/2020

Art. 3º (...)

IX – de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público – NBC TASP – são as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicadas à Auditoria do Setor Público convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria emitidas pela International Federation of Accountants (Ifac) e recepcionadas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).



5. RESULTADO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

5.1 Política pública de educação

5.1.1 Monitoramento das metas do Plano Municipal de Educação 2015-2025

A educação é direito fundamental de todos e pilar do desenvolvimento do país, estando prevista na Constituição Federal de 1988 (art. 205) como dever do Estado, da família e da sociedade. Internacionalmente, na Agenda 2030, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 é voltado para a Educação de Qualidade.

A Constituição Federal (art. 211) estabelece que a União, os Estados e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, sendo que os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil; enquanto o Estado atuará prioritariamente no ensino fundamental e médio. Apesar das responsabilidades previstas na Constituição e na legislação, a falta de alinhamento entre os entes federados para políticas públicas eficientes na educação brasileira gerou a necessidade de uma legislação específica sobre o tema.

O Plano Nacional de Educação (PNE), com os Planos Estaduais (PEE) e Planos Municipais (PME), são instrumentos que visam suprir essa lacuna, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no país.

O Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, que abrange o decênio 2014–2024, foi instituído pela Lei 13.005/2014 e possui 20 metas, amparadas por mais de 250 estratégias.

Os Municípios devem elaborar seus Planos Municipais de Educação (PME), em consonância com o PNE, conforme previsto na Lei 13.005/2014⁴⁸. Esses planos visam garantir a coerência e o alinhamento das políticas educacionais em todos os níveis de governo, com vigência prevista para o Decênio 2015–2025. Nesse sentido, cabe destacar que as metas do PME do município de Vitória ora analisadas se apresentam

⁴⁸ PNE – Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano, contado da publicação desta Lei.



em consonância com as metas do PNE⁴⁹, havendo divergências nas métricas do indicador 2B do Plano Municipal.

Destaca-se que a equipe técnica do TCEES realizou a verificação das metas de competência prioritária do município e que possuíam dados atualizados até o exercício de 2023. Buscando a uniformização da análise para todos os municípios, tomou-se como base as metas constantes do PNE, analisadas a partir dos dados municipais. A Nota Técnica com a fonte dos dados e a metodologia utilizada para composição das informações consta no **Apêndice L**.

Meta 1 – Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PNE.

O indicador 1A, direcionado às crianças de 4 a 5 anos, visa alcançar 100% do público-alvo e acompanha a proporção de crianças dessa faixa etária matriculadas na escola em relação à população total. Já a Meta 1B, focada nas crianças de 0 a 3 anos, pretende atender 50% do público-alvo. Os indicadores monitoram o percentual de alunos matriculados em creches/escolas e apenas informam se a população tem acesso à educação, não avaliando outros aspectos relacionados à qualidade do ensino⁵⁰.

No que diz respeito ao indicador 1A, percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a creche/escola, o município de Vitória, em 2023, atendeu 117,4% da população alvo, ultrapassando o percentual previsto no indicador⁵¹.

⁴⁹ Como forma de padronização, adotou-se três terminologias para análise do nível de consonância dos indicadores municipais com o PNE: consonância, parcial consonância e baixa consonância, representando, respectivamente, compatibilidade entre 96% e 100% com o PNE, compatibilidade entre 61% e 95% e compatibilidade abaixo de 60%.

⁵⁰ PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PNE 2014-2024 – Nota Técnica Meta 1.

⁵¹ Hipóteses para extrapolação de 100% do indicador incluem o atendimento à educação especial e a possibilidade de um aluno estar matriculado na rede pública e na privada em turnos distintos.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

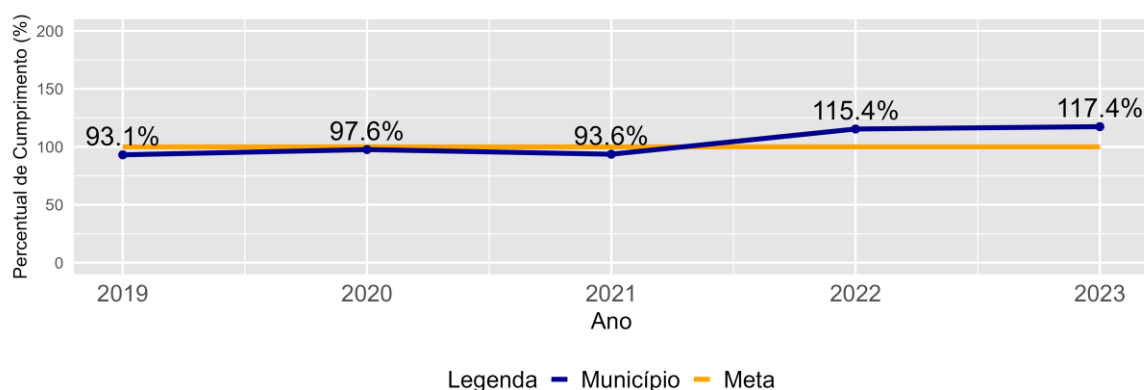


Gráfico 9: Indicador 1A: Evolução do percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta escola/creche

Fonte: Elaborado pelo N Educação, a partir do Censo Escolar (INEP) e projeções N Educação⁵²

Em relação ao indicador 1B, percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a creche/escola, o município de Vitória atendeu 73,8% da população alvo, ultrapassando o percentual previsto no indicador.

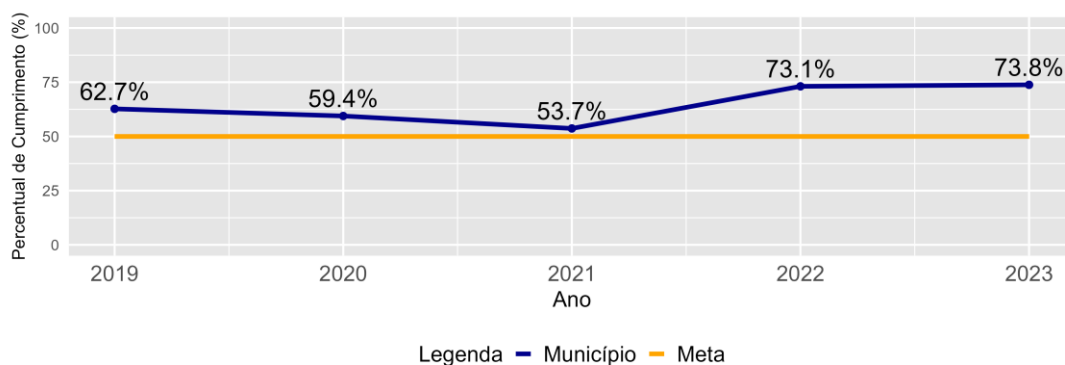


Gráfico 10: Indicador 1B: Evolução do percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta escola/creche

Fonte: Elaborado pelo N Educação, a partir do Censo Escolar (INEP) e projeções N Educação

Meta 2 – Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

De acordo com a Resolução 3/2005 do Conselho Nacional de Educação, o ensino fundamental deve ter duração de 9 anos. A Meta 2 prevê o início do ensino

⁵² Conforme detalhamento descrito na Nota Técnica.



fundamental aos 6 anos e término aos 14. Nos termos da Constituição Estadual, o ensino fundamental é de responsabilidade prioritária dos Municípios⁵³.

O indicador 2A monitora o percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou já concluíram o ensino fundamental. Ele informa a proporção de crianças e adolescentes dessa faixa etária que estão na escola em relação ao público-alvo total. É importante destacar que este indicador apenas informa se essa população tem acesso à educação, não avaliando a qualidade do ensino.

Em relação ao indicador 2A, o percentual da população de 6 a 14 anos do município de Vitória, que frequenta a escola é de 113,7%, ultrapassando o percentual previsto no indicador⁵⁴.

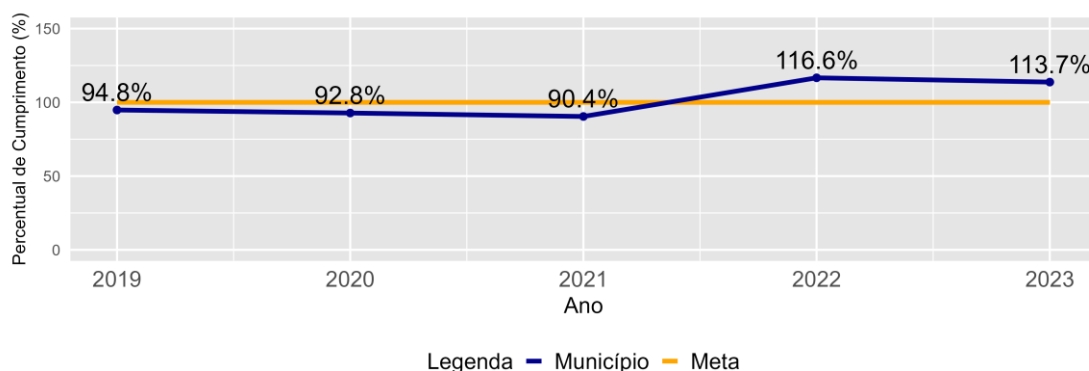


Gráfico 11: Indicador 2A: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola

Fonte: Elaborado pelo N Educação, a partir do Censo Escolar (INEP) e projeções N Educação

Meta 4 – Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Segundo a Constituição Federal (art. 208), o Estado deve garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede

⁵³ Art. 173 Os Municípios atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e pré-escolar.

⁵⁴ Hipóteses para extrapolação de 100% do indicador incluem o atendimento à educação especial e a possibilidade de um aluno estar matriculado na rede pública e na privada em turnos distintos.



regular de ensino. Esse atendimento deve ser inclusivo e oferecer salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Em relação ao indicador 4B, verifica-se que o percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência, TGD (transtorno globais de desenvolvimento) e altas habilidades ou superdotação, do município de Vitória, que estudam em classes comuns da educação básica, foi de 100,0%, atingindo o percentual previsto no indicador.

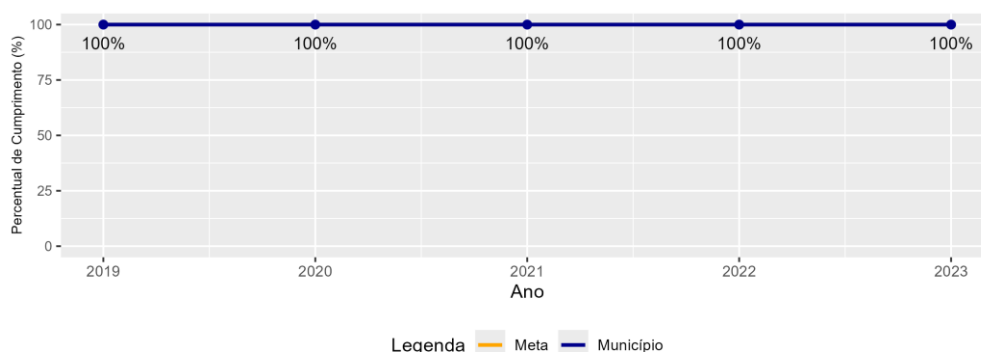


Gráfico 12: Indicador 4B: Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica

Fonte: Elaborado pelo NEducação, a partir do Censo Escolar (INEP)

Meta 5 – Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.

O Decreto 9.765/2019, que instituiu a política nacional de alfabetização, foi revogado pelo Decreto 11.556/2023. Este novo decreto cria o “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”, que firma o compromisso da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras.

O PNE visa monitorar a alfabetização infantil, por meio do indicador 5, que acompanha o nível de proficiência em leitura, escrita e matemática dos alunos do 3º ano do ensino fundamental. No Espírito Santo, o indicador 5 é acompanhado desde 2022 pela Prova de Fluência em Leitura; entretanto a avaliação é aplicada aos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, para verificar a capacidade do estudante de ler palavras e textos fluidamente e com ritmo e compreensão adequados, sendo atribuído um Perfil de Leitor entre Pré-Leitor, Leitor Iniciante e Leitor Fluente.



O resultado dessa avaliação, de 2023, para o Município de Vitória foi de 42,0% de Pré-Leitor, 40,8% de Leitor Iniciante e 17,1% de Leitor Fluente, enquanto a média das escolas municipais foi de 39,38% para Pré-Leitor, 43,13% para Leitor Iniciante e 17,48% para Leitor Fluente.

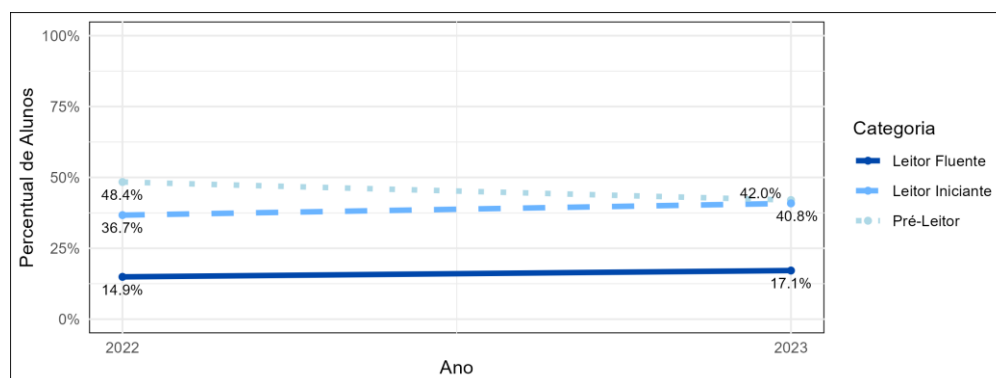


Gráfico 13: Perfil do leitor por meio da prova de fluência em leitura dos anos de 2022 e 2023 no município

Fonte: Elaborado pelo NEducação, a partir do resultado da prova de fluência em leitura dos anos de 2022-2023

Meta 6 – Oferecer educação integral e de tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, tanto as do campo quanto as da cidade, de forma a atender, pelo menos, 25% dos estudantes da educação básica.

O indicador está dividido em: indicador 6A, percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral, ou seja, frequentam pelo menos 7 horas de atividades escolares por dia, em relação ao total de matrículas⁵⁵; indicador 6B, percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares.

Os dados se baseiam na declaração do tempo de atividades complementares de cada turma, fornecida pelo responsável pelo Censo Escolar em cada escola. Essa coleta,

⁵⁵ Para calcular o indicador, foram consideradas todas as matrículas do ensino público regular: infantil, fundamental e médio (incluindo médio integrado e concomitante à educação profissional). O tempo total diário de atividades foi calculado somando o tempo de escolarização nas turmas regulares, a duração da atividade complementar do aluno e, quando necessário, o tempo de atendimento educacional especializado. Matrículas com somatório igual ou superior a 7 horas diárias por aluno foram consideradas em tempo integral.



porém, é recente e o Inep está avaliando a confiabilidade das informações sobre educação em tempo integral nos relatórios do Censo Escolar⁵⁶.

O Município de Vitória, em 2023, contava com 12,4% de alunos em escolas públicas municipais com ao menos 7 horas de atividades escolares por dia, não atingindo o percentual previsto no indicador (25%). Já a média das redes municipais foi de 10,9%.

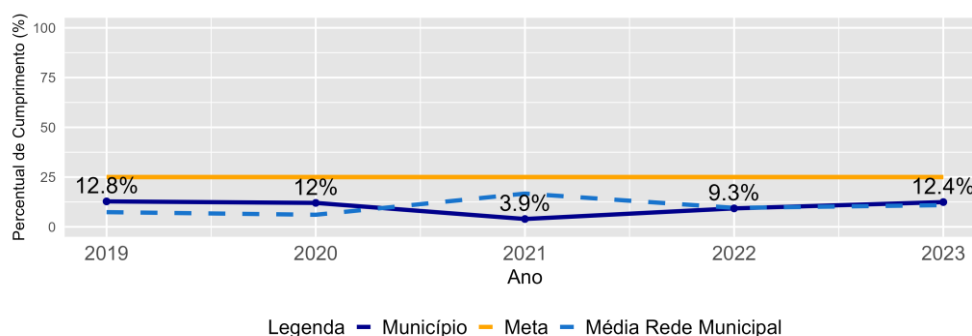


Gráfico 14: Indicador 6A: Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral

Fonte: Elaborado pelo N Educação, a partir do Censo Escolar (INEP)

Quanto ao indicador 6B, em 2023, 44,7% das escolas públicas do município registraram ao menos um aluno em tempo integral, não atingindo o percentual previsto no indicador (50%), cujo prazo final é 2025. Já a média das redes municipais foi de 36,78%.

⁵⁶ PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PNE 2014-2024 – Nota Técnica Meta 6



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

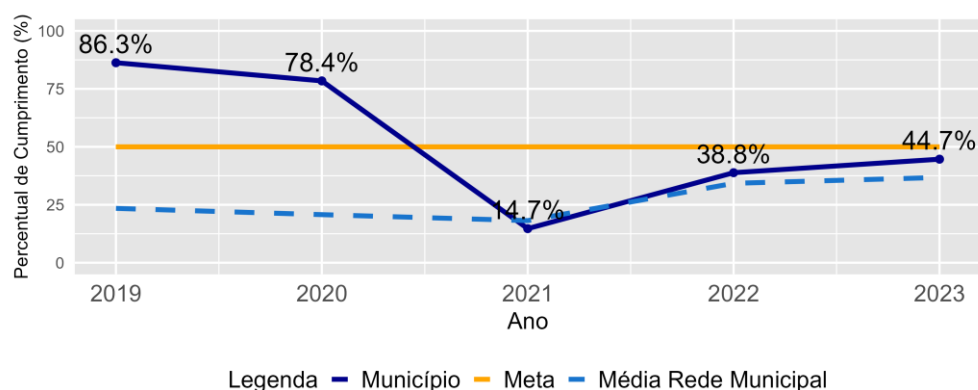


Gráfico 15: Indicador 6B: Percentual de estabelecimentos da educação básica municipal com ao menos um aluno em tempo integral

Fonte: Elaborado pelo NEducação, a partir do Censo Escolar (INEP)

Meta 16 – Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

A formação continuada no ensino fundamental visa garantir uma educação de melhor qualidade para os alunos. Ela oferece aos professores os conhecimentos e as ferramentas necessárias para se manterem atualizados sobre as melhores práticas pedagógicas, as novas tecnologias e as demandas do mercado de trabalho. Isso permite que eles desenvolvam suas habilidades e competências, o que se traduz em um ensino mais eficaz e engajador para os alunos.

Dentro desse contexto, o indicador 16A representa a proporção de professores da educação básica com pós-graduação lato ou stricto sensu, em relação ao total geral de professores dessa etapa.

Dados do Painel de Controle do TCEES mostram que o quadro de profissionais da educação no Município de Vitória é composto de 1,4% com ensino médio, 12,1% com ensino superior, 77,6% com pós-graduação, 7,4% com mestrado e 1,5% com outras formações. Diante desse quadro, constata-se que o Município ultrapassou o percentual previsto no indicador.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

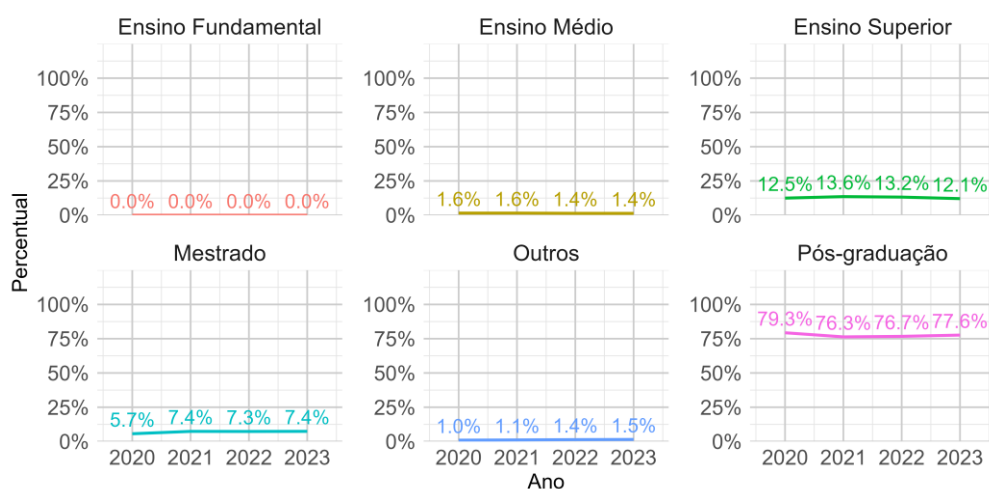


Gráfico 16: Indicador 16A: Formação dos professores da educação básica no município

Fonte: Elaborado pelo N Educação, a partir do Painel de Controle do TCEES, referência Município, dezembro/2023

Meta 17 – Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

A remuneração dos professores do ensino público é um tema crucial para o desenvolvimento da educação no Brasil, impactando diversos aspectos da qualidade do ensino e da carreira docente.

A importância da Meta reside na potencialização da qualidade do ensino público, pois a melhora da remuneração e das condições de trabalho torna o magistério público mais atrativo para profissionais docentes, ao mesmo tempo, contribui para diminuir a evasão de professores, sobretudo os mais qualificados. Logo, a equiparação da remuneração recebida pelos professores com a de outros profissionais com formação equivalente, configura um importante indicador da importância desses profissionais em nossa sociedade.

Dados do sistema CidadES mostram que os profissionais do magistério municipal com formação apenas no ensino médio recebem, em média, 88,8% a mais, se comparados aos profissionais municipais de outras áreas com a mesma formação. Em relação aos profissionais do magistério municipal com formação em ensino superior, verificou-se que recebem, em média, 20,5% a menos, quando comparados aos profissionais



municipais de outras áreas com formação equivalente. Essa situação constata que a equiparação remuneratória não foi alcançada no Município.

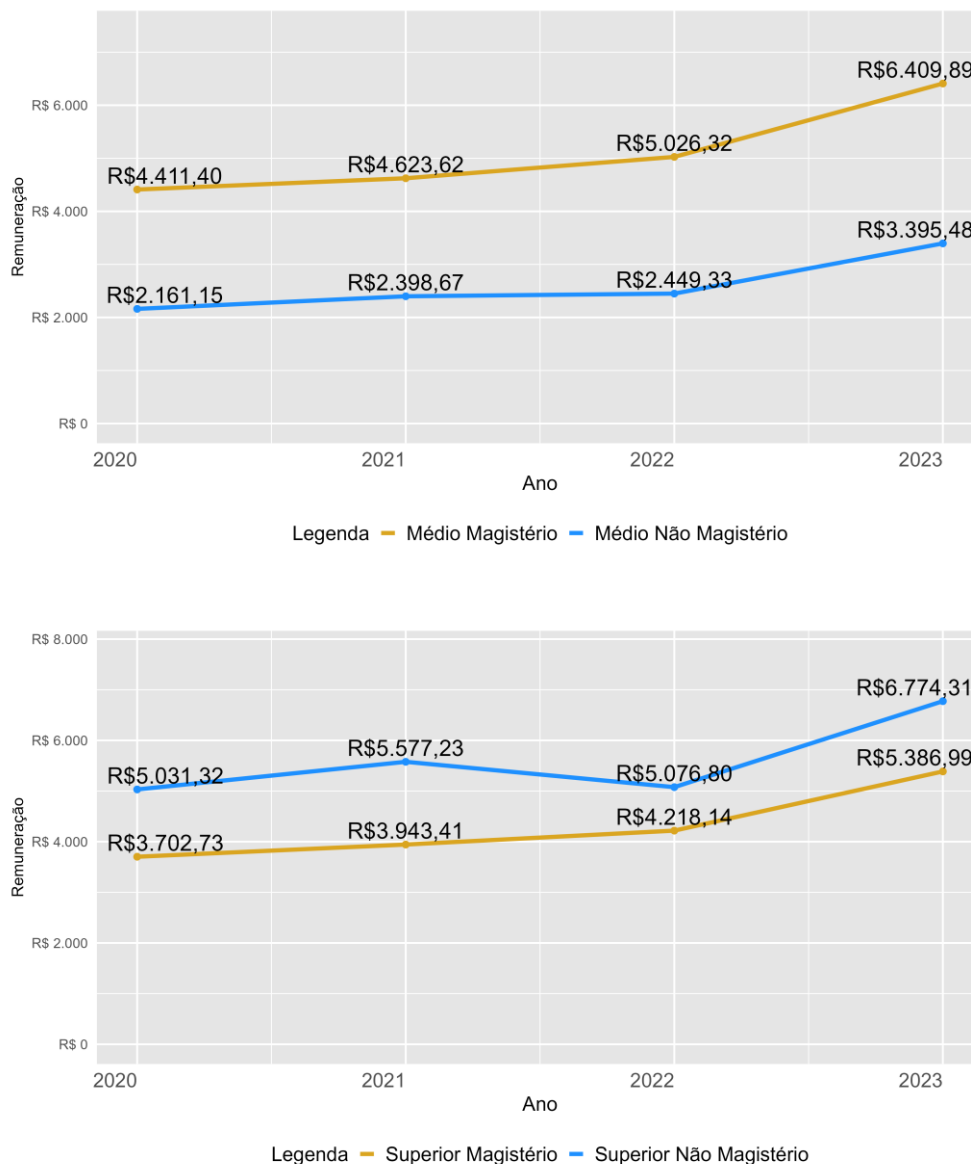


Gráfico 17: Diferença salarial entre os profissionais do magistério municipal e aqueles que não integram o magistério

Fonte: Elaborado pelo NEducação, a partir dos dados do CidadES, referência Município

Meta 18 – Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.



Um plano de carreira bem estruturado para professores do ensino fundamental público é essencial para garantir o desenvolvimento profissional contínuo, a valorização da categoria e, conseqüentemente, a qualidade da educação em sua totalidade. Dentro desse contexto, verifica-se que o Município possui seu respectivo plano de carreira.

O Gráfico 18 demonstra que, na rede de ensino do Município, 67,8% dos docentes possuem vínculo efetivo estatutário, 32,2% dos docentes são contratados temporários e não há docentes em outros tipos de vínculos.

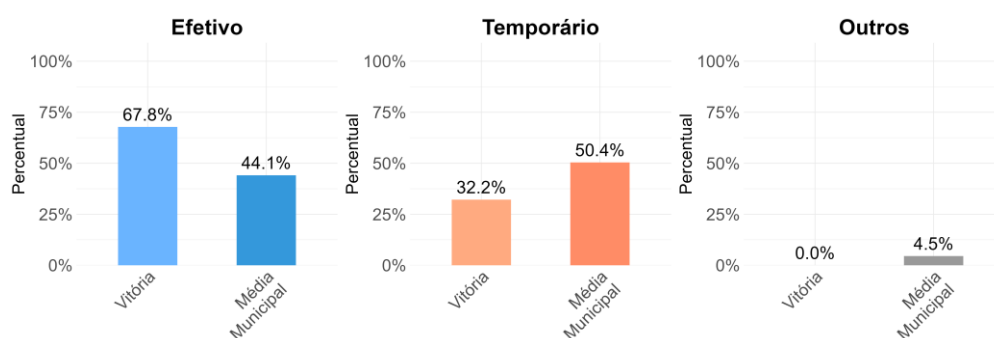


Gráfico 18: Percentual dos vínculos de docentes na rede de ensino do município comparado com o percentual dos vínculos de todos os municípios

Fonte: Elaborado pelo NEducação, a partir do Painel de Controle do TCEES

Dados do Painel de Controle do TCEES⁵⁷ mostram que, na rede municipal, há tendência de redução⁵⁸ de professores de vínculo efetivo e tendência de aumento de professores de vínculo temporário, conforme Gráfico 19.

⁵⁷ Os dados exibidos são declaratórios, tendo como fonte as remessas mensalmente enviadas e homologadas por meio do sistema CidadES-Folha de Pagamento, conforme Anexo V da IN 68/2020.

⁵⁸ Analisou-se a inclinação da reta de regressão:

1. acima de 0,1 foi considerado “aumento expressivo”,
2. acima de 0,01 e abaixo de 0,1 foi considerado “aumento”,
3. acima 0 e abaixo de 0,01 foi considerado “leve aumento”,
4. igual a 0 foi considerado “manutenção”, e
5. abaixo de 0 foi considerado “redução”.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

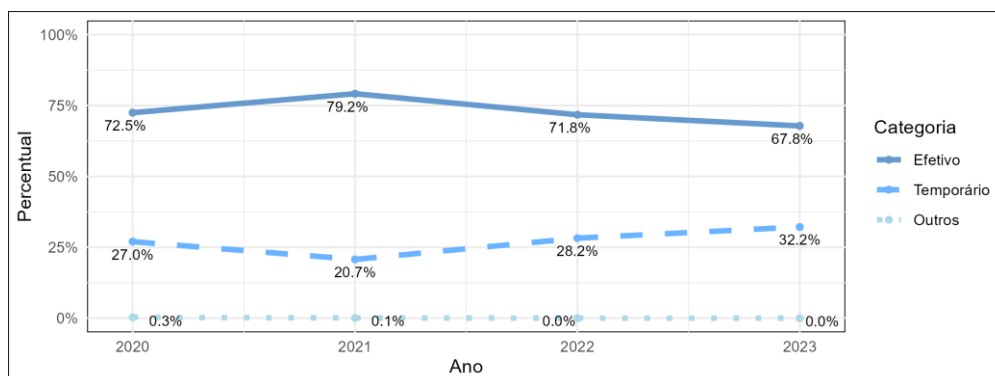


Gráfico 19: Evolução do percentual de professores do município por tipo de vínculo

Fonte: Elaborado pelo N Educação, a partir do Painel de Controle do TCEES

Meta 20 – Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

A avaliação do cumprimento desta Meta fica prejudicada pois o PIB do exercício de 2023 não foi divulgado pelo Instituto Jones dos Santos Neves. No entanto, como a Meta 20 trata de investimento público na educação, difícil negar o impacto que ela possui no alcance das demais metas. Sendo assim, entende-se pertinente demonstrar a evolução do investimento em educação nos últimos anos (em valores correntes de 2023). O Gráfico 20 demonstra que houve aumento do investimento em educação ao longo dos últimos 5 (cinco) anos no município de Vitória.

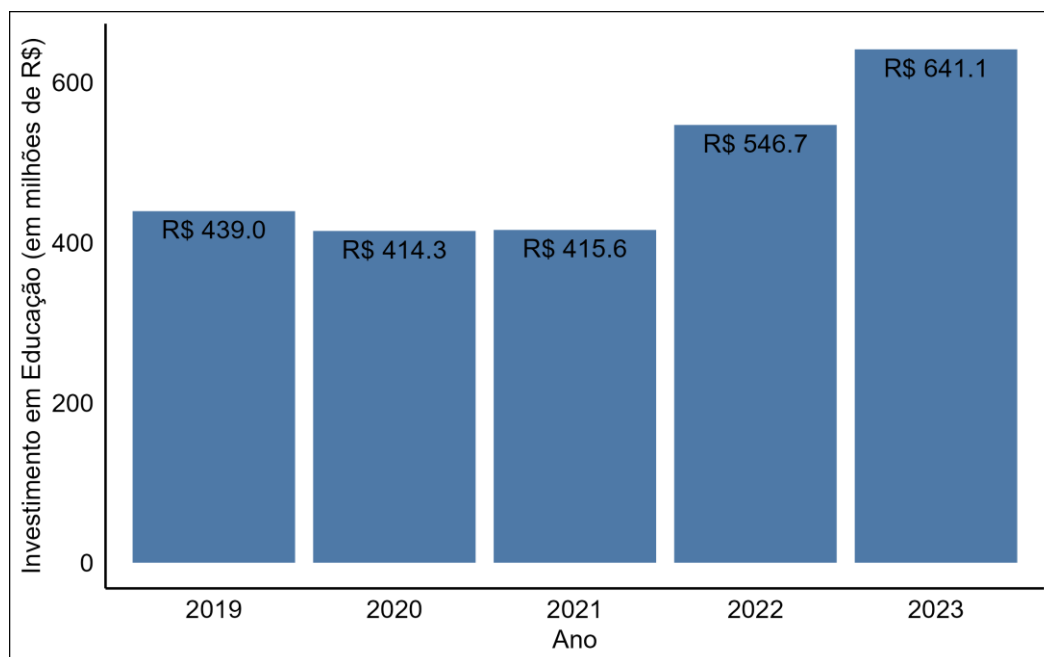


Gráfico 20: Valor total investido em educação no período de 2019 a 2023 (todos os valores atualizados pelo IPCA)

Fonte: Elaborado pelo N Educação, por meio dos gastos com educação do Painel de Controle do TCEES.

5.1.2 Considerações finais

O Plano Municipal de Educação (PME) é um instrumento de suma importância para a educação da população municipal, pois se configura como um norteador das políticas públicas nesse âmbito, definindo objetivos, diretrizes e os rumos da educação no município. É um instrumento fundamental para garantir que o desenvolvimento da educação esteja em consonância com as políticas públicas nacionais e estaduais, além de atender às demandas da população local de forma efetiva e eficiente.

A articulação entre o Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Estadual de Educação (PEE) e o Plano Municipal de Educação (PME) permite que as metas e estratégias definidas em cada nível sejam complementares e convergentes, otimizando o uso dos recursos públicos e promovendo uma educação de qualidade para todos os cidadãos brasileiros.

Nesse passo, ressalta-se que o acompanhamento e a avaliação sistemáticos das políticas públicas educacionais no âmbito municipal, propostas por meio do PME, dependem da disponibilidade de dados atualizados, a partir dos quais é possível verificar o alcance das metas e o desempenho da gestão governamental.



No caso do Município de Vitória, verifica-se que, dos 8 indicadores que foram possíveis de serem medidos até 2023 (indicadores 1A, 1B, 2A, 4B, 6A, 6B, 16A e 17), 5 tem alta probabilidade⁵⁹ de ser(em) cumprido(s) e 3 apresenta(m) baixa probabilidade de ser(em) cumprido(s) até o término do PME. Ressalta-se que cabe aos gestores municipais envidarem os esforços necessários e suficientes para que todas as Metas de seu PME sejam alcançadas nos prazos estipulados.

5.2 Política pública de saúde

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), desde 2020, passou a incorporar nas Contas de Governo as informações sobre a execução de ações e políticas públicas que vão além do cumprimento ou não do mínimo constitucional em ações e serviços públicos de saúde.

Para o exercício de 2023, constam do relatório as informações referentes à elaboração e avaliação/aprovação, pelos gestores e pelos conselhos de saúde, respectivamente, dos instrumentos de planejamento, tendo em vista a importância dos referidos instrumentos para o controle social e para o monitoramento dos resultados alcançados, bem como, a situação do município em relação ao cumprimento das metas do Plano Municipal de saúde.

Constam, também, os sete indicadores de saúde do Previner Brasil, tendo em vista que compõem o novo modelo de financiamento do SUS baseado em resultados, entre outros critérios.

5.2.1 Situação dos instrumentos de planejamento em saúde

De acordo com os dados do Painel da Situação dos Instrumentos de Planejamento disponíveis na Sala de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE)⁶⁰, a situação do município de Vitória em relação ao Plano Municipal de Saúde (PMS), Programação Anual de Saúde (PAS), Relatórios Quadrimestrais (RDQA) e Relatórios Anuais de Gestão (RAG) de 2023 é a demonstrada no quadro a seguir:

⁵⁹ Foi considerado como “alta probabilidade” aqueles indicadores que alcançaram ao menos 95% de seus objetivos em 2023.

⁶⁰ <https://portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento>



Quadro 2 - Situação dos instrumentos de planejamento de 2023

PMS 2022-2025	PAS	1º RDQA	2º RDQA	3º RDQA	RAG
Aprovado	Aprovado	Avaliado	Avaliado	Avaliado	Aprovado

Fonte: portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento

Notas:

1) Consulta realizada em 27/06/2024;

2) Aprovado ou avaliado: demonstram o encaminhamento do respectivo instrumento pela gestão ao CS, que se manifestou favorável pela aprovação, sendo que tais informações foram registradas pela gestão no DGMP (DigiSus Gestor Módulo Planejamento). No caso do RDQA, o status similar é o "avaliado".

No que tange à execução do planejamento em saúde, a situação em relação ao cumprimento das metas do Plano Municipal de Saúde, encontra-se demonstrada na figura e na tabela a seguir:

Tabela 58 - Situação do cumprimento das metas do Plano Municipal de Saúde

Total de metas	Metas atingidas	Metas não atingidas	Não programada
57	30	26	1

Fonte: RAG 2023

Desta forma, conforme RAG 2023, do total de 57 metas propostas, 30 foram atingidas.

5.2.2 Indicadores do Previne Brasil

O programa Previne Brasil foi instituído pela Portaria nº 2.979⁶¹, de 12 de novembro de 2019. O novo modelo de financiamento alterou algumas formas de repasse das transferências para os municípios, que passaram a ser distribuídas com base em quatro critérios: capitação ponderada, pagamento por desempenho, incentivo para ações estratégicas e incentivo financeiro com base em critério populacional.

O Previne Brasil equilibra valores financeiros *per capita*, referentes à população efetivamente cadastrada nas equipes de Saúde da Família (eSF) e de Atenção Primária (eAP), com o grau de desempenho assistencial das equipes, somado a incentivos específicos, como ampliação do horário de atendimento (Programa Saúde na Hora), equipes de saúde bucal, informatização (Informatiza APS), equipes de

⁶¹ Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/previne-brasil/legislacao/legislacao-especifica/programa-previne-brasil/2019/prt_2979_12_11_2019.pdf/view - Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.



Consultório na Rua, equipes que estão como campo de prática para formação de residentes na APS, entre outros tantos programas.

A tabela a seguir apresenta os parâmetros e metas definidas nas notas técnicas da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde⁶² e os resultados alcançados no 3º quadrimestre de 2023 pelo Brasil, pelo Espírito Santo e pelo município de Vitória⁶³, em relação aos 7 (sete) indicadores do Previne Brasil^{64,65}.

Tabela 59 - Indicadores do Previne Brasil (2023)

Nº	Indicador	Parâmetro	Meta	Resultado alcançado 2023 Brasil	Resultado alcançado 2023 ES	Resultado alcançado Vitória	Alcançado / Não alcançado 2023 Vitória
1	Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª (primeira) até a 12ª (décima segunda) semana de gestação.	100%	45%	50%	47%	36%	Não alcançado
2	Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV.	100%	60%	68%	69%	44%	Não alcançado
3	Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado.	100%	60%	59%	57%	48%	Não alcançado
4	Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS.	>=80%	40%	27%	31%	24%	Não alcançado
5	Proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções	95%	95%	75%	80%	63%	Não alcançado

⁶² Indicador 1 (Nota Técnica 13/2022); Indicador 2 (Nota Técnica 14/2022); Indicador 3 (Nota Técnica 15/2022); Indicador 4 (Nota Técnica 16/2022); Indicador 5 (Nota Técnica 22/2022); Indicador 6 (Nota Técnica 18/2022) e Indicador 7 (Nota Técnica 23/2022).

⁶³ Resultados alcançados no 3º quadrimestre de 2023 disponíveis em <https://sisab.saude.gov.br/paginas/acesoRestrito/relatorio/federal/indicadores/indicadorPainel.xhtml>

⁶⁴ O parâmetro representa o valor de referência nacional que indica a performance ideal que se espera alcançar para o indicador enquanto a meta considera a necessidade de valorização do desempenho das equipes e serviços de Atenção Primária à Saúde no alcance de resultados em saúde e as limitações identificadas para que todos os municípios alcancem o parâmetro.

⁶⁵ Legenda de cores:

- Indicador 1: <18% vermelho; >=18% e <31% laranja; >= 31% e <45% verde e >=45% azul;
- Indicador 2: <24% vermelho; >=24% e <42% laranja; >= 42% e <60% verde e >=60% azul;
- Indicador 3: <24% vermelho; >=24% e <42% laranja; >= 42% e <60% verde e >=60% azul;
- Indicador 4: <16% vermelho; >=16% e <28% laranja; >= 28% e <40% verde e >=40% azul;
- Indicador 5: <38% vermelho; >=38% e <67% laranja; >= 67% e <95% verde e >=95% azul;
- Indicador 6: <20% vermelho; >=20% e <35% laranja; >= 35% e <50% verde e >=50% azul;
- Indicador 7: <20% vermelho; >=20% e <35% laranja; >= 35% e <50% verde e >=50% azul.



Nº	Indicador	Parâmetro	Meta	Resultado alcançado 2023 Brasil	Resultado alcançado 2023 ES	Resultado alcançado Vitória	Alcançado / Não alcançado 2023 Vitória
	causadas por haemophilus influenzae tipo b e Poliomielite inativada.						
6	Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre.	100%	50%	32%	34%	22%	Não alcançado
7	Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre.	100%	50%	28%	29%	23%	Não alcançado

Fonte: Sisab (consulta realizada em 15/6/2024)

Conforme demonstrado, o município de Vitória não alcançou nenhuma das metas do Previne Brasil em 2023, sendo os piores resultados para os indicadores 6 e 7, relativos à hipertensão e diabetes, respectivamente.

5.2.3 Considerações finais

O município de Vitória, conforme os dados analisados, demonstra uma série de desafios na implementação e execução das políticas de saúde estabelecidas. Embora tenha conseguido aprovação e avaliação favorável de seus principais instrumentos de planejamento, como o Plano Municipal de Saúde (PMS) e os Relatórios Quadrimestrais (RDQA), a execução das metas propostas ainda enfrenta dificuldades. Das 57 metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde, apenas 30 foram atingidas, representando um cumprimento de aproximadamente 52%.

A análise dos indicadores do programa Previne Brasil revela uma situação ainda mais desafiadora. O município não conseguiu alcançar nenhuma das metas estabelecidas para os sete principais indicadores de saúde em 2023. Os resultados mais críticos foram observados nos indicadores relacionados à hipertensão e diabetes, com taxas de cumprimento de 22% e 23%, respectivamente. Esses indicadores refletem falhas significativas na cobertura e na qualidade dos serviços prestados à população, especialmente nas áreas de saúde preventiva e atendimento básico.



Portanto, é essencial que a gestão municipal reavalie suas estratégias e intensifique seus esforços para melhorar a eficácia das ações de saúde. Medidas como a capacitação das equipes, a ampliação do acesso aos serviços e a melhoria das infraestruturas de atendimento são fundamentais para alcançar os objetivos de saúde pública e garantir uma melhor qualidade de vida para a população. Além disso, a adoção de um monitoramento contínuo e eficaz das metas e indicadores pode contribuir para identificar e corrigir rapidamente eventuais falhas no processo de implementação das políticas de saúde.

5.3 Política pública de assistência social

Segundo o Art. 194 da CF/1988, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Verifica-se, portanto, que as políticas públicas destinadas à Assistência Social devem ser tratadas como um dos três pilares da Seguridade Social e não como programas temporais, de caráter assistencialista, ligados ao governo da ocasião.

Trata-se de um direito do cidadão, de caráter universal, fornecido a quem dela necessitar, independentemente de contribuição prévia, e um dever do Estado, provendo os mínimos sociais para garantir o atendimento às necessidades básicas⁶⁶.

Nesse contexto, o presente capítulo visa apresentar dados sobre a política orçamentária municipal na área de Assistência Social, bem como os principais indicadores sociais do Município no exercício de 2023.

5.3.1 Análise da política orçamentária de assistência social

Em 2023, o total da despesa liquidada em Assistência Social (função orçamentária 08) pelo Município foi de R\$ 92.203.565,60, sendo superior ao do ano passado (crescimento nominal de 34%), conforme apresentado no gráfico seguir⁶⁷:

⁶⁶ Art. 1º da Lei Federal nº 8.742/1993.

⁶⁷ Ressalta-se que 2020 foi o último ano do mandato anterior.

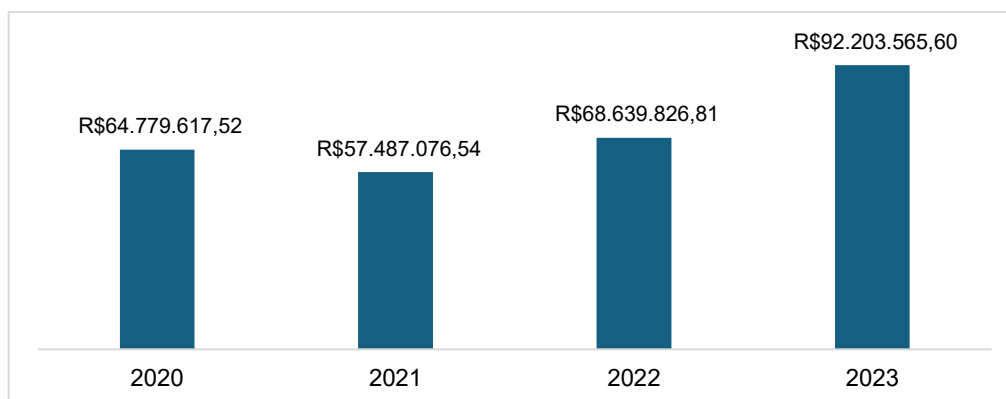


Gráfico 21: Série histórica da despesa liquidada (em valores correntes) na função Assistência Social do Município.

Fonte: Elaboração NOPP (a partir de dados abertos do Painel de Controle do TCEES).

No que se refere à aplicação das referidas despesas em termos comparativos, foi elaborada a tabela a seguir em que se apresentam o percentual de gastos com assistência social de cada município do Estado em relação ao seu gasto total, o gasto *per capita*, bem como se elabora um ranking para esses indicadores. Em outras palavras, no primeiro caso, divide-se a despesa liquidada na referida função pelo total de despesas liquidadas no exercício de 2023, para se verificar o “peso” atribuído a essa função dentro do orçamento total dos entes. Já no segundo indicador, divide-se o total de despesa liquidada pela população do Município calculada no último Censo Demográfico de 2022⁶⁸.

Tabela 60 – Percentual de despesa liquidada na Função Assistência Social em relação ao total liquidado pelo Município, gasto *per capita* e posição dos entes municipais em 2023.

Ente Federativo	% da Desp. Liquidada Total	Posição	Gasto Per Capita	Posição
Vitória	3,59%	49º	R\$ 285,58	28º
Média dos 78 Municípios	4,24%	-	R\$ 265,71	-
Mediana	4,08%	-	R\$ 246,47	-

⁶⁸ A despeito da presente análise estar relacionada ao exercício de 2023, não foi encontrada, no site do IBGE, dados referentes à atualização populacional para o referido ano, tendo como base o resultado obtido no último Censo Demográfico realizado em 2022.



Fonte: Elaboração NOPP (a partir de dados abertos do Painel de Controle do TCEES).

Nesse contexto, deve-se pontuar que os municípios capixabas possuem necessidades socioassistenciais distintas, influenciadas por seus respectivos contextos populacionais, culturais, geográficos, do dinamismo econômico etc. Portanto, é natural que cada município aplique os recursos da Assistência Social conforme as demandas existentes.

Já em relação às subáreas de aplicação dentro da Assistência Social, a tabela a seguir apresenta as Subfunções Orçamentárias. Essa classificação das despesas permite que os gastos, em cada uma das funções do governo, sejam detalhados, de modo a se verificar quais as subáreas que foram privilegiadas dentro do orçamento assistencial.

Tabela 61 – Despesa liquidada pelo Município em 2023 na função Assistência Social, por subfunção.

Subfunção	Absoluto (R\$)	Percentual
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	59.543.872,90	64,58%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	23.128.347,81	25,08%
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	9.531.344,89	10,34%
Total	92.203.565,60	100,00%

Fonte: Elaboração NOPP (a partir de dados abertos do Painel de Controle do TCEES).

5.3.2 Indicadores sociais do Município

O presente tópico tem como objetivo apresentar indicadores gerais da situação socioeconômica das pessoas e famílias residentes no Município, especialmente em relação à pobreza e insegurança alimentar. Ressalta-se, no entanto, que tais indicadores não necessariamente refletem o resultado direto das ações realizadas pela gestão municipal, devendo ser vistos, em sua maior parte, como motivo da existência das políticas públicas de assistência social.

Preliminarmente, insta frisar que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social no país, subdivide os serviços



socioassistenciais oferecidos à população em dois tipos de proteção social: básica e especial.

A proteção social básica é o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade e risco social (Ex: pobreza, privações ou fragilidades de vínculos), por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e do desenvolvimento de potencialidades. Já a especial oferece proteção às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos.

Nesse contexto, para identificar e prevenir as situações de vulnerabilidade e riscos sociais, é essencial monitorar indicadores relativos à população em situação de pobreza. No Brasil, uma das principais fontes de informação sobre a pobreza é o Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico – do governo federal. Trata-se de um registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda. Com efeito, todas as famílias que são beneficiárias do Programa Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada, por exemplo, precisam ter realizado cadastro prévio no CadÚnico e mantê-lo atualizado. Logo, a tendência é que quase a totalidade das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza estejam nele inscritas.

A tabela abaixo apresenta o número de pessoas do Município inscritas no CadÚnico e que possuem renda *per capita* mensal de até meio salário-mínimo. Ou seja, trata-se das pessoas que pertencem a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Tabela 62 - Quantidade de pessoas inscritas no CadÚnico em famílias com renda *per capita* mensal até meio salário mínimo (Pobreza + Baixa Renda) em dezembro de 2023.

Ente Federativo	Total	% da População ⁶⁹ do Município	Posição ⁷⁰
VITÓRIA	78.335	24,26%	8º

⁶⁹ Como denominador desse indicador foi utilizada a população residente apurada pelo Censo Demográfico de 2022.

⁷⁰ Quanto mais bem posicionado no Ranking, menor o percentual da população em situação de pobreza ou extrema pobreza. Ressalta-se, porém, que municípios que façam atualizações com maior frequência no cadastro ou realizem busca ativa podem ser prejudicados em detrimento dos municípios que não o façam.



ESPÍRITO SANTO	1.277.505	33,32%	-

Fonte: Elaboração NOPP, a partir de dados do Vis Data, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Outro indicador social que esta seção apresenta para demonstrar a realidade da demanda do Município por serviços socioassistenciais, especialmente para população de baixa renda, é o estado nutricional das crianças de zero a cinco anos. Ele pode indicar insegurança alimentar na primeira infância, demonstrando a necessidade de provisão de alimentos ou renda que garantam maior segurança alimentar.

A métrica escolhida foi o percentual de crianças de zero a cinco anos, em condição de magreza ou magreza acentuada⁷¹ no indicador “IMC x Idade”⁷², cuja fonte dos dados utilizada é o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan, do Ministério da Saúde. Trata-se de um sistema de coleta, processamento e monitoramento de dados do estado nutricional da população, cujo público-alvo são os indivíduos que procuram, por demanda espontânea, um serviço de saúde da rede de atenção básica e/ou são acompanhados por uma equipe de Programa Saúde da Família, bem como crianças e gestantes beneficiárias do Programa Bolsa Família⁷³.

A seguir, apresenta-se a quantidade de crianças do Município que se encontram na referida situação, comparando-o com o universo de crianças atendidas e os resultados do Estado, da Região Sudeste e do país no exercício de 2023.

Tabela 63 - Quantidade de crianças de zero a cinco anos, acompanhadas no Sisvan, em situação de magreza e magreza acentuada, em todo o exercício de 2023.

Município	Qde de Crianças em Situação de Magreza e Extrema Magreza	Qde Total de Crianças Acompanhadas	% de Magreza	Posição ⁷⁴
Vitória	280	4.773	5,87%	42º
Espírito Santo	5.401	117.952	4,58%	-
Sudeste	100.663	2.297.865	4,38%	-
Brasil	351.961	7.022.056	5,01%	-

⁷¹ Os conceitos e metodologia de cálculo do Sisvan seguem os padrões da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicados na obra “WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Who child growth standards: length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-length, weight-for-height and body mass index-for-age. Methods and development.** WHO (nonserial publication). Geneva, Switzerland: WHO, 2006”.

⁷² O indicador de dados antropométrico escolhido, Índice de Massa Corporal (IMC), avalia a proporção entre o peso e a altura, a partir do seguinte cálculo: $IMC = \text{Peso (Kg)} / \text{Altura (m)}^2$.

⁷³ Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/10006000051.pdf>

⁷⁴ Quanto mais bem posicionado no Ranking, menor o percentual de crianças em situação de magreza ou magreza acentuada.



Fonte: Elaboração NOPP (a partir de dados do Sisvan).

5.3.3 Considerações finais

Ante o exposto, a partir dos dados aqui apresentados, a população e seus representantes podem conhecer as informações gerais e indicadores básicos da atuação do poder público municipal na área da assistência social, bem como uma visão geral da situação dos cidadãos com maior vulnerabilidade.

Já os gestores, por sua vez, podem utilizar o presente relatório para, juntamente com outras análises que avaliem a eficiência, eficácia e efetividade das ações municipais, corrigir ou aprimorar a condução da política de assistência social em nível municipal.

6. FISCALIZAÇÃO EM DESTAQUE

6.1 Levantamento Operação Educação - infraestrutura das unidades escolares

Em 2023, o TCEES participou do Levantamento Operação Educação, Fiscalização Ordenada Nacional, realizada por 32 Tribunais de Contas Brasileiros, coordenada pelo Instituto Rui Barbosa – IRB, por meio do seu Comitê Técnico de Educação – CTE, com o objetivo de avaliar as condições de oferta educacional das redes públicas de ensino do Espírito Santo, naquilo que concerne à infraestrutura das unidades escolares.

Foram visitadas 42 escolas de 28 municípios capixabas, escolhidas com base no Censo Escolar de 2022, incluído o Município de Vitória, e analisadas questões relativas à infraestrutura, tais como acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, estrutura e conservação dos equipamentos da edificação, saneamento básico, energia elétrica, sistema de combate a incêndios, alimentação, esportes e recreação, biblioteca e laboratório.

Na Escola EMEF Padre Guido Ceotto, por exemplo, em relação a recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, não foram identificadas rampas de acesso, sinalizações sonora, visual e tátil (piso e paredes). Mais detalhes constam no Anexo 3.707/2023-7 do proc. TC 1.447/2023-5.

Como resultado do trabalho, foi feita a avaliação e riscos e a proposição de possíveis ações de controle, além do encaminhamento dos relatórios individualizados das



unidades escolares aos gestores municipais. Duas fiscalizações foram realizadas em 2023, em decorrência da Operação Educação, pelo Núcleo de Controle Externo de Edificações (NED), a partir de constatações de impropriedade ou irregularidades neste processo (procs.TC 5.720/2023 e TC 5.721/2023).

6.2 Ciclo de monitoramento da Auditoria Operacional – Diabetes

Trata-se de **monitoramento** com objetivo de verificar a implementação das recomendações contidas no Acórdão 352/2022 - Plenário (proc. TC 4.932/2021 - auditoria operacional).

A auditoria Operacional possui como objetivo de acompanhar e monitorar o cumprimento das metas e estratégias parciais e finais dos planos de saúde dos municípios selecionados com foco nas ações de promoção, prevenção e cuidado com a diabetes e seus principais fatores de risco.

Resultado encontrados no **município de Vitória**:

Decorrido o prazo estabelecido no **Acórdão 352/2022 (proc. TC 4.932/2021)**, verificou-se que as recomendações se encontravam com o seguinte grau de implementação:

Quadro 3 - Grau de implantação das recomendações

Aumentar a realização de exames de glicemia de jejum para os usuários com 45 anos de idade ou mais assintomáticos visando o diagnóstico e tratamento precoces e minimizando os riscos de desenvolvimento de complicações (Subitem 1.1.3 do Acórdão 0352/2022)	Implementada
Intensificar o processo de cadastramento dos usuários até alcançar a totalidade da população e/ou a qualificação desse cadastro com vistas a identificar possíveis diabéticos e realizar o acompanhamento, tendo como parâmetro os dados do SISAB (Subitem 1.1.4 do Acórdão 0352/2022)	Em implementação
Intensificar a solicitação de exames de hemoglobina glicada nos usuários diabéticos até alcançar as metas estipuladas no Programa Previne Brasil (Subitem 1.1.7 do Acórdão 0352/2022)	Em implementação
Garantir que todos os diabéticos tenham acesso a pelo menos uma consulta de enfermagem a cada 12 meses e realizar a busca ativa, se necessário	



(Subitem 1.1.9 do Acórdão 0352/2022)	Não implementada
Garantir que o prazo de espera das consultas especializadas não ultrapasse o prazo definido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) (Subitem 1.1.11 do Acórdão 0352/2022)	Não Implementada
Garantir que o prazo de espera dos procedimentos especializados não ultrapasse o prazo definido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) (Subitem 1.1.13 do Acórdão 0352/2022)	Não implementada

Fonte: Elaboração própria (Nsaúde)

O monitoramento realizado evidenciou que, embora algumas das recomendações contidas no Acórdão 0352/2022 tenham sido plenamente implementadas, ainda há várias áreas que necessitam de atenção e melhorias. Este cenário ressalta a necessidade de um compromisso renovado e ações coordenadas para assegurar que todas as metas estabelecidas sejam cumpridas, visando à promoção de uma melhor qualidade de vida para os pacientes diabéticos do município de Vitória.

6.3 Auditoria Operacional pela Primeira Infância

A primeira infância, que compreende os primeiros seis anos de vida, é crucial para o desenvolvimento humano e impacta toda a vida. Segundo o Marco Legal Primeira Infância (Lei 13.257/2016), as políticas públicas para essa fase devem ser intersetoriais, abrangendo todos os direitos da criança.

A referida Lei determina que União, Estados e Municípios criem Comitês Intersetoriais para garantir a proteção e a promoção dos direitos da criança na primeira infância. Também exige a elaboração de Planos para a Primeira Infância, que articulem diferentes setores como educação, saúde e assistência social. Por fim, a Lei estabelece a coleta sistemática de informações sobre os valores do orçamento aplicados em programas e serviços destinados a esse público.

Ciente da relevância do tema, o TCEES realizou em 2023 uma auditoria operacional ([proc. TC 4.002/2023-2](#)) para avaliar a governança das políticas para a Primeira Infância nas 78 Prefeituras Municipais capixabas e no Governo do Estado, com ênfase em aspectos estruturantes relativos a Planos pela Primeira Infância, intersetorialidade



e orçamento. A seguir, são apresentados, de modo resumido, os principais resultados da fiscalização em relação a cada um desses aspectos.

➤ Planos pela Primeira Infância

A fiscalização evidenciou que, passados sete anos da promulgação da Lei 13.257/2016, considerada o Marco Legal da Primeira Infância, a gestão municipal ainda não havia instituído o Plano Municipal para a Primeira Infância (PMPI), mas este já se encontrava em fase de elaboração.

Portanto, a equipe de fiscalização apresentou ao Tribunal proposta de RECOMENDAÇÃO para que o município elaborasse, em cumprimento ao art. 3º da Lei Federal n.º 13.25/2016, o PMPI, no prazo de até um ano, seguindo as boas práticas sugeridas por instituições tais como a Rede Nacional para a Primeira Infância - RNPI (Guia para a Elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância, 2017), a Unicef (Cartilha Plano Municipal para a Primeira Infância) e o Plano Estadual para Primeira Infância - PEPI, além de aprovar o PMPI por meio de Lei Municipal.

➤ Intersetorialidade

Para garantir os direitos da criança na primeira infância, diversas ações intersetoriais são necessárias. Com efeito, o Comitê Intersetorial para a Primeira Infância (CIPI) tem como objetivo articular as ações voltadas à primeira infância.

A referida fiscalização identificou que o município possui normativo que instituiu o CIPI ou comitê equivalente, porém este não contempla elementos que garantam seu funcionamento adequado.

Sendo assim, a equipe de fiscalização apresentou ao Tribunal proposta de RECOMENDAÇÃO para que o município revisasse o normativo de instituição do CIPI ou comitê equivalente no prazo de até 3 meses, a fim de garantir a participação, pelo menos, das secretarias e dos conselhos municipais de saúde, educação e assistência social. Deve-se, ainda, garantir a competência do CIPI para elaborar o PMPI, bem como para promover e monitorar suas ações.

➤ Orçamento



Foi identificado que no plano plurianual (PPA) vigente do Município não há priorização da primeira infância e que os programas e ações específicos para essa faixa etária não estão suficientemente discriminados, dificultando a identificação e impedindo a consolidação dos gastos.

A falta de detalhamento das despesas impede a correta identificação e contabilização dos gastos, o que viola o art. 11 da Lei 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância). Sem essa informação, não é possível estimar com segurança o percentual do orçamento dedicado ao público da primeira infância, dificultando, ainda, o monitoramento e a avaliação da política pública. Para que a primeira infância seja efetivamente priorizada, é necessário que haja recurso garantido no orçamento, possibilitando a continuidade das ações para as crianças.

Ante o exposto, a equipe de fiscalização apresentou ao Tribunal proposta de RECOMENDAÇÃO para que o município revisasse, no prazo de até um ano, a Lei que aprovou o PPA vigente, com vistas a declarar a prioridade dos programas e ações voltados à Primeira Infância, conforme dispõe o caput do art. 227 da CF/1988. Outra RECOMENDAÇÃO proposta foi que o município identificasse, no PPA 2026-2029 e nos posteriores, os Programas e Ações voltados à Primeira Infância, de maneira expressa e devidamente codificada.

Caso as recomendações sugeridas sejam implementadas, espera-se alcançar o objetivo final do trabalho de fiscalização que, mais do que promover a criação de comitês, planos ou identificação de ações orçamentárias, tem como alvo a melhoria na qualidade de vida das crianças capixabas.

7. CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal, em seu art. 74, determina que deverá ser mantido pelos Poderes sistemas de controle interno, estabelecendo conteúdo mínimo que este controle deverá ter como objeto, conforme exposto abaixo:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;



II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

No parágrafo primeiro, ficou estabelecido que “os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária”.

Por meio da Resolução 227/2011, alterada pela Resolução 257/2013, esta Corte de Contas dispôs sobre a criação, implantação, manutenção e fiscalização do Sistema de Controle Interno da Administração Pública, aprovando também o “Guia de orientação para implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública”, e estabelecendo prazos para que os jurisdicionados atendessem aos comandos regulamentadores.

Consta da Instrução Normativa TC 68/2020 previsão para encaminhamento, pelo prefeito, da seguinte documentação correlata:

- Relatório de avaliação do cumprimento do plano de ação para implantação do Sistema de Controle Interno (Art. 3º, § 3º, da Resolução TC 227/2011);
- Relatório e parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno, assinado por seu responsável, contendo os elementos previstos no Anexo II, Tabela 5, desta Instrução Normativa. (Art. 76, § 3º da LC nº 621/2012 c/c art. 122, § 5º do RITCEES, aprovado pela Resolução TC 261/2013 e c/c art. 4º da Resolução TC 227/2011);
- Pronunciamento expresso do chefe do poder atestando ter tomado conhecimento das conclusões contidas no parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno, a que se refere o parágrafo único, do art. 4º, da Resolução TC 227/2011.

Com base nos documentos encaminhados, constata-se que o sistema de controle interno foi instituído pela [Lei municipal 8.530/2013](#) e regulamentado pelo [Decreto](#)



[Municipal 15.881/2014](#), sendo que a Câmara Municipal não se subordina à unidade de controle interno do Executivo Municipal.

O documento intitulado “*Relatório de Atividades do Órgão Central de Controle Interno*” (RELOCI) trazido aos autos (peça 49) como parte da documentação exigida pela Instrução Normativa TC 68/2020, informa os procedimentos e pontos de controle avaliados ao longo do exercício e ao final registra o opinamento pela regularidade das contas apresentadas.

8. MONITORAMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO COLEGIADO

Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES não foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise.

9. CONCLUSÃO

A prestação de contas anual trata da atuação do prefeito municipal responsável pelo governo no exercício de 2023, na condição de chefe do Poder Executivo no exercício das funções de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas do Município. Alcança ainda os efeitos de eventuais atos de gestão praticados pelo prefeito na execução dos orçamentos das unidades orçamentárias nas quais atua como ordenador de despesas.

A análise realizada, conforme escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 68/2020.

No que tange à conformidade da execução orçamentária e financeira, conforme detalhado na seção 3, tratou-se sobre os aspectos relevantes dos instrumentos de planejamento; gestão orçamentária, financeira, fiscal e limites constitucionais; bem como renúncia de receitas, condução da política previdenciária e riscos à sustentabilidade fiscal.

Em relação à análise das demonstrações contábeis consolidadas, conforme destacado na seção 4, o trabalho diz respeito à sua integridade. Oferece uma conclusão sobre a conformidade das demonstrações contábeis consolidadas com as normas contábeis; ou se as demonstrações apresentam inconformidades perante tais



normas que resultam em distorções ou omissões relevantes que possam prejudicar a tomada de decisão e avaliação nelas baseadas.

Efetuada a análise, com base nos procedimentos aplicados e no escopo selecionado, conclui-se que as contas referentes ao exercício financeiro de 2023, prestadas pelo prefeito municipal de Vitória, Sr. LORENZO SILVA DE PAZOLINI, estão em condições de serem aprovadas pela Câmara Municipal de Vitória, considerando que não foram identificadas não conformidades relevantes na execução dos orçamentos, nem distorções capazes de comprometer a fidedignidade das demonstrações contábeis.

A conclusão sobre as Contas do Prefeito Municipal fundamenta-se no seguinte:

i - Opinião sobre a execução orçamentária e financeira

Com base nos procedimentos aplicados e no escopo selecionado para a análise sobre a execução dos orçamentos do município, detalhados na seção 3, conclui-se que foram observados, em todos os aspectos relevantes, os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública municipal, bem como as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do município e nas demais operações realizadas com recursos públicos municipais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual.

Desse modo, propõe-se ao Tribunal de Contas emitir **opinião sem ressalva** sobre a execução dos orçamentos e a gestão dos recursos públicos municipais no parecer prévio sobre as contas do prefeito referentes ao exercício de 2023.

ii – Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Com base nas análises de conformidade e conciliações entre os demonstrativos contábeis e os demais relatórios explicitados na seção 4, conclui-se que não foram observados indicativos de que as demonstrações contábeis consolidadas do município deixaram de apresentar adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro de 2023.

Desse modo, propõe-se ao Tribunal de Contas emitir **opinião sem ressalva** sobre as demonstrações contábeis consolidadas no parecer prévio sobre as contas do prefeito referentes ao exercício de 2023.



10. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

10.1 Parecer prévio pela aprovação das contas anuais

Diante do exposto, na forma do art. 80, inciso I, da Lei Complementar 621/2012 c/c art. 132, inciso I, do RITCEES, propõe-se ao Tribunal de Contas emitir **PARECER PRÉVIO** pela **APROVAÇÃO** das contas anuais, referentes ao exercício de 2023, prestadas pelo prefeito municipal de Vitória, Sr. LORENZO SILVA DE PAZOLINI, nos seguintes moldes:

Parecer Prévio sobre as contas do prefeito municipal de Vitória

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo é de parecer que as contas anuais, referentes ao exercício financeiro de 2023, prestadas pelo prefeito municipal de Vitória, Sr. LORENZO SILVA DE PAZOLINI, estão em condições de serem aprovadas pela Câmara Municipal de Vitória.

Opinião sobre a execução orçamentária e financeira

Com base nos procedimentos aplicados e no escopo selecionado para a análise sobre a execução dos orçamentos do Município, conclui-se que foram observados, em todos os aspectos relevantes, os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública municipal, bem como as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Município e nas demais operações realizadas com recursos públicos municipais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Com base nas análises de conformidade e conciliações entre os demonstrativos contábeis e os demais relatórios apresentados, não foram observados indicativos de que as demonstrações contábeis consolidadas do município deixaram de apresentar adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2023.

Fundamentação do Parecer Prévio

Fundamentos para a opinião sobre a execução orçamentária e financeira

A descrição completa dos fundamentos para a emissão de opinião não modificada (opinião sem ressalva) sob a ótica da execução dos orçamentos do Município consta na seção 3, especialmente na subseção 3.8 do Relatório Técnico, na qual se conclui que os achados evidenciados ao longo da análise estão de acordo, em todos os aspectos relevantes, com as normas legais aplicáveis.

Por outro lado, há registro de propostas de ciências na forma de alerta, descritas na subseção 10.2 do Relatório Técnico.

Fundamentos para a opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A descrição completa dos fundamentos para a emissão de opinião não modificada (opinião sem ressalva) sob a ótica das demonstrações contábeis consolidadas consta na seção 4, especialmente na subseção 4.3 do Relatório Técnico, em que se conclui que não foram observados indicativos de que as demonstrações contábeis consolidadas do município deixaram de apresentar adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro de 2023.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

10.2 Ciência

Com fundamento no art. 9º da Resolução TC 361/2012, propõe-se ao Tribunal de Contas expedir **CIÊNCIA** dirigida ao município de Vitória, na pessoa de seu prefeito, Sr. LORENZO SILVA DE PAZOLINI, ou eventual sucessor no cargo, como forma de **ALERTA** sobre:

Descrição da proposta
A necessidade de dar cumprimento ao art. 165, § 2º da Constituição da República, tendo em vista as evidências de ausência de definição das prioridades da administração na LDO (subseção 3.2.1.1);
A necessidade de aperfeiçoar o planejamento das peças orçamentárias, visando atender aos princípios da gestão fiscal responsável, observando a necessária manutenção do equilíbrio fiscal e garantindo a transparência (subseção 3.5.5);
A necessidade de promover o reconhecimento integral dos precatórios municipais, evitando assim, subavaliações no passivo, como a identificada no final do exercício de 2023, no montante de R\$ 7.642.574,92, em desacordo com a NBC TSP EC, item 3.10 (subseção 4.1.6).

Vitória, 22 de julho de 2024.

Adécio de Jesus Santos

Auditor de Controle Externo

Núcleo de Controle Externo de Consolidação de Contas de Governo – NCCONTAS



APÊNDICE A – Formação administrativa do Município

Registros⁷⁵:

Elevado à categoria de vila em 1545.

Elevado à condição de cidade, por Decreto de 24-02-1823. Confirmada por Carta de Lei de 18-03-1823.

Por Decreto Provincial n.º 5, de 16-12-1837, é criado o distrito de Carapina e anexado ao município de Vitória.

Pela Resolução Provincial n.º 9, de 27-08-1846, é criado o distrito de Queimado e anexado ao município de Vitória.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 3 distritos: Vitória, Carapina e Queimado.

Pela Lei Estadual n.º 1.445, de 10-07-1924, foram criados os distritos de Argolas e Jucu e anexados ao município de Vitória.

Pelo Decreto Estadual n.º 1.102, de 27-04-1931, o município de Vitória adquiriu o distrito de Vila Velha desmembrado do extinto município de Espírito Santo.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 7 distritos Vitória, Argolas, Carapina, Espírito Santo, Jucu, Queimado e Vila Velha.

Pelo Decreto Estadual n.º 5.041, de 11-07-1934, of. n.º 3.034, de 25-11-1943, pelo DEE do Espírito Santo dirigido ao Secibge e prot. SG sob o n.º 6.676, são desmembrados do município de Vitória os distritos de Espírito Santo, Argola e Jucu, para constituir o novo município de Espírito Santo. Sob o mesmo decreto foi restabelecido o município de Vila Velha.

Em divisão territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município é constituído de 3 distritos: Vitória, Carapina e Queimado.

⁷⁵ Fonte: [IBGE](#).



Pelo Decreto-lei Estadual n.º 15.177, de 31-12-1943, o município de Espírito Santo, foi extinto sendo seu território anexado ao município de Vitória com a denominação de Espírito Santo de Vitória. Pelo mesmo decreto é criado o distrito de Goiabeiras e anexado ao município de Vitória. E, ainda é desmembrado do município de Vitória os distritos de Carapina e Queimado sendo anexados ao município de Serra.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 4 distritos: Vitória, Argolas, Espírito Santo de Vitória e Goiabeiras.

Por Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado em 26-07-1947, é desmembrado do município de Vitória os distritos de Espírito Santo de Vitória e Argolas, para constituir o novo município de Espírito Santo de Vitória.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 2 distritos: Vitória e Goiabeiras.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2015.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

APÊNDICE B – Despesas de exercícios anteriores

Despesas de exercício anteriores ocorridas no exercício seguinte, em montante considerado irrelevante para o Município

Ano Referência	Elemento de Despesa	Total Geral
2024	92	925.548,88

Fonte: PCM/2024 – Tabulação: Controle da Despesa por Empenho


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

APÊNDICE C – Transferência de recursos ao Poder Legislativo

Apuração de Limites - Poder Legislativo			
	Limite Legal	Valor Apurado	Resultado da Análise
Repasse dos Duodécimos ao Poder Legislativo Municipal (Art. 29-A, § 2º, Inciso I da CF)	97.190.208,71	41.946.000,00	Cumprimento ao limite
Gastos com Folha de Pagamento do Legislativo - até 70% da Receita (Art. 29A, § 1º da CF)	29.362.200,00	20.562.772,78	Cumprimento ao limite
Gastos Totais do Poder Legislativo - 7 a 3,5% da Receita de Impostos (Art. 29A da CF)	97.190.208,71	36.022.521,35	Cumprimento ao limite

Receita Tributária e de Transferências Realizadas no Exercício Anterior		
RECEITA TRIBUTÁRIA		em Reais
1.1.0.0.00.0.0	Impostos, Taxas e Contrib. Melhoria	958.365.180,05
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS		985.438.994,17
1.7.1.1.51.1.0	FPM	309.231.206,49
1.7.1.1.51.2.0		
1.7.1.1.51.3.0		
1.7.1.1.52.0.0	ITR	35.725,71
1.7.1.1.56.0.0	Cota-Parte IOF-Ouro	0,00
1.7.1.9.51.0.0	ICMS - Desoneração Exportações	0,00
1.7.2.1.50.0.0	ICMS	603.104.919,84
1.7.2.1.51.0.0	IPVA	66.737.439,40
1.7.2.1.52.0.0	IPI	5.973.212,53
1.7.2.1.53.0.0	Contrib. Intrev. Dom. Econômico - CIDE	356.490,20
TOTAL		1.943.804.174,22

Gastos com Folha de Pagamento - Poder Legislativo		em Reais
TOTAL DA DESPESA LEGISLATIVA COM PESSOAL E ENCARGOS		24.528.142,43
(c) Despesas c/ Inativos e Pensionistas - Poder Legislativo		0,00
(c) Despesas c/ Encargos Sociais		3.965.369,65
Total da Despesa Legislativa com Folha de Pagamento (*)		20.562.772,78

(*) Até o mês 11, considera-se a Despesa Liquidada. No mês 12, considera-se a Despesa Empenhada

Gastos Totais - Poder Legislativo		em Reais
Função Legislativa		36.022.521,35
Outras Funções		0,00
Despesa Total Poder Legislativo		36.022.521,35
(c) Total da Despesa com Inativos e Pensionistas		0,00
Gasto Total Efetivo do Poder Legislativo - Apuração TCEES (*)		36.022.521,35

(*) Até o mês 11, considera-se a Despesa Liquidada. No mês 12, considera-se a Despesa Empenhada

Dados Adicionais - Poder Legislativo	
População do Município	322869
Percentual do artigo 29A CF/88	5,00

VERSÃO: RDPL - 1.0, FPPL - 1.0, DTPL - 1.0


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

APÊNDICE D – Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE

Município: Vitória
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período: 12/2023

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (a)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	1.059.660.078,88
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	113.552.255,20
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	78.221.579,70
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	751.882.592,96
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	116.003.651,02
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	1.077.977.357,03
2.1- Cota-Parte FPM	324.562.986,71
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	294.845.434,13
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas "d", "e" e "f"	29.717.552,58
2.2- Cota-Parte ICMS	652.177.894,21
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	7.224.783,61
2.4- Cota-Parte ITR	99.505,76
2.5- Cota-Parte IPVA	77.642.197,61
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	16.269.989,13
2.7.1- Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	0,00
2.7.2- Cota-Parte da Transf. da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022	16.269.989,13
2.7.3- Transferências Decorrentes de Participação em Outras Receitas de Impostos da União, Estados e DF	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	2.137.637.435,91
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + (2.7.1) + (2.7.2)')	207.363.691,50
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM MDE ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7.1) + (2.7.2)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7.3))	324.757.398,09

FUNDEB	
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (a)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	278.554.714,30
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	278.554.714,30
6.1.1- Principal	277.112.001,22
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	1.442.713,08
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00
6.2.1- Principal	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00
6.3.1- Principal	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00
6.4.1- Principal	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	69.748.309,72
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00
8.1.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00
8.1.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF / VAAT / VAAR	0,00
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	278.554.714,30

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	Até o Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	Até o Bimestre (d)	(e)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	278.554.714,30	278.554.714,30	278.554.714,30	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	278.554.714,30	278.554.714,30	278.554.714,30	0,00
10.1.1- Educação Infantil	118.241.840,55	118.241.840,55	118.241.840,55	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	160.312.873,75	160.312.873,75	160.312.873,75	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras (todas as demais subfunções atípicas à Função Educação e a Função 28 - Encargos Especiais)	0,00	0,00	0,00	0,00

DREPSA DE VALORES DE FUNDOS									
DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		POSIÇÃO EM RESSO A PAGAR NA PRÓXIMA DATA		POSIÇÃO EM RESSO A PAGAR NA PRÓXIMA DATA (COM DEPENDÊNCIAS DE CANCEL)	
At a Reporte	At a Reporte	At a Reporte	At a Reporte	At a Reporte	At a Reporte	At a Reporte	At a Reporte	At a Reporte	At a Reporte
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE FUNDERO RECORRIDO NO EXERCÍCIO									
17. Total das Despesas contadas com FUNDERO - Impostos e Transferências de Impostos	27.554.743,10	27.554.743,10	27.554.743,10	27.554.743,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.1 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	27.554.743,10	27.554.743,10	27.554.743,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.2 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.3 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.4 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.5 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.6 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.7 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.8 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.9 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.10 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.11 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.12 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.13 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.14 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.15 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.16 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.17 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.18 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.19 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.20 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.21 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.22 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.23 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.24 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.25 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.26 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.27 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.28 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de Valor - VASAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.29 - Total das Despesas contadas com FUNDERO - Complementação de									
TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDERO - COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR - VASAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL									
VALOR EXERCÍCIO		VALOR APLICADO (Despesa Liquidada)		VALOR APLICADO (Despesa Liquidada)		VALOR APLICADO (Despesa Liquidada)		VALOR APLICADO (Despesa Liquidada)	
(g)		(h)		(i)		(j)		(k)	
104.999.500,00		27.554.743,10		27.554.743,10		100,00		100,00	
18. Percentual de 50% da Complementação de Valor em FUNDERO (VAST) em função Infantil		0,00		0,00		0,00		0,00	
19. Minimo de 10,00% Complementação de Valor em FUNDERO - VASAT em função do Capital		0,00		0,00		0,00		0,00	
INDEVIDÊNCIAS - Art. 212-A, inciso II e IV - Constituição Federal									
VALOR MASSIVO PERECIDO		VALOR NÃO APLICADO (Despesa Liquidada)		VALOR NÃO APLICADO (Despesa Liquidada)		VALOR NÃO APLICADO (Despesa Liquidada)		VALOR NÃO APLICADO (Despesa Liquidada)	
(l)		(m)		(n)		(o)		(p)	
27.554.743,10		0,00		0,00		0,00		0,00	
20. Total de Recursos Recebidos e não Aplicados em Despesas - Impostos e Transferências de Impostos		0,00		0,00		0,00		0,00	
21. Total de Recursos Recebidos e não Aplicados em Despesas - Impostos e Transferências de Impostos		27.554.743,10		0,00		0,00		0,00	
22. Total de Recursos Recebidos e não Aplicados em Despesas - Complementação de Valor (VASAT - VASAT - VASAT)		0,00		0,00		0,00		0,00	
INDEVIDÊNCIAS - Art. 212-A, § 1º e § 4º e § 14.111, de									

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE – CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB Subfunção)	(Por	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (c)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS		408.749.630,65	386.102.305,47	380.472.522,82	22.647.325,18	
20.1 - Educação Infantil		166.672.638,84	159.873.226,11	157.251.290,13	6.794,12	6.794,12
20.2 - Ensino Fundamental		189.378.462,78	177.284.477,70	174.186.864,48	12.983.085,48	
20.3 - Educação de Jovens e Adultos (Relacionada a Educação Infantil e o Ensino Fundamental)		0,00	0,00	0,00	0,00	
20.4 - Educação Especial (Relacionada ao Ensino Fundamental)		5.286.606,56	3.739.839,28	3.739.839,28	1.546.767,28	
20.5 - Administração Geral (Relacionada à Educação Infantil e o Ensino Fundamental)		47.411.922,47	45.204.762,38	44.828.914,93	2.207.160,09	
20.6 - Transporte Escolar		0,00	0,00	0,00	0,00	
20.7 - Outras (todas as demais subfunções atípicas à Função Educação e a Função 28 - Encargos Especiais)		0,00	0,00	0,00	0,00	

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL		VALOR	
		Despesa Empenhada *	Despesa Liquidada *
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (b ou c)		408.749,6305	386.102,30547
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = L4		207.363.691,50	207.363.691,50
24 (+) RECEITAS DO FUNDEB (IMPOSTOS) NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18.1 (m2 ou n2)		0,00	0,00
25 (+) VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRA O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1 (n1)		0,00	0,00
26 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS = 7		0,00	-
27 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO, INCLUSIVE OS IMPOSTOS VINCULADOS AO FUNDEB		0,00	-
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 + 25) - (24 + 26 + 27)		6.425.339,25	6.425.339,25
		609.687.982,90	587.040.657,72

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL ^{2,5,6}	VALOR EXIGIDO	Despesa Empenhada ⁴		Despesa Liquidada ⁵	
		VALOR APLICADO	% APLICADO	VALOR APLICADO	% APLICADO
29. APLICAÇÃO EM MDE SOBRE RECEITA RESIDUANTE DE IMPOSTOS	534.040.358,98	609.687.982,90	28,57	587.040.657,77	27,46

OUTRAS INFORMACÕES PARA CONTROLE	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	RECEITAS REALIZADAS
	Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	25.658.377,21
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (Incluindo Rendimentos de Aplicação Financeira)	25.175.243,96
31.1.1- Salário-Educação	17.501.643,59
31.1.2- PDDE	0,00
31.1.3- PNAE	6.738.433,59
31.1.4 - PNATE	647,60
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	934.519,18
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	483.133,25
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (c)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	45.099.865,43	28.128.865,51	25.684.061,46	16.970.999,92
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	19.051.438,43	13.199.937,02	11.442.418,90	5.831.501,41
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	23.533.493,20	12.739.040,82	12.051.754,89	10.794.452,38
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	812.027,60	486.981,47	486.981,47	325.046,13
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	2.106,00	2.106,00	2.106,00	0,00
32.8- EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00
32.9- OUTRAS (todas as demais subfunções atípicas à Função Educação)	1.700.800,20	1.700.800,20	1.700.800,20	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO				
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	732.404.210,38	692.785.885,28	684.711.298,58	39.618.325,10
33.1- Despesas Correntes	675.253.592,93	646.459.069,03	641.132.463,66	28.794.523,90
33.1.1- Pessoal Ativo	436.071.796,01	435.145.646,55	433.173.700,48	926.149,46
33.1.2- Pessoal Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	39.597.645,65	39.597.645,65	39.597.645,65	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	199.584.151,27	171.715.776,83	168.361.117,53	27.868.374,44
33.2- Despesas de Capital	57.150.617,45	46.326.816,25	43.578.834,92	10.823.801,20
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	3.170.892,47	3.170.892,47	3.170.892,47	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	53.979.724,98	43.155.923,78	40.407.942,45	10.823.801,20

FONTE: Sistema CidadES. Data da emissão: 28/01/2024, às 14:38. VERSÃO: 3.0

1 Os valores correspondem ao efetivamente transferido (percentuais dispostos na legislação).

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar Não Processados inscritos sem disponibilidade financeira só serão demonstrados no relatório do mês 12.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada.

6 No último bimestre do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa empenhada.

7 Valor inscrito em RPMP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites.

8 Valor correspondente aos Restos a Pagar Não Processados inscritos no mês 12.

9 Nesta coluna não devem ser informados valores inferiores a 0 (zero).

10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão dos valores apurados na coluna (f1 ou f2), os percentuais serão ajustados para 100%.

Autenticar documento em /autenticidade

com o identificador 3200380038003100370035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: 9490B-F3F8E-3C42E


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

APÊNDICE E – Demonstrativo das receitas de impostos e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde

Município: Vitória

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de Referência: 12/2023

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</u>	<u>RECEITAS REALIZADAS</u> Até o mês
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.059.660.078,88
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	113.552.255,20
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI	78.221.579,70
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	751.882.592,96
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	116.003.651,02
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	1.048.259.804,45
Cota-Parte FPM	294.845.434,13
Cota-Parte ITR	99.505,76
Cota-Parte IPVA	77.642.197,61
Cota-Parte ICMS	652.177.894,21
Cota-Parte IPI-Exportação	7.224.783,61
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	16.269.989,13
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	2.107.919.883,33

<u>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA</u> <u>COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO</u>	<u>DESPESAS LIQUIDADAS</u> Até o mês	<u>Inscritas em Restos a Pagar não Processados</u>
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	108.402.351,14	1.143.141,21
Despesas Correntes	107.718.580,52	1.141.643,21
Despesas de Capital	683.770,62	1.498,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	91.078.094,82	8.726.903,00
Despesas Correntes	90.801.268,32	8.707.221,00
Despesas de Capital	276.826,50	19.682,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	14.687.193,84	1.953.095,41
Despesas Correntes	14.687.193,84	1.953.095,41
Despesas de Capital	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	6.655.702,79	43.032,12
Despesas Correntes	6.655.702,79	43.032,12
Despesas de Capital	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	19.013.822,78	586.436,16
Despesas Correntes	18.857.822,78	582.370,37
Despesas de Capital	156.000,00	4.065,79
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	89.813.825,72	25.927.054,89
Despesas Correntes	87.413.395,53	16.653.851,36
Despesas de Capital	2.400.430,19	9.273.203,53
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	329.650.991,09	38.379.662,79

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS</u>	<u>DESPESAS LIQUIDADAS</u> Até o mês	<u>Inscritas em Restos a Pagar não Processados</u>
Total das Despesas com ASPS computadas no cálculo do mínimo (XI)	329.650.991,09	38.379.662,79
(-) Despesas com Inativos/Pensionistas e Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS (XI.1)	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XII)		
(-) Despesas Custeadas com Rec. Vinculados à Parcela do Perc. Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIII)	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XIV)	0,00	0,00
VALOR APLICADO EM ASPS (XV) = (XI - XI.1 - XII - XIII - XIV)	368.030.653,88	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVI) = (III) x 15% (LC 141/2012)	316.187.982,50	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVII) = (XV - XVI)	51.842.671,38	
Limite não Cumprido (XVIII) = (XVII) (Quando valor for inferior a zero)		
% DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XV / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012) ⁽¹⁾	17,46	


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	RECEITAS REALIZADAS Até o mês
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XIX)	88.928.451,42
Proveniente da União	87.939.479,16
Proveniente dos Estados	988.972,26
Proveniente de outros Municípios	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XX)	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXI)	2.986,70
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXII) = (XIX + XX + XXI)	88.931.438,12

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO		
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DESPESAS LIQUIDADAS Até o mês	Inscritas em Restos a Pagar não Processados
ATENÇÃO BÁSICA (XXIII)	38.197.199,91	1.814.211,25
Despesas Correntes	37.487.027,92	1.464.796,47
Despesas de Capital	710.171,99	349.414,78
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXIV)	22.908.699,46	6.239.289,82
Despesas Correntes	22.908.699,46	6.239.289,82
Despesas de Capital	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXV)	4.559.972,17	88.802,13
Despesas Correntes	4.559.972,17	88.802,13
Despesas de Capital	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXVI)	795.478,95	0,00
Despesas Correntes	795.478,95	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXVII)	5.433.434,81	290.946,52
Despesas Correntes	5.433.434,81	290.946,52
Despesas de Capital	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXVIII)	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXIX)	6.041.454,79	572.588,33
Despesas Correntes	6.040.709,65	572.588,33
Despesas de Capital	745,14	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXX) = (XXIII + XXIV + XXV + XXVI + XXVII + XXVIII + XXIX)	77.936.240,09	9.005.838,05

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE (Computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o mês	Inscritas em Restos a Pagar não Processados
ATENÇÃO BÁSICA (XXXI) = (IV + XXIII)	146.599.551,05	2.957.352,46
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXII) = (V + XXIV)	113.986.794,28	14.966.192,82
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIII) = (VI + XXV)	19.247.166,01	2.041.897,54
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXIV) = (VII + XXVI)	7.451.181,74	43.032,12
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXV) = (VIII + XXVII)	24.447.257,59	877.382,68
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVI) = (XIX + XXVIII)	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVII) = (X + XXIX)	95.855.280,51	26.499.643,22
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XXXVIII) = (XI + XXX)	407.587.231,18	47.385.500,84
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes (XXXIX)	77.936.240,09	9.005.838,05
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XL) = (XXXVIII - XXXIX)	368.030.653,88	

FONTE: Sistema CidadES, Data da emissão 28/01/2024 e hora de emissão 14:38. VERSÃO: 6.0

(1) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício, conforme Lei Complementar 141/2012.


**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo - NCCONTAS

Demonstrativo das Despesas com Saúde - Ente Consorciado

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (*)	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (r)		COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (a)		NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (b)	
	Fonte de Recursos 211	Demais Fontes de Recursos	DESPESAS LIQUIDADAS Até o mês	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	DESPESAS LIQUIDADAS Até o mês	Inscritas em Restos a Pagar não Processados
ATENÇÃO BÁSICA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS (*)			COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (a)			
			DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre	Inscritas em Restos a Pagar não Processados		
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)						
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (X)			0,00	0,00		
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)			0,00	0,00		
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIIIa - IXa - Xa - XIa)			0,00			

FONTE: Sistema CidadES, Data da emissão 28/01/2024 e hora de emissão 14:38

(*) Valores de todos os Consórcios Públicos que executaram despesas com ASPS, de que o ente participou como membro consorciado.

(r) Valores Liquidados pelo Ente mais os Restos a Pagar Não Processados Inscritos (Exercício de Referência).

Autenticar documento em /autenticidade

com o identificador 3200380038003100370035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: 9490B-F3F8E-3C42E

APÊNDICE F – Demonstrativo da receita corrente líquida



Demonstrativo da Receita Corrente Líquida



Tabela 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

077 - Vitória
RELATÓRIO RESUMIDO DA ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO 2023 a 2024 (PROJEÇÃO)

R\$ Mil - Anexo 9 (LRF, Art. 16, inciso I)

DESCRIÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA POR FÓRMULA DO MÊS												TOTAL ESTIMADO 2023	PREVISTO ATUALIZADO
		JAN/23	FEB/23	MAR/23	ABR/23	MAY/23	JUN/23	JUL/23	AUG/23	SET/23	OCT/23	NOV/23	DEZ/23		
RECEITAS CORRENTES (S)		227.944.975,40	224.706.345,47	209.406.461,25	206.106.669,27	275.106.454,80	275.106.454,80	245.895.136,24	256.029.024,75	246.106.797,22	229.344.653,18	203.143.774,90	229.896.475,10	2.242.934,84	2.706.754.853,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		80.328.212,40	74.887.887,22	133.840.362,03	82.660.727,80	84.888.811,44	84.888.811,44	86.956.746,91	82.229.769,84	85.885.424,49	85.743.088,71	102.132.084,38	105.451.582,88	131.086,81	895.888.814,00
PTU		2.992.779,03	4.692.182,06	40.889.450,39	3.537.196,43	4.947.822,89	4.947.822,89	4.947.822,89	4.947.822,89	4.947.822,89	4.947.822,89	4.947.822,89	4.947.822,89	4.947.822,89	106.523.896,00
ISS		48.966.072,23	59.281.518,94	54.481.025,98	40.349.139,28	58.287.814,46	58.287.814,46	64.020.666,67	67.814.877,36	69.706.530,39	64.639.294,37	67.998.487,00	70.251.433,00	8.882.345,00	646.946.220,00
ITR		4.624.178,29	4.023.408,91	4.623.838,91	4.623.838,91	4.623.838,91	4.623.838,91	4.623.838,91	4.623.838,91	4.623.838,91	4.623.838,91	4.623.838,91	4.623.838,91	4.623.838,91	37.968.388,00
ISOP		6.832.910,83	6.171.403,30	6.832.599,31	6.792.413,12	6.832.599,31	6.832.599,31	6.832.599,31	6.832.599,31	6.832.599,31	6.832.599,31	6.832.599,31	6.832.599,31	6.832.599,31	49.488.227,00
Outras Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.683.576,17	3.188.942,09	27.902.146,62	4.742.580,34	4.399.667,39	4.399.667,39	4.756.433,36	4.399.667,39	4.399.667,39	4.399.667,39	4.399.667,39	4.399.667,39	4.399.667,39	443.253.127,00
Contribuição		8.642.246,53	8.346.348,99	8.772.038,94	8.895.480,33	8.895.480,33	8.895.480,33	8.895.480,33	8.895.480,33	8.895.480,33	8.895.480,33	8.895.480,33	8.895.480,33	8.895.480,33	111.274.290,00
Receita Patrimonial		14.985.456,48	18.534.770,39	27.902.146,62	23.797.088,89	26.108.667,39	26.108.667,39	26.108.667,39	26.108.667,39	26.108.667,39	26.108.667,39	26.108.667,39	26.108.667,39	26.108.667,39	127.854.648,00
Reservações de Aplicações Financeiras		14.550.787,38	18.099.270,39	26.888.248,23	23.202.136,46	25.370.142,49	25.370.142,49	25.370.142,49	25.370.142,49	25.370.142,49	25.370.142,49	25.370.142,49	25.370.142,49	25.370.142,49	125.869.668,00
Outras Receitas Patrimoniais		434.669,10	435.499,10	435.499,10	435.499,10	435.499,10	435.499,10	435.499,10	435.499,10	435.499,10	435.499,10	435.499,10	435.499,10	435.499,10	1.984.980,00
Receita Agremiação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		192.294,19	183.666,01	294.220,00	227.461,71	329.938,20	329.938,20	329.938,20	329.938,20	329.938,20	329.938,20	329.938,20	329.938,20	329.938,20	2.348.550,00
Receita de Transferências Correntes		117.404.598,47	125.493.740,49	113.469.469,99	139.383.954,03	136.333.668,59	128.072.797,33	128.882.940,03	126.746.979,80	125.386.406,59	125.386.406,59	125.386.406,59	125.386.406,59	125.386.406,59	1.200.963.294,00
Outras Transferências Correntes		36.408.746,99	34.528.739,02	31.119.769,99	24.146.486,54	26.882.489,64	25.078.870,89	32.028.429,61	32.028.429,61	32.028.429,61	32.028.429,61	32.028.429,61	32.028.429,61	32.028.429,61	287.872.483,00
Outras Receitas de Serviços		10.482.516,42	48.428.231,39	48.428.231,39	34.203.411,14	34.203.411,14	34.203.411,14	34.203.411,14	34.203.411,14	34.203.411,14	34.203.411,14	34.203.411,14	34.203.411,14	34.203.411,14	279.940.364,00
Outras Receitas de Serviços		9.934.810,18	3.943.451,39	4.836.179,51	20.367.792,76	12.454.882,29	4.836.179,51	5.754.192,24	4.836.179,51	4.836.179,51	4.836.179,51	4.836.179,51	4.836.179,51	4.836.179,51	48.746.497,00
Outras Receitas de Serviços		99,19	1.079,20	398,44	99,19	3.921,80	99,19	2.882,58	99,19	99,19	99,19	99,19	99,19	99,19	0,00
Transferências de LC nº 180		414.897,12	439.848,08	414.897,12	363.590,29	337.896,74	481.373,42	397.790,30	424.797,20	482.477,89	782.841,91	424.889,79	482.477,89	424.889,79	1.130.294,00
Transferências de PIS/PIS-Pase		25.367.307,48	22.341.547,07	20.889.579,00	19.110.796,97	28.903.113,29	21.213.244,27	20.517.488,11	20.794.489,41	21.206.489,41	21.206.489,41	21.206.489,41	21.206.489,41	21.206.489,41	287.479.730,00
Outras Transferências Correntes		12.038.696,79	12.142.879,44	17.569.991,74	19.047.169,49	13.404.169,49	13.404.169,49	12.682.436,56	17.287.832,91	14.890.992,74	17.287.832,91	17.287.832,91	17.287.832,91	17.287.832,91	140.168.750,00
Outras Receitas Correntes		2.134.190,92	6.059.170,49	2.134.190,92	4.211.232,23	4.211.232,23	4.211.232,23	4.211.232,23	4.211.232,23	4.211.232,23	4.211.232,23	4.211.232,23	4.211.232,23	4.211.232,23	32.868.457,00
RECEITAS DE OUTROS (S)		25.238.182,40	20.873.476,47	26.746.669,89	26.489.476,84	26.489.476,84	26.489.476,84	26.489.476,84	26.489.476,84	26.489.476,84	26.489.476,84	26.489.476,84	26.489.476,84	26.489.476,84	287.288.859,00
Contribuição de Serviços para o Plano de Previdência		7.993.822,97	5.464.594,93	5.464.594,93	5.464.594,93	5.464.594,93	5.464.594,93	5.464.594,93	5.464.594,93	5.464.594,93	5.464.594,93	5.464.594,93	5.464.594,93	5.464.594,93	43.888.450,00
Contribuição de Serviços para o Plano de Previdência		702.457,79	1.944.537,38	0,00	1.944.537,38	1.944.537,38	1.944.537,38	1.944.537,38	1.944.537,38	1.944.537,38	1.944.537,38	1.944.537,38	1.944.537,38	1.944.537,38	1.944.537,38
Contribuição de Serviços para o Plano de Previdência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Serviços para o Plano de Previdência		7.291.365,17	12.511.057,55	12.511.057,55	10.481.000,00	18.080.700,11	28.391.114,85	15.486.336,40	12.511.057,55	12.511.057,55	12.511.057,55	12.511.057,55	12.511.057,55	12.511.057,55	89.822.020,00
Contribuição de Serviços para o Plano de Previdência		16.887.893,03	14.850.000,14	15.709.713,44	20.779.226,26	18.700.000,00	17.000.000,00	15.486.336,40	17.000.000,00	16.111.057,55	17.000.000,00	17.000.000,00	17.000.000,00	17.000.000,00	20.421.4.880,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (S) - (S)		243.183.057,80	245.579.821,94	236.156.131,24	232.596.146,11	301.595.931,64	301.595.931,64	271.380.272,14	282.517.551,59	271.593.284,11	255.838.131,07	229.633.256,80	256.385.951,94	2.242.934,84	2.706.754.853,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (S) - (S)		243.183.057,80	245.579.821,94	236.156.131,24	232.596.146,11	301.595.931,64	301.595.931,64	271.380.272,14	282.517.551,59	271.593.284,11	255.838.131,07	229.633.256,80	256.385.951,94	2.242.934,84	2.706.754.853,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (S) - (S)		243.183.057,80	245.579.821,94	236.156.131,24	232.596.146,11	301.595.931,64	301.595.931,64	271.380.272,14	282.517.551,59	271.593.284,11	255.838.131,07	229.633.256,80	256.385.951,94	2.242.934,84	2.706.754.853,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (S) - (S)		243.183.057,80	245.579.821,94	236.156.131,24	232.596.146,11	301.595.931,64	301.595.931,64	271.380.272,14	282.517.551,59	271.593.284,11	255.838.131,07	229.633.256,80	256.385.951,94	2.242.934,84	2.706.754.853,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (S) - (S)		243.183.057,80	245.579.821,94	236.156.131,24	232.596.146,11	301.595.931,64	301.595.931,64	271.380.272,14	282.517.551,59	271.593.284,11	255.838.131,07	229.633.256,80	256.385.951,94	2.242.934,84	2.706.754.853,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (S) - (S)		243.183.057,80	245.579.821,94	236.156.131,24	232.596.146,11	301.595.931,64	301.595.931,64	271.380.272,14	282.517.551,59	271.593.284,11	255.838.131,07	229.633.256,80	256.385.951,94	2.242.934,84	2.706.754.853,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (S) - (S)		243.183.057,80	245.579.821,94	236.156.131,24	232.596.146,11	301.595.931,64	301.595.931,64	271.380.272,14	282.517.551,59	271.593.284,11	255.838.131,07	229.633.256,80	256.385.951,94	2.242.934,84	2.706.754.853,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (S) - (S)		243.183.057,80	245.579.821,94	236.156.131,24	232.596.146,11	301.595.931,64	301.595.931,64	271.380.272,14	282.517.551,59	271.593.284,11	255.838.131,07	229.633.256,80	256.385.951,94	2.242.934,84	2.706.754.853,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (S) - (S)		243.183.057,80	245.579.821,94	236.156.131,24	232.596.146,11	301.595.931,64	301.595.931,64	271.380.272,14	282.517.551,59	271.593.284,11	255.838.131,07	229.633.256,80	256.385.951,94	2.242.934,84	2.706.754.853,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (S) - (S)		243.183.057,80	245.579.821,94	236.156.131,24	232.596.146,11	301.595.931,64	301.595.931,64	271.380.272,14	282.517.551,59	271.593.284,11	255.838.131,07	229.633.256,80	256.385.951,94	2.242.934,84	2.706.754.853,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (S) - (S)		243.183.057,80	245.579.821,94	236.156.131,24	232.596.146,11	301.595.931,64	301.595.931,64	271.380.272,14	282.517.551,59	271.593.284,11	255.838.131,07	229.633.256,80	256.385.951,94	2.242.934,84	2.706.754.853,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (S) - (S)		243.183.057,80	245.579.821,94	236.156.131,24	232.596.146,11	301.595.931,64	301.595.931,64	271.380.272,14	282.517.551,59	271.593.284,11	255.838.131,07	229.633.256,80	256.385.951,94	2.242.934,84	2.706.754.853,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (S) - (S)		243.183.057,80	245.579.821,94	236.156.131,24	232.596.146,11	301.595.931,64	301.595.931,64	271.380.272,14	282.517.551,59	271.593.284,11	255.838.131,07	229.633.256,80	256.385.951,94	2.242.934,84	2.706.754.853,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (S) - (S)		243.183.057,80	245.579.821,94	236.156.131,24	232.596.146,11	30									

APÊNDICE G – Demonstrativo da despesa com pessoal do Poder Executivo

RGF / Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

VITÓRIA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2023

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	Total das Despesas Liquidadas (Últimos 12 Meses) (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.266.447.612,22	2.481.826,97
Pessoal Ativo	903.397.656,37	2.481.826,97
Pessoal Inativo e Pensionistas	363.049.955,85	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	163.917.908,99	39.857,86
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	162.053,89	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	6.661.142,54	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.682.256,71	39.857,86
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	155.412.455,85	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.102.529.703,23	2.441.969,11
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	2.763.550.982,04	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) e de bancada (art. 166, § 16 da CF); e, ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (V)	20.367.914,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (IV - V)	2.743.183.068,04	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + a + III b)	1.104.971.672,34	40,28
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.481.318.856,74	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.407.252.913,90	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.333.186.971,07	48,60

FONTE: Sistema CidadES

RGF / Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, I)

DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS (*)	Valores Transferidos por Contrato de Rateio (r)	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)	Total (c) = (a + b)
VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	0,00			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		0,00	0,00	0,00
Pessoal Ativo		0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00	0,00
Outras desp. de pess. decorr. de contr. de terceirização ou contratação indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) - CONTRATO DE GESTÃO		0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente		0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)		0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema CidadES

(*) Valores de todos os Consórcios Públicos que executaram despesas com Pessoal, de que o ente participou como membro consorciado.

(r) Valores Pagos pelo Ente, ou seja, valores efetivamente transferidos aos consórcios mediante Contrato de Rateio.

APÊNDICE H – Demonstrativo da despesa com pessoal consolidada

RGF / Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

VITÓRIA - CONSOLIDADO MUNICIPAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2023

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	Total das Despesas Liquidadas (Últimos 12 Meses) (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.295.998.848,32	2.767.323,94
Pessoal Ativo	927.640.301,83	2.767.323,94
Pessoal Inativo e Pensionistas	368.358.546,49	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	169.980.236,93	39.857,86
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	907.692,46	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	6.661.142,54	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.690.355,44	39.857,86
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	160.721.046,49	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.126.018.611,39	2.727.466,08
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	2.763.550.982,04	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) e de bancada (art. 166, § 16 da CF); e, ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (V)	20.367.914,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (IV - V)	2.743.183.068,04	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	1.128.746.077,47	
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.645.909.840,82	
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.563.614.348,78	
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.481.318.856,74	

FONTE: Sistema CidadES

RGF / Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, I)

DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS (*)	Valores Transferidos por Contrato de Rateio (r)	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Total
		(a)	(b)	(c) = (a + b)
VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	0,00			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		0,00	0,00	0,00
Pessoal Ativo		0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00	0,00
Outras desp. de pess. decorr. de contr. de terceirização ou contratação indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) - CONTRATO DE GESTÃO		0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente		0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)		0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema CidadES

(*) Valores de todos os Consórcios Públicos que executaram despesas com Pessoal, de que o ente participou como membro consorciado.

(r) Valores Pagos pelo Ente, ou seja, valores efetivamente transferidos aos consórcios mediante Contrato de Rateio.

APÊNDICE I – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

2023 PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA – Executivo DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 13/2023												RS 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) ¹	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (g - h)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Exercícios Anteriores								
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Empenhados e Não Liquidados em Exercícios Anteriores	Débitos Obrigatórios Financeiros	Débitos						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h) = (a - (b + c + d + e) - f)	(i)	(j)	(k)	(l)	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	1.230.322.763,02	217.772,34	16.834.380,69	1.426.226,93	19.600,00	0,00	1.212.824.813,46	127.528.485,97	0,00	1.085.296.327,49	0,00	
500000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	1.121.280.498,40	217.772,34	16.834.380,69	1.426.226,93	19.600,00	0,00	1.103.788.519,16	124.535.080,68	0,00	979.251.438,48	0,00	
501000 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	102.806.192,16	0,00	3.970,20	0,00	0,00	0,00	102.802.221,96	2.953.454,80	0,00	99.846.767,16	0,00	
502000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS	6.080.352,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.080.352,40	0,00	0,00	6.080.352,40	0,00	
710000 - AVANÇO FINANCEIRO - OUTORGA CREDITO TRIBUTARIO KM-L - ART. 3º, INCISO V, EC Nº 129/2022	355.725,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	355.725,00	0,00	0,00	355.725,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	593.744.266,43	261.821,60	10.687.659,15	9.610.778,35	16.708.625,18	0,00	547.505.682,15	110.621.439,83	0,00	436.884.242,32	0,00	
Restos Vinculados a Educação	77.163.385,41	0,00	0,00	8.510.156,13	0,00	0,00	68.653.229,28	30.648.527,53	0,00	37.994.691,75	0,00	
160005 - AVANÇO FINANCEIRO - OUTORGA CREDITO TRIBUTARIO KM-L - ART. 3º, INCISO V, EC 129/2022 - EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
500005 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - IMEX	30.647.811,57	73.316,03	6.629.782,65	8.808.016,37	0,00	0,00	25.138.596,62	22.647.325,18	0,00	2.491.271,44	0,00	
500005 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	3.573.383,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.573.383,70	0,00	0,00	3.573.383,70	0,00	
540000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS (30%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
540070 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS (70%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
541000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIM - VAAF - 30%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
541000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIM - VAAF - 70%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
542000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIM - VAAT - 30%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
542000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIM - VAAT - 70%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
543000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIM - VAAR - 30%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
543000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIM - VAAR - 70%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
544 - RECURSOS DE PRECATORIOS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
540 - TRANSFERÊNCIA DO SALARIO EDUCACAO	30.102.020,66	0,00	2.332.088,73	2.139,76	0,00	0,00	27.767.812,17	5.901.613,41	0,00	21.866.198,76	0,00	
561 - TRANSF. DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
562 - TRANSF. DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	2.401,00	0,00	57.742,56	0,00	0,00	0,00	2.343.731,27	924.506,89	0,00	1.418.804,38	0,00	
563 - TRANSF. DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROG. NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)	347.600	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	347.600	0,00	0,00	347.600	0,00	
600 - CONTRA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	942.877,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	942.877,29	0,00	0,00	942.877,29	0,00	
573 - ROYALTI E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS A EDUCAÇÃO - LEI Nº 12.898/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
570 - TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS A EDUCAÇÃO	17.742,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.742,35	0,00	0,00	17.742,35	0,00	
571 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS A EDUCAÇÃO	3.777.332,23	0,00	54.992,78	0,00	0,00	0,00	3.722.339,47	674.662,01	0,00	3.147.677,46	0,00	
574 - OPERAÇÕES DE CREDITO VINCULADAS A EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
575 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS A EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
576 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
580 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados a Saúde	135.018.961,63	97.292,25	6.784.626,85	3.471.334,84	0,00	0,00	124.665.728,48	47.355.500,84	0,00	77.260.227,64	0,00	
500005 - RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	48.570.800,56	0,00	0,00	2.775.002,38	0,00	0,00	39.797.787,08	38.379.682,79	0,00	1.378.124,29	0,00	
500005 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - SAÚDE	862.102,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	862.102,22	0,00	0,00	862.102,22	0,00	
585 - ROYALTI E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS A EDUCAÇÃO - LEI Nº 12.898/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
600 - TRANSF. FUND. A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Manutenção das Ações e Serv. Púb. de Saúde)	676.254,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	676.254,46	0,00	0,00	676.254,46	0,00	
601 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
600 - TRANSF. FUND. A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Manutenção das Ações e Serv. Púb. de Saúde)	68.234.736,87	0,00	843.973,81	687.062,04	0,00	0,00	64.702.861,02	8.805.517,16	0,00	55.897.343,86	0,00	
601 - TRANSF. FUND. A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Estabelecimento na Rede de Serv. Púb. de Saúde)	3.540.927,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.540.927,23	0,00	0,00	3.540.927,23	0,00	
602 - TRANSF. FUND. A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Manutenção das Ações e Serv. Púb. de Saúde - Recursos Especiais de enfrentamento da COVID-19 de 08/04 de 2020)	13.969.451,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.969.451,95	0,00	0,00	13.969.451,95	0,00	
603 - TRANSF. FUND. A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Estabelecimento na Rede de Serv. Púb. de Saúde - Recursos Especiais de enfrentamento da COVID-19 de 08/04 de 2020)	305.267,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	305.267,20	0,00	0,00	305.267,20	0,00	
604 - TRANSF. DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO CUMPRIMENTO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE AS ENDEMIAS	809.525,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	809.525,83	0,00	0,00	809.525,83	0,00	
605 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIMED PARA O CUMPRIMENTO DO POTO DOS PISOS SALARIAIS E/OU PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	418.803,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	418.803,63	0,00	0,00	418.803,63	0,00	
631 - TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
632 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
633 - TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
634 - OPERAÇÕES DE CREDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
635 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
600 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	22.609,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.609,69	0,00	0,00	22.609,69	0,00	
Recursos Vinculados a Previdência Social - RPPS	1.312,01	0,00	110.003,98	0,00	0,00	0,00	(110.001,98)	463,03	0,00	(1.171,23)	0,00	
800 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
801 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	1.051,97	0,00	41.859,80	0,00	0,00	0,00	(40.807,83)	209.668,64	0,00	(1.250,47)	0,00	
802 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	260,04	0,00	68.144,09	0,00	0,00	0,00	(67.884,05)	260,04	0,00	(1.251,23)	0,00	
Recursos Vinculados a Seguridade Social	7.676.862,40	0,00	12.835,01	0,00	0,00	0,00	7.664.207,39	77.797,07	0,00	7.586.409,65	0,00	
660 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	4.659.054,76	0,00	10.975,01	0,00	0,00	0,00	4.648.079,75	77.797,07	0,00	4.570.282,65	0,00	
661 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.377.214,31	0,00	1.360,00	0,00	0,00	0,00	3.375.854,31	2.375.854,31	0,00	1.000.000,00	0,00	
662 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
665 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL	323.116,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323.116,24	0,00	0,00	323.116,24	0,00	
600 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Vinculados de Recursos	387.175.475,80	91.013,32	4.676.170,79	329.276,38	0,00	0,00	382.079.015,31	32.648.581,84	0,00	319.430.433,47	0,00	
700 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU REPASSE DAS UNIM	11.288.487,36	0,00	301.413,13	0,00	0,00	0,00	10.987.074,22	0,00	0,00	9.380.000,43	0,00	
703 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU REPASSE DOS ESTADOS	1.212.083,67	0,00	0,00	639,66	0,00	0,00	1.211.444,01	0,00	0,00	1.211.444,01	0,00	
702 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS MUNICÍPIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
703 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DE OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
700 - RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO NA ORÇAMENTO ECONÔMICO - MEX	1.845.849,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.845.849,01	0,00	0,00	1.845.849,01	0,00	
751 - RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	16.543.812,73	0,00	0,00	453,09	0,00	0,00	16.543.359,64	2.341.891,30	0,00	14.201.468,34	0,00	
752 - RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO	6.142.705,97</											

APÊNDICE J – Despesas correntes pagas com recursos de alienação de ativos

Despesas correntes pagas com recursos de alienação de ativos

Valores em reais

Unidade Gestora	Programa	Ação	Nº do Empenho	Ano do Empenho	Código da Classificação Econômica	Descrição da Classificação Econômica	Despesas Pagas	RPNP Pago	RPP Pago

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – LOAPROG, PROGEXT, PRATIVOE, PROJEXTR e Tabulação: Controle da Despesa por Empenho



APÊNDICE K – Programas prioritários – LDO e LOA

Programas
Valores em reais

Prioritários

Programas Prioritários - LDO	Valor do Programa - LDO	Dotação Inicial - LOA	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% Despesas Liq./Prev.

Fonte: Proc. TC 03679/2024-2 - PCM/2023 – LDOPROG, LDOPROATZ e Tabulação: Controle da Despesa por Dotação



APÊNDICE L – Nota Técnica

As estimativas sobre a população entre os anos de 2018 e 2021 foram obtidas através do Instituto Jones dos Santos Neves.

Os dados do Censo Escolar (INEP) foram obtidos através do endereço <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>.

Os dados da população em 2022 foram obtidos através do Censo 2022 (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>).

Para estimar os dados da população em 2023, aplicou-se o percentual de variação populacional entre 2021 e 2020 aos dados de 2022.

Em relação às metas que utilizaram dados populacionais anteriores a 2022 (Metas 1 e 2), pontua-se que essas estimativas populacionais, quando analisadas perante os dados do Censo 2022, podem ter superestimado a população de 0 a 17 anos no município. Isto impacta a base de cálculo das metas, influenciando na melhora desses indicadores a partir de 2022.

Para as Metas 1A e 1B, foram utilizados os dados da Sinopse Censo Escolar, tabela *Número de Matrículas da Educação Básica, por Faixa Etária, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município*.

Para as Metas 3A e 3B, considerou-se o número de matrículas para a faixa etária 15-17 anos, disponível na Sinopse Censo Escolar, tabelas *Número de Matrículas da Educação Básica, por Faixa Etária, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município*, e *Número de Matrículas do Ensino Médio Regular, por Faixa Etária, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município*.

Para a Meta 5, relativa à alfabetização, para identificar o nível de aprendizado em leitura, escrita e matemática para o 3º ano do ensino fundamental, foram utilizados os dados da série histórica do PABES e PAEBES ALFA de 2013-2021 fornecidos pela Subsecretária de Planejamento e Avaliação do Estado do Espírito Santo, no entanto, só existiam valores até o ano de 2021, invalidando a análise para os anos subsequentes. Desse modo, utilizou-se a prova de fluência em leitura do Estado do Espírito Santo para analisar os anos de 2022 e 2023.

Para as Metas 6 (Indicadores 6A e 6B), foram utilizados os dados da Sinopse do Censo Escolar, tabelas *Número de Estabelecimentos da Educação Básica, por Percentual de Matrículas em Tempo Integral e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município*, e *Número de Estabelecimentos da Educação Básica, por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município*. Foram contabilizados dados da rede municipal, rural e urbana.



Para a Meta 20, os valores relativos ao investimento público em educação foram extraídos do Relatório de Despesa com Educação (excluindo as despesas de capital), disponíveis no Painel de Controle do próprio Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Todos os dados foram atualizados pelo IPCA para 2023.